

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ELISANGELA PEREIRA GOMES

**A TRAJETÓRIA DOCENTE DE JOSÉ DO NASCIMENTO MORAES
NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

São Luís

2015

ELISANGELA PEREIRA GOMES

**A TRAJETÓRIA DOCENTE DE JOSÉ DO NASCIMENTO MORAES
NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientação: Prof. Dr. César Augusto Castro.

São Luís

2015

Gomes, Elisangela Pereira.

A trajetória docente de José do Nascimento Moraes na primeira metade do século XX / Elisangela Pereira Gomes. – São Luís, 2015.

212 f.: il.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Castro.

Dissertação (Mestrado) – Curso Mestrado em Educação, Universidade Federal do Maranhão, 2015.

1. História da educação maranhense - Trajetória docente - Nascimento Moraes. 2. Instrução Pública – Liceu maranhense – Maranhão República. I. Título.

CDU: 371.132:37(091) 812.1.

ELISANGELA PEREIRA GOMES

**A TRAJETÓRIA DOCENTE DE JOSÉ DO NASCIMENTO MORAES
NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientação: Prof. Dr. César Augusto Castro.

Aprovada em: 30/09/2015

BANCA EXAMINADORA

César Augusto Castro (Orientador)
Doutor em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Samuel Luis Velázquez Castellanos
Doutor em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Iran de Maria Leitão Nunes
Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Francisca das Chagas Silva Lima (Suplente)
Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

À Deus, fonte da vida e fortaleza nos momentos difíceis.

À minha família, pelo apoio e carinho em todos os sentidos.

Ao professor orientador César Augusto Castro pela orientação segura, sua amizade e honestidade, sempre indicando a melhor forma para conduzir a pesquisa, seja com palavras, emprestando material de apoio ou mesmo livros importantes para o estudo em questão. Sem ele não seria possível concretizar esse trabalho.

Aos amigos e pesquisadores do Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras (NEDHEL), pelos momentos de descontração e também na participação dos congressos, sobretudo, quando desenvolvido pelo próprio grupo.

À sra. Silvana do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), pela disposição e atenção em ajudar com os catálogos de pesquisa e na disponibilização do inventário sobre Nascimento Moraes.

Aos funcionários da Biblioteca Pública Benedito Leite, pela boa recepção e pelo acesso à documentação da Seção de Obras Raras.

Aos colegas da 14ª Turma do Mestrado de Educação, pelas discussões frutíferas nas aulas, partilhando conhecimento e pela amizade construída ao longo desse percurso acadêmico.

Aos meus amigos Josafá da Conceição Clemente e Alda Margarete Santiago, pela força e amizade nessa jornada.

À amiga Kathia Salomão, pela amizade e apoio nos momentos difíceis e estímulo para seguir em frente, rumo ao término do trabalho.

E a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a construção e estruturação do presente objeto de estudo.

“Escrever a vida é um horizonte inacessível, que, no entanto, sempre estimula o desejo de narrar e compreender”.

François Dosse

RESUMO

Analisa-se a trajetória docente de José do Nascimento Moraes na instrução pública maranhense, considerando as táticas que o levaram a se tornar um intelectual notável e, sobretudo, sua atuação e posição estratégica no ensino secundário do período republicano. Busca-se contextualizar o campo educacional no Maranhão República, correspondente ao período em que ele exerceu o ofício docente no ensino público; descrever sua vida desde o nascimento, seu ingresso no Liceu Maranhense como aluno e depois do término do ensino secundário; explicitar suas obras literárias e escritos jornalísticos que discorrem sobre educação, e abordar seu percurso na docência, por meio da imprensa periódica e dos registros memorialísticos. Centraliza-se no campo da História Cultural, com base nos estudos de Dosse (2009), Sirinelli (2003), Chartier (1988) e Certeau (1982; 2014). Utiliza-se da pesquisa bibliográfica e documental, tendo como fontes: decretos, leis e regulamentos sobre a instrução pública, mensagens de governador, ofícios entre autoridades do governo, jornais em que foi redator-chefe e articulista, obras literárias escritas pelo intelectual, certificado do ensino primário, diploma da loja maçônica e documentos de familiares. Faz-se uma breve incursão histórica no Brasil republicano e seus reflexos no Maranhão, sob dois aspectos: a educação e as doutrinas raciais que estavam no centro do debate da intelectualidade nacional, fazendo-se articulação com Gondra e Schueler (2008), Veiga (2007), Andrews (2007), Skidmore (1976), Schwarcz (1993), Diwan (2014) e Carvalho (2003). Procura-se traçar aspectos da vida de Nascimento Moraes, que envolvem: família, educação e sociedade, confrontando ou coadunando com as informações de Machado (1996), Meireles (1955; 2008), Moraes (1977) e Martins (2006). Aborda-se de sua produção intelectual: *Puxos e Repuxos* (1910), *Vencidos e Degenerados* (1915), *Discurso* (1935), além de discursos, artigos de jornais e revistas que se reportam às questões educacionais. Traça-se o percurso docente de Nascimento Moraes na educação maranhense, desde o ano de 1907 até sua aposentadoria na década de 1950, fazendo-se a articulação com Sirinelli (2003), Certeau (2014) e Dosse (2009). Esse professor foi um intelectual negro engajado politicamente, a exemplo de seus embates na imprensa jornalística contra o governo ou de literatos adversários, comprometido com uma educação popular que promovesse melhoria nas condições de vida e combatendo o analfabetismo que solapava o Estado. Marcou de forma visível a existência de um grupo, produzindo e reproduzindo discursos de seu tempo, do espaço escolar e sua relação com outros professores do Liceu, contribuindo com sua erudição de maneira significativa para a História da Educação no Maranhão, sobretudo na formação de docentes.

Palavras-chave: Nascimento Moraes. Instrução Pública. Trajetória Docente. Liceu Maranhense. Maranhão República. História da Educação.

ABSTRACT

Analyzes the teaching trajectory of José do Nascimento Moraes in Maranhão public instruction, considering the tactics that led him to become an outstanding intellectual and, above all, its performance and strategic position in the secondary school of the republican period. Seeks to contextualize the educational field in Maranhão Republic, corresponding to the period when he exercised the teaching profession in state education; describe your life since birth, his entry into Maranhense Liceu as a student and after the end of secondary school; explain his literary works and journalistic writings who talk about education, and approach your route in teaching, through the periodical press and memorialistic records. Centralizes in the field of cultural history, based on studies of Dosse (2009), Sirinelli (2003), Chartier (1988) and Certeau (1982; 2014). It uses bibliographic and documentary research, with the sources: decrees, laws and regulations on public instruction, Governor messages, crafts between ruling authorities, newspapers in which he was editor-in-chief and writer, literary works written for the intellectual, certificate primary school, diploma Masonic lodge and family members documents. It makes a brief historic foray into the Republican Brazil and its reflections in Maranhão, in two respects: education and racial doctrines that were at the center of the national intellectuality debate, making up conjunction with Gondra and Schueler (2008), Veiga (2007), Andrews (2007), Skidmore (1976), Schwarcz (1993), Diwan (2014) and Carvalho (2003). Seeks to draw aspects Moraes Nascimento's life, involving: family, education and society, confronting or conciliated with the information of Machado (1996), Meireles (1955; 2008), Moraes (1977) and Martins (2006). It Approaches his intellectual production: *Puxos e Repuxos* (1910), *Vencidos e Degenerados* (1915), *Discurso* (1935), as well as speeches, newspaper articles and magazines who report educational issues. Draws up the teaching route de Moraes Nascimento in Maranhão education, since the year 1907 until his retirement in the 1950s, making up conjunction with Sirinelli (2003), Certeau (2014) and Dosse (2009). This teacher was a politically engaged intellectual black, like their clashes in the journalistic press against the government or literary opponents, committed to a popular education that promotes improvement in living conditions and combating illiteracy that undermined the state. He scored visibly the existence of a group, producing and reproducing speeches of his time, the school space and its relationship with other Liceu teachers, contributing their erudition significantly to the History of Education in Maranhão, especially the training of teachers.

Keywords: Nascimento Moraes. Public Instruction. Teacher Trajectory. Maranhense Liceu. Maranhão Republic. History of Education.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Certificado de Reservista de Ápio Cláudio do Nascimento Moraes	67
FIGURA 2	Certificado de Conclusão do Ensino Primário.....	71
FIGURA 3	Ofício sobre o Furto na Fábrica de Tração e Tecidos do Rio Anil.....	82
FIGURA 4	Filiando da Loja Maçônica Rio Branco.....	90
FIGURA 5	Filiando da Loja Maçônica Renascença	94
FIGURA 6	José do Nascimento Moraes	101

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Demonstrativo do jornal <i>A Pátria</i> (de março a julho de 1908)	102
QUADRO 2	Demonstrativo do jornal <i>Tribuna</i> (de abril a junho de 1930)	104
QUADRO 3	Demonstrativo do jornal <i>Tribuna</i> (de julho a dezembro de 1929 e duas edições avulsas de março de 1930)	107
QUADRO 4	Demonstrativo do jornal <i>Diário Oficial</i> (de julho a agosto de 1931 e duas edições avulsas de janeiro de 1941)	109
QUADRO 5	Demonstrativo do jornal <i>Diário Oficial</i> (de julho a dezembro de 1929 e uma edição avulsa de abril de 1930)	110
QUADRO 6	Temas Políticos, Filosóficos, Sociológicos e Históricos	111
QUADRO 7	Temas Educacionais	113
QUADRO 8	Temas Populares	113
QUADRO 9	Temas Literários	114
QUADRO 10	Demonstrativo de Faltas Justificadas de Nascimento Moraes	155
QUADRO 11	Mesas Examinadoras com a participação de Nascimento Moraes	157
QUADRO 12	Demonstrativo da Função de Fiscal	159
QUADRO 13	Atuação como Fiscal e Examinador entre os anos 20 e 30	170

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Procedimentos teórico-metodológicos	16
1.2	A educação e as doutrinas raciais em pauta na intelectualidade brasileira	26
2	O CONTEXTO EDUCACIONAL MARANHENSE	
	NA PRIMEIRA REPÚBLICA	38
2.1	O analfabetismo em debate no Maranhão	39
2.2	Educação, discriminação racial e eugenia nos periódicos maranhenses	48
2.3	Ser professor do Liceu Maranhense	55
3	NASCIMENTO MORAES	62
3.1	Vida Familiar	63
3.2	Quando era aluno	69
3.3	Depois do Liceu	80
3.4	Presença na maçonaria	88
3.5	Atividades cívicas e filantrópicas	95
4	NO CAMINHO DAS LETRAS	98
4.1	O ingresso na Academia Maranhense de Letras	99
4.2	Sua produção intelectual na imprensa periódica	101
4.3	Produção literária	115
4.3.1	Um pretinho pernóstico quase analfabeto	116
4.3.2	O negro e a instrução pública maranhense pós-abolição.....	127
4.3.3	Um tribuno condutor de homens	136
5	O OFÍCIO DOCENTE	142
5.1	Tentando achar seu lugar próprio (1900-1911)	144
5.2	De volta ao Liceu (1913-1921)	149
5.2.1	O concurso	149
5.2.2	O corpo docente.....	150
5.2.3	Das faltas	153
5.2.4	Convocação para mesas examinadoras.....	156
5.2.5	Servindo de fiscal	158
5.2.6	Organização de material didático e participação em congresso	161

5.3	A consagração de um intelectual negro (1921-1953)	163
5.3.1	Vozes dos alunos	164
5.3.2	Atuação em reuniões e concursos.....	166
5.3.3	Participação em palestras e eventos sociais.....	174
5.3.4	O exercício da docência no governo getulista.....	180
5.3.5	A aposentadoria nos anos 50	184
5.4	Notícias de seu necrológio (1958)	186
5.4.1	Os últimos dias na versão dos periódicos.....	186
5.4.2	Repercussão e homenagens no funeral	189
6	CONCLUSÃO	194
	REFERÊNCIAS	198

1. INTRODUÇÃO

Escrever a vida do pensamento ou mesmo um pensamento da vida de um ator social não produzirá uma história definitiva e sim uma história inacabada, um passado inacessível. Uma figura emblemática como José do Nascimento Moraes encerra um trajeto complexo, não linear, dado sua influência no campo intelectual maranhense de seu tempo, legando à posteridade uma considerável produção literária e experiência reconhecida no meio educacional, expressa nos espaços escolares que lecionou, colaborando na seleção e formação de outros docentes.

O presente trabalho, assim, intitulado *A trajetória docente de José do Nascimento Moraes na primeira metade do século XX*, vem reabrir a discussão sobre a situação do negro, após a abolição da escravatura e, principalmente, do ingresso de negros na carreira docente, bem como das representações elaboradas pela intelectualidade maranhense da terceira geração¹ do início do século XX, em torno desse objeto de estudo, visto que “são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1988, p. 17).

Um indivíduo combativo na escrita, assumindo as consequências do que registrava para apreciação da leitura de outros, tornou-se uma referência no campo literário e jornalístico, com uma atitude compromissada, engajado na luta por uma sociedade mais justa, com igualdade de oportunidades. Da mesma forma, o ofício docente foi objeto de discussão e de enfrentamento por parte deste intelectual, reivindicando o acesso à educação para todos, estando sujeito às demandas sociais, econômicas, políticas e culturais, então vigentes no contexto histórico do qual estava inserido.

Considerando o contexto social e político nas primeiras décadas do regime republicano, pretende-se analisar a trajetória docente de José do Nascimento Moraes na instrução pública maranhense, considerando as táticas que o levaram a se tornar um intelectual

¹ Em relação às três gerações da intelectualidade maranhense, Meireles (1955) enfoca a Primeira Geração, o primeiro quartel do Oitocentos que coincidiu com um período áureo no Maranhão de desenvolvimento econômico e cultural, colocando a província na posição de “Atenas Brasileira”, destacando-se os literatos Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa; com base na distribuição cronológica de Reis Carvalho, considera-se a Segunda Geração, correspondendo ao ciclo de 1868 a 1894, em que literatos como Aluizio Azevedo, Artur Azevedo, Coelho Neto e Graça Aranha migraram principalmente para o Sul, em busca de projeção nacional. Enquanto que a Terceira Geração foi, segundo Moraes (1977), entre 1899 e 1930 também chamada dos “Novos Atenienses”, cuja missão seria a de revitalizar o mito da Atenas Brasileira, tão difundido pelas gerações anteriores, e que também fazia do Maranhão, uma terra singular e distinta na vivência da tradição, em relação a outros Estados brasileiros, em meio ao marasmo e decadência econômica existentes. Dessa geração, distinguiram-se os literatos Manoel de Béthencourt, Xavier de Carvalho, Antônio Lobo, incluindo nesse rol José do Nascimento Moraes e outros “Operários da saudade” que tinham como referência Gonçalves Dias. Nessa fase, Antônio Lobo, de acordo com Martins (2006), foi a figura de maior expressividade até o ano de 1916, então data de seu falecimento.

notável e, sobretudo, sua atuação e posição estratégica no ensino secundário do período republicano.

O Liceu Maranhense, como instituição criada na primeira metade do século XIX e referência por muitas décadas no ensino secundário, foi um celeiro de intelectuais, políticos, literatos, jornalistas e docentes que abriu portas a Nascimento Moraes, ganhando projeção intelectual e mais destaque por ser professor dessa escola estadual. Isso tornou-se possível, através da articulação entre Estado enquanto espaço de poder e instituição escolar como força educativa e fator preponderante na sua projeção intelectual.

Subjacente à proposição geral, propõe-se, especificamente, em primeiro lugar, contextualizar o campo educacional no Maranhão, correspondente ao período em que Nascimento Moraes exerceu o ofício docente no ensino público. Em segundo lugar, descrever a vida de Nascimento Moraes, desde o nascimento, seu ingresso no Liceu Maranhense como aluno e depois do término do ensino secundário. Em terceiro lugar, explicitar algumas obras literárias e escritos jornalísticos que discorrem sobre educação. E por fim, abordar o percurso docente de Nascimento Moraes, por meio dos jornais e dos registros memorialísticos.

Vale ressaltar que esse estudo também integra a pesquisa do campo da História da Educação, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras (NEDHEL) que, desde 2005, vem desenvolvendo estudos e investigações relacionadas à instrução pública maranhense, à imprensa periódica, bem como sobre livros e instituições escolares, sujeitos educacionais, como exemplo: o professor, além de contribuir para o resgate da memória de um passado que ainda tem muito a ser explorado.

Nos acervos públicos que conservam o passado da historiografia maranhense, nos documentos existentes sobre a instrução pública poderão ser encontradas as respostas para estas questões: Quem era Nascimento Moraes? Qual a sua origem familiar e social? O magistério foi uma escolha? Que táticas utilizou para transitar por outros espaços, paralelo à carreira docente? Qual é o lugar que ele ocupa dentro da educação no Maranhão?

A escolha do tema deu-se por dois motivos: primeiro, por Nascimento Moraes ser afrodescendente e estar entre o rol de literatos maranhenses, com uma produção considerável; segundo, por sua atuação na instrução pública como docente ainda não ter sido estudada. Tudo começou no contato com a monografia de graduação *O perfil de um negro na primeira metade do século XX em São Luís do Maranhão: José do Nascimento Moraes*, de Eliane Campos Moraes Rêgo, uma descrição biográfica e de sua produção literária, de forma panorâmica, detendo-se no percurso desse intelectual negro no jornalismo.

Sobre Nascimento Moraes, ainda existem outros trabalhos monográficos e dissertações, a citar: a monografia de graduação *Rachaduras no espelho de narciso: Vencidos e Degenerados, de José do Nascimento Moraes, e as representações de São Luís do Maranhão em meados do século XX*, de Halayne Xavier Bras, a partir da análise da obra literária desse autor e as seguintes dissertações: *Em nome da cidade vencida: A São Luís republicana na obra de José do Nascimento Moraes (1889-1920)*, de Adriana Gama de Araújo Dias que discorre sobre a cidade ludovicense pós-Abolição e advento republicano, na perspectiva da obra *Vencidos e Degenerados* de Nascimento Moraes, relacionando história e literatura e expondo os problemas do atraso do desenvolvimento econômico e das perseguições literárias sofridas por ele, provenientes do preconceito racial e social; e *Lobo X Nascimento na “Nova Atenas”:* *literatura, história e polêmicas dos intelectuais maranhenses na Primeira República*, de Patrícia Raquel Lobato Durans Cardoso faz uma análise das representações formuladas pela literatura “neo-ateniense” acerca de sua condição intelectual, por meio das obras *A carteira de um neurastênico* (1903), de Antônio Lobo, e *Vencidos e Degenerados* (1915), de José do Nascimento Moraes, expondo vida e obra desses literatos, bem como suas estratégias de consagração e reconhecimento.

Estes estudos, de maneira geral, se detêm no perfil intelectual e na produção literária de Nascimento Moraes até meados da década de 1920. Contudo, não fazem menção a ele ou não se debruçaram profundamente quanto à sua atuação como professor, o que justifica a contribuição do presente trabalho no estudo da sua trajetória na instrução pública maranhense para o campo da História da Educação.

Diante disso, despertou-me o interesse em aprofundar esse tema, por meio das obras *Panorama da Literatura Maranhense* (1955), de Mário Meireles e *Apontamentos de Literatura Maranhense* (1977), de Jomar Moraes, que fazem um estudo dos intelectuais maranhenses dos séculos XIX e XX, dividindo em ciclos, fases ou gerações, apontando tanto o perfil biográfico de José do Nascimento Moraes como sua obra literária mais conhecida *Vencidos e Degenerados*, no mesmo estilo naturalista de *O mulato*, de Aluísio Azevedo.

Para Dosse (2009, p. 57), “pouco se nos dá então que a personagem seja grande ou pequena, pobre ou rica, inteligente ou medíocre, honesta ou criminoso – todo indivíduo só vale por aquilo que o singulariza”. O que mais singulariza Nascimento Moraes seria o fato de ser uma voz oriunda das camadas populares, ou seja, o escritor dando visibilidade ao informal, ao popular, a escrita de um igual, bem diferente de produções reconhecidas nacionalmente como

A escrava Isaura, de Bernardo Guimarães², onde os grupos subalternos eram abordados através das elites letradas.

1.1 Procedimentos teórico-metodológicos

O envolvimento antes, durante e depois do pesquisador com o que está sendo pesquisado deixa claro uma trama articulada, de maneira parcial, subjetiva e por certo inventada pelo historiador. Sobre a arte de inventar o passado, “os homens inventariam a História através de suas ações e de suas representações” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p.19).

A História Cultural corrobora com a concepção da interferência direta do historiador sobre o objeto que é evidenciado e produzido por ele. A princípio, o objeto não passa apenas de adjetivação. É tarefa para o historiador emergi-lo, transformá-lo em existência, dar sentido ao texto de forma inteligível.

Segundo Dosse (2009, p. 11), “a biografia, como a história, escreve-se primeiro no presente, numa relação de implicação ainda mais forte quando há empatia por parte do autor”. Nesse sentido, a vida pública desse intelectual traz inspiração pelo legado que deixou na imprensa jornalística, no reconhecimento do profissional do magistério por aqueles que o conheceram e na sua determinação em alcançar os objetivos traçados, apesar dos percalços que algumas vezes independiam de sua vontade.

Na perspectiva da História Cultural, especialmente com base nos estudos de Certeau (1982), Chartier (1988), Dosse (2009) e Pesavento (2008), deve-se levar em conta a experiência vivida pelo sujeito, lugar social, arcabouço teórico e ideológico. Nada pode ser desprezado em se tratando de documentação para pesquisa histórica. Pois, o documento (obra literária, diário escolar, cartilha, etc.) está ligado à memória coletiva, constituindo-se num ato comunicativo na sua própria época de produção, isto é, entremeado de imagens e símbolos, a respeito de uma ideia de passado.

A trajetória de Nascimento Moraes na educação, nesse sentido, é um assunto pertinente, visto que seria o primeiro estudo que se debruça sobre ele no campo educacional. Além disso, não deixa de ser uma recuperação da memória na História da Educação e

² Bernardo Joaquim da Silva Guimarães (1825-1884) viveu toda sua vida em Ouro Preto, Minas Gerais. Foi jornalista, contista, professor, magistrado, poeta e romancista. Era filho de Joaquim da Silva Guimarães e Constança Beatriz de Oliveira. Formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo. A partir de 1886, deu aulas de retórica e poética no Liceu Mineiro e em 1873, de latim e francês em Queluz. Publicou em 1875 seu romance mais conhecido, *A escrava Isaura*. In: GUIMARÃES, Bernardo Joaquim da Silva. *A escrava Isaura*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

historiografia maranhenses, pelo fato também desse intelectual, professor e literato fazer uma denúncia social engajada, compromissada com as questões sociais de seu tempo, recolocando no cenário os grupos poucos frequentados na narrativa literária, ou seja, os grupos marginalizados. Tal investigação está ancorada nos conceitos de: *gênero biográfico*, de Dosse (2009), *intelectual*, de Sirinelli (2003), *representação*, de Chartier (1988), *trajetória, estratégia e tática*, de Certeau (2014).

Os anos 1980 marcaram o enfoque nos estudos dos intelectuais e da biografia por parte dos estudiosos do campo da História Cultural, como François Dosse, Jacques Le Goff, Carlo Ginzburg. “As ciências humanas em geral e os historiadores em particular redescobrem as virtudes de um gênero que a razão gostaria de ignorar. A biografia é reivindicada pela musa da história” (DOSSE, 2009, p. 16). Antes da biografia voltar a ser objeto de interesse da história, concebia-se como gênero de segunda categoria, incapaz de auxiliar na compreensão do passado.

No artigo *História e Biografia*, Schmidt (2012, p. 188-192), descreve que paralelo à História, a Biografia na Antiguidade cumpria o papel de “construir narrativas sobre personagens reais que transmitissem lições de vida aos leitores”, isto é, de cunho moral, sem a preocupação de mostrar a verdade. Na Idade Média, a biografia continuaria como exemplo de vida a ser imitado, na perspectiva da hagiografia, visando pedagogicamente transmitir “aos leitores/ouvintes modelos de conduta, de virtude, de caridade, de castidade, de fé”. A figura do santo deu lugar a do herói na Biografia Moderna, havendo um embate entre o sagrado e indivíduo, “passando a incluir mulheres, artistas e até mesmo indivíduos de outras culturas”, mas mantendo-se ainda a noção de exemplaridade. Entre os séculos XVII e XVIII, pela primeira vez, surgia a palavra *biografia*, permanecendo o conflito entre individualidade e exemplaridade. No século XIX, enquanto a história buscava sua cientificidade, a biografia era tida como gênero acessório, relegada ao campo literário, sendo que o distanciamento entre esse campo do conhecimento perduraria até mais ou menos a segunda metade do século XX.

A biografia, então, seria uma forma de escrita historiográfica, pois encerra em si mesma uma estrutura heterogênea, que reúne diversos relatos emaranhados uns nos outros, enredados entre si. Segundo Dosse (2009, p. 11), “a biografia pode ser um elemento privilegiado na reconstituição de uma época, com seus sonhos e angústias”. A biografia situa-se entre a vontade de reconstruir o real e a imaginação do biógrafo.

Esse dilema também ocorre na história que vive na tensão entre o polo científico e o polo ficcional. Schmidt (2012, p. 195) ressalta que “a importância do indivíduo biografado em determinado contexto parece legitimar a investigação sobre sua vida, já que, sem a

compreensão de suas experiências, seria impossível compreender/explicar certos processos e acontecimentos”. Dessa maneira, por meio do percurso de Nascimento Moraes pode-se compreender problemas mais amplos no Maranhão republicano, tais como: o funcionamento da instrução pública, a relação entre o Estado e a imprensa periódica e os entraves sociais na ascensão de afrodescendentes.

Quanto aos usos da escrita biográfica, tem-se: a biografia representativa e o estudo de caso. Conforme Avelar (2012, p. 69), no artigo *Escrita da história, escrita biográfica: das possibilidades de sentido*, no primeiro, o indivíduo em questão é biografado não pelo que tem de singular, mas “por sintetizar várias outras vidas; enfim, por servir de passagem para a apreensão de marcos mais amplos”; enquanto que no segundo, o indivíduo tem a função ilustrativa, ou seja, “apenas ilustra/reflete uma construção estrutural que lhe ultrapassa”. Sobre isso, Schmidt (2012) salienta que ambos os modos de escrita biográfica desvalorizam o gênero biográfico como lugar de produção de uma escrita histórica, pois propõem-se a generalizar o biografado ou fazer dele um exemplo.

O gênero biográfico tem a função por excelência de harmonizar os contrários e seu alvo principal é o que está sujeito a perecer, a extinguir-se. “O gênero biográfico é uma mescla de erudição, criatividade literária e intuição psicológica” (DOSSE, 2009, p. 60). O gênero biográfico permite a exploração de novos caminhos para escrever sobre determinada figura. E no caso de Nascimento Moraes, como a imagem de mestre foi construída por ele mesmo e segundo o olhar dos outros, isto é, por parte daqueles que o conheceram, apresentado como ícone de uma época.

Diante disso, o significado da vida de Nascimento Moraes não é unívoco, mas circunscreve-se no plural. O gênero biográfico insere-se na categoria de escrita histórica, ocupando uma posição intermediária entre literatura e ciências humanas, entre o ficcional e o científico. Propondo-se a esclarecer a vida de um estranho e a função de sua escrita no intento de informar uma visão autorizada de si e do outro, tem-se “a biografia como um meio de avaliação desse tipo de engajamento” (DOSSE, 2009, p. 373). Para Schmidt (2012, p. 199), “biografar é evidenciar o “fazer-se” do personagem focado ao longo do tempo”, considerando que o percurso do sujeito biografado não foi previamente definido, mas construído historicamente sob diversas configurações sociais, as quais possibilitaram emergir suas qualidades e talento.

A escrita biográfica tenciona traçar uma trajetória, um itinerário que oportuniza mergulhar numa época alheia, levando-se em conta de que esta não poderá ser um relato linear

e “fidedigno” de uma vida. “A reconstituição das trajetórias foi beneficiada pelos estudos biográficos e pelo estudo do desenvolvimento de grupos intelectuais inicialmente homogêneos, bem como da reinserção das ideias de seus propositores no terreno social e em seu contexto histórico” (ZANOTTO, 2008, p. 38). Em meados do século XX, a intelectualidade maranhense girava geralmente em torno da imprensa periódica, da instrução pública e ocupando cargos na política estatal. O intelectual Nascimento Moraes circulava, sobretudo, nos dois primeiros.

O intelectual corresponderia ao indivíduo polimorfo, engajado com as causas da vida pública. Conforme os estudos de Sirinelli (2003) e Zanotto (2008), esta expressão abarca duas acepções confluentes, uma definição sociológica e cultural, que abrange os criadores e mediadores culturais, tais como: jornalistas, escritores, professores secundários, e outra de natureza política, pautada na noção de engajamento, direto ou indireto, na vida cidadina. Tanto no ofício docente, no grupo literário como no jornalismo, Nascimento Moraes contribuía com seu conhecimento, mediando e fomentando os estudantes do seu tempo no ingresso a esses campos que transitou com destreza e dedicação.

No entrelaçamento entre sujeito e objeto, biógrafo e biografado ocorrem constantes mudanças, que irão resvalar no resultado da pesquisa direcionada livremente pelo historiador, através do seu discurso. Objetividade e neutralidade são duas coisas inexistentes na teia discursiva. Caberia ao historiador o papel de criar, fabricar e informar o objeto, enquanto conceito, constructo verbal, que em si não existe. No caso do sujeito biografado, deve-se levar em conta que as escolhas do sujeito enfocado foram feitas no espaço de múltiplas possibilidades.

Empatia, antipatia ou relação neutra com um sujeito aossado em seus recuos invisíveis, a biografia intelectual procura sobretudo compreender o outro e se permite principalmente avanços na ordem do conhecimento na medida do grau de intensidade na implicação do biógrafo (DOSSE, 2009, p. 374).

O historiador interage diretamente na articulação sujeito e objeto, ou seja, “é alguém que mediatiza, que realiza uma noção de dados (achados) disponíveis, que tece relações entre eles, que os dispõe em uma sequência dada e dá inteligibilidade ao texto” (PESAVENTO, 2008, p. 50). Com isso, ele tem o desafio de construir uma noção de verdade do que foi apreendido, de produzir evento histórico, de fazer um discurso competente que provoque o silenciamento.

A história, nesse sentido, nasce da relação intrínseca do sujeito que cria o objeto e este definido por ele. Da mesma forma, isso também ocorre na biografia, na relação entre o biógrafo e o biografado. “Seja como for, o biógrafo deve preencher as lacunas documentais e

valer-se da intuição para ligar traços descontínuos” (DOSSE, 2009, p. 67). Seja na história, seja na biografia, coloca-se à prova a capacidade inventiva do historiador e do biógrafo no ato de costurar os achados que se encontram fragmentados e soltos da época que se propõe estudar.

A respeito disso, têm-se várias representações de um mesmo acontecimento, em outras palavras, um mesmo evento pode despertar diversas representações, pontos de vista, conforme o olhar, o grau de envolvimento de quem escreve ou vivencia determinada situação. Nascimento Moraes, ao longo de sua trajetória, construiu uma rede de sociabilidades, elaborando assim uma imagem de si e do que os outros pensavam dele.

As representações do mundo social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1988, p. 17).

Nesse sentido, representar algo que já é uma representação em si, é tornar presente uma ausência. Essa desconstrução da apresentação por meio das representações estará sujeita às demandas políticas, sociais, econômicas e culturais da qual o indivíduo faz parte e do grau de relações que estabelece. Conforme Pesavento (2008, p. 40), “a representação envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão”. Como Nascimento Moraes foi professor na instrução pública maranhense na primeira metade do século XX, dessa trama histórica pode-se apreender diversas representações, sobretudo do tornar-se docente enquanto afrodescendente.

A representação não é “histórica” senão quando articulada com um lugar social da operação científica e quando institucional e tecnicamente ligada a uma prática do desvio, com relação aos modelos culturais ou teóricos contemporâneos. Não existe relato histórico no qual não seja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição de saber (CERTEAU, 1982, p. 93).

Não é possível afirmar categoricamente que as informações sobre o passado são completas. Vestígios, sim, que tomam corpo com a intromissão do historiador. “A representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele” (PESAVENTO, 2008, p. 40). Percebe-se, nesse contato, a relação entre história e memória, marcada pela seletividade que é feita, considerando o lugar social do indivíduo e as relações que ele estabelece e os vínculos firmados dentro das instituições que representa.

A partir disso, estudar a trajetória docente nos primeiros decênios do regime republicano é assaz interessante para se entender acerca da situação atual da educação brasileira, especialmente na difusão de valores que incentivem o respeito às diferenças, através do diálogo entre professor e aluno no ambiente escolar, combatendo ideias naturalizadas que ao longo do tempo minimizavam índios e negros.

Segundo Certeau (2014, p. 45), “a “trajetória” evoca um movimento, mas resulta ainda de uma projeção sobre um plano, de uma redução. Trata-se de uma transcrição”. Em relação a Nascimento Moraes, trata-se de transcrever sua trajetória como docente, quando e como começou a dar aulas, seus incentivadores ou mentores nesse ofício, se essa profissão foi uma escolha, o reconhecimento dos estudantes que tiveram oportunidade de tê-lo como professor e o que dizem a seu respeito.

Nesse sentido, Sirinelli (2003, p. 247) afirma que “as trajetórias pedem naturalmente esclarecimento e balizamento, mas também e sobretudo interpretação. O estudo dos itinerários só pode ser um instrumento de investigação histórica se pagar esse preço”. O itinerário de Nascimento Moraes também segue essa perspectiva, na medida em que se utiliza das falas de contemporâneos a ele, registros memorialísticos e recortes de jornais na reconstituição mais próxima do que teria sido sua atuação no magistério.

O historiador é um analista de realidades. Como intérprete de um dado espaço, ele deve apreender que o social e o simbólico são indissociáveis e não pode analisá-los isoladamente. O que também se torna relevante perceber como esse espaço foi construído, legitimado pelo dominante, aquele que detém o espaço de poder e suas formas de reprodução entre os dominados, ou seja, adentrar no universo das estratégias e das táticas.

Chamo de “estratégia” o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico (CERTEAU, 2014, p. 45).

As estratégias são elaboradas pelas camadas dominantes de forma propositiva às camadas populares. Constituem, por excelência, a arte do forte, no intuito de explorar condições favoráveis para alcançar objetivos específicos. Em se tratando do itinerário de Nascimento Moraes, as estratégias estão materializadas no ambiente escolar, na interferência do Estado nas questões gerais do Liceu Maranhense, especialmente, em relação à nomeação de docentes e exercendo influência sobre eles.

Segundo Chartier (1988, p. 23), “a história cultural pode ingressar utilmente ao social, já que faz incidir a sua atenção sobre as estratégias que determinam posições e relações e que atribuem a cada classe, grupo ou meio um ser-apreendido constitutivo da sua identidade”. Como lugares sociais de estratégias têm-se de natureza institucional, a escola, o Estado e a imprensa periódica; física, a sala de aula, a secretaria do governo; e simbólica, recepção, horário e deveres dos alunos no espaço escolar, postura dos docentes em sala de aula, enfim, sentidos atribuídos pela escola por parte dos extratos sociais.

Por sua vez, as táticas corresponderiam à arte do fraco, em que o indivíduo busca sobressair-se bem de uma determinada situação, isto é, coloca em prática meios para sair-se de forma vitoriosa de qualquer coisa. Juntando-se a isso, as táticas apresentam também formas de resistência, apropriações e reelaborações sociais em relação ao que é imposto pelo grupo dominante.

Chamo de *tática* a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha (CERTEAU, 2014, p. 94).

Nascimento Moraes teve suas táticas, partindo dos espaços de poder que transitou, tais como: a imprensa periódica, as instituições escolares e o Estado, para distinguir-se como afrodescendente na sociedade ludovicense da primeira república, ora apropriando-se dos discursos educacionais, ora naturalizando tais conceitos na sua trajetória docente, ora assumindo uma posição de enfrentamento frente às questões mais urgentes como a revitalização da cultura literária no fomento à criação de grupos literários, o combate ao analfabetismo, assunto este tão presente nas falas de governadores em seus relatórios para o Congresso Legislativo.

Metodologicamente, utilizou-se da pesquisa qualitativa na abordagem histórico-cultural, pesquisa bibliográfica e documental, fazendo-se a articulação teórica com os autores já citados. Segundo Cellard (2010, p. 298),

A experiência pessoal, a consulta exaustiva a trabalhos de outros pesquisadores que se debruçaram sobre objetos de estudo análogos, bem como a iniciativa e a imaginação, também integram adequadamente a constituição desse corpus: os pesquisadores mais aguerridos sabem que os documentos mais reveladores se escondem, às vezes, em locais insuspeitos.

A pesquisa qualitativa é de natureza descritiva, não somente preocupa-se com contexto de produção do documento, mas também de que maneira e em que circunstâncias foram produzidos. Nesse processo, nada é trivial, tudo deve ser considerado, buscando-se como noções, determinados conceitos se desenvolveram no senso comum ou como foram construídos certos rótulos, em se tratando de sujeitos históricos como Nascimento Moraes.

Tal percurso não se deu de forma linear, mais entrecruzando-se diversos olhares, múltiplas espacialidades, no intento de buscar o Nascimento Moraes no seu fazer docente, quem foi, lugar social desse falante e suas especificidades no contexto que estava inserido, através da análise documental existente, traçando-se sua trajetória como professor e como ele transita e tenta conciliar esse ofício com outras profissões, a de literato e jornalista. Tal processo seletivo se dá com e pelo sujeito, “de uma escolha e de uma organização dos dados, tal como da montagem de uma intriga, também construídas pelo historiador” (PESAVENTO, 2008, p. 34). Com isso, tornou-se possível rememorar sentidos conferidos ao mundo por parte do sujeito do discurso, que se manifestam por meio de táticas, ações e palavras.

As fontes utilizadas foram, resumidamente, recorrendo a Cellard (2010): documentos públicos, no caso, decretos, leis e regulamentos sobre a instrução pública, mensagens de governador, dentro do recorte temporal proposto; registros do percurso escolar e profissional, através dos achados no jornal *Pacotilha*, entre os anos de 1897 e 1938; atos de nomeação ou de admissão de professor, apoiando-se nos ofícios entre autoridades do governo, entre 1914 e 1953; documentos públicos não-arquivados, os jornais em que foi redator-chefe e articulista, como exemplo, em que atuou com mais regularidade: *Tribuna* (1930), *A Pátria* (1908), trechos da revista da AML e de algumas obras literárias escritas pelo intelectual, depoimentos de egressos liceístas como Josué Montello e Armando Vieira; e documentos pessoais como: biografias, com base em Machado (1996), Martins (2006), Moraes (1977), Meireles (1955) e nos jornais *Pacotilha-O Globo* e *O Imparcial*, ambos de 1958; certificado do ensino primário, diploma da loja maçônica e documentos de familiares: certidão de batismo do irmão, certificado de reservista do primogênito e outros documentos destes de cunho profissional.

Para Burke (2000, p. 69), “a função do historiador é ser guardião da memória dos acontecimentos públicos quando escritos para o proveito dos atores, para proporcionar-lhes fama, e também em proveito da posteridade, para aprender com o exemplo deles”. O historiador deverá perceber também o que está nas entrelinhas do texto, pois a própria ausência no

documento gera inculcamento, uma diversidade de representações do real. A linguagem é, antes de tudo, local.

Mesmo porque documento não é só texto, mas pode-se dizer tudo que engloba ou envolve a atividade humana. “Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem” (LE GOFF, 1992. p. 540). Conforme Dosse (2009, p. 59), “à maneira do cientista, o biógrafo tem de cruzar suas fontes de informação, confrontá-las para se aproximar da verdade”, de modo a compreender as múltiplas formas de construção de imagens e de estereótipos que envolvem José do Nascimento Moraes enquanto docente no Maranhão.

Diante dos achados e dos discursos presentes nos documentos oficiais e não-oficiais, tornou-se possível apresentar diversos elementos da sociedade, tais como: Nascimento Moraes no seu cotidiano como jornalista na imprensa jornalística, sua participação em festejos, eventos sociais, sociedades literárias, igreja, em várias escolas como docente e com maior frequência no Liceu Maranhense, bem como avançar em relação à compreensão do lugar social e formação acadêmica desse intelectual, sendo elementos cruciais na interlocução com as fontes encontradas.

Faz-se repensar também o papel do professor no sistema educacional maranhense nas primeiras décadas do século XX, os critérios de admissão para docentes, as disciplinas ministradas e de como eram feitos os pagamentos desses profissionais, levando-se em conta também que o discurso republicano de construção de uma nação homogênea reforçou o preconceito racial, sobretudo, através da escola, na exaltação de valores europeus e desqualificando aqueles indivíduos que não se enquadravam esteticamente.

Martins (2006) ressalta que por meio da instrução formal, Nascimento Moraes venceu as barreiras sociais, mesmo sendo filho de pais analfabetos, negros e pobres e Machado (1996) afirma que ele tinha orgulho de sua negritude. Ele não consolidou uma carreira fora do Estado, a exemplo de Hemetério dos Santos e Coelho Neto que alcançaram projeção nacional. Como observador do cotidiano, transpôs os problemas sociais, produzindo uma escrita polêmica, de resistência e como ferramenta de elaboração de uma visão contra os grupos dominantes.

Diante disso, o presente trabalho foi organizado em quatro partes, concernentes aos objetivos arrolados. Na primeira parte, contextualiza-se o campo educacional no Maranhão, correspondente ao período em que Nascimento Moraes exerceu o ofício docente no ensino público.

A segunda parte faz uma descrição de aspectos da vida de Nascimento Moraes, que envolvem: família, educação e sociedade, confrontando ou coadunando com as informações de Machado (1996), Meireles (1955), Moraes (1977) e Martins (2006). Sobre seus familiares, recorreu-se a recortes de jornais e documentos pessoais disponíveis no acervo público local para traçar filiação, condição econômica, como constituiu sua própria família e seu legado deixado aos filhos. Sobre a educação recebida, buscou-se informações, principalmente, no jornal *Pacotilha* para delinear sua trajetória escolar, desde o ensino primário até o secundário. E da sua vida social e profissional, valeu-se desse jornal e de outro *A Pátria* para descrever as atividades que exerceu após a conclusão dos estudos, professores que lhe incentivaram no jornalismo e na carreira docente, bem como de seu ingresso na maçonaria.

Na terceira parte, dedica-se à produção intelectual de Nascimento Moraes, no intento de destacar as obras literárias e escritos jornalísticos que tratam da temática educacional. Assim começando por *Puxos e Repuxos* (1910), que trata da polêmica entre Antônio Lobo, em resposta aos ditérios e provocações registradas nos jornais *Pacotilha* e *Diário do Maranhão*; *Vencidos e Degenerados* (1915), uma crônica sociológica do Maranhão após abolição e mudança de regime político, e *Discurso* (1935), em 6 de outubro à Rosa Castro, então diretora da Escola Normal Primária, por ocasião de seu aniversário, no Casino Maranhense, além de discursos, artigos de jornais e revistas que se reportam às questões do ensino público maranhense.

Um olhar diferenciado para se reescrever a história, a literatura não pode ser desprezada, pois é a expressão da sociedade. E na esteira da História Cultural, não rejeita as expressões culturais das elites letradas, mas dá visibilidade ao popular, ao informal. Pois, segundo Barros (2004, p.122),

O homem pertencente aos extratos sociais menos privilegiados só recebe a sua voz ou a sua transparência através de um filtro, que é a sensibilidade do escritor pertencente a outro grupo social; fora, é claro, quando o próprio artista é oriundo do grupo social que pretende retratar.

A quarta parte traça o percurso docente de Nascimento Moraes na educação maranhense, quando dava aulas particulares, concomitante sua profissão de jornalista e escriturário, sua atuação no ensino público, a partir da nomeação como professor interino da cadeira de Álgebra, Aritmética e Geometria da Escola Normal e, em especial, no seu retorno ao Liceu Maranhense como catedrático de Geografia, a partir daí, ganhando maior visibilidade em

vários setores da sociedade, até sua aposentadoria nos anos de 1950, fazendo-se a articulação com Sirinelli (2003), Certeau (2014) e Dosse (2009).

Dosse (2009, p. 376) ressalta que “os sentidos de uma vida de si se leem no olhar dos outros, não como fidelidade restituída por algum espelho, senão como recriação constante, obra no trabalho, mundo do texto tornado fonte de identidade”. Nesse sentido, tem-se ainda nesta última parte os discursos proferidos de algumas autoridades, os registros memorialísticos de egressos do Liceu Maranhense, entre elogios e críticas, de integrantes da Academia Maranhense de Letras, além das notícias de seu necrológio, a comoção social e repercussão do seu falecimento dentro e fora do Estado, desenhando-se um ambiente lutuoso no ano de 1958.

Para se entender, então, como foi a trajetória docente de Nascimento Moraes, sua vivência no ambiente escolar marcado por representações e mecanismos racistas que dificultavam a ascensão do negro, e suas táticas de enfrentamento, firmando-se em espaços de poder ocupados na maior parte por pessoas de ascendência europeia, faz-se necessário uma breve incursão histórica no Brasil republicano, sob dois aspectos: a educação e as doutrinas raciais que estavam no centro do debate da intelectualidade nacional.

1.2 A educação e as doutrinas raciais em pauta na intelectualidade brasileira

A educação e as doutrinas raciais foram os principais assuntos que circundaram entre a intelectualidade brasileira na primeira metade do século XX, sobretudo, relacionando-os a um projeto de nação que, de modo geral, tomava a Europa como sinônimo de civilização e progresso para pensar o futuro do Brasil.

O Brasil almejava ser uma pátria educadora e sair da posição constrangedora, perante os países vizinhos Uruguai e Argentina que promoveram a universalização do ensino público e o combate ao analfabetismo na virada do século XIX para o XX (Frigotto, 2011). A educação, nesse sentido, foi discutida pela intelectualidade brasileira, enquanto mecanismo de inculcamento junto à população do que deveria ser brasileiro e como uma porta para o progresso do país.

A construção do Brasil e dos brasileiros, ao contrário do que normalmente se divulga nos manuais clássicos de História, foi objeto de lutas e confrontos entre projetos políticos distintos e de tensões entre sonhos, caminhos possíveis e formas plurais da nação e da educação brasileiras (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 39).

A ideia de civilizar o povo por parte da elite brasileira se exprimia em diversas estratégias para postergar ações que garantissem as condições de acesso ao ensino público. Era oportuno assim possibilitar o acesso dos pobres à educação que incluía a maioria dos negros, pois facilitaria aos cidadãos brasileiros internalizar esse sentimento de pertencimento à nação e, paulatinamente, erradicar a pobreza.

As elites política e intelectual do país se investiram da missão de civilizar o povo, representado por elas como indolente, descuidado e atrasado. Acima de tudo, no entanto, caberia à educação desfazer os valores miscigenados e a diversidade de comportamentos de uma população ela própria miscigenada e diversa, homogeneizando-os em novos parâmetros e atitudes (VEIGA, 2007, p. 132-133).

Houve tentativas de reforma para educação das camadas populares. Os filhos dessas camadas mais pobres, dentre: indígenas, mestiços, negros, escravos, libertos ou forros tentaram alfabetizar-se, mesmo encontrando certas barreiras ou que a iniciativa do poder estatal na construção de diversas instituições de ensino não atendesse satisfatoriamente a grande demanda.

Nos primeiros anos do regime republicano, o sistema educacional foi se consolidando como instrumento de homogeneização cultural da nação, atingindo parte das camadas populares. Com exceção do nível superior, os demais níveis de ensino ficavam sob a responsabilidade dos Estados. Evasão escolar, sobretudo, dos filhos de pobres era um problema frequente, visto que havia a necessidade de trabalhar na informalidade para ajudar na renda familiar.

A estrutura da educação brasileira, elaborada por Caetano de Campos desde o final do século XIX, abrangia: “além do jardim de infância e da escola-modelo primária, duas escolas para formação docente: a escola normal primária (escola complementar) e a escola normal secundária, que formava professores para as escolas preliminares, complementares liceus e ginásios” (VEIGA, 2007, p. 248).

Para o ingresso na Escola Normal era exigido que o aluno tivesse no mínimo 15 anos e o certificado de conclusão da escola primária do primeiro grau ou aprovação no exame de admissão, para aqueles que haviam recebido instrução em casa ou com professores particulares. O saber transmitido era de caráter enciclopédico e propedêutico.

Quanto ao aspecto físico, a legislação educacional estabelecia a edificação de escolas públicas e todo suporte necessário para o ensino, bem como a garantia do ingresso de alunos pobres ao ensino privado. Segundo Veiga (2007, p. 241), “a lei determinou a construção

de prédios, a compra de equipamentos pedagógicos e a instalação de bibliotecas, além de regulamentar aspectos administrativos e a subvenção de escolas particulares – desde que elas admitissem no mínimo 15 estudantes pobres”.

No que tange às doutrinas raciais, estas serviram durante muito tempo de pretexto para reafirmar privilégios e acesso restrito aos cargos públicos, por mais que a questão da cor não estivesse juridicamente explicitada.

O racismo científico teve grande repercussão no Brasil de fins do século XIX, estimulado por razões políticas, sobretudo, quando o governo imperial enfrentava vários problemas, entre os quais: a escassez de mão-de-obra escrava para a produção cafeeira e a campanha abolicionista. Segundo Damatta (1987, p. 69), “o marco histórico das doutrinas raciais brasileiras é o período que antecede a Proclamação da República e a Abolição da Escravatura, momento de crise nacional profunda, quando se abalam as hierarquias sociais”.

Em relação ao contexto internacional, as teorias raciais chegaram aqui tardiamente, acentuando as diferenças que já existiam na sociedade brasileira. Conforme Alencastro (1997, p. 82), “as teorias científicas combinam-se com a hierarquia social preexistente para também justificar o escravismo: as novas ideias ratificam a prática e os argumentos tradicionais”. Copiar e adaptar o que vinha de fora foi sendo o trabalho da minoria abastada.

Na América latina, a doutrina racista ganhava foros de legitimidade por parte das elites locais, isso por conta do *boom* das exportações, no caso do Brasil, a borracha e, em maior escala, o café, e da política de imposto sobre as exportações. Essa corrente de pensamento divulgava que para os países latino-americanos serem civilizados e modernos deveriam estimular o branqueamento, em oposição à negritude que levaria à barbárie.

O racismo científico foi imediatamente abraçado pelas elites da virada do século, que enfrentavam o desafio de como transformar suas nações “atrasadas” e subdesenvolvidas em repúblicas modernas e “civilizadas”. Essa transformação, concluíram elas, teria de ser mais do que apenas política ou econômica; teria de ser também racial. Para ser civilizada, a América Latina teria de se tornar branca (ANDREWS, 2007, p. 152).

Embora o racismo brasileiro não fosse institucionalizado como ocorria na sociedade birracial norte-americana, repercutia mesmo que veladamente nas práticas sociais, utilizando no plural a palavra “raça”³ para naturalização das diferenças e justificação das desigualdades sociais, conforme os fundamentos do racismo científico.

³ Raça: do ponto de vista científico não existem raças humanas; há apenas uma raça humana. No entanto, do ponto de vista social e político é possível (e necessário) reconhecer a existência do racismo enquanto atitude. Assim, só

Sob a influência das teorias raciais, principalmente, do determinismo biológico, esses intelectuais postularam raça e meio como fatores internos para explicar a realidade brasileira. Médicos, juristas, cientistas e antropólogos representavam instituições, museus e centros acadêmicos, abordando seus pontos de vista do projeto de nação, ligando à questão racial.

Idealizavam um país unitário com a prevalência do europeu, em contraste com um país miscigenado. Para Ortiz (1994, p. 21), “o mestiço enquanto produto do cruzamento entre raças desiguais encerrava, para os autores da época, os defeitos e as taras transmitidas pela herança biológica”.

De acordo com a classificação de Schwarcz (1993), os “homens de ciência” que consumiam geralmente livros de autores europeus com ideias racistas eram: Sílvio Romero (1851-1914) e Tobias Barreto (1839-1889), da Faculdade de Direito de Recife; Oswaldo Cruz (1872-1917) e Azevedo Sodré (1864-1929), da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), da Faculdade de Medicina da Bahia; Miguel Pereira (1871-1918), da Academia de Medicina do Brasil; Herman von Ihering (1850-1930), do Museu Paulista; Edgard Roquette Pinto (1884-1954) e João Batista Lacerda (1846-1915), do Museu Nacional; Manuel de Oliveira Viana (1865-1928), do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP); Francisco José Oliveira Viana (1883-1951) e Euclides da Cunha (1866-1909), do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

A intelectualidade brasileira discutia suas posições teóricas nos centros acadêmicos ou nas instituições que faziam parte, no exercício de legitimar e de se respaldar por meio delas. Os temas mais discutidos eram a mestiçagem e a difusão do ideário de uma nação branca. Partindo da prerrogativa racista da inferioridade do negro e do índio, especulava-se a possibilidade ou não do branqueamento gradativo da população brasileira, com a predominância das características europeias, tomando o mestiço como fase de transição.

Sílvio Romero salientou-se como crítico e historiador da literatura brasileira. Sua principal obra, a *História da Literatura Brasileira* foi publicada em 1888. Como seguidor do determinismo racial, Sílvio Romero era otimista quanto à mestiçagem, contrariando outros estudiosos da época como Nina Rodrigues e Euclides da Cunha que se posicionavam de forma pessimista sobre essa questão. Ao lado de Tobias Barreto, procurou adequar o estudo jurídico

há sentido usar o termo “raça” numa sociedade racializada, marcada pelo racismo. In: **Gênero e Diversidade na Escola**: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009 – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009, p. 35.

da Faculdade de Direito de Recife aos pressupostos do racismo científico. Analogicamente, apresentava como lugares demarcados: a África como cozinha, a servidão; a Europa, o salão, ostentação e ócio; e a América, as matas.

Por mais que as características fenotípicas sobre as raças fossem bem visíveis e a possibilidade de uma nação totalmente branca fosse remota, Sílvio Romero tomava o mestiço como ponto de partida para a idealização do brasileiro do futuro, com ares de europeu, a partir do branqueamento da população, o que seria um processo gradual e lento, uma estimativa de três a quatro séculos, até que desaparecesse por completo, a influência sanguínea do negro e do índio.

Como representante do Museu Nacional, Batista Lacerda ministrou em 1877 o primeiro curso de Antropologia no país, cujo programa versava sobre a análise da anatomia humana. Defensor da poligenia, dedicou-se ao estudo dos índios Botocudos, analisando seus crânios. “Lacerda descobria nos Botocudos o exemplo máximo de inferioridade humana, e apontava no branqueamento a grande perspectiva nacional diante do inevitável fenômeno de depuração das raças” (SCHWARCZ, 1993, p. 94). Nesse estudo, constatava a inferioridade dos povos indígenas e projetava um país branco.

Batista Lacerda fazia a estimativa de mais um século para o desaparecimento de mestiços e de negros do país, conforme Skidmore (1976). Ele compreendia o processo de miscigenação como transitório, fazendo estimativas temporais e apostava na prevalência somente da raça branca. Os negros tenderiam a desaparecer por não conseguirem se adaptar ao meio. Em contraposição, o antropólogo Edgard Roquette Pinto, que assumiu a direção do Museu Nacional em 1926, também se dedicou ao estudo dos índios e acreditava que o Brasil jamais alcançaria unidade racial.

A criação do Museu Paulista, também chamado de Museu do Ypiranga, seria a princípio uma homenagem à proclamação da Independência. Além disso, beneficiaria a elite paulista, dando-lhe visibilidade nacional, como também traria mais investimentos, já que o lugar era distante da capital. Essa instituição teve sua inauguração em 1894, tendo seus estudos, amparado na biologia, na história natural da América do Sul e particularmente a brasileira.

Nesse período, assumiu o comando desse instituto e também da revista, o alemão Herman von Ihering, cientista e antropólogo físico, com a pretensão de implantar bases científicas, em conformidade com os museus do exterior. A revista do Museu Paulista, a partir de 1895, produziria artigos relacionados à antropologia e à zoologia, baseando-se nos pressupostos evolucionistas.

Em relação à questão racial, conforme Schwarcz (1993), Von Ihering, ao observar e correlacionar a diversidade da flora e da fauna nacionais com a população brasileira, apontava que a degenerescência presente nos tipos híbridos poderia ser percebida nos grupos humanos e alertava para uma análise cautelosa acerca da miscigenação local.

O episódio da Revolta de Canudos foi o cenário da obra *Os sertões* (1902), em que Euclides da Cunha dedicou-se ao estudo de raça e do clima, buscando entender a interação entre o brasileiro e sua terra para explicar a mestiçagem como sinônimo de instabilidade e os comportamentos dos indivíduos pela sua origem racial. Conforme Skidmore (1976), Euclides da Cunha acreditava que a mistura entre as raças produzia instabilidade pessoal e social. Ainda apontava nessa obra o desconhecimento da elite brasileira das condições reais do país diante daquilo que projetavam de nação, classificava o mulato como degenerado e que o sangue africano não era positivo.

Já o maranhense Nina Rodrigues, representante da Faculdade de Medicina da Bahia e da revista *Gazeta Medica da Bahia*, em relação à mestiçagem demonstrava certo pessimismo na possibilidade do clareamento de pele, a partir do cruzamento de raças. “O mestiço era um contraste e qualquer que fossem as condições sociais, estaria condenado pela sua própria morfologia e fisiologia a jamais poder se igualar ao branco” (RODRIGUES, 1976, p. 268). Suas obras principais foram: *As raças humanas e responsabilidade penal no Brasil* (1957) e *Os africanos no Brasil* (1976).

Nina Rodrigues também discordava da tese do branqueamento, no que diz respeito à homogeneização da sociedade brasileira, com a predominância biológica e cultural branca e o desaparecimento dos elementos não-brancos. O cruzamento das raças promovia o enegrecimento, já que pela distribuição espacial do país, a diversidade tanto racial quanto cultural era cada vez mais crescente.

Não acredito na unidade ou quase unidade étnica, presente ou futura, da população brasileira, admitida pelo Dr. Sílvio Romero. Não acredito na futura extinção do mestiço luso-africano a todo território do país, considero pouco provável que a raça branca consiga predominar o seu tipo em toda população brasileira (RODRIGUES, 1957, p. 90).

Defendia-se, então, que a raça superior, no caso a do europeu, era sinônimo de desenvolvimento cultural e que a miscigenação levaria ao declínio. Segundo Odalia (1994, p. 105), “o porvir unitário do homem branco brasileiro se fazia pela destruição e esquecimento

dos traços físicos e mentais, que individualizam índios e negros, para que surgissem apenas os traços que individualizariam o branco”.

Azevedo Sodré dirigia a faculdade carioca e a revista *Brazil Medico* desta instituição de ensino, cujo primeiro número foi em 1887. Essa revista tinha a pretensão de construir uma medicina genuinamente nacional, com espaço para divulgação sobre a profissão de médico e, sobretudo, para tratar de higiene pública e no combate às doenças tropicais, como exemplo: febre amarela, sarampo, cólera, malária, lepra, coqueluche e varíola.

O episódio da Revolta da Vacina em 1904 no Rio de Janeiro, durante o governo de Rodrigues Alves, foi um exemplo de que os debates na revista carioca sobre a prevenção das moléstias não se estendiam a toda população. O médico sanitarista Oswaldo Cruz, então diretor da Saúde Pública, conduziu, em caráter emergencial, a aplicação da vacina contra a varíola, sem o tempo suficiente para instruir e alertar o povo sobre sua importância.

Apesar dos diferentes pontos de vista acerca da mestiçagem, esses teóricos raciais, no geral, partilhavam da premissa de superioridade do europeu e de que o próprio sistema econômico se encarregava de manter o mestiço numa posição inferior. Além disso, eram pessoas reconhecidas socialmente e autorizadas a falar em nome das instituições que representavam. Estas instituições imprimiam interpretações racistas conforme o perfil que apresentavam e o contexto que se delineava.

O debate sobre miscigenação entre médicos e homens do Direito não ressoava com a mesma intensidade nas décadas seguintes da República. Até então, divulgava-se ideias pessimistas quanto: ao cruzamento racial, gerando indivíduos degenerados, à proliferação de doenças pelo convívio com indivíduos não brancos e à contribuição africana na construção da nação. Agora, se tinha uma posição otimista diante da miscigenação que já “não produzia inevitavelmente “degenerados”, mas uma população mestiça sadia capaz de tornar-se sempre mais branca, tanto cultural quanto fisicamente” (SKIDMORE, 1976, p. 81).

Pela insatisfação dos anos anteriores, insistia-se em dar um rumo diferente para o Brasil, a partir da década de 1920. Isso começaria pela rejeição aos modelos estrangeiros e pelo fortalecimento da nação, revisitando sua diversidade. A raça já não era um dado relevante, nem a pretensão de uma homogeneização ou unidade racial.

A obra *Populações Meridionais do Brasil* (1920) de Oliveira Viana representou um marco transitório do racismo científico no Brasil até meados da I Guerra Mundial para o ideal de branqueamento como meta de melhoramento da raça. “Nos dois períodos, o branqueamento tinha sido o objetivo racial *de facto* da elite. Mas foi a explicação das origens históricas do

processo por Oliveira Viana que tornou sua obra tão compreensível para os leitores” (SKIDMORE, 1976, p. 222). Um trabalho revisitado que trazia uma visão otimista de elevação do sangue europeu, especulando o desaparecimento gradual do elemento africano.

O ideal de branqueamento predominou entre as décadas de 1920 e 1930, nos discursos de alguns intelectuais que acreditavam na viabilidade de uma nação unitária racialmente, por incentivo ao cruzamento racial com indivíduos brancos. Esse discurso atrelava-se ao pensamento nacionalista de que o Brasil deveria sair da condição de depositário de conceitos externos, rejeitando esses modelos importados e estudar soluções para os problemas internos por eles mesmos.

Era importante civilizar o país, branqueá-lo esteticamente sob o olhar de fora, a fim de conquistar prestígio perante o mundo, atrair investimentos estrangeiros e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, capital da República, seria o ponto de partida nesse processo civilizatório.

A construção de casas e monumentos nos padrões de civilidade europeus no centro carioca ocorreu às custas da demolição de casas da população mais pobre e sua retirada para fora da cidade, na intenção de remover a pobreza e a negritude do Rio de Janeiro, contribuiu, de certa forma, para deflagrar a revolta supracitada.

Foi em grande parte visando remover a pobreza e a negritude do centro da cidade que o governo federal demoliu e reconstruiu grande parte do centro do Rio no início do século XX, expulsando os habitantes dos cortiços para subúrbios miseráveis e afastados ao longo da linha norte ferroviária da cidade (ANDREWS, 2007, p. 154).

O estímulo à imigração ocorreu em grande parte dos países da América Latina, na intenção também de branquear a população dessas nações e diligenciando na transposição dos valores e padrões da cultura europeia. Com a imigração como ponto de partida no branqueamento das sociedades latino-americanas, “essas sociedades não precisavam apenas ser branqueadas demograficamente, tinham de ser também branqueadas cultural e esteticamente” (ANDREWS, 2007, p. 153).

A eugenia foi outro discurso segregacionista na tentativa de homogeneizar a população, “em prol da formação do homem saudável, belo, civilizado, definitivamente brasileiro” (DIWAN, 2014, p. 138). A Inglaterra do século XIX foi o berço dessa doutrina, criada por Francis Galton e utilizada como instrumento político de discriminação social e pureza étnica em algumas nações, como destaque: Alemanha e Estados Unidos.

Segundo Diwan (2014), a eugenia⁴ objetivava o aperfeiçoamento da raça humana, considerando como ideia central dessa teoria eugênica, a de que o talento não seria resultado do meio ambiente, mas herdado, assim como as doenças mentais, o crime e a marginalidade. No Brasil, a eugenia teve duas fases distintas: a primeira foi entre 1917 e 1928, em que estava ligada aos objetivos dos médicos sanitaristas, mais profilática; e a segunda, pós 1930, de radicalização da eugenia, de defesa explícita dos métodos de esterilização e de restrição à imigração, respaldando a política republicana.

O médico Renato Kehl foi dos principais adeptos da eugenia no Brasil. “Na conferência de 1917, Kehl discorre sobre a “nova ciência” de Galton e os benefícios que a eugenia pode trazer à sociedade” (DIWAN, 2014, p. 96). *A cura da fealdade* (1923) foi uma de suas obras, postulando a questão da fealdade como sinônimo de anormalidade psíquica e moral e sua cura por meio do embelezamento, visando o indivíduo civilizado, belo e saudável.

Ainda conforme Diwan (2014), existem outros estudiosos poucos divulgados ou relacionados a esse estudo da eugenia, como exemplo: Oliveira Viana, Fernando Azevedo, Coelho Neto, Miguel Pereira, Luís Pereira Barreto, Gilberto Freire, Vieira de Carvalho, Monteiro Lobato e Roquette Pinto.

Também ocorreu nesse período vários debates em torno da causa educacional, postulando-se como o país deveria ser por meio da educação, se ou não com a intervenção estatal que conduzisse a adequação dos indivíduos aos padrões socialmente aceitos de seu tempo. A educação era primordial para a subsistência da nação.

É nos anos 20, no âmago desse movimento, que se estabelece a já referida ruptura no modo de relacionar educação e sociedade. Produzindo a nação como carência que só a educação pode suprir, tal ruptura incidia no modo de pensar a educação, concebendo-a como função essencial à sobrevivência da sociedade (CARVALHO, 2003, p. 350).

Os discursos sobre eugenia ganharam força através da escola, sobretudo na arquitetura dos prédios, nos programas de ensino, na promoção de concursos de beleza, na preocupação com a aparência física ao praticar atividade física, nos livros didáticos, nas boas maneiras, asseio e postura ensinados aos alunos. Conforme Veiga (2007, p. 268), “as crianças

⁴ Eugenia: ciência ou conjunto de técnicas que tem por objetivo melhorar as qualidades físicas e morais das gerações futuras, principalmente por meio dos casamentos e de uma série de ações sociais, políticas e clínicas necessárias a esse controle. Recentemente, a eugenia foi reforçada pelos avanços da genética e da possibilidade de manipulação das técnicas de reprodução humana. In: **Gênero e Diversidade na Escola**: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009 – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009, p. 197.

negras e mestiças que passaram pelos bancos escolares construíram suas identidades convivendo com esse tipo de leitura e circundadas por imagens que negavam seus padrões estéticos”. Essas representações e práticas do cotidiano escolar que se apoiavam em padrões eurocêntricos negavam o legado dos povos africanos.

A segunda publicação da obra *Urupês* (1918), de Monteiro Lobato representou uma tentativa de desvincular educação com as ideias raciais, pois na edição anterior o personagem caboclo Jeca Tatu tinha atributos de preguiçoso e ignorante. O autor modificou suas assertivas, dando uma interpretação sanitarista para a situação desse personagem, passando a dizer que não eram inatos os defeitos atribuídos à Jeca Tatu, mas proveniente de questões sociais e econômicas.

Com a divulgação da fábula *A ressurreição de Jeca Tatu*, em lugar do discurso racial, o atraso do caboclo se explicaria pela proliferação de doenças e pelo analfabetismo, denunciando drasticamente a carência de investimento por parte do governo na saúde e na educação, preocupações cada vez mais crescentes no povo brasileiro. Conforme Diwan (2014), o *Jeca Tatu* passou de culpado a vítima. Monteiro Lobato, através dessa fábula, abraçava a causa da saúde pública, ensinando que a cura desse personagem da zona rural tornou-se possível com a visita do médico, que lhe instruiu quanto à prevenção das doenças, visando a uma vida saudável.

Tal discurso substituiu a concepção de educação centrada nas questões raciais pela educação do “povo rústico” ou do sertanejo, em meio a discussões que também problematizavam a oposição entre campo e cidade e a necessidade de sua superação, seja pelo planejamento econômico, seja pela educação” (VEIGA, 2007, p. 266).

Na década de 1930, ampliou-se o debate em torno da questão educacional com o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, sob a liderança de Fernando de Azevedo. Carvalho (2003, p. 343) ressalta que “é assim que a História da Educação é instituída como história da organização dos sistemas de ensino por políticas educacionais emanadas do Estado”. A história da educação traz como uma de suas marcas mais características a de relatar a ação do Estado, a ação ou pensamento das elites educacionais que visavam o progresso da nação, através da instrução popular.

As condições de acesso à educação dadas pelo Estado às camadas populares, incluindo os negros foram sendo discutidas, com vistas a livrar o país do parco desenvolvimento. Nesse momento também começava a se articular um plano educacional de expansão do ensino público.

Dentre várias produções, destacou-se a obra *A Cultura Brasileira* que posteriormente serviu para legitimar os interesses políticos do governo getulista. Segundo Carvalho (2003, p. 333), nesta obra deveria contemplar a formação da população brasileira.

Tal representação era a de uma “civilização peculiar” erigida pelo “povo brasileiro, em pouco mais de quatro séculos”, que se dera como obra de unificação cultural, de assimilação étnica e de expansão territorial, vencendo, heroicamente, os fatores desagregadores que atuavam nas diferenças de etnia e na diversidade regional do país.

De acordo com Skidmore (1976), a obra *A Cultura Brasileira* (1943), de Fernando de Azevedo foi recebida na ocasião de sua publicação como interpretação modelar da civilização brasileira, com a perspectiva de não mostrar mais o discurso de superioridade da raça, e sim de integração étnica. Fazia-se menção ao futuro racial brasileiro, com a política imigratória de preferência europeia, defendendo com base no censo demográfico de 1940 que índios e africanos tendiam ao desaparecimento com o processo de miscigenação.

Por conseguinte, os negros ainda eram inferiorizados, tanto que se cogitavam propostas para estabelecer barreiras de cor à imigração no país, de impedir a entrada de mais africanos, como ocorreu em 1929 no primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, visto que isso representaria um retrocesso no processo de branqueamento populacional. Os estudos eugênicos faziam parte desse processo, na medida que pesquisavam as condições mais favoráveis à perpetuação da população e depuração da raça.

O discurso de superioridade da raça e miscigenação conduzindo à degeneração tornaram-se ultrapassados diante dessa nova configuração mundial: de descolonização na África e Ásia e do movimento de reafirmação da negritude nos Estados Unidos. Agora, o Brasil buscava uma integração étnica, ressaltando que não oficializou políticas de segregação racial, tal como ocorreu nos Estados Unidos e na Alemanha. Segundo Diwan (2014), Renato Kehl reorientou seu discurso eugênico para a disciplina em formação no Brasil naquele momento, a Psicologia, sendo este pioneiro no estudo da Psicologia da personalidade. Nesse sentido, tinha-se uma elite mais cautelosa ao discutir as relações raciais e as barreiras de ascensão social ainda seguiam veladamente critérios de cor.

Essa falsa impressão de ausência de discriminação racial era um dos argumentos da elite brasileira para mostrar o Brasil superior perante os outros países. Os Estados Unidos eram frequentemente usados como exemplo de repressão sistemática às minorias raciais. Em relação ao negro, propagava-se também que a escravidão imposta no Brasil era benigna, branda e mais tolerante, em comparação aos Estados Unidos que praticou aversão irreprimível aos negros.

Com o fim da segunda Guerra Mundial, o ideal de branqueamento não servia mais como parâmetro para o desenvolvimento de uma nação. A Europa já não era mais o sustentáculo das ideias racistas e os Estados Unidos aboliu as políticas de segregação racial. Enquanto isso, a elite brasileira se posicionava de forma cautelosa ao debater as relações raciais, visto que a cor da pele não era mais tão relevante diante desses acontecimentos externos.

Da mesma forma, com a descolonização da África e Ásia não seria mais interessante para o Brasil continuar tratando desses discursos racistas, a essa altura em descrédito, especialmente, no estabelecimento de futuras relações comerciais com as nações não brancas desses continentes e também seria um constrangimento em relação a nova postura norte-americana e suas políticas de inclusão social dos descendentes de africanos.

Como legado histórico, o ideal de branqueamento ajudou na exclusão dos brasileiros de ascendência africana, no que se refere à limitação de galgar posições sociais. Segundo Skidmore (1976, p. 237), “quanto mais escuro fosse o brasileiro mais provável seria encontrá-lo no fundo da escala socioeconômica - e nisso coincidiam os diversos indicadores - renda, ocupação, educação”. O status social e a cor da pele estavam relacionados, pois esta exercia forte impacto sobre a mobilidade social, cuja conquista favorecia quem tinha pele mais clara.

Assim, a elite brasileira justificava o insucesso dos negros, índios e mestiços pelas condições socioeconômicas e não pela discriminação racial. Não viam porque oferecer assistência social, oportunidades de trabalho e de qualificação profissional aos não brancos tal como ocorrera nos Estados Unidos, dado que tinham muitos brancos pobres vivendo igualmente nas mesmas condições sociais inóspitas. Por isso, não despertava tanto interesse a implantação do sistema de cotas raciais.

2. O CONTEXTO EDUCACIONAL MARANHENSE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Nascimento Moraes viveu no período republicano, entre os anos de 1882 e 1958, em meio aos debates protagonizados pela intelectualidade brasileira em torno do projeto nacional pelo viés da educação e das doutrinas raciais, e das mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais. Essas questões refletiram no Maranhão onde ele atuou como professor do ensino privado e público.

Mesmo com a nova ordem política, o Maranhão permanecia com velhos problemas como o analfabetismo, produção econômica dependente das oscilações do mercado externo, diferenças sociais entre ricos e pobres, uma situação desfavorável para aqueles de origem pobre e vantajosa para filhos de políticos ou de famílias com poder aquisitivo.

Se o filho de família abastada tinha mais aparato e recursos para seguir nos estudos e ocupar cargos públicos com mais facilidade pela posição e influências junto ao Estado, os de origem pobre como Nascimento Moraes, desprovido de privilégios e sem apoio governamental que facilitasse a sua projeção social, trilhou um caminho de dificuldades para estudar, ingressar no mundo do trabalho até que conquistasse reconhecimento como escriturário, docente, literato, jornalista e redator-chefe de vários periódicos, dentre os quais: *A Pátria*, *Diário de São Luís*, *A Hora*, *Tribuna*, *Pacotilha* e *O Imparcial*.

Conhecer as táticas desse homem para fazer-se docente nessa conjuntura requer, antes de tudo, compreender o panorama educacional do período no qual ele estava inserido, pontuando mudanças e permanências no Maranhão pós-abolição e advento republicano, particularmente em relação à questão do analfabetismo, ao professorado maranhense e aos reflexos das doutrinas raciais no cotidiano escolar e nas práticas sociais.

É preciso frisar, aqui, que o Maranhão nas primeiras décadas republicanas⁵ foi marcado por momentos de expansão e retração econômica (REIS, 1992), apesar das tentativas

⁵ A economia maranhense oscilou entre momentos de expansão e retração nessa conjuntura, resultante de fatores internos, tais como: a desagregação da grande propriedade voltada para a exportação de produtos agrícolas e o conseqüente valor outrora investido nessa atividade sendo direcionado para o setor de serviços (transporte, abastecimento de água, iluminação pública e criação de Bancos) e o setor fabril (com a instalação de fábricas têxteis entre os anos de 1890 e 1895), escassez de mão-de-obra para lavoura, em virtude do fluxo migratório populacional, principalmente, para o Acre, com o surto de crescimento da borracha; e externos, expansão do comércio interestadual e a Primeira Guerra Mundial. No período imperial, a economia maranhense era tradicionalmente vinculada ao comércio internacional, o qual continuou mantendo ligações na República, sobretudo o setor de importação. No primeiro quartel do século XX, houve uma retração econômica no Maranhão, devido não somente a concorrência com a produção algodoeira norte-americana, como também no comércio nacional, mesmo com o impulso dado pelo crescimento na produção de arroz. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o comércio maranhense teve expansão com a exportação dos seus principais produtos: arroz, algodão, farinha, couros e a inclusão do babaçu, para o mercado de óleos vegetais. A partir de 1920, com o mercado

dos governadores de reverter essa situação, sobretudo por meio de empréstimos gerando endividamento crescente, bem como pelas disputas partidárias pelo poder estatal e suas articulações com a instância federal.

Para Martins (2006), a intelectualidade maranhense saudosista da geração de literatos do Oitocentos discutiu o marasmo e o lento desenvolvimento do Estado, por meio dos jornais, com atuação de intelectuais como Antônio Lobo e Nascimento Moraes que incentivaram os alunos no cultivo das letras, na formação de clubes estudantis que levavam nomes de intelectuais ilustres como Gonçalves Dias (homenagens em *A Renascença* - 1902 e *O Tentame* - 1919), Sílvio Romero (*A Inubia* - 1914), Nina Rodrigues (*A Mocidade* - 1906) e Machado de Assis (*O Estudante* - 1916).

Nesse sentido, tenciona-se nessa primeira parte abordar a educação maranhense, a partir das notícias veiculadas na imprensa periódica sobre o ensino secundário, o analfabetismo em pauta pelos estudantes, resquícios das doutrinas raciais e do passado escravista em forma de prosa e também relatos que aludem a essas questões.

2.1 O analfabetismo em debate no Maranhão

O Maranhão como os demais Estados tinha autonomia na estruturação do ensino primário e secundário, assumindo o compromisso de alfabetização do povo, na intenção de elevar o Brasil à condição de nação civilizada, tais como os países do continente europeu e dos Estados Unidos.

Preocupação por parte do governo brasileiro que remontava desde o período oitocentista, de modo a “conferir à instrução o estatuto de condição mais que necessária para elevar o Império à condição de Estado moderno e civilizado” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 53), com o intuito de promover a instrução do povo, para tirá-lo do atraso e da apatia, atribuídas pela elite brasileira.

Daí que a escola pública tinha como alvo a população pobre e miscigenada (Veiga, 2007). E não se fazia distinção pela cor da pele, negros poderiam aprender tal como os brancos, mestiços e indígenas, ou seja, “a questão da origem étnica das crianças não se constitui em um impedimento de frequência à escola pública” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 244).

internacional reequilibrando suas finanças, o Maranhão estava dependente novamente do comércio interestadual, especialmente com os Estados do Piauí, Ceará, Goiás e Rio de Janeiro.

Aprendia-se também em outros espaços informais, não tutelados pelo Estado, como por exemplo: em tavernas, escutando aqui e ali notícias sobre assuntos rotineiros, em casa com professores particulares ou preceptores contratados para educar as primeiras letras à prole rica, raramente abrindo espaço neste ambiente para os filhos das camadas mais pobres.

Os diversos espaços de sociabilidade em que os segmentos desfavorecidos vivenciaram uma educação informal, vêm demonstrar que esses grupos sociais lutaram pela ampliação do acesso à cidadania, à medida que se instruíam nesses lugares informais. Por exemplo:

Nas famílias, nas festas, rituais e procissões religiosas católicas; nas irmandades de pretos e pardos; nas oficinas agrícolas e urbanas; nas instituições asilares para órfãos; nos internatos; nos arsenais de marinha e do exército; nas fazendas; nas senzalas e nas comunidades escravas (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 225).

Conforme Veiga (2007), até meados de 1881, os analfabetos podiam votar. Com a Constituição de 1891, o acesso às letras e a instrução seriam transformados em critério para o exercício do direito ao voto, de modo que restringiu a um pequeno grupo de letrados a ocupação de cargos públicos.

Em contrapartida, isso acarretou na exclusão da maioria da população pobre. A maioria dos negros fazia parte desse contingente populacional que constituía o rol de analfabetos. Ser alfabetizado dignificava a si mesmo, além de ser reconhecido como cidadão, com direitos, deveres e participação nas decisões políticas, um caminho para ascensão social.

Rosemberg e Piza (1995-6, p. 120) reforçam que “as maiores barreiras escolares para crianças pobres e negras ocorrem nos primeiros anos de escolaridade primária”, juntando-se a isso o corpo docente pouco valorizado profissionalmente. Mesmo que a legislação garantisse o ensino primário, era essencial o Brasil alfabetizado para a sobrevivência social (CARVALHO, 2003), pois o estigma da cor impedia a inclusão social da população pobre e negra, dada vinculação preconceituosa do negro ao trabalho escravo.

O professor Nascimento Moraes teve embates inflamados na imprensa periódica com Antônio Lobo, literato, professor de Lógica do Liceu Maranhense e muito influente junto ao governo estadual, trocando desafeitos, ao expressar na parte introdutória de sua obra *Puxos e Repuxos* (1910), que a elite representada por seu desafeito o consideravam como negro ignorante, quase analfabeto (MORAES, 1910). Esse tipo de comentário provocou-lhe um efeito contrário: ao invés de dirimi-lo, serviu de incentivo para transpor cotidianamente as barreiras da discriminação social por meio da educação.

A exemplo da elite letrada brasileira, a elite maranhense pregava que a educação era a chave para combater o analfabetismo e assim fazer do Maranhão um Estado próspero e civilizado. Romper a imagem retrógrada de atraso e parco crescimento não ficou restrita às ações governamentais publicadas em congressos legislativos pela melhoria e expansão do ensino público, mas também foi discutida na imprensa periódica, como nos jornais *A Inubia*, *O Colejial* e *A Mocidade*.

Sobre a imprensa periódica, Castro e Castellanos (2008) ressaltam a importância desse tipo de fonte para a História da Educação maranhense, a exemplo da primeira publicação do jornal *O Conciliador* (1821). Além disso, os autores classificam em dois grupos: no primeiro grupo, notícias de âmbito geral, incluindo educação; segundo, versando sobre literatura, religião e educação, que se caracterizam pela curta duração e periodicidade irregular.

O jornal *A Inubia*, órgão da União Estudantil Silvio Romero, de cunho literário e com sede na praça Deodoro, que trazia homenagens a escritores brasileiros e fragmentos de obras literárias, publicou a reportagem intitulada “Ao som da Inubia”, de 3 de novembro de 1914, edição nº. 1, que discorria sobre a instrução do povo como questão urgente para conter o avanço do analfabetismo no Maranhão e do papel dos estudantes nesse processo:

Nós estudantes, também lançamos ao paiz, ao universo inteiro, a voz da Inubia, que voando nas asas da fé e da esperança, irá em busca de corações cheios de caridade, que saibam traduzir este nobre apelo em pról da justiça e do dever, em uma verdadeira comunhão de idéas. (...). É a mocidade que deve agir, como a principal parte interessada numa reorganização. Este é o nosso preludio, são os primeiros passos para a reação que se torna urgente e imperioza, é uma necessidade que se impõe, pelo futuro do paiz, pela sorte da geração provindora. Precisamos sacudir de cima de nós este marasmo que nos invade a alma, toldando-nos a consciência, e fazendo de nós verdadeiros escravos do erro, vítimas de uma apatia injustificavel, perante as nossas energias novas. A instrução jaz aniquilada, e o povo falto de luzes tateia no caminho do progresso. (...). Esse quadro triste se dezenha aos nossos olhos. (...). É preciso colocar a competencia no seu logar e destronar a imbecilidade. É preciso cultivar o merito, e deprimir a empafia que tudo absorve, estragando tudo. É preciso fazer do civismo um evangelho, do patriotismo um princípio, do estudo um estandarte, e romper de vez com os antigos preconceitos, com a rotina, com os prejuizos, quaesquer que sejam, enfim, sanear o meio, e tornar a atmosfera moral que nos envolve francamente respiravel. (A INUBIA, 1914, p. 1).

O trecho acima evidencia a ignorância do povo, desprovido de saber, apático, que precisa ser alfabetizado e se fazia necessário mudar esse quadro social, não esperando somente do Estado a resolução desse problema. Segundo Meireles (2008, p. 300), “o Governo, não era de fato, conforme a doutrina filosófica do regime – do povo, para o povo e pelo povo, de que vivia divorciado e de que se fizera esquecido”. O analfabetismo, nesse sentido, se reflete na

separação entre governo e povo, na falta de medidas mais efetivas para educar o povo, privilegiando assim interesses políticos e enriquecimento do grupo dominante.

No jornal *O Colejial*, em seu segundo ano de publicação, os alunos do Instituto Maranhense lançaram um número especial, nº. 2 de 13 de setembro de 1916, fazendo homenagem ao fundador professor pernambucano Dr. Oscar de Barros. A última página chama atenção para combater o analfabetismo, conclamando toda sociedade nessa tarefa. Aborda a seguinte frase em letras grandes: “Procurar extirpar o Analfabetismo do território patrio é um dever de honra para todos os brasileiros” (O COLEJIAL, 1916, p. 7). A população maranhense tinha que ser alfabetizada para o engrandecimento da nação. A educação visava o progresso, em prol do ideário político e social brasileiro que se utilizava da escola como mecanismo legitimador do poderio do estado republicano.

Esses discursos estavam presentes na fala do governador Herculano Nina Parga, na mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão em 5 de fevereiro de 1916.

Não se tem descurado o governo de suprir as escolas com mobiliário e material didático, que em muitas faltavam completamente, tendo feito encomendas a uma casa especialista da América do Norte, de objectos que se não encontram no commercio nacional. Incontestavelmente melhoramos neste assumpto, mas como não há problema nacional mais importante e não se pode pretender o crescimento moral e material de um povo de analfabetos, sem cuidar seriamente da instrução, e com urgência da escola primaria, confio ao vosso entusiasmo e ao vosso prestigio a cruzada que deve ser feita pela educação popular (MARANHÃO, 1916, p. 16).

Os jornais estudantis *A Inubia* e *O Colejial* eram essencialmente de cunho literário, contudo não estavam alheios às questões mais urgentes da sociedade maranhense, como a causa educacional. Inserem-se no contexto do governo de Herculano Nina Parga (1914-1918), sucessor de Luís Domingues, então envolto na crise política partidária e também com a prefeitura municipal de São Luís. Situação bem diferente no campo econômico, com a comercialização dos produtos agrícolas para abastecer o mercado externo, dadas as circunstâncias da Primeira Guerra Mundial. Segundo Meireles (2008, p. 280), Herculano Parga “zelosamente honesto na aplicação dos dinheiros públicos, pôde reequilibrar as finanças do Estado”. O autor salienta ainda que essa gestão se voltou para as finanças, sem dar continuidade aos planos do seu antecessor, tampouco prosseguir com as obras de saneamento básico da capital. No fim de 1917, deixou o mandato para disputar eleição para deputado federal.

Em *Analfabetismo, gênero e raça no Brasil*, Fúlvia Rosemberg e Edith Piza fazem um estudo sistemático, com base nos censos populacionais desde o ano de 1872 e estendendo-se até o século XX, mostrando variações nas informações sobre sexo, cor e analfabetismo no

Brasil. Antes, a coleta dessas informações era feita a partir dos registros paroquiais, depois ficou sob a responsabilidade do IBGE na década de 1940. “Ser reconhecido ou declarar-se analfabeto não se reduz a uma informação fria, neutra ou objetiva, pois passa pelo crivo da valoração social. Declarar-se analfabeto, ou ser reconhecido como tal, constitui, em determinados contextos, um estigma” (ROSEMBERG; PIZA, 1995-6, p. 113).

Para estas autoras, no Oitocentos mensurava-se: o número de analfabetos, total de habitantes, informação quanto à cor da pele com base nos registros paroquiais, mas eram dados passíveis de questionamento, pelo fato de não explicitarem os critérios para sua coleta. Além disso, interligava-se a cor da pele com quem era letrado ou não, levando-se em conta também a declaração por parte dos envolvidos no censo.

Isso não foi muito diferente no século XX, trazendo também informações pouco detalhadas acerca dos segmentos raciais, sobretudo na década de 1940, em que se pensava numa integração étnica no Brasil, reforçado pelos mitos nacionais e diante da conjuntura internacional norte-americana e da descolonização dos países africanos e asiáticos. A questão racial ficava no esquecimento, isto é, era deixada estrategicamente de lado das pautas governamentais. Usava-se a regra do fenótipo, dos atributos físicos do indivíduo na declaração da cor, ao invés da ascendência comum presente na conceituação norte-americana.

As autoras destacam, ainda que, os índices de analfabetismo se concentravam mais no meio rural do que no espaço urbano. E do ponto de vista geográfico, a região nordeste apresentava maior número de analfabetos, acrescentando-se a isso maior proporção de negros e economicamente mais pobre. Uma situação bem diferente para as regiões Sul e Sudeste com melhores níveis educacionais.

A relação entre cor e analfabetismo torna-se bastante complexa, considerando que o grande contingente de imigrantes europeus se fixou na parte sul do Brasil, então centro econômico e político do país, onde bem ou mal havia maiores investimentos em saúde, educação, moradia e saneamento básico, ao passo que na parte norte ficou concentrada grande parte da população negra, desprovida de oportunidades, sobretudo de aprender a ler e a escrever.

Nesse sentido, a auto declaração do indivíduo quanto à cor estava sujeita aos condicionantes históricos e sociais vigentes, consequência da não ampliação do acesso à cidadania. No senso comum, associava-se negro a analfabeto, o qual, ao mesmo tempo, excluía e reforçava que a serventia dos descendentes de africanos não poderia ser outra senão o trabalho braçal. “O analfabetismo que persiste no Brasil é, pois, fundamentalmente produto da exclusão

de populações empobrecidas dos bens sociais, em especial da educação” (ROSEMBERG; PIZA, 1995-6, p. 115).

A respeito disso, o Congresso Pedagógico⁶ (1920) no Maranhão discutia principalmente a questão do analfabetismo, como sanar esse problema, além de aspectos estruturais do ensino público e das condições precárias do professorado. Abordou também um estudo comparativo, expondo em valores muito próximos com maior concentração na região nordeste. Em relação aos demais Estados do país, não havia muita diferença no percentual de analfabetos no Maranhão.

Um articulista do sul, reportando-se à última estatística, mas sem nos dizer de quando, assinalava estas percentagens de analfabetos, a 8 de julho de 1921: - Alagoas, 80%; Amazonas, 67%; Baía, 77%; Ceará, 78%; Distrito Federal, 48%; Espírito Santo, 73%; Goiás, 78%; Maranhão, 74%; Mato Grosso, 73%; Minas Gerais, 74%; Pará, 70%; Paraíba, 83%; Paraná, 76%; Pernambuco, 80%; Piauí, 82%; Rio de Janeiro, 76%; Rio Grande do Norte, 79%; Rio Grande do Sul, 67%; Santa Catarina, 74%; S. Paulo, 75%; Sergipe, 75% (PACHECO, 1922, p. 238).

Evento que aconteceu no governo de Urbano Santos (1918-1922), político bastante conhecido na esfera federal, já que renunciou a vice-presidência da república para assumir o cargo estadual. No seu mandato, Meireles (2008) assinala algumas ações: na saúde, o Instituto Oswaldo Cruz, início da construção do leprosário do Sá Viana; no setor de serviços, estrada de ferro que liga São Luís a Teresina, desapropriação dos rios Cajupi e São Barbosa, edificação da Escola Modelo Benedito Leite, reforma do quartel da polícia militar. Ainda fez a reforma constitucional (1919), que, dentre vários pontos, substituía a eleição municipal pela nomeação do Estado, esta não teve aprovação dos deputados de oposição, uma medida preventiva justamente para evitar futuros conflitos entre governador e prefeito da capital como a que havia sido deflagrado na gestão anterior.

Quanto ao número de analfabetos em idade escolar, Paxeco (1922) fez referência em seu relatório apresentado no congresso interestadual, realizado no Rio de Janeiro em 1921 que apontava para o Maranhão cerca de 92% de analfabetos em comparação ao Distrito Federal

⁶ O Congresso Pedagógico foi realizado no dia 22 de fevereiro de 1920, em sessão solene que contou com a presença de autoridades municipal e estadual e demais membros da sociedade civil, cuja comissão organizadora formada por: Fran Paxeco, Godofredo Viana, Antônio Lopes e Antônio Bona fizeram a recepção dos convidados. De acordo com o Regimento Interno, “Art. 2º - O congresso visava a obter e apreciar quaisquer estudos ou informações, preocupando-se designadamente com a instalação da escola, os métodos educativos, a escolha de compêndios e o preparo técnico dos professores” (PAXECO, 1922, p. 19). Esse evento tinha como ponto central discutir a questão do analfabetismo, mas também abordou outros temas: ensino secundário (Liceu Maranhense) e primário, outros estabelecimentos de ensino, reformas de prédios escolares, quadro de professores e falas de governadores sobre a instrução pública.

com apenas 11% de analfabetos, concluindo que nesse lugar se propagava mais o ensino do que no resto do país.

O periódico *A Mocidade*⁷, órgão de iniciativa dos alunos do Liceu e do Centro Caixerai, tendo como: redatores: Josué Montelo, Carvalho Lago, Rego Junior, diretor-gerente Batista Lemos e secretário Valdemar Carvalho, publicou o artigo “Analfabetismo no Maranhão” em 8 de outubro de 1935, na edição nº. 6, de autoria de Batista Lemos.

Narra a lenda que existia na lagoa de Lerna, uma serpente de inúmeras cabeças, as quais renasciam e (...) decepadas (...) uma hidra. É realmente curiosa esta lenda! Tal caso da serpente de Lerna é o caso do analfabetismo em nossa terra. Tão vasta é a nossa unidade. E tão poucos os nossos letrados. Muitos têm sido os governos do Maranhão que têm procurado resolver o problema da Instrução. Isto, entretanto, tem permanecido em estado de vida latente, como se não fosse uma proposição capital para a vida progressiva de um povo. Tratando-se directamente da alfabetização do povo maranhense não devemos falar na capital onde de quando em vez se funda uma escola. Passemos da velha cidade de La Ravardiére para as ricas paragens do “hinterland” maranhense onde a Instrução ainda não penetrou com seu archote luminoso, dando lugar, portanto ao analfabetismo sem a menor resistência sequer. É o sertão maranhense, essa bela região de matas sempre verdes e orvalhadas; de inteligências sadias e incultas e almas cheias de sonhos, e, entretanto, desprovidas de luz. É para o sertão maranhense principalmente que a Instrução deve dirigir seus raios luminosos. O sertanejo precisa reconhecer o seu justo valor. Necessário se torna que ele se (...) da grandeza do seu Brasil; da inteligência admirável do seu povo, e da glória dos seus antepassados, de que tanto nos orgulhamos nobremente. O sertanejo maranhense quer alfabetizar-se. Ele chama pela luz sagrada da Instrução. Ele precisa esquecer o bramido apavorante do jaguar; a voz melodiosa do sabiá de suas matas; e toda poesia do tumultuar de suas cascatas que vibra na sua alma de Ignaro! É racional que num estado como o Maranhão onde predomina o analfabetismo, quase nada adiante na fundação de cinco ou seis escolas. Enquanto alfabetizarmos cem vão ficando quinhentos sem se alfabetizarem. Eis aqui o caso da hidra de Lerna cujas cabeças foram decepadas por um só golpe de Hercules. Para o caso do analfabetismo no Maranhão, mister se torna uma medida muito seria contra esse mal horrível que tenta envolver em negro, toda a grandeza de nosso passado. Batista Lemos (Do “Centro Maranhense de Artes e Letras”) (*A MOCIDADE*, 1935, p. 6).

O artigo acima comparou a *hidra de Lerna*⁸, personagem da mitologia grega, ao analfabetismo, apontando que isso ainda persistia no Maranhão dos anos 30, por mais que o

⁷ O jornal *A Mocidade*, Órgão de Iniciativa do Liceu e do Centro Caxeiral, cujo lema era “Os povos sem mocidade não tem futuro”, era organizado pelos alunos do Liceu e tinha como redator Josué Montelo. Com periodicidade indeterminada, circulou durante os anos de 1934 e 1935. Seu objetivo era reascender a vida literária ludovicense, acreditando no protagonismo da juventude para o progresso da sociedade. Essas informações constam no Catálogo de Jornais Maranhenses do Acervo Digital da Biblioteca Pública Benedito Leite (1821-2007). Infelizmente, algumas partes desse periódico estão ilegíveis, as que estão entre parênteses não podendo ser transcritas.

⁸ A *hidra de Lerna* é um ser mitológico, filho dos monstros Tifão e Equidna, que habitava o lago de Lerna na Grécia Antiga. Tinha o corpo de dragão e sete cabeças de serpente, seu hálito e veneno eram mortais e cada tentativa de lhe decepar uma cabeça, ela se regenerava. Conta a lenda que a hidra foi morta por Hércules que utilizou a tática de cortar seis cabeças e as incinerar, sendo que a última cabeça, após ter sido decepada, ele a enterrou, colocando sobre ela uma grande pedra. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Hidra_de_Lerna. Acesso em: 30 ago. 2015.

Estado tivesse se empenhado no combate desse problema crônico, por meio de leis e decretos sobre o ensino público, construção e reforma de prédios, essa situação era mais alarmante no interior do que na capital. Quase impossível resolvê-lo, diante da demanda. Um grande desafio encontrar uma tática, tal como o personagem Hércules para conter avanço de não-letrados e ter mais pessoas instruídas. Além disso, exortava a necessidade de alfabetizar o sertanejo e que as medidas tomadas pelo governo como a construção de escolas não foram suficientes para reverter essa situação.

Segundo Fernandes (2003, p. 229), “é preciso, porém, que o objetivo pedagógico, resumindo toda a obra de educação do povo, vá também até onde a civilização é precária e se torne amplamente eficaz em todas as zonas do País”. O processo de interiorização da educação maranhense nas cidades próximas ou não da capital ocorreu, conforme os interesses políticos e econômicos, uma inserção lenta e a longo prazo.

A esse tempo, Aquiles Faria Lisboa (1935-1936) representou o Maranhão no período getulista, sendo eleito governador em Assembleia Legislativa, a 20 de junho de 1935 (Meireles, 2008). Uma gestão marcada por desentendimentos e contendas entre grupos partidários que brigavam por cargos nas secretarias estaduais e pela prefeitura ludovicense, estendendo-se também aos três poderes: legislativo, executivo e judiciário. A 3 de junho do ano seguinte, ele foi destituído do cargo por decisão judicial. Não demorou muito para a intervenção federal, dada a fragilidade interna para solucionar suas próprias crises e a tensão política instaurada.

Em outra reportagem do mesmo jornal, *A Mocidade*, de 8 de agosto de 1935, edição nº. 5, trazia uma nota sobre a iniciativa dos estudantes do Centro Maranhense de Artes e Letras de combater o analfabetismo, com a criação de uma escola voltada para as pessoas pobres. Essa atitude mostrou que a consciência de mudar a situação da educação no Maranhão, independente de medidas governamentais.

Procurando desenvolver a alfabetização em nosso Estado, o Centro Maranhense de Artes e Letras vai fundar uma escola afim de alfabetizar as pessoas pobres que desejarem receber a sagrada luz da Instrução. Aos moços do Centro de Artes e Letras, “A Mocidade” cumprimenta por tão feliz iniciativa (A MOCIDADE, 1935, p.1).

Após uma breve e conturbada gestão, com pouca ou nenhuma ação no campo educacional, sobreveio o governo Paulo Ramos (1937-1945) como interventor federal no Maranhão que, “entrava em um período, mais ou menos longo de paz e desenvolvimento” (MEIRELES, 2008, p. 319). Várias obras públicas foram realizadas, a citar: reforma do Palácio

do Governo, construção do fórum Clóvis Beviláquia, da maternidade Benedito Leite, do hospital infantil, criação do Banco do Estado e do Palácio da Educação.

Em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1937, Paulo Ramos expôs suas realizações na instrução pública, melhorias especialmente no ensino primário, elevar o nível de ensino, no que diz respeito ao aspecto físico e aquisição de materiais didáticos, fardamento escolar para os alunos pobres, conforme o trecho a seguir:

Dentro das forças orçamentárias, o Governo pode determinar a aquisição, este ano, de 400 carteiras duplas, tipo Santa Catharina, além de globos e mappas muraes e outros materiaes de ensino. O Estado forneceu auxilio a estudantes pobres, traduzido em livros didaticos e uniformes escolares. Tenho procurado diffundir a instrucção no Estado, como me cumpre (...). Cumpria ao Maranhão manter as suas nobres tradições de amor ás letras, maximé quando a mocidade maranhense reclamava medida de tão elevado alcance, o que nos permitia cooperar pela elevação do nível cultural brasileiro (MARANHÃO, 1937, p. 74-75).

A Constituição de 1937 conclamava a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de origem étnica. Em contrapartida, no quesito “Da Nacionalidade e da Cidadania” abordava quem eram os brasileiros, nascidos no país ou não e naturalizados, e aqueles que não teriam direito ao voto, mais uma vez, excluindo a maioria da população. Por mais que, o exercício da cidadania se estendesse a ambos os sexos, restringia primeiramente aos analfabetos que representavam grande parte dos brasileiros, ao mesmo tempo que reforçando a necessidade das pessoas se matricularem na escola para aprender a ler e escrever.

Art. 117. São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de dezoito annos, que se alistarem na fórmula da lei. Paragrapho unico. Não podem alistar-se eleitores: *a)* os analfabetos; *b)* os militares em serviço activo; *c)* os mendigos; *d)* os que estiverem privados, temporaria ou definitivamente, dos direitos politicos (PORTO, 2012, p. 80).

No Maranhão, o analfabetismo deve-se também à descontinuidade de ações voltadas para a educação entre os governos, preocupados em evidenciar suas medidas, mesmo que sejam interessantes as ideias deixadas pela gestão anterior que não puderam ser concretizadas. De acordo com Fernandes (2003, p. 229), “é que os governadores ou presidentes de Estado, raro seguem as normas de ação de seus antecessores”.

O analfabetismo não foi resolvido ao longo do século XX, tanto no Maranhão como no resto do país, assim constituindo um forte indicador de exclusão econômica e social. Houve pouco interesse da elite maranhense em difundir um ensino em articulação com as sucessivas gestões governamentais, pois cada governo a seu tempo queria fazer suas próprias reformas no ensino público.

2.2 Educação, discriminação racial e eugenia nos periódicos maranhenses

No último quartel do Oitocentos eram comuns notícias sobre as doutrinas racistas nos jornais maranhenses, apresentando o negro de forma estereotipada, debates filosóficos sobre a origem da humanidade, anúncios de fuga de escravos e recompensas pela captura, textos de autores estrangeiros traduzidos que versavam sobre essas ideias, bem como da necessidade de educação popular.

A exemplo, o jornal político *O Tempo*⁹, em 24 de junho de 1878, edição nº. 20, publicou o texto “A educação do povo”, apontando questões que se prolongariam no regime republicano: educação, higiene pública, eugenia, imigração e raça.

Em nosso paiz a instrução publica está pedindo com urgencia uma reforma séria e completa, capaz de elevar à altura maxima o nivel moral do povo; e parece-nos que é este o único meio de resolver o importantíssimo problema que tanto occupa hoje a atenção, tanto attrae o estudo dos nossos homens politicos. Sem fortalecer, como se faz mister, as funções cerebraes, as aptidões do espirito, que tornão o homem um ente superior em toda escala zoologica, e têm autorizado os naturalistas a fazerem da especie humana um reino à parte, não poderemos jamais conseguir a realização da grande obra do progresso, a regeneração do espirito nacional. A educação popular é o elemento fecundo da civilização, a arma poderosa das conquistas modernas. (...). Cumpre, portanto, que a hygiene venha estabelecer as suas regras em relação à educação do povo. Só assim poderemos transformar gerações decadentes, reerguer famílias arruinadas pelas molestias hereditarias, inocular sangue novo nas organizações rachiticas, vitalisar a intelligencia dando-lhe órgãos aptos para o desempenho cabal da vida de relação. Entendem alguns homens políticos que único meio de derramar habitantes pela vasta superficie do nosso selo é a emigração estrangeira; mas aqui há engano manifesto. Devemos em primeiro logar desenvolver a nossa raça que decae, que anemica desfallece à mingua de bõa hygiene (O TEMPO, 1878, p. 3).

Conforme o trecho acima, havia a necessidade de educação para as camadas populares como solução viável para civilizar-se, o país progredir e conquistar reconhecimento diante de outras nações. E também ensinar o povo sobre higiene, visando a prevenção das moléstias. Ainda fazia menção ao estudo das ciências naturais em torno do desenvolvimento psíquico do homem e do estímulo às suas capacidades cerebrais. Por fim, indicava a imigração estrangeira como antídoto na construção de uma nação homogênea.

⁹ *O Tempo*, jornal político, publicação semanal, atendia aos interesses do Partido Conservador. Era pertencente a Gomes de Castro, João da Mata de Moraes Rêgo, Manoel Ribeiro da Cunha e Abílio Ferreira França. Essas informações foram extraídas do Catálogo de Jornais Maranhenses do Acervo Digital da Biblioteca Pública Benedito Leite (1821-2007).

A elite brasileira, patriota e disciplinar, apostou nesse projeto de raça e de incremento econômico às lavouras de café. Mais de setecentos mil negros escravos foram alforriados e deixados de lado, sem nenhum tipo de reconhecimento por séculos de trabalho forçado. Os imigrantes europeus não carregavam o estigma preconceituoso de que eram preguiçosos, sujos e indisciplinados tal como os negros e os mulatos (DIWAN, 2014, p. 117).

De certa forma, essas questões veiculadas na imprensa periódica perdurariam nas décadas seguintes na república, especialmente abordando notícias relacionadas à educação, à discriminação racial e à eugenia, conforme os periódicos maranhenses: *O Combate* (1906), *A Tocha* (1911), *Estudante* (1937) e *O Imparcial* (1938).

O jornal *O Combate*¹⁰, de 17 de setembro de 1906, nº. 6, de publicação semanal e sob a responsabilidade do proprietário Herbert Jansen, publicou um poema satírico, sem autoria, intitulado “Mulheres e doce”. O texto metaforizou cor da pele, atributos, tipo físico da mulher com alguns alimentos e adjetivos pejorativos.

Mulheres e doce
 A loura é fios de ovos.
 A clara é creme de leite.
 A morena – pão-de-ló.
 A preta - Tutu de jeijão.
 A alta é bolo crescido.
 A baixa é tareco.
 A gorda - brôa de milho.
 A magra - pe canudo.
 A bonita - manjar do céu.
 A regular - doce de coco.
 A commum - arroz doce.
 A feia - doce de aboboras.
 A simples é melado.
 A affectada - quindins de sinhá.
 A solteira - bolo de arroz.
 A casada - fructa de calda.
 A viuva – suspiro.
 A rica - botão de ouro.
 A pobre – rapadura.
 A devota é mãe benta.
 A herege é mentira.
 A geniosa - bala de estalo.
 A madrasta é pimentão.
 E a sogra? ...coscorão.
 (O COMBATE, 1906, p. 3).

¹⁰ O jornal *O Combate* inaugurou em 1906, dizendo-se neutro em relação aos conflitos dos grupos partidários. Apresenta poesias, crônicas e poemas de literatos maranhenses como Coelho Neto, além de anúncios, convites para eventos sociais, festividades religiosas, informes da instrução pública, principalmente sobre o Liceu Maranhense. Essas informações constam no Catálogo de Jornais Maranhenses do Acervo Digital da Biblioteca Pública Benedito Leite (1821-2007).

De forma sutil, o poema acima atribuía às mulheres supostos defeitos e qualidades de sua categoria social. “A cor da pele, a textura do cabelo, e outros sinais físicos visíveis determinavam a categoria racial em que a pessoa era posta por aqueles que ficava conhecendo” (SKIDMORE, 1976, p. 55). Em relação à mulher preta ser associada a “tutu de feijão”, poderia ser uma alusão ao feijão com carne de porco salgada, toucinho e farinha de mandioca que os africanos escravizados faziam, a partir das sobras da comida preparada para os senhores de escravos. Segundo Veiga (2007, p. 268),

Sobre a temática étnico-racial continuou-se afirmando o padrão de uma sociedade branca caracterizada por uma estética, hábitos e valores “superiores”. Os afrodescendentes continuaram sendo interpretados em sua “inferioridade”, seja como tema do ensino de história, no estudo das mazelas do passado escravista e totalmente submisso aos senhores, seja como temática do folclore nacional.

Outro jornal *A Tocha*¹¹ se autodefinia crítico e noticioso, fazia narrações de eventos pitorescos, lidava ao mesmo tempo com seriedade e humor os acontecimentos veiculados. Durante os anos de 1911 e 1912 teve periodicidade curta e indefinida, tampouco fez referência a seu redator e proprietário. Na reportagem “No bairro S. Pantaleão”, sem dia e mês definidos de 1911, edição nº. 24, de autoria anônima, assim discorreu sobre uma mulher adúltera:

No bairro S. Pantaleão.

Recebemos a seguinte, que gostosamente publicamos sem que tenhamos responsabilidade. Sr. redactor, é com indignação que pego da pena para escrever-vos relatando-vos a ingratidão de uma sujeita casada residente aqui nesta rua que, segundo afirmam abandonou o marido por este ser de côr preta. Sinto-me deveras intrigada para desvendar este mysterio que não é mais nem menos do que um miseravel ardil de que lançou mão essa mulher inconsciente, cujo pretexto foi abandonar o esposo para entregar-se às conquistas amorosas de um D. Juan, verdadeira flôr mimosa que tem sido a desgraça de muitas donzellas, como também de mulheres casadas. Essa mulher a que ora me refiro, senhor Redactor, quando se enamorava com esse homem que teve a infelicidade de ser esposo, sabia, elle ser um negro, o que uma vez casada com um negro, teria que sujeitar-se a posição social a que lhe fosse imposta pelo marido. Pois bem; essa desmiolada esposa quebrando os anhelos matrimoniais, abandona a convivencia do esposo, procurando o lar paterno, allegando que nao quer mais a companhia do esposo, porque elle e um negro! É de pasmar! Chega mesmo a repugnar as consciências sãs e limpas, o incorreto procedimento dessa mulher, indigna de possuir o nome da esposa! O bairro de S. Pantaleão está cheio de commentarios, condemnando o seu procedimento. Sei de fonte limpa que ella está agora, entregue aos desfrutes, de um homem que a sociedade tem o direito de repudiar, homem que é um verdadeiro cancoro social, e que tem prostituido a muitas donzellas, e que por isso mesmo tem o sentimento baixo, sendo o característico da desfaçatez desfolhada qual

¹¹ O jornal *A Tocha* circulou por dois anos, sendo que alguns números não apresentam datação. Dentre os assuntos mais citados, destacam-se: mulher, adultério, violência contra mulher e histórias cotidianas de alguns lugares da cidade, a citar: Anil, caminho da Boiada, Apicum, São Pantaleão. Essas informações constam no Catálogo de Jornais Maranhenses do Acervo Digital da Biblioteca Pública Benedito Leite (1821-2007).

a flôr mimosa dentro de uma garrafa d'agua Apollinares. Na quinta-feira contarei o resto. Uma visinha. (A TOCHA, 1911, p. 1).

Já era de costume esse periódico publicar casos do cotidiano social como: adultério, prostituição, receber anonimamente notícias que aconteciam no centro da cidade ludovicense e que gerava comentários entre a população, especialmente daqueles que se consideravam guardiães da moral e dos bons costumes. Mais agravante do que a suposta traição da mulher casada foi o ato dela abandonar o marido pelo fato de ser negro. A atitude dessa mulher foi repudiada, exposta como vilã e culpada pela situação, visto que deveria saber das consequências da união inter-racial, dentre elas a discriminação racial.

O caso narrado mostrou também resquícios do passado colonial, em relação à união inter-racial, como a que contou o literato Aluísio Azevedo em *O mulato* (1881), a respeito do romance proibido entre o mulato Raimundo e Ana Rosa, uma mulher branca.

Em outra publicação de *A Tocha*, de 1º de outubro de 1911, nº. 45, sob o tema “Mizeria!”, o dito jornal faz um breve relato sobre abuso sexual sofrido por uma jovem no centro de São Luís. O algoz do ocorrido era casado e teria deixado a vítima grávida.

Mais uma infeliz que perdeu a honra; mas uma para servir de repasto aos abutres negros! Essa a que hora nos referimos vive em companhia de respeitável Senhora bastante conhecida na sociedade que prezentemente se acha doente. A pobre senhora está como uma maluca! Um sujeito casado, morador na rua da Mangueira, prostituiu sua sobrinha que logo ficou grávida. A infeliz que sofre de allucinações momentaneas está bastante abatida. Doida, e prostituida! (A TOCHA, 1911, p. 2).

Para além da descrição acima de desonra da mulher, conseqüente desonra familiar e repúdio da sociedade, por causa do crime de defloração, outra questão pertinente foi a expressão “abutres negros”. Essa expressão trazia uma visão negativada do afrodescendente, associando-o à criminalidade, à desordem social. Conforme Skidmore (1976, p. 64), caracterizava-se “a imagem do negro como um elemento atrasado e antissocial, dando assim à elite novo incentivo para trabalhar por um Brasil mais branco”.

Os negros eram estigmatizados não somente pela ideologia do branqueamento ou a política eugenista presente nas práticas sociais, mas também pela maioria deles estar inclusa na população mais pobre e com baixa escolaridade, compondo o extrato menos qualificado pelo descaso quanto ao incentivo de oportunidades na melhoria das condições de vida.

Diante da ideologia dominante no país de embranquecimento para melhoria do status social e da posição de subalternidade das mulheres, homens tendem a preferir mulheres mais claras para “melhoria da raça”. Assim, as mulheres pretas tendem a ter

menos chances de procriarem, e de procriarem crianças tendencialmente analfabetas (ROSEMBERG; PIZA, 1995-6, p. 120).

Segundo Veiga (2007, p. 265), “o discurso republicano aprimorou os preconceitos raciais por meio da ciência. Esse fator é muito importante para pensarmos os processos de desqualificação social da população escolar negra e mestiça”, não somente no espaço escolar, como também através da imprensa maranhense como canal de difusão mais ampla de preconceitos e estereótipos sobre esses segmentos sociais.

O jornalista e escritor maranhense João Dunshee de Abranches Moura (1867-1941), escreveu *O cativo*, cuja primeira edição foi de 1941, onde exprime suas impressões memorialísticas da terra maranhense que nasceu, registrando em prosa o cotidiano colonial escravista e a interação entre os diversos segmentos sociais. No capítulo VII - Preconceito de raça trouxe a situação de mulheres negras que alcançaram destaque social, no caso a escrava alforriada Catarina Mina que se casou e se fez comerciante na Praia Grande e Evarinta, herdeira do capitalista Malaquias Gonçalves. E outras mulheres que buscavam consorciar-se com pretendentes brancos, seguindo a prerrogativa da superioridade branca e das vantagens de aceitação social.

Outras mestiças, todavia, queriam à viva força passar por brancas. Eram de uma crueldade sem igual com os servos de sua raça. E tudo faziam e sacrificavam tudo para se introduzir nas famílias de sangue puro. Estas, entretanto, eram de um rigorismo tradicional; e, quando tinham de consorciar os filhos, iam nas suas pesquisas até aos tetravôs dos pretendentes (ABRANCHES, 1992, p. 33).

A união inter-racial e o ideal de branqueamento narrado por Dunshee de Abranches exemplificou o quanto o discurso de supervalorização dos indivíduos de cor mais clara ajudava a desqualificar injustamente os descendentes de africanos. De acordo com SKIDMORE (1976, p. 90), a “insistente visão de um Brasil branqueado aparece também na ficção literária”. Nesse sentido, a literatura de ficção, sobretudo o romance, era uma leitura bem acessível entre estudantes e membros das elites letradas na proliferação desses discursos.

A despeito disso, o jornal *Estudante*¹², destinava-se à produção intelectual dos estudantes do Liceu Maranhense. Na edição nº.4, de 19 de dezembro de 1937, o estudante

¹² O jornal *Estudante*, órgão oficial do centro liceísta, apresentava vários artigos científicos, poéticos e informes sobre educação. Tinha Nascimento Moraes como colaborador, redator João Rocha Matos, Perdigão Freire como secretário e Baptista Lemos como diretor. Essas informações poder ser encontradas no Catálogo de Jornais Maranhenses do Acervo Digital da Biblioteca Pública Benedito Leite (1821-2007).

Antônio Oliveira publicou o texto “ A escrava”, onde narrou a vida de uma negra escravizada chamada Joana numa fazenda, em forma de diálogo, com perguntas e respostas.

A tia Joana – era assim que lhe chamava a menina da redondeza – era uma antiga escrava, muito pretinha e quase centenaria, que vivia na fazenda, lavando os pratos e cuidando das creanças.

-Tia Joana, quantos annos você tem? Perguntei-lhe, um dia.

Fazendo uma careta e coçando a carapinha toda branquinha como um grande capucho de algodão, ella me disse: “êh, êh, sinhô.

Nêga véia num sabe não!

Tia Joana já viveu tanto, graças a Nosso Senhor, que intê já se esqueceu da idade.

Nêga véia só se lembra que panhô, panhô muito, pra trabaiá.

E, repuxando o cabeção, foi me mostrando, uma por uma com a mão trêmula, pelas costas, pelos braços, as cicatrizes, os vestígios indeléveis do chicote!

-Oh! Tia Joana! Que foi que você fez, que crime commetteu, para lhe castigarem desse modo?!

Sinhô, nêga véia num fez nada! Num fez mau a ninguém, num deu desgosto!

Nêga véia trabaiava como quê, e quanto mais trabaiava, mais branco surrava!

Só branco é que sabia por que Tia Joana panhava...

Desde esse dia, fiquei gostando mais da Tia Joana. Quando ella morreu, beijei-lhe as mãos, chorando, com saudade e com pena daquella velha escrava que apanhava tanto sem saber por que! ... Antonio Oliveira (ESTUDANTE, 1937, p. 4).

Assim como o romance de Dunshee de Abranches, o texto deste periódico trouxe memórias do cativo, reproduzindo o discurso da africana escravizada como subserviente, conformada à condição jurídica a que foi submetida, que internalizou a religião cristã e que mesmo trabalhando muito, ao invés de ser recompensada, apanhava em demasia que seu corpo tinha as marcas do cativo.

A força das ideias evolucionistas ajudava a manter a representação dos negros de um modo em geral, como integrantes de uma espécie num estágio inferior da evolução humana. A redentora humanização contida nas poesias convivia com antigo discurso da inferioridade intelectual, agravado pelo preconceito racial (FARIA, 2004, p. 97).

O jornal *Estudante* expressou o apego aos paradigmas europeus, servindo aos interesses da elite maranhense, pois reforçavam a hierarquia social e seus mecanismos de cerceamento existentes em seu bojo. Misturava-se a essa ideologia uma postura humanitária, de se amenizar os castigos aplicados aos escravos, tão propalada pelo movimento abolicionista e sua luta em prol do fim da escravidão e agora lembrado entre o corpo discente, a fim de transmitir pedagogicamente como eram as relações entre senhor e escravo.

Já no periódico *O Imparcial*, de 19 de fevereiro de 1938, o jornalista Francisco Figueiredo publicou o artigo “A Eugenia e o Alcoolismo no Estado Novo, o qual também consta na obra *A contribuição Maranhense para o Estado Novo* (1938), que reúne outros artigos,

incluindo nela duas produções do professor Nascimento Moraes nesse mesmo jornal sobre o governo Vargas. O artigo aponta a necessidade de difusão do estudo da eugenia no contexto do Estado Novo, conforme o seguinte trecho:

O alcoolismo e a syphilis são os factores principaes do despovoamento e da decadencia das raças. (...). Com o advento do Estado Novo, observou-se, por felicidade nossa, symptomas do despertar nacional. Dahi, a urgencia de fundação das escolas domesticas, “principalmente as de character rural; dahi, sobretudo, a urgencia de se abrir nestas escolas um curso de Pluricultura”. Devemos quanto antes recorrer à sciencia de Galton ou a hominicultura de Landouzy. A Eugenia divide-se: - a) Eugenia positiva; b) Eugenia preventiva; c) Eugenia negativa. A Eugenia positiva se applica em educar a mocidade para o matrimonio, em civilisar o instincto de reprodução, este instincto que Pernard diz “o mais poderoso, o mais nobre de todos, porque elle representa a salvação da Especie, pois que elle tem por missão assegurar a sua conservação”. Segundo Grassel, a Eugenia preventiva é a prophylaxia dos males humanos. A Eugenia negativa visa a restricção do nascimento de individuos anormaes, doentes, degenerados, tarados. “Propõe para esse fim estatuir o exame pre-nupcial dos nubentes”. A Eugenia negativa tem por fim evitar geração de anormaes. (...) O Estado Novo deve pôr de lado todos os preconceitos do meio e executar sem vacillações a parte referente à eugenisacção da raça (FIGUEIREDO, 1938, p. 17-20).

Esse artigo mostra que o debate sobre eugenia no Brasil também foi explorado na imprensa maranhense, informando aos leitores da importância dessa ciência, dos tipos de eugenia, seus pressupostos teóricos, sobretudo em Francis Galton, e dos possíveis benefícios da propagação desse estudo para a sociedade maranhense. Em outras matérias dos jornais anteriormente citados como *A Tocha*, nos casos de prostituição e defloramento de mulheres aborda-se a preocupação com as doenças venéreas e também em relação ao consumo de álcool, a propagação de bebidas.

Conforme Diwan (2014), a eugenia no Brasil, que tinha Renato Kehl como principal representante, teve dois momentos: o primeiro alinhado aos propósitos sanitaristas, prevenção de doenças, de ensinar hábitos de higiene ao povo, como foi o caso do personagem *Jeca Tatu* de Monteiro Lobato; segundo, de radicalização, defendendo métodos de esterilização e de restrição da imigração. Por meio da publicidade, pregava-se que a eugenia como política da felicidade, higienização moral da sociedade, defendendo os casamentos dentro da mesma raça, considerando inaptos à procriação: débil-mentais, tarados e criminosos. E a escola era um desses espaços difusores dessas assertivas.

A exemplo disso, o jornal *Estudante*¹³, de 19 de dezembro de 1937, publicou em nota “Pelo Lyceu Maranhense”, a respeito da reforma do Liceu Maranhense e das modificações

¹³ O jornal *Estudante* dos alunos liceístas, manteve-se por um ano, publicando temas relacionados à educação. Tinha como colaborador o professor Nascimento Moraes, diretor Batista Lemos e redator João Rocha Matos. Essas

em suas dependências, buscando atender às exigências de higiene e prevenção de doenças ou acidentes. A mesma nota salientou o empenho do diretor da instituição nos reparos do prédio, cujos recursos para dar continuidade viriam do governo estadual.

Por iniciativa do sr. dr. Antônio Cordeiro, diretor do Liceu Maranhense, este estabelecimento está passando por uma reforma na sua fachada e algumas dependências internas. O dr. Cordeiro adaptou também o velho e educandário de dois extintores de incêndio como medida salutar e preventiva que há muito se tornava necessário. Outros melhoramentos serão introduzidos, segundo afirmou-nos o nosso director, conforme as possibilidades dos poderes públicos (ESTUDANTE, 1937, p. 2).

O discurso eugênico, nesse sentido, também se entranhou enquanto fenômeno biológico no campo educacional. Conforme Veiga (2007, p. 270), “a aplicação imediata dos conhecimentos da biologia na educação foi na área de higiene escolar (prédio, mobiliário, hábitos higiênicos), na introdução das fichas antropométricas ou sanitárias, da ginástica, da educação física”.

De acordo com Skidmore (1976), Schwarcz (1993) e Diwan (2014) houve pouco interesse em discutir a presença africana que não fosse de forma estereotipada nessa conjuntura social, econômica e política, visando atender às expectativas dos países “civilizados”, sobretudo, no incentivo à imigração principalmente mediterrânea, à preocupação em branquear estética e culturalmente a população, enaltecendo valores e costumes europeus. E o Maranhão estava aberto às influências externas, conforme os jornais anteriormente abordados.

2.3 Ser professor do Liceu Maranhense

O Liceu Maranhense era a principal instituição de ensino secundário, criado pela lei provincial nº. 27 de 24 de julho de 1838. Tal estabelecimento de ensino era de caráter propedêutico, de transmissão do conhecimento científico ocidental acumulado historicamente. O objetivo geral desta instituição, de acordo com o *Regulamento do Lyceu Maranhense*, capítulo I, art. 1º, era de “proporcionar a cultura intelectual precisa para a matricula nos cursos superiores da Republica e dar a educação e instrucção integraes, necessarias ao cidadão” (MARANHÃO, 1896, p. 1).

informações constam no Catálogo de Jornais Maranhenses do Acervo Digital da Biblioteca Pública Benedito Leite (1821-2007).

Com a estrutura escolar e o programa de ensino equiparados aos do colégio Dom Pedro II no Rio de Janeiro, então referência nacional, o Liceu Maranhense preparava os jovens para estudarem nos centros acadêmicos fora do Estado, saindo dali figuras vultosas do cenário maranhense que seguiram a carreira política, jornalística e também docente. Para citar alguns: Francisco Sotero dos Reis, Antônio Lobo, Fran Paxeco, Josué Montelo, Juvêncio Odorico de Matos, Raul da Cunha Machado, Jerônimo José de Viveiros, Domingos Afonso Machado, Inácio Xavier de Carvalho.

Ser professor do Liceu Maranhense no tempo de Nascimento Moraes denotava grande prestígio perante o Estado, estando além da possibilidade de reconhecimento e respeito em sala de aula pelos alunos. Independente da disciplina ministrada, o desempenho e aprendizado dos alunos repercutia positivamente ou negativamente em números na imprensa jornalística, já que era costume divulgar as notas dos alunos para conhecimento geral, data de aplicação dos exames finais, lista de aprovados.

Da mesma forma, pela imprensa periódica divulgava-se sobre os docentes: nomeação, concursos, convocação para presidir e compor mesa examinadora, ser requisitado para avaliar o trabalho de outros estabelecimentos de ensino, bem como socializar o que acontecia nas reuniões da congregação de professores liceístas, por meio da publicação da cópia da ata de reunião, aniversariantes do mês, na coluna social e outros informes de docentes.

O jornal *Correio da Tarde*, 5 de julho de 1910, edição nº. 174, anunciou o aniversário que se realizaria no dia seguinte do professor liceísta Domingos Afonso Machado, na pequena nota “Domingos Machado”, o que parece ser muito querido e estimado por seus alunos, já que por meio dessa divulgação, convocava os estudantes para conjuntamente prestar homenagem ao professor na sua residência. A esse tempo, Nascimento Moraes escrevia para o dito jornal, possivelmente, tendo ele feito essa nota.

Amanhã, completa annos, o estimado professor Domingos Machado. A mocidade estudiosa lhe prepara esplendida manifestação de apreço. A comissão encarregada dos festejos, pede-nos declaremos, que amanhã, às 5 horas da tarde, devem reunir-se todos os estudantes à praça João Lisboa, para, incorporados irem à residência do illustrado perceptor, entregar-lhe um valioso presente. O *Correio da Tarde*, aguarda-se para amanhã cumprimentar o mestre (CORREIO DA TARDE, 1910, p. 1).

Competia ao governador do Estado nomear professor, indicar diretor do Liceu Maranhense, contanto que fizesse parte da congregação de professores, solicitar professor para realizar tarefas fora da instituição, justificar faltas e autorizar o pagamento de professores e demais funcionários.

Havia também espaço nos jornais para denunciar problemas do Liceu Maranhense. A exemplo, o jornal *O Combate*, de 1º de setembro de 1906, na edição nº 3, informou em uma pequena nota sobre a falta de aulas no Liceu Maranhense, sem especificar o motivo do seu não funcionamento. “Continua ainda fechado o Lyceu Maranhense, já lá se vão cerca de dois meses. Isto tem prejudicado extraordinariamente os estudantes” (O COMBATE, 1906, p. 1). Além disso, outro problema comum desta instituição era a falta de professores em algumas disciplinas.

A despeito disso, o jornal *Labaro*, de 9 de julho de 1921, edição nº. 2, denunciou na reportagem “À procura de professor” que os alunos liceístas não estavam tendo aulas de matemática elementar por falta de professor nessa disciplina. Ainda no texto ressalta-se que essa disciplina seria um requisito para prestar exame em faculdades e os estudantes se sentiam prejudicados por estarem perdendo o conteúdo da matéria. Também fazem referência àqueles docentes que estariam aptos para ministrar essa disciplina, entretanto, os impediriam de cumprir tal missão outras atividades fora do ambiente escolar.

Tem se tornado já lamentavelmente notória este anno a falta de professores de mathematica elementar. Diversos rapazes daqui, que se destinam às escolas superiores, onde o previo exame vestibular d'aquella disciplina é de indispensavel necessidade, desde o começo do anno que andam em busca de um preparador que lhes ministre a materia dos programmas e ainda o não encontraram. Temos, é verdade, alguns desses professores que bem podiam desempenhar o papel com altura: quais! Todos, porem, occupados com os trabalhos absorventes de suas diversas profissões, de pouco tempo dispõem para ensinar (LABARO, 1921, p. 1).

O corpo docente do Liceu Maranhense durante o governo de Urbano Santos estava assim constituído:

Em 1920, do Liceu: - Domingos Afonso Machado, professor de português; dr. Carlos Augusto de Araújo Costa, de francês; Frederico Miners, de inglês, interino; dr. Juvêncio Odorico de Matos, de matemática; dr. Oscar Duarte de Barros, de matemática; dr. Oscar Lamagnère Leal Galvão, de história natural; dr. Herbert Jansen Ferreira, de física; Luiz Ory, de desenho; Jerónimo José de Viveiros, de história universal; cónego João dos Santos Chaves, de latim; dr. Raul da Cunha Machado, de lógica; João Pereira da Silva Leite, de alemão; Adélman Brasil Corrêa, de alemão, interino; José do Nascimento Moraes, de geografia; Raimundo Lopes da Cunha, de história do Brasil; João da Mata Lopes, de ginástica. (PAXECO, 1922, p. 347).

Da lista acima, havia alguns professores que se envolviam em outras atividades fora do espaço escolar, chegando a assumir cargos de chefia de secretarias no Estado, e também relacionadas à educação. Por exemplo: o professor Raul da Cunha Machado foi governador do Estado antes de Urbano Santos, inclusive, durante sua gestão propôs, segundo Fernandes

(2003), de que fossem maiores os vencimentos daqueles professores que ministrassem aulas em lugares mais afastados da capital, dada à escassez de professores no interior; Domingos Afonso Machado substituiu Oscar Lamagnère Leal Galvão na direção do Liceu Maranhense em 1920; os professores Oscar Lamagnère Leal Galvão, Raimundo Lopes da Cunha e José do Nascimento Moraes tiveram seus trabalhos inscritos e indicados, cada um na sua disciplina, para o Congresso de Geografia em Belo Horizonte em 1919; este último, além disso, dedicava-se paralelamente ao jornalismo e à literatura.

Em mensagem apresentada ao Congresso do Estado, Urbano Santos alertou para a disparidade do número de escolas funcionando para os alunos, existindo mais professores concentrados na capital do que no interior, bem como dos critérios para seguir o ofício docente.

Instrução Pública. No professorado devem ser rigorosamente exigidas as necessarias condições de aptidão – competencia, zelo, moralidade. No provimento dos logares é de indeclinavel necessidade afastar inexoravelmente qualquer outro interesse que não seja o do ensino. Não é só a capital que precisa de bom ensino. Pelo quadro acima vê-se que, ao passo que aqui existem nove grupos escolares, no resto do Estado inteiro só existe um, em Caxias. Dizem-me que esta desproporção chocante se prende a aversão que têm as nossas normalistas de aceitar cargos no interior, querendo todas uma collocação nesta cidade (MARANHÃO, 1920, p. 22).

Estar na docência do Liceu Maranhense também representava uma posição estratégica, à medida que os sujeitos educativos se articulavam com outras instâncias do governo, tencionando conquistar mais espaço e notoriedade fora do espaço escolar. Não era qualquer um que podia ser professor liceísta. A entrada no Liceu era por meio de concurso público, divulgado na imprensa por meio de edital, contendo os requisitos necessários para a disciplina pretendida, as datas de realização das provas, bem como os resultados desse processo seletivo.

O periódico *Pacotilha* foi um dos jornais da época que mais divulgava informes do Liceu Maranhense. Quando anunciava concurso para preenchimento da vaga de professor de uma determinada disciplina, deixava o candidato ciente no ato da inscrição dos requisitos necessários para pleitear o cargo desejado. O indivíduo tinha que ter acima de 18 anos, não ter moléstia contagiosa ou defeito físico que o impossibilitasse de lecionar qualquer disciplina, boa conduta, reputação ilibada, não ter antecedentes criminais e experiência nessa atividade; do contrário, não estaria apto para exercer o magistério.

Conforme o *Regulamento do Lyceu Maranhense*, capítulo VIII – Dos lentes do Lyceu, competia aos professores, no art. 85º, no geral: observar o programa de ensino adotado, comparecer pontualmente às aulas, recapitular as matérias ensinadas no final de cada mês,

apresentar nas reuniões da congregação o mapa das médias dos alunos, comparecer aos concursos e exames, assinar as atas das congregações, assinar o livro de ponto, quando lhe for apresentado. Ainda no mesmo artigo, parágrafo “9º. Ser o primeiro a entrar na aula e o último a sahir della” (MARANHÃO, 1896, p. 22). Ser exemplo e referência como mestre, ter qualidades como assiduidade, pontualidade, compromisso, disciplina, competência, visando o aperfeiçoamento intelectual, físico e moral dos alunos.

Além disso, o Liceu Maranhense, de acordo com o *Regulamento para o Ensino Secundário*, exigia dos seus professores que cumprissem as regras previamente estabelecidas e assumindo as consequências do não cumprimento do programa adotado.

Art. 55º. Cada disciplina será ensinada de acordo com um programa elaborado pelo professor da cadeira e aprovado pelo Diretor, que ouvirá a respeito uma comissão por ele escolhida entre profissionais de incontestável preparo na matéria.

§1º. Se o professor não apresentar o seu programa até 15 dias antes do marcado para a reabertura das aulas, o Diretor mandará adotar o do ano anterior ou o que lhe parece melhor, tirado de um estabelecimento congenere do paiz.

§2º. Neste caso, perderá o professor a gratificação correspondente a 15 dias.

Art. 56º. O programa será elaborado de modo a poder lecionar-se integralmente e sem atropelo durante o ano letivo (MARANHÃO, 1932, p. 21-22).

No mesmo regulamento, cabia ao professor penalizar o aluno por indisciplina, em dois casos: “Art. 273º. São as seguintes penas disciplinares que podem ser aplicadas aos alunos: a) advertência simples em aula; b) exclusão da aula em que tiver procedendo mal, durante o tempo da mesma” (MARANHÃO, 1932, p. 52-53). O professor era autoridade em sala de aula, mas fora dela, em outras dependências da escola, estava sujeito às regras impostas, podendo ser punido caso houvesse o descumprimento de alguma norma estabelecida.

O professor era obrigado por este regulamento a lecionar o programa estabelecido, caso contrário, perderia sua gratificação do período de férias, bem como de manter atualizado o livro de chamada dos alunos, registrando de forma resumida o assunto abordado do dia. O regimento escolar também aplicava penalidade ao professor, por conta de faltas, atraso, tratar de assuntos em sala de aula que não condiziam com a escola ou mesmo de ausentar-se antes do horário previsto, como mostra os seguintes artigos:

Art. 113º. É vedado ao professor ocupar-se, na aula, de assuntos a ela estranhos, bem como aproveitar-se dela para propaganda de ideias contrarias à organização social e política, às ideias religiosas dos alunos e à ordem legal do país. Art. 114º. Marcar-se-á falta ao professor que à hora designada para o início da aula não se achar presente à mesma. Art. 116º. Anotar-se-á o fato na caderneta de classe, caso não o declare o próprio professor, toda a vez que este se retirar antes do termino da aula. Art. 122º. É

proibido, para retirar a falta de aluno, apagar o professor, com borracha ou outro meio análogo, a anotação antes feita pela vigilante (MARANHÃO, 1932, p. 30).

Gondra e Schueler (2008) ressalta que esse sujeito da ação educativa aprendia por meio da experiência, por impregnação cultural. Até então, o registro da entrada de Nascimento Moraes no Liceu Maranhense por meio de concurso público foi em 1913, sendo que começou a lecionar por volta de 1902, acumulando experiência ao longo de tempo no magistério.

Mas, Nascimento Moraes não foi o único intelectual negro que seguiu na docência e no jornalismo e ingressou numa instituição de ensino por mérito profissional.

No artigo *Pretidão de Amor*, Müller (2006) traz a biografia do maranhense e professor negro Hemetério José dos Santos que fez carreira no Rio de Janeiro, conseguindo lá com muita dificuldade alcançar projeção intelectual. Nasceu em 3 de março de 1858 na cidade de Codó. Em 1878, já era professor do colégio de Pedro II. E em 1890, professor do curso secundário do Colégio Militar, aliás, era o único professor afrodescendente dessa instituição, permanecendo lá por bastante tempo, chegando a receber em 1920 a patente de tenente-coronel honorário. Faleceu em 1939.

Hemetério José dos Santos era um professor exigente com seus alunos e respeitado por conhecer sua cátedra, a de Língua Portuguesa. Sua origem racial e fama de polemista não lhe deram vida fácil, ou seja, “a cor da pele lhe granjeava entraves num meio profissional majoritariamente branco” (MÜLLER, 2006, p. 154). Por isso, teve dificuldades para inserir-se nos debates intelectuais da época. Ele acreditava na regeneração nacional por meio da educação e combatia “sutilmente as teorias racistas, que naquele momento tinham predomínio no pensamento social brasileiro” (MÜLLER, 2006, p. 153).

A partir do exemplo de Hemetério José dos Santos, pode-se repensar na trajetória de Nascimento Moraes e sua atuação na instrução pública maranhense, bem como de outros afrodescendentes. E que ainda não foram visibilizados ou pesquisados sobre suas trajetórias de vida pela historiografia e pela história da educação maranhense.

Embora seja fragmentada a documentação disponível sobre a presença de professores negros, oportuniza ao pesquisador em História da Educação reconstruir diversas possibilidades históricas, traçando suas estratégias e táticas dentro do sistema educacional.

Depois de tudo, foi necessário fazer essa breve incursão na educação maranhense, sobretudo pela imprensa periódica que mostrou que o Maranhão seguia a prerrogativa externa de levar adiante a missão de alfabetizar o povo em nome do progresso nacional, a política eugenista na tentativa de desconstruir a imagem de um país com identidade nacional indefinida,

justamente por sua diversidade étnica, bem como a figura do professor do ensino secundário, na articulação entre Liceu Maranhense e Estado.

O professor José do Nascimento de Moraes, parte central deste trabalho, foi um intelectual de grande expressividade na sua época, o qual será abordado mais adiante.

3. NASCIMENTO MORAES

Figura notável da literatura e da imprensa maranhense no século XX, José do Nascimento Moraes também teve seu destaque como professor no cenário educacional, atravessando a primeira metade daquele período, em meio às reformas e tentativas de melhorar a instrução pública por parte dos governadores.

Descrever sua vida ou fazer um breve esboço de alguns aspectos pertinentes de sua existência é rememorar seu papel na sociedade ludovicense e, sobretudo, na História da Educação do Maranhão. Pois, segundo Dosse (2009, p. 195), o “indivíduo, então, só tem valor na medida em que ilustra o coletivo. O singular se torna uma entrada no geral, revelando ao leitor o comportamento médio das categorias sociais do momento”.

Não se calou diante dos problemas políticos vigentes, ao passo que se acirravam as disputas pelo poder ou quando mudanças no governo central atingiam diretamente nas pretensões do grupo oligárquico maranhense, cuja carreira política começava nos bancos da faculdade de Direito em Recife e depois de concluído o curso superior, ocupavam cargos da administração pública para posteriormente ingressarem no âmbito político.

Nesse sentido, a segunda parte deste trabalho constitui-se de um esforço biográfico, ao mesmo tempo que uma descrição, em linhas gerais, de aspectos de sua vida familiar e estudantil, especialmente, quando recebeu em 1895 o certificado de conclusão do ensino primário na Escola Normal. Convém igualmente explicitar sua vida profissional, ou seja, atividades que exerceu antes e concomitante à docência, além do seu percurso na maçonaria.

Segundo Dosse (2009, p. 202), “o autor já não é objeto de culto, mas um campo de pesquisa da validade de novos métodos de abordagem”. Pretende-se aqui evidenciar a atuação de Nascimento Moraes enquanto afrodescendente com suas múltiplas dimensões, que vivenciou profissionalmente diversas situações, transitando em espaços públicos diversos, dentro e fora do campo educacional.

Traçar o percurso de José do Nascimento Moraes como docente torna-se um desafio biográfico, na medida em que existe uma considerável documentação sobre ele, em jornais impressos, tais como: *Diário de São Luís*, *O Imparcial*, *Jornal Pequeno*; biografias dele feitas por outros autores, a citar: Jomar Moraes, Nauro Machado, Mário Meireles, Manoel Barros Martins; atos de nomeação, telegramas, mensagens e correspondências oficiais entre os espaços de poder: Governo Estadual, Secretaria do Interior, Secretaria de Fazenda, Instrução Pública (Liceu Maranhense), e seu legado como jornalista e literato.

Nos jornais pesquisados e outrora citados, seu sobrenome apareceu de várias maneiras, “Morais”, “de Moraes”, esbarrando-se, então, no problema de grafia ou mesmo podendo tratar-se de um homônimo. Por exemplo, consultando via internet a Biblioteca Nacional, encontrou-se no jornal *Pacotilha* 64 ocorrências com o nome José do Nascimento Moraes, sendo 13 entre os anos 1880 e 1909 e 51, entre os anos 1910 e 1938.

Sem perder de vista o confronto dos dados arrolados, essa diversidade de fontes na tentativa de biografá-lo tem o propósito de ser o mínimo lacunar possível. “A identidade biográfica já não é considerada como congelada à maneira de uma estátua, mas sempre às voltas com as mutações” (DOSSE, 2009, p. 406). Nascimento Moraes projetou-se intelectualmente, mesmo fazendo parte de um meio social excludente e racista.

3.1 Vida Familiar

Em primeiro lugar, acerca da filiação, circunstâncias do nascimento e da infância de Nascimento Moraes encontrou-se pouca informação. Como alternativa na ausência de documentação como certidão de nascimento ou de batismo e atestado de óbito sobre ele, recorreu-se às fontes sobre os filhos, a esposa e os irmãos dele, dentre atestados, certificados e os jornais *A Pátria* (1908) e *Pacotilha-O Globo*¹⁴ (1958). Segundo Dosse (2009, p. 363),

Seu mergulho na vida íntima não tenciona desvendar algum segredo de alcova, mas tornar mais próximos esses heróis do pensamento, fornecendo uma série de informações exatas sobre suas preferências alimentares, hábitos diários, posição social, aparência física.

Dessa maneira, torna-se imprescindível colher dados familiares relacionados à Nascimento Moraes¹⁵, no intuito de reduzir as possíveis lacunas, seja por falta de informações ou mesmo de documentos extraviados, ilegíveis, vislumbrando conduzir a um entendimento melhor de aspectos de sua vida e obra.

¹⁴ Sobre o jornal *Pacotilha - O Globo*, com o subtítulo “Órgão dos Diários Associados”, caracteriza-se por ser um jornal crítico e noticioso, que surgiu em 20 de junho de 1949, da junção entre os jornais *O Globo* e *Pacotilha*. In: MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**. São Luís: Edições SECMA, 2007.

¹⁵ No Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), pode-se encontrar o inventário sobre o professor José do Nascimento Moraes com documentos referentes aos seus familiares, no caso do primeiro filho Ápio Cláudio do Nascimento Moraes e do seu irmão Raymundo Nascimento Moraes, além de muitos artigos publicados no jornal *A Tribuna* na década de 1930, na sessão de documentos avulsos. No entanto, dele não consta certidão de nascimento, de batismo, atestado de óbito, nem sequer o certificado de conclusão do Ensino Secundário. As informações apresentadas, até então, foram fundamentadas nos registros deixados pelos biógrafos ou memorialistas e nos jornais.

Sabe-se que José do Nascimento Moraes nasceu em 19 de março de 1882 em São Luís do Maranhão. E que seus pais afrodescendentes eram Manuel do Nascimento Moraes, “sapateiro negro e analfabeto, que voltara ferido da guerra do Paraguai” e Maria Catarina Vitória, “mulher de coragem e luta” (MACHADO, 1996, p. 94). Quanto à questão socioeconômica¹⁶, viviam modestamente, eram de origem pobre, mas honrados.

Quanto à condição jurídica, especula-se aqui que seu pai Manuel foi escravo e recebeu alforria, após sua participação como voluntário nas fileiras do exército brasileiro na Guerra do Paraguai (1864-1870). Conforme Fausto (2006, p. 119), “senhores de escravos cederam também cativos para lutar como soldados. Uma lei de 1866 concedeu liberdade aos “escravos da Nação” que servissem no exército”. O exército, de modo geral, defendia o fim da escravatura e não podia admitir que seus companheiros negros de volta à pátria continuassem escravos.

Nascimento Moraes possivelmente era o mais novo dos seus irmãos que eram: Raimundo¹⁷ do Nascimento Moraes e Manoel do Nascimento Moraes. A respeito do primeiro irmão, provavelmente tenha sido o primeiro filho do casal, já que nasceu em 24 de agosto de 1877 e foi batizado no mês de maio de 1896, ainda aos 18 anos, sendo seus padrinhos o dr. Augusto Teixeira Belfort Roxo e d. Maria Raimunda de Pontes Torreão. A esse tempo Nascimento Moraes contava com seus 14 anos.

Anos depois, Nascimento Moraes partiu do Maranhão para Manaus por questões financeiras e políticas que serão tratadas mais adiante e lá viveu por dois anos com seu irmão Raimundo, então funcionário público. Enquanto este trabalhava como praticante de segunda classe¹⁸ da Administração dos Correios do Estado do Amazonas, desde 1º de janeiro de 1904,

¹⁶ Quanto à situação socioeconômica dos pais de Nascimento Moraes, não se encontrou informações mais detalhadas, a não ser salientando sua origem pobre e que eram pessoas honradas, conforme informações do jornal *A Pátria*, de 19 de março de 1908, n.º. 16, no artigo de capa que congratulava Nascimento Moraes pelo seu aniversário de 26 anos. Até Machado (1996) reforçou o mesmo discurso no seu texto, não explicitando sua condição jurídica, se de pobres livres, escravos ou libertos.

¹⁷ Certidão de Batismo de Raimundo Nascimento Moraes. Maranhão, 9 out. 1896. Sobre Raimundo do Nascimento Moraes encontrou-se no APEM alguns documentos de natureza pessoal e profissional: certidão de batismo, da Irmandade do Senhor Bom Jesus da Canna Verde e do cargo de praticante da Administração dos Correios do Estado do Amazonas. A certidão de batismo, datando de 9 de outubro de 1896, requeria ao bispo diocesano o batistério, registrado no livro de assentos de batismo pelo padre João dos Santos Chaves, vigário da paróquia da Conceição da capital São Luís.

¹⁸ ADMINISTRAÇÃO DOS CORREIOS DO ESTADO DO AMAZONAS. Ato de nomeação de Raimundo do Nascimento Moraes. Manaus, 1 fev. 1904. O contador Antônio Pereira Rebelo Braga, servindo de administrador usava da atribuição que lhe fora conferida pelo artigo 381 do regulamento que baixou o decreto n. 2230 de 5 de fevereiro de 1896, nomeando o cidadão Raymundo do Nascimento Moraes para o lugar de praticante de segunda classe desta administração.

aquele se dedicava ao exercício do magistério e também como jornalista na imprensa manauense, segundo o jornal *Pacotilha*, edição n.º 162 de 10 de julho de 1905.

Enquanto isso, seus pais Manuel e Maria Catarina atravessaram o Oitocentos, com a transição do Império para República e o fim da escravatura. E agora já velhos, continuaram em contato com Nascimento Moraes, mesmo este trabalhando fora do Estado, de acordo com o jornal *A Pátria* (1908). Pouco tempo depois, ele retornaria a São Luís.

Consociou-se em 1909 com a professora Anna Augusta Mendes e teve uma considerável prole: “Francisco Ewerton de Moraes, Paulo Nascimento Moraes, Nadir Adelaide Nascimento Moraes, João José Nascimento Moraes, José Nascimento Moraes Filho, Talita Nascimento Moraes e Raimundo Nascimento Moraes” (PACOTILHA - O GLOBO, 1958, p. 4).

Todavia, nessa matéria de jornal sobre os filhos de Nascimento Moraes, seu primogênito não foi citado: Ápio Cláudio do Nascimento Moraes, nascido em 26 de julho de 1909, cuja publicação desse acontecimento social foi veiculada na *Pacotilha* em 30 de julho, na edição n.º 178, sob o título “Registro Civil”, assim enfatizando “Appio Claudio do Nascimento Moraes, filho legítimo de José do Nascimento Moraes” (PACOTILHA, 1909, p. 2).

Sobre o casal José do Nascimento Moraes e sua esposa Anna Augusta Mendes de Moraes, o jornal *Pacotilha* publicou três edições, na seção intitulada “Dia Familiar” no ano de 1910, o que vem demonstrar que eles tinham uma vida social movimentada, uma rede de amizades, especialmente, Nascimento Moraes que também pertencia ao universo do jornalismo, sendo requisitados para vários eventos sociais.

Por exemplo, a edição n.º 66 de 19 de março, congratulava a Nascimento Moraes pelos seus 28 anos (PACOTILHA, 1910, p. 1). Por sua vez, a edição n.º 257 de 28 de outubro, felicitava antecipadamente sua esposa pelo aniversário que se realizaria no dia seguinte (PACOTILHA, 1910, p. 1); já a edição n.º 299 de 17 de dezembro registrava a participação do casal como padrinhos do consórcio “do sr. Capitão José Lima Thalez com a exma. Sra. d. Alcina Meirelles Tamoio” (PACOTILHA, 1910, p. 1), realizado nesta mesma data pela tarde.

Em outra ocasião, o mesmo jornal publicava dois dias seguidos uma nota convidativa para a missa de um mês de falecimento de Raimundo do Nascimento Moraes, que morreu tão precocemente aos 38 anos, encomendada por: Nascimento Moraes, seu outro irmão Manoel do Nascimento Moraes e pela viúva Maria Bayma Moraes. O ato religioso¹⁹ aconteceria

¹⁹ Segundo o jornal *Pacotilha*, edição n.º 183 de 6 de agosto de 1915. A mesma nota convidativa para este ato religioso se repetiu na edição do dia seguinte n.º 184, de 7 de agosto do corrente ano.

na Igreja da Sé, por volta das 6 horas da manhã, devendo esta celebração da esperança reunir amigos e parentes do falecido. “Aproveitam a oportunidade para agradecer a todas as pessoas que atenderem a este convite e assim como agradecem àqueles que a Raimundo acompanhou a eterna morada” (PACOTILHA, 1915, p. 4).

Quanto aos filhos de Nascimento Moraes, deparou-se com alguns documentos sobre Ápio Cláudio do Nascimento Moraes, José Nascimento Moraes Filho, João José Nascimento Moraes e Paulo Augusto Nascimento Moraes. Notou-se aparentemente maior proximidade de Nascimento Moraes com relação ao segundo e terceiro filhos, demonstrando orgulho em noticiar o bom desempenho na escola pública, do ingresso no Liceu Maranhense onde estudou e exerceu o magistério, além de recordar a data de aniversário. Sobre o primeiro filho, a única menção feita foi no certificado de reservista em que se destacou sua filiação.

No caso de João José do Nascimento Moraes, foi noticiado no jornal *Pacotilha*, de 30 de dezembro de 1926, edição n.º. 303, com o título “Lyceu Maranhense – Curso Gymnasial”, sobre o resultado dos exames de promoção em que seu nome estava incluso na lista da disciplina de Arithmetica do 1º ano, ressaltando 8 alunos reprovados (PACOTILHA, 1926, p. 2). Era comum esse periódico noticiar os resultados das avaliações desta instituição de ensino, o que trazia prestígio e orgulho para aqueles que se sobressaíam nesses exames.

O primogênito Ápio Cláudio do Nascimento Moraes recebeu em 28 de novembro de 1929, o certificado de reservista²⁰ de 3ª categoria do Ministério de Guerra. Além da filiação e data de nascimento, o documento constava que era funcionário público federal, não especificando qual órgão trabalhava, questionava sobre vacinação, domínio da leitura e escrita, todas respondidas positivamente e também sobre suas características físicas: cor parda, cabelo preto ondulado, olhos castanhos escuros, 175 centímetros, nariz grosso, rosto oval, boca regular e sem sinais particulares.

A esse tempo, discutia-se sobre a eugenia no Brasil, já na sua segunda fase mais radical, expandindo seu debate “não somente no meio médico, como também entre políticos, advogados e professores” (DIWAN, 2014, p. 112). Mantinha-se a preocupação pela unidade nacional, fomentando a ideologia de melhoria da raça e do futuro racial da população brasileira homogeneizada. O documento citado anteriormente traduz esse momento, considerando que sua estrutura engloba as áreas relacionadas diretamente com a eugenia: educação, biologia, medicina, anatomia e antropometria.

²⁰ MINISTÉRIO DA GUERRA. Certificado de Reservista de 3ª categoria de Ápio Cláudio do Nascimento Moraes. Maranhão, 28 nov. 1929. O documento n.º 199.456 continha também a assinatura do reservista.

FIGURA 1: Certificado de Reservista de Ápio Cláudio do Nascimento Moraes

MINISTÉRIO DA GUERRA
 (1) 8ª R. M. (1) 19ª C. R.
CERTIFICADO DE RESERVISTA DE 3ª CATEGORIA
 Nº 199456 (1)

Certifico que o cidadão Ápio Cláudio Nascimento Moraes (1)
 da classe de 1909 (1) alistado no ano de 1930 (1) e reforçado no ano de 1930 (1)
 pelo município de Joaquim (1) Estado do Maranhão (1)
 é considerado reservista de 3ª categoria.

A) Identificação

Filho de Yosi Nascimento Moraes (1)
 e de Anna Augusta Nascimento Moraes (1)

Natural Estado do Maranhão (1)
 Município de Joaquim (1)
 de Cidade (lugar) de (1)
 Data de nascimento 15 de julho de 1922 (1)
 Casado Sim (1) Esposa Anna (1)
 Profissões sucessivas (1)

Especialidade Declaro o presente certificado (1)
 Outras notas de acordo com o item 1. do artigo 2º do (1)
de 26-4-37 (1)

Ápio Cláudio Nascimento Moraes (1)
 (Assinatura do reservista) (2)

B) Mobilização

Vai residir em a rua José Augusto Torres nº 17 (1)
 (Cidade e, se possível, rua e número) (3)

Em caso de mobilização deverá apresentar-se Cidade (lugar) de Joaquim - Maranhão (1)
Centro de Mobilização nº 1 - no povoado (1)
No número 83 de Novembro de 1930 (1)
Joaquim Moraes (1)
 (Ass.) Assessoria de Guerra - Belém (1)
de 26-4-37 (1)

OBSERVAÇÕES:

A) Este certificado poderá ser substituído oportunamente pela caderneta correspondente.
 B) Em caso de mobilização o reservista deverá apresentar-se à autoridade local (civil, se af não houver guarnição militar), afim de obter meio de transporte até o lugar do Centro de Mobilização que lhe foi atribuído.

(1) Prescrito pela Caixa de Circunscrição de Recrutamento.
 (2) Prescrito para reservista de 3ª categoria.
 (3) Prescrito de acordo com o artigo 2º do Decreto nº 19.945/30.
 (4) Prescrito de acordo com o artigo 2º do Decreto nº 19.945/30.

Fonte: BRASIL, 1929.

Enquanto Nascimento Moraes estava como redator-chefe no jornal *Tribuna* em 1930 e quatro anos depois no jornal *Pacotilha*, José do Nascimento Moraes Filho terminava o curso primário na Escola Modelo Benedito Leite, obtendo a maior nota, então publicada nesse jornal em que seu pai dirigia, sob o título “Nascimento Moraes Filho”, edição nº. 88, em 1º de dezembro de 1934 (PACOTILHA, 1934, p. 6). Para Assis Brasil (1994), pelo menos, este filho, nascido em 15 de julho de 1922, trilhou os caminhos de seu pai no magistério e no jornalismo. Já Paulo Nascimento Moraes que nasceu em São Luís e faleceu em 1991, era jornalista e poeta.

Também João José Nascimento Moraes foi lembrado no dia do seu nascimento em duas edições do jornal *Pacotilha*: primeiro, na edição nº. 17, de 17 de março de 1935, na seção “Aniversários”. “Relacionado em nossa sociedade onde conta com inúmeros amigos o aniversariante por parte destes será alvo de significativas homenagens. “Pacotilha” felicita-o desejando-lhe perenes homenagens” (PACOTILHA, 1935, p. 5). Segundo, também o

parabenizava na *Pacotilha* de 18 de março de 1936, edição n.º. 485, sob o título “Vida Social – Anniversarios” (PACOTILHA, 1936, p. 5). A esse tempo, seu pai era redator-chefe desse jornal.

O jornal *Pacotilha* de 12 de março de 1935, edição n.º. 172, com o título “Liceu Maranhense” anunciava sobre o resultado do exame de admissão de José Nascimento Moraes Filho, cuja nota foi 84, 5; 6º colocado no curso ginásial realizado no mês de fevereiro neste mesmo estabelecimento de ensino. “Nota - Estão aprovados os alumnos que obtiveram notas de cinquenta para cima. Secretaria do Lyceu Maranhense, 28 de fevereiro de 1935. Clodoaldo Silveira. Secretario” (PACOTILHA, 1935, p. 3).

Seguia Ápio Cláudio do Nascimento Moraes em direção oposta à de seu pai Nascimento Moraes, dedicando-se ao funcionalismo público, ao invés da docência. Em 13 de fevereiro de 1946 foi novamente admitido para desempenhar a função de auxiliar de escritório²¹ do Instituto de Identificação e Médico Legal. Recebia o salário mensal de quatrocentos e cinquenta cruzeiros, de acordo com o Departamento do Serviço Público da Interventoria Federal no Estado do Maranhão.

A esse tempo, o jornal *Alvorada* tinha Nascimento Moraes como colaborador. No dia 15 do mês seguinte, o mesmo órgão público concedia a Ápio Cláudio 60 dias de licença com remuneração²², a contar de 18 de janeiro último para tratamento de saúde. E reassumiu as funções de seu cargo²³ a 22 de fevereiro, segundo documento n.º. 595, endereçado ao diretor geral do Departamento de Fazenda do Estado para efeito de pagamento de vencimentos do tempo afastado, então assinado pelo chefe da Polícia Civil do Maranhão, Joaquim Itapary.

Percebe-se que Nascimento Moraes construiu um legado sólido para seus filhos, de buscar instrução para interagirem em sociedade e servir de inspiração na educação e no jornalismo. Utilizando-se as palavras de Assis Brasil (1994, p. 97), uma “linhagem jornalística e poética dos Nascimento Moraes” espalhou-se pela imprensa periódica, fortalecendo as redes de sociabilidade que ele tinha entre seus pares jornalistas como também na instrução pública maranhense.

²¹ MARANHÃO. Interventoria Federal no Estado do Maranhão. Departamento do Serviço Público. Portaria n.º. 127-46 de Ápio Cláudio do Nascimento Moraes. São Luís, 13 fev. 1946. Com base no decreto-lei n.º. 652 de 5 de outubro de 1942.

²² MARANHÃO. Interventoria Federal no Estado do Maranhão. Secretaria Geral. Portaria n.º. 188-46 de Ápio Cláudio do Nascimento Moraes. São Luís, 15 mar. 1946. A licença foi concedida em conformidade com o artigo 158º do decreto-lei n.º. 519, de 28 de outubro de 1941.

²³ MARANHÃO. Polícia Civil. Pagamento de vencimentos de Ápio Cláudio do Nascimento Moraes, licenciado para tratamento de saúde. São Luís, 19 mar. 1946. Retornou ao cargo, conforme o documento n.º. 595, então protocolado na Diretoria de Fazenda, sob o n.º. 3217 em 19 de março de 1946.

3.2. Quando era aluno

Nascimento Moraes estudou o ensino primário no colégio do professor Domingos Afonso Machado (PACOTILHA - O GLOBO, 1958, p. 4). Não se sabe com qual idade²⁴ ele ingressou na escola. Mesmo assim, já se destacava como um aluno estudioso, de alta qualidade e que gostava dos livros. Nas palavras do seu amigo George Gromwell que o homenageou pelo seu aniversário: “um talento de escól, uma intellectualidade nada vulgar, pois desde os bancos escolares que elle começou a se distinguir” (A PÁTRIA, 1908, p. 1).

A esse tempo, o ensino público no Maranhão estava dividido em primário, normal, secundário, profissional ou técnico e superior, conforme o *Regulamento Geral da Instrução Publica do Maranhão*²⁵. Era o governo do capitão-tenente Belfort Vieira, eleito por votação indireta do Congresso Legislativo e empossado em 8 de fevereiro de 1892, juntamente com os três vice-governadores: Casemiro Dias Vieira Júnior, Alfredo da Cunha Martins e Luís Antônio de Oliveira Júnior.

Segundo Meireles (2008), grande parte da gestão de Belfort Vieira foi assumida interinamente pelos vice-governadores, por motivo de doença. O clima político mostrava-se agudo com disputas acirradas pelo controle da máquina administrativa do Estado por parte dos grupos partidários sob novos rótulos: federalistas (conservadores) e republicanos (liberais), remanescentes do regime político anterior que iniciavam uma nova ordem ainda com as mesmas artimanhas e estabelecendo alianças.

Dessa maneira, buscando-se perpetuar no poder a todo custo, com permuta de cargos: ora vice-governador, ora senador como foi o caso de Casemiro Dias Vieira Júnior no governo de Belfort Vieira, “os homens lutavam apenas pelas posições de mando. E assim seria, via de regra, no futuro” (MEIRELES, 2008, p. 272).

No campo educacional, Belfort Vieira promoveu algumas ações. Conforme Fernandes (2003), equiparou o ensino do Liceu Maranhense ao do Ginásio Nacional, da Capital

²⁴ Especula-se aqui que Nascimento Moraes ingressou no ensino primário aos 8 anos, considerando a duração de 5 anos desse curso. Desde 1891, o ensino primário no Maranhão era gratuito, leigo e obrigatório e o aluno começava a frequentar a escola, a partir dos seis anos, conforme Fernandes (2003) e Veiga (2007). O que não mudou em relação ao Regulamento do Ensino Primário (1894), quando ele já findava com 12 anos essa etapa dos estudos. Assim no capítulo VIII, “Art. 33. São condições para a admissão de alumnos nas escolas publicas: 1°. Terem mais de seis annos de idade” (MARANHÃO, 1894, p. 37). Em contrapartida, no Regulamento do Ensino Primário de 1891, “Capítulo XI – Da matrícula nas escolas primarias. Art. 67. São condições de matricula: 1°. Ter mais de 5 annos de idade e menos de 14” (MARANHÃO, 1891, p. 16).

²⁵ MARANHÃO. **Regulamento Geral da Instrução Publica do Maranhão**. Leis n.º 56 de 15 de maio de 1893 e n.º 119 de 2 de maio de 1895, ambas, referentes à reorganização da instrução pública do Estado, assinado a 8 de fevereiro de 1896 pelo então governador Manoel Ignacio Belfort Vieira.

Federal, foi criada uma Escola Modelo anexa à Escola Normal para ambos os sexos e também voltada aos alunos normalistas exercitarem o ensino, além da criação de um fundo escolar destinado à instrução pública e várias cadeiras do ensino primário no interior.

Enquanto isso, Nascimento Moraes recebeu o atestado de proficiência²⁶ dos estudos na Escola Normal no dia 8 de março de 1895, estando assim apto a completar seus estudos humanitários no Liceu Maranhense. O professor Domingos Afonso Machado²⁷, então diretor do Liceu Maranhense e da Escola Normal, declarou que ele tinha pleno conhecimento das matérias que compunham esta modalidade de ensino, podendo deste modo, aos 12 anos, matricular-se no ensino secundário.

Competia ao Liceu Maranhense o ensino secundário, ao passo que o ensino normal seria ministrado pela Escola Normal, segundo o primeiro capítulo da organização do ensino do mesmo regulamento. O sétimo artigo declarava o “ensino livre em todos os seus graus, sendo o primário gratuito e obrigatório, nos termos do art. 6º da lei nº. 119 de 2 de maio de 1895” (MARANHÃO, 1896, p. 4).

A respeito disso, Veiga (2007, p. 239) salienta que “a legislação da escola pública primária, instituída em novembro de 1890, estabelecia a gratuidade e a instrução laica, mas não a obrigatoriedade”. Então, o ensino primário não era obrigatório, pelo menos no Distrito Federal, ao contrário do Maranhão. Tanto o ensino primário quanto o secundário estavam a cargo dos Estados que tinham autonomia para sua organização.

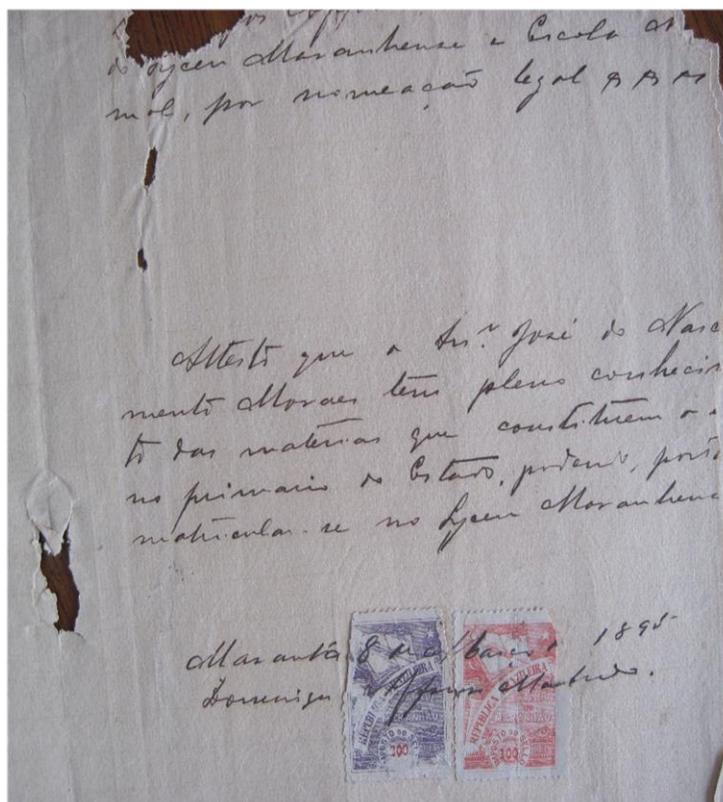
Já que tal regulamento foi oficializado quase um ano depois de Nascimento Moraes ter sido diplomado pela Escola Normal, sua instrução primária provavelmente ainda teve influência de regulamentos anteriores a este, no caso o regulamento de 1891. Comparando-se com os Regulamentos do Ensino Primário de 1894 e 1896, pouco ou quase nada mudou no

²⁶ Atestado de Proficiência do Ensino Primário. Maranhão, 8 mar. 1895. O documento encontra-se já em estado de deterioração na seção de documentos avulsos, nos documentos pessoais inventariados de José do Nascimento Moraes, do APEM – Arquivo Público do Estado do Maranhão

²⁷ Sobre Domingos Afonso Machado, os cargos que exerceu por nomeação legal na instrução pública constam no certificado de ensino primário de Nascimento Moraes. De acordo com Paxeco (1922, p. 302), “Domingos Affonso Machado, feito concurso, fica provido na cadeira de gramática do Liceu e Normal, aos 26-VII-92”. Segundo Fernandes (2003), Domingos Afonso Machado fazia parte do Conselho Superior de Instrução Pública do Estado, por eleição da congregação plena servindo durante o ano de 1895. Ele permaneceu como professor desta disciplina por muitos anos no Liceu, conforme o mesmo relatório de Paxeco (1922), nos anos de 1919 e 1920. Cogita-se ainda que Domingos Afonso Machado e Nascimento Moraes tinham um bom relacionamento que começou da relação professor e aluno na Escola Normal, continuando dessa maneira no Liceu Maranhense e, mais tarde, se tornariam colegas de trabalho nesta mesma instituição. Como exemplo dessa proximidade, seus nomes apareceram juntos no periódico liceísta *O Estudante* (1916), como membros honorários, ao lado do Dr. Antônio Batista Barboza de Godois.

conteúdo, em se tratando do programa de disciplinas ministradas, horário das aulas e critérios de avaliação nos exames finais.

FIGURA 2: Certificado de Conclusão do Ensino Primário



Fonte: Maranhão, 1895.

Sobre o programa de disciplinas da Escola Normal, constava nos regulamentos de 1894 e 1896 a mesma relação das disciplinas²⁸ oferecidas no ensino primário, sob a jurisdição do Estado, cuja organização competia a um grupo de treze professores do Liceu Maranhense e

²⁸ As disciplinas foram citadas no Capítulo I – Organização do Ensino Primário, presentes tanto no Regulamento do Ensino Primário, de 24 de novembro de 1894, assinado por Casimiro Dias Vieira Junior, quanto no Regulamento Geral da Instrução Pública do Maranhão, de 8 de fevereiro de 1896, homologado pelo governador Manoel Ignacio Belfort Vieira. Art. 3°. São disciplinas do curso elementar: 1°. Leitura e recitação; 2°. Calligraphia; 3°. Orthographia; 4°. As quatro operações fundametaes da Arithmetica, em numeros inteiros, decimaes, fracções decimaes e ordinarias; 5°. Grammatica elementar da língua portugueza; 6. ° Lições de coisas; 7°. Noções Geraes de Geographia geral e especialmente da do Brazil; 8°. Noções de História do Brazil; 9. ° Moral e Educação Civica. Art. 4°. São disciplinas do curso integral, além das precedentes: 1°. Aritmetica pratica e commercial, comprehendendo cálculo de juros, regra de tres, systema metrico decimal, até raizes quadradas e cubicas, excluidos os logarithmos; 2°. Geographia e chorographia do Brazil; 3°. Grammatica expositiva da língua portugueza; 4°. Exercicios de redacção, com auxilio ministrado pelo professor, e analyse dos classicos; 5°. Noções de História natural, physica e chimica, applicaveis à industria, à agricultura e à hygiene; 6°. Musica; 7°. Desenho; 8°. Gymnastica. (MARANHÃO, 1894, p. 29). Mais ainda, com base nas informações do jornal *A Pátria* (1908), Nascimento Moraes não cursou as disciplinas de Ginástica, Dança, Música e Canto, então incluídas nestes regulamentos. Dessa forma, provavelmente tenha estudado sob o *Regulamento do Ensino Primário* de 1891.

da Escola Normal, que assim compunham o Conselho Superior da Instrução Pública, de acordo com o art. 15º do *Regulamento da Instrução Publica do Maranhão* (1895). Pelo regulamento de 1891, estas foram as disciplinas de preparação para o ingresso no curso secundário que possivelmente cursou Nascimento Moraes.

Art. 44º. São disciplinas do 1º grau: Leitura e recitação; Calligraphia e exercicios orthographicos; as operações fundamentaes da Arithmetica, em numeros inteiros, decimaes e quebrados; Systema metrico decimal; Grammatica expositiva da lingua portugueza. Art. 45º. São disciplinas do 2º grau, alem das mencionadas no art. antecedente: Lições de coisas; Noções geraes de geographia e história do Brazil, especialmente do Maranhão; Art. 46º. São disciplinas do 3º grau, alem das mencionadas nos arts. antecedentes: Aritmetica até proporções inclusive Geometria elementar; Grammatica theorica da lingua portugueza e analyse dos classicos; Noções elementares de physica e chimica; Noções elementares de história natural. (MARANHÃO, 1891, p. 13).

Quanto ao horário das aulas²⁹, o *Regulamento do Ensino Primário* (1891) não especificou o início e o término das aulas, ao invés disso, determinava o tempo de permanência do aluno, distribuído no período diurno. Assim, o presente regulamento informou que no “Capítulo X, art. 50º - Os exercícios diários devem durar de 4 a 6 horas, podendo ser divididos em aula de manhã e aula de tarde”.

Todo esse rigor tinha como propósito a transmissão sistemática do conhecimento, de modo a evitar que os alunos ficassem ociosos, assim preenchendo o período em que se encontravam na escola com atividades e procedimentos didáticos previamente elaborados pelo corpo docente e dentro do regimento interno vigente.

Conforme o capítulo XIII sobre os exames³⁰, do *Regulamento do Ensino Primário* (1891), os artigos 70º e 71º descreviam seguidamente dos exames finais nas escolas públicas que seriam realizados anualmente e do período de aplicação destes entre os dias 20 e 30 de novembro, no qual o corpo discente seria arguido com base nas matérias estudadas durante o ano letivo.

²⁹ O *Regulamento Geral da Instrução Publica do Maranhão* (1895) informava no capítulo XII, art. 47º, que as escolas públicas iriam funcionar todos os dias úteis, das 9 horas da manhã até as 2 da tarde. Já o *Regulamento do Ensino Primário* (1894), capítulo XI, no seu art. 44º, citava o mesmo tempo de permanência do aluno em sala de aula, acrescentando ainda um intervalo para recreação. “§1º. O professor suspenderá por uma hora os trabalhos da eschola, afim de que os alumnos possam ter algum descanso” (MARANHÃO, 1894, p. 39).

³⁰ Já o capítulo XIV sobre os exames e férias, do *Regulamento Geral da Instrução Publica do Maranhão* (1895), os artigos 50º e 51º informavam dos exames finais nas escolas públicas que seriam realizados anualmente, entre os dias 15 e 24 de dezembro. As mesmas assertivas aparecem no capítulo XIII, nos artigos 44º e 45º, do *Regulamento do Ensino Primário* (1894).

Sobre os critérios de avaliação, o *Regulamento do Ensino Primário* (1891) não detalhou as notas atribuídas para as provas eram: ótima, boa, sofrível e má, que já constam nos regulamentos posteriores. Assim no “art. 74º - Os alunos aprovados em exame definitivo receberão um diploma de habilitação, assignado pelo presidente e comissão examinadora” (MARANHÃO, 1891, p. 17).

Considerando que Nascimento Moraes foi avaliado como tendo domínio pleno das matérias no texto do certificado de conclusão, dessa maneira seu conceito foi bom; o que tal afirmativa sustenta-se nos respectivos regulamentos: no *Regulamento Geral da Instrução Publica do Maranhão*³¹ (1895) e no *Regulamento do Ensino Primário* (1894), bem como da aprovação definitiva do aluno que dependeria do consenso da comissão examinadora.

Prosseguiu Nascimento Moraes seus estudos no Liceu Maranhense que oferecia um curso integral de ciências e letras, equiparado ao plano do Ginásio Nacional, com duração de 7 anos. Abrangia cerca de 27 disciplinas dispostas em 21 cadeiras que deveriam ser cursadas, obrigatoriamente, dentro do tempo previsto pelos alunos para depois serem submetidos aos exames finais de cada ano, envolvendo os assuntos estudados durante o ano letivo.

Art. 4.º Para o ensino destas materias haverá no Lyceu Maranhense as seguintes cadeiras: 1 de lingua portugueza; 1 de lingua latina; 1 de lingua grega; 1 de lingua franceza; 1 de lingua ingleza; 1 de lingua alemã; 1 de mathematica elementar; 1 de geometria geral, calculo e geometria descriptiva; 1 de mechanica e astronomia; 1 de physica; 1 de chimica; 1 de geographia; 1 de mineralogia, geologia e meteorologia; 1 de biologia; 1 de história universal; 1 de história do Brazil; 1 de literatura nacional; 1 de sociologia, moral, noções de economia política e direito pátrio; 1 de desenho; 1 de música; 1 de gymnastica, esgrima e natação (MARANHÃO, 1896, p. 2).

George Gromwell recordou de Nascimento Moraes quando era estudante do ensino primário e secundário pelo jornal *A Pátria* (1908), parabenizando-o pelo seu aniversário de 26 anos. Nessa perspectiva, ressaltou o contato dele com autores da literatura portuguesa, do classicismo, do barroco, do aprendizado das operações básicas de Aritmética, bem como da importância de se redigir um texto com a grafia correta. Além disso, enfatizou sobre o concurso rigoroso para um professor lecionar a disciplina de sua especialidade no Liceu Maranhense.

Do curso primário, quando nas escolas desse tempo ainda não eram conhecidas a gymnastica, a dança, a música e o canto, mas se aprendia a lêr, se aprendia a

³¹ Art. 57º. A totalidade das notas optimas dá direito à aprovação plena com distincção; a totalidade de notas boas dá direito à aprovação plena. Art. 59º. Ao alumno definitivamente aprovado será dado pela comissão examinadora um certificado do exame feito para que possa ter ingresso, querendo, nos cursos secundário e normal (MARANHÃO, 1896, p. 46). O mesmo texto consta no Regulamento do Ensino Primário (1894), nos respectivos artigos 51º e 53º.

grammatica, se analysavam as obras de Camões, de Jacintho Freire, de Antônio Vieira, de Montalverne e outros; quando as quatro operações fundamentaes da Arithmetica eram tidas como uma necessidade; para a vida pratica; quando uma caligraphia ao par de uma orthographia segura recommendar ao discípulo; quando a redacção era imprescindível nos exercicios da escripta, Nascimento Moraes foi para o Lyceu, mas... para o velho Lyceu em que, cada professor, para lecionar a cadeira de sua especialidade tinha de se submeter ás provas de um concurso, pelo qual a sua competencia ganhava foros na opinião pública; concurso rigoroso, ás vezes, porém, útil nem só a instrucção, como à mocidade; porque, por ele, ficava o professorado immune das diatribes da política provinciana, cuja influencia jamais o atingiria (A PÁTRIA, 1908, p. 1).

Para ingressar no Liceu Maranhense, o aluno deveria matricular-se junto a Secretaria Geral de Instrução Pública, “no período de 2 a 31 de janeiro de cada ano”, já sendo um calendário fixo, segundo o capítulo II, artigo 9º sobre as matrículas e inscrições avulsas do regimento desta escola (MARANHÃO, 1896, p. 7).

A matrícula “ou inscrição 5\$000 reis” anuais era independentemente do número de aulas que o aluno fosse frequentar, conforme a lei nº. 102 de 8 de abril de 1896, sancionada pelo governador Belfort Vieira. O início e término das aulas letivas estava previsto no mesmo regimento, capítulo III, artigo 14º, a partir de primeiro de fevereiro “e o seu encerramento, na primeira quinta-feira de outubro”, bem como o horário de funcionamento escolar, conforme artigo 15º, das 8 horas da manhã até às 3 horas da tarde (MARANHÃO, 1896, p. 8).

Reunia, de certa forma, Nascimento Moraes as condições necessárias para cursar o ensino secundário no Liceu Maranhense, já que havia concluído o ensino primário, ingressando nesta etapa com 13 anos. Oriundo de família pobre, não se sabe se ele pagou a quantia determinada para matricular-se nesta instituição de ensino, se alguém patrocinou ou mesmo que seu pai tenha economizado ao longo de anos o valor exigido. Tampouco o presente regulamento mencionava sobre isenção³² de matrícula para alunos pobres.

Seguia-se o método tradicional de ensino, pautado na difusão do saber acumulado culturalmente, cuja concepção educativa, no seu bojo humanista e elitista, pressupunha que o homem era formado pelo ambiente e pela educação. No geral, o ensino secundário oferecido “se destinava fundamentalmente aos filhos da elite, quer para ocuparem cargos político-administrativos, quer para ingressarem nos cursos superiores ” (VEIGA, 2007, p. 188)

³² Essa exceção à regra imposta pode ser encontrada, pelo menos, no Regulamento da Instrução Pública de 1931, de acordo com o decreto nº. 46 de 23 de fevereiro, assinado pelo interventor Pe. Astolpho Serra. “Art. 97. ° O Director poderá conceder três matrículas gratuitas em cada anno do curso a alumnos reconhecidamente pobres, e que satisfaçam uma das três seguintes condições: a) serem orphãos de pae e mãe; b) serem orphãos de pae; c) serem filhos de operários ou de funcionários públicos com vencimentos inferiores a duzentos mil reis (200\$000) mensaes” (MARANHÃO, 1931, p. 27). Talvez seu bom desempenho escolar o tenha ajudado a ingressar no Liceu, com o apoio de Domingos Afonso Machado.

Os alunos liceístas deveriam ser pontuais, competentes e competitivos. Os artigos 21º e 22º do referido regimento fazem referência à recapitulação pelo professor das matérias estudadas, ao final de cada mês, e dos alunos produzirem composições escritas do conteúdo ministrado. Tais produções textuais seriam “estampadas no quadro de honra do Lyceu” para apreciação de todos os alunos e demais funcionários deste estabelecimento (MARANHÃO, 1896, p. 9).

As principais referências de Nascimento Moraes no Liceu Maranhense foram os professores Manoel de Béthencourt e dr. Antônio Jansen de Matos Pereira. O primeiro, professor de Filosofia, cultivou nele e nos outros estudantes o interesse pela literatura nacional e internacional, “a dominar, pela carranca conselheiral e doutrinária, a assembleia de alunos que lhe circundava a banca”, ao escutar seus ensaios literários produzidos e estimulando os jovens de seu tempo (LOBO apud MORAES, 1977, p. 201). Com o segundo, ele aprendeu a “conhecer os homens de sua terra (A PÁTRIA, 1908), como exemplo, quando em 1886 exerceu Antônio Jansen interinamente o cargo de inspetor da Instrução Pública, apontou, segundo Fernandes (2003), junto ao poder estatal em seu relatório da necessidade de criação de escolas normais.

Os exames do curso integral dividiam-se em três séries, etapas eliminatórias assim promovidas nesta ordem: de suficiência, finais e de madureza, com base nos artigos 25º, 26º, 32º e 42º, capítulo IV, do *Regimento do Lyceu Maranhense* (1896). O exame de suficiência acontecia logo após o encerramento das aulas, constando somente de prova oral divulgada na imprensa. O exame final ocorria depois do anterior, versando sobre as disciplinas concluídas e abrangendo prova escrita feita secretamente; oral e prática, se caso a matéria exigisse, sendo estas duas últimas também realizadas publicamente. E o exame de madureza³³ feito ao término do curso integral.

Por meio do periódico semanal *Pacotilha*³⁴, o Liceu Maranhense divulgou sobre as atividades desenvolvidas por essa escola, além da convocação para os exames da instituição e

³³ O exame de madureza era feito depois da aprovação do aluno nos exames finais. “§1.º Estes exames constarão de prova escrita, oral e pratica, da maneira seguinte: 1.ª Secção – Linguas vivas, especialmente a portuguesa; litteratura nacional; 2.ª Linguas classicas; 3.ª Mathematica e astronomia; 4.ª Sciencias phisicas e sua applicação; meteorologia, mineralogia e geologia; 5.ª Biologia, Zoologia e Botanica; 6.ª Sociologia e moral; noções de economia política e direito patrio; 7.ª Geographia e história, especialmente do Brazil. §2.º Terão provas praticas as matérias da secção 4.ª e 5.ª” (MARANHÃO, 1896, p. 13-14). A inscrição ficava a cargo da Secretaria da Instrução Pública de 1º a 20 de outubro de cada ano, devendo o candidato ao exame depositar a quantia de dez mil reis, destinada ao fundo escolar, conforme os artigos 47º e 45º, nessa ordem, do presente regulamento.

³⁴ O jornal *Pacotilha*, subtítulo Hebdomadário crítico e noticioso foi fundado por Victor Lobato em 1880, de publicação semanal, era propagandista da abolição e da República. Não teve uma veiculação constante. A primeira tiragem ocorreu em 09 de outubro de 1880. A *Pacotilha* parou de circular em janeiro de 1881, voltando a circular

publicação do desempenho de seus alunos. Verificou-se ainda referências a Nascimento Moraes que se submeteu aos exames de algumas disciplinas, concorrendo para melhor compreensão do sistema de avaliação desta escola, através desse canal de comunicação com a sociedade ludovicense. Jornal que anos mais tarde trabalhou como jornalista, publicando suas crônicas e, de vez em quando, postando pequenas notas na coluna social sobre seus familiares e amigos.

Aos 15 anos, Nascimento Moraes preparou-se para os exames finais de língua estrangeira no Liceu Maranhense. O jornal *Pacotilha*, de 23 de novembro de 1897, edição n.º. 275, ano XVII, noticiava na terça-feira da dita data uma curta nota intitulada “Exames Geraes Francez”, a respeito do resultado dos exames realizados naquele dia e também convocando para a prova oral de francês, no dia seguinte, dez alunos da 3ª turma, dentre eles, José do Nascimento Moraes.

3ª turma. Ignacio Joaquim de Carvalho Neto, João de Lima Gomes, João Franklin da Costa Ferreira, José Gomes da Silva, José Leão Monteiro de Sousa, José do Nascimento Moraes, José Alves dos Santos, José de Meirelles, Joaquim A. dos Santos, José Paulino de Miranda (PACOTILHA, 1897, p. 2).

Seis dias depois, na segunda-feira de 29 de novembro de 1897, a edição de n.º. 280 do jornal *Pacotilha* fez a convocação na nota intitulada “Exames Geraes”, para às 10 horas do dia seguinte dos alunos da última turma, incluso nela o jovem José do Nascimento Moraes, para a prova oral de Inglês. Foram chamados 11 alunos, um a mais em relação ao determinado no segundo parágrafo do artigo 26º do regimento escolar³⁵.

Última turma. José Maria Magalhães Almeida, José Alves dos Santos, José do Nascimento Moraes, José Leão Monteiro de Souza, João de Lima Gomes, Manoel Firmino da Costa Moreira, Palmerio Mariano de Lemos, Raimundo Nonato de Magalhães Braga, Rosmino Fernandes d'Araujo, Ulysses Nina Parga, Viriato Rodrigues de Sousa (PACOTILHA, 1897, p. 3).

Entre 23 e 29 de novembro de 1897, nesse sentido, Nascimento Moraes fez as provas de francês e de inglês, já que fora convocado por meio da nota publicada na imprensa. Esses exames corresponderiam, segundo o *Regimento do Lyceu Maranhense* (1896), aos exames de suficiência que envolviam toda matéria estudada durante o ano. Ambas as disciplinas

em abril do mesmo ano como novo formato. No ano de 1930 o jornal deixou de circular novamente, retornando somente em 1934. In: *Jornais Maranhenses (1821-1979)*. São Luís MA, 1981, Fundação Cultural do Maranhão – Biblioteca Pública Benedito Leite.

³⁵ O artigo 26º prescrevia no “§2º. Esta prova será effectuada por turmas de dez alumnos, podendo haver, diariamente, de cada anno lectivo, mais de uma, si assim convier aos examinadores” (MARANHÃO, 1896, p. 10).

exigiam geralmente o estudo da gramática elementar, leitura e tradução de autores e exercícios de conversação.

No ano seguinte, aos 16 anos, o jornal *Pacotilha*, datado de 27 de dezembro de 1898, edição nº. 307, publicava novamente sobre o Liceu Maranhense na curta nota intitulada “Exames Geraes”, acerca dos exames da presente data, ao mesmo tempo convocando, às 11 horas do dia seguinte, sete alunos listados para a prova de Geometria e Trigonometria. “José do Nascimento Moraes, José M. de Magalhães Almeida, Ludgero Augusto Rodrigues, Luiz Alfredo Netto Guterres, Manoel F. da Costa Ramos, Raymundo N. de Magalhães Braga” (PACOTILHA, 1898, p. 2). Previa-se, entretanto, seis alunos por turma no primeiro parágrafo do artigo 32º do Regimento Escolar do Liceu Maranhense (1896).

Ainda nessa idade, Nascimento Moraes era convocado no dia 24 de janeiro para a prova oral de História Universal e do Brasil no Liceu Maranhense, conforme informações do jornal *Pacotilha*, na sua décima nona edição de segunda-feira, em 23 de janeiro de 1899, através da breve nota intitulada “Exames Geraes”. Estava incluso numa lista de dez alunos, por conseguinte, divergindo do previsto no regimento escolar que era de seis alunos por turma. Além disso, essa disciplina não constava entre as cadeiras dos exames de suficiência, aparecendo nos exames finais.

Caetano Brandão de Souza Junior, Estevam Gonçalves Castello Branco, Francisco X. dos Reis Lisboa Filho, Galdino Martins de Souza Ramos, Guilherme Moreira de Carvalho, Heitor C. de Almeida Britto, José do Nascimento Moraes, José d' Almeida Nunes, José Caetano Vaz Sardinha, Mauricio José Cardoso (PACOTILHA, 1899, p. 2).

Submeteu-se também aos exames finais de física e química deste mesmo ano. De acordo com o jornal *Pacotilha*, quinta-feira, 14 de dezembro de 1899, na edição de nº. 296, publicava sobre o Liceu Maranhense na curta nota intitulada “Exames Geraes de Preparatorios”, a respeito do resultado das provas realizadas destas disciplinas no dia anterior, em que José do Nascimento Moraes foi classificado como aprovado plenamente.

Approvados plenamente. Galdino Martins de S. Ramos, José do Nascimento Moraes. Aprovados simplesmente. Almerio Alderio Godinho, Alarico Nunes Pacheco, Antonio Candido da Rocha, Carlos Cavalcanti Fernandes, Francisco Correa Pinto, José Ascenço Muniz Salazar. Um aluno não compareceu (PACOTILHA, 1899, p. 2).

A mesma nota “Exames Geraes de Preparatorios” havia sido publicada no jornal *Pacotilha*, quinta-feira, de 20 de dezembro de 1899, edição de nº. 301, com respeito ao resultado

dos exames de Latim procedidos naquele dia, em que, mais uma vez, José do Nascimento Moraes com seus 17 anos foi classificado, dentre os onze alunos listados, como aprovado plenamente.

Approvados plenamente. Carlos Cavalcanti Fernandes, Francisco Correa Pinto, Francisco X. Reis Lisboa Filho, Hermilio J. Serra Lima Pereira, José do Nascimento Moraes, José Vaz Sardinha, João Vieira S. Filho, Manoel Viriato Correa, Raymundo Mariano Dias. Approvados simplesmente. Ignacio Joaquim de Carvalho Netto, Ludgero Augusto Rodrigues (PACOTILHA, 1899, p. 2).

Sobre o bom desempenho nos exames finais de física, química e latim, pode-se inferir com base no artigo 39º do mesmo regimento liceísta, que estabelecia os graus de julgamento, nesta sequência: aprovado plenamente com distinção, aprovado plenamente, aprovado simplesmente e reprovado, que Nascimento Moraes foi considerado mediano, com a anuência da mesa examinadora e do Inspetor Geral.

Para os exames de madureza a serem realizados após a conclusão do curso integral, Nascimento Moraes apresentava um dos requisitos indicados pelo artigo 44º do dito regimento: aprovação plena, pela totalidade de notas boas. O candidato aprovado nesse exame, segundo o artigo 57º, capítulo VI sobre as regalias, teria matrícula assegurada em qualquer academia do país. Conforme Veiga (2007, p. 250), “a aprovação no exame de madureza conferia ao aluno o grau de bacharel em ciências e letras e dava direito a ingresso em qualquer curso superior do Brasil”.

Tanto os biógrafos Machado (1996), Meireles (1955), Moraes (1977) e Martins (2006) como os jornais investigados não fazem menção de seu ingresso ao ensino superior, sempre ressaltam o autodidatismo de Nascimento Moraes no jornalismo e secundariamente sua carreira docente. Da mesma forma, George Gromwell afirmou pelo jornal *A Pátria* que ele não ingressou no ensino superior, mesmo obtendo aprovação nos exames finais.

Nessa casa de instrução fez elle o seu tirocínio com proficiência e saber, o que lhe estreitou mais aos seus preceptores, pela estima, como aos seus condiscípulos, pela admiração. Findos os seus preparatórios, era prudente abraçasse uma carreira, visto não poder ir em uma das nossas escolas superiores buscar um diploma de qualquer sciencia, que lhe premunisse o futuro contra o imprevisto (A PÁTRIA, 1908, p. 1).

Essa assertiva reforça-se no artigo 58º, capítulo VI do Regimento Escolar, que garantia vantagens aos alunos aprovados no curso integral, “quer tenham ou não passado nos exames de madureza” (MARANHÃO, 1896, p. 16). Primeiro: o acesso ao emprego público do

Estado, por meio ou não de concurso, sem a necessária competência técnica para o preterido cargo; segundo, serem lentes do Liceu Maranhense, da Escola Normal, na ausência de normalistas ou mesmo de outros estabelecimentos de ensino.

Em relação a isso, Veiga (2007) destacou a descentralização na organização da educação nos primeiros decênios da república, em que o ensino superior seria de competência do Governo Federal e os demais níveis sob a responsabilidade dos Estados. O certificado de conclusão e suas vantagens, sobretudo, do ensino secundário no Rio de Janeiro para os egressos corroborava com o regimento escolar liceísta descrito anteriormente.

Os certificados eram conferidos tanto para os alunos que concluíssem o curso quanto para quem apenas passasse nos exames. O certificado de primeiro grau assegurava o ingresso no curso normal e no ensino secundário e era pré-requisito para qualquer emprego público; o de segundo grau, além disso, isentava da prestação de concurso público para emprego público administrativo (VEIGA, 2007, p. 241).

Sucedeu-se ao governo do Estado, conforme Meireles (2008), o vice-governador Sebastião José de Magalhães Braga, já que o governador escolhido Urbano Santos havia renunciado ao cargo. Por um curto período, no setor educacional, sancionou a lei nº. 207 de 28 de abril de 1898 que autorizava o Governo a reorganizar a Escola Normal, separando-a do Liceu Maranhense, salientando, de acordo com os respectivos artigos 2º e 4º, que os professores poderiam lecionar mais de uma matéria e seus vencimentos seriam calculados conforme o número de matérias ministradas. Em seu lugar, assumiu o poder estatal até 1902, não se afastando do mandato, o governador João Gualberto Torreão da Costa.

João Costa era “candidato de Benedito Leite que, à testa do Partido Federalista, ditava a política do Estado” (MEIRELES, 2008, p. 274). Também baixou várias leis e decretos no setor educacional, a citar: lei nº. 226 de 15 de abril de 1899 que estabelecia a reforma do Liceu Maranhense; lei nº. 248 de 20 de março de 1900, criando diversas cadeiras de instrução primária: 4 cadeiras para o sexo masculino nos municípios de Miritiba, Mirador, Codó e São Bento; 1 para o sexo feminino no município de Pastos Bons; 1 mista para cada um dos municípios de Anajatuba, Baixo Mearim, Penalva, Icatu, Alcântara, Currálinho e Brejo; e 5 mistas para São Luís; e lei nº. 232 de 5 de março de 1900, separando do Liceu a Secretaria da Instrução Pública. Além disso, o “Regulamento que baixou com o decreto nº. 6, de 7 de março de 1900, imprimiu à Escola-Modelo Benedito Leite o caráter de uma escola mista de aplicação, na qual, pela observação e pelo exercício, os futuros professores se iniciassem na prática do magistério” (FERNANDES, 2003, p. 251-252).

Após a conclusão do ensino secundário e não havendo a possibilidade de ingressar ao ensino superior, Nascimento Moraes buscou outras alternativas para sobreviver em São Luís, as quais serão abordadas mais adiante. Já era bastante significativo ter sido egresso do Liceu Maranhense e se dedicado aos ensinamentos propostos que desenvolveram sua erudição e o gosto pela leitura e produção textual.

3.3 Depois do Liceu

O jovem José do Nascimento Moraes trabalhou em duas atividades não mencionadas pelos biógrafos e memorialistas que se restringiram ao exercício do ofício docente, à carreira de literato e de jornalista: a de empregado na fábrica de tecidos e colaborador da intendência municipal, com base nas respectivas reportagens do jornal *Pacotilha* nos anos de 1900 e 1902.

Primeiramente, Nascimento Moraes, aos 18 anos, possivelmente tenha trabalhado como empregado na fábrica têxtil Rio Anil³⁶ em 1900, pois seu nome foi arrolado juntamente com alguns empregados como suspeito de furtar as fazendas (tecidos). O jornal *Pacotilha* informou o caso em duas edições. Na edição nº. 192, de terça-feira, 14 de agosto, anunciou em “Roubo de Fazenda”, a respeito da subtração de fazenda que já se encontrava sob investigação da polícia, que havia averiguado um depósito de peças roubadas dessa fábrica e que tal situação era recorrente (PACOTILHA, 1900, p. 2).

Na edição nº. 193, de 15 de agosto, quarta-feira, o jornal *Pacotilha* publicou “Furto de fazendas”, prosseguindo à pequena nota do dia anterior, com mais detalhes sobre o caso envolvendo Nascimento Moraes e outros empregados da fábrica. O fato ocorreu no início do ano e só foi veiculado na imprensa sete meses depois, descrevendo que rotineiramente alguns empregados praticavam o roubo no horário do almoço ou do jantar, escondendo o tecido no próprio corpo, preso à cintura ou mesmo à perna.

³⁶ Em relação ao setor fabril, cerca de 5 fábricas têxteis foram instaladas em São Luís, objetivando apaziguar os problemas da economia maranhense com recursos oriundos do capital comercial, visto que “foi o comércio o grande beneficiado com o desempenho ocorrido na economia algodoeira” (MELO, 1990, p. 35). Maquinário, capital, mão-de-obra advinda das camadas populares e matéria-prima disponível, em geral, as condições estavam postas para o desenvolvimento da indústria têxtil maranhense, “além da tecnologia têxtil encontrar-se à disposição do mercado internacional” (MELO, 1990, p. 34). Naquele período, as fábricas de fiação e tecelagem existentes passaram a direcionar a produção, onde cada fábrica produzia um tipo de tecido, a fim de atenuar a concorrência entre si. Com essa fraca competição interna, garantiria maior exportação de seus produtos. No caso da Companhia de Fiação e Tecido Rio Anil, esta dedicava a maior parte da produção na fabricação do morim, pano branco e fino, feito do algodão.

Conforme a investigação policial do bairro do Anil, dos nove empregados que estavam sob suspeita, cinco deram depoimento: Agostinho Valle, Gervasio Belfort, Cantidio Dantas, Djalma Henrique dos Santos e José do Nascimento Moraes. Faltando os demais prestarem depoimento sobre o caso.

Tal evento veio à tona por meio do alfaiate Rubem Semeão de Sousa, na ocasião da compra de tecido encomendado no domingo, 12 de agosto, pelo padre Silvino Angelo da Silva ao alfaiate Quintino Pereira encarregado por aquele da venda da mercadoria roubada. O alfaiate Quintino Pereira argumentou que confeccionava roupas para os empregados Agostinho Valle e Gervasio Belfort que o remuneravam na forma de retalhos de morim, assim desconhecendo serem roubados. Além disso, afirmou ter comprado fazenda de outros empregados, ao preço de 7\$ por peça.

O furto data de janeiro d'este anno e fazia-se por pedaços de 10, 15 e 6 metros de fazenda de cada vez, sahindo os empregados que o praticavam, com a fazenda amarrada na cintura e algumas vezes na barriga da perna. (...). Nove são os empregados sobre os quaes recaem suspeitas, tendo já sido ouvidos cinco d'elles pela subdelegacia de polícia do Anil, cargo que, como se sabe está sendo exercido pelo sr. J. Pinto Dias de Souza, que já se acha presentemente na gerencia da Fábrica. (...). Ouvido pelo subdelegado de polícia do Anil, o alfaiate Quintino declarou elle ter-lhe sido feita a encomenda de roupas em epocas diversas pelos empregados daquela fabrica Agostinho Valle e Gervasio Belfort, os quaes effectuaram-lhe o pagamento por meio de retalhos de morim, que lhe diziam serem-lhe dados na fábrica, como fins de rolo. (...) Prosegindo o inquerito por parte daquella solicita auctoridade, o empregado Agostinho Valle, de 19 annos e casado, confessou ter feito frequentes vendas de pedaços de panno ao dito alfaiate, o inquerido sobre o modo como conseguia sahir da fábrica com a fazenda, declarou fazel-o amarrando à cintura pedaços de 10 e 15 metros. Apontou como seus companheiros de furto os empregados José do Nascimento Moraes, Paulino Lobão, Cantidio Dantas e Djalma Santos, affirmando ser de José de Moraes quem facilitava a empresa, pois era quem cortava o panno. (...) Das diligencias realisadas verifica-se serem os chefes da gatunice os empregados Agostinho do Valle e Gervasio Belfort, tendo os outros tomado parte, na subtracção de fazenda, poucas vezes, e por elles estimulados (PACOTILHA, 1900, p. 2).

Pela descrição acima, Nascimento Moraes supostamente estaria envolvido no furto de fazendas, cuja tarefa seria de retalhar os morins, sendo que ele mesmo havia vendido 4 peças, retirando-se do local de trabalho com os pedaços de pano amarrados à sua cintura. A polícia confirmou apenas que os chefes do roubo de fazenda eram os empregados Agostinho do Valle e Gervasio Belfort, entretanto, pretendia buscar maiores esclarecimentos, isto é, colher mais depoimentos de pessoas que ainda não foram ouvidas para concluir o inquérito instaurado.

No dia seguinte à publicação deste evento na fábrica do Rio Anil, em 16 de agosto de 1900, o subdelegado de polícia do bairro do Anil, Pinto Dias de Souza, encaminhou o

referido caso, através de ofício para o 3º Distrito Policial, descrevendo no texto que seria encaminhado juntamente com os autos, os depoimentos dos envolvidos.

Subdelegacia de Polícia do Anil em 16 de agosto de 1900. Ilmo Snr Doutor Chefe de Polícia. Neste meu districto policial houve, na Fábrica de Tração e Tecidos do Rio Anil, neste estabelecido, um furto, pelo que motivou o procedimento e officio por parte desta delegacia. Faço remessa nesta data dos respectivos autos a VSª para por vossa vez fazer seguir ao Doutor Juiz de Direito do 3º districto policial, digo Criminal. Saúda-vos. Subdelegado Plª Pinto Dias de Souza.³⁷

Além disso, o subdelegado Pinto Dias de Souza, também citado no jornal *Pacotilha* e responsável pelo inquérito do furto de tecidos na fábrica do Rio Anil, ao direcionar esse caso para outro setor, de antemão categorizou-o como criminal, mesmo faltando outros empregados serem ouvidos e sem ter dado voz de prisão para os que já haviam prestado esclarecimento.

FIGURA 3: Ofício sobre o furto na fábrica de Tração e Tecidos do Rio Anil

Subdelegacia de Polícia do Anil
em 16 de Agosto de 1900

Ilmo Sr. Doutor Chefe de Polícia.

Neste meu districto policial
houve, na fábrica de tração e
tecidos do Rio Anil, neste esta-
belecido, um furto, pelo que
motivou o procedimento e offi-
cio por parte desta delegacia.
Faço remessa nesta data
dos respectivos autos a VSª para
por vossa vez fazer seguir ao
Doutor Juiz de Direito do 3º dis-
tricto policial, digo Criminal.

Saúda-vos.

Subdelegado Plª
Pinto Dias de Souza

Fonte: Maranhão, 1900.

³⁷ MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Subdelegacia de Polícia do Anil. São Luís, 16 ago. 1900. Não constava os autos junto ao ofício, conforme especificado no próprio documento. Eles não foram localizados, podendo ter sido extraviados ou deteriorados pelo tempo, embora o ofício encontra-se ainda em bom estado de conservação. Os autos seriam importantes para certificar, se foram retiradas tais informações desse documento acerca dos empregados envolvidos no furto dos tecidos para o jornal *Pacotilha*, bem como se correspondem à descrição feita pelo dito jornal.

Para além do suposto envolvimento do jovem Nascimento Moraes nessa situação, podendo se tratar de apenas um homônimo e embora não se tenha certeza de sua passagem como empregado de lá, já que os autos não foram localizados, o ofício reportando esse evento vem demonstrar que de fato ocorreu um furto na fábrica do Rio Anil.

Ainda sobre esse tipo de atividade industrial, Melo (1990) fez um estudo de caso das relações de trabalho na fábrica Santa Efigênia³⁸ em São Luís que de certa forma, reflete um contexto mais amplo do setor têxtil no Maranhão. O processo de seleção dentro da fábrica seguia critérios de envolvimento pessoal, isto é, a pessoa que pleiteava trabalhar lá, conquistava a vaga junto a parentes que já trabalhavam. Além disso, o treinamento era feito por quem a indicava.

No que tange ao salário, o pagamento por peça era a forma de remuneração predominante, pois dava uma sensação ao trabalhador de que ele ganhava pelo que produzia, incentivando também no prolongamento da jornada de trabalho, que na legislação era de 8 (oito) horas diárias, indo até 12 (doze) horas. “O salário por peça, em si, desperta no trabalhador atração em prolongar a jornada de trabalho, a fim de ver aumentado o seu salário diário, semanal, quinzenal ou mensal” (MELO, 1990, p. 66).

O empregado tinha de produzir muito e com boa qualidade. Caso não atendesse a intensidade de trabalho exigida, era imediatamente dispensado. Os acidentes no ambiente de trabalho se davam durante a manutenção das máquinas, enquanto estas estavam em funcionamento. A disciplina e o controle eram mantidos pelo mestre ou encarregado do setor que, de certa forma, amortecia as relações entre patrão e empregados. O ambiente de trabalho era inóspito, muita poeira, barulho, trazendo problemas físicos para os trabalhadores.

Algumas formas de exploração, de maneira geral, não eram percebidas pelos operários: o roubo no peso dos fios e na metragem na seção de fiação; descontos do IAPI, órgão de assistência médica ao trabalhador que estabelecia o desconto de 5% sob o salário mínimo, no qual o patrão explorava concedendo mercadorias do armazém da fábrica para os trabalhadores, sendo descontado o que fosse consumido da folha de pagamento. A essa prática

³⁸ Cabe ressaltar, neste momento, que a instalação de fábricas têxteis, voltadas para fiação e tecelagem de algodão, como a de Santa Efigênia contribuiu diretamente para a expansão do centro urbano de São Luís, por conseguinte, para estruturação dos bairros. Melo (1990) assinala também acerca do movimento operário nessa fábrica, apontando que nos anos de 1948, 1951, 1952, 1953 e 1959 ocorreram reivindicações, nessa ordem: por aumento de salário, paralisação por atraso no pagamento, protesto pelo espancamento de uma operária, novamente suspensão por 2 dias das atividades pela falta de pagamento da quinzena e pela adoção do novo salário mínimo.

dava-se o nome de barracão. E o empréstimo que concedia adiantamento de dinheiro era outra prática que condicionava o trabalhador a estar sempre endividado.

Em relação ao que foi relatado no jornal *Pacotilha*, o ato de subtrair objetos do local de trabalho pode ser facilmente questionado, sobretudo, porque se praticava o pagamento dos empregados da fábrica na forma de retalhos de morim, o que talvez explicasse tanto tempo de demora, entre janeiro e agosto, então mês de publicação do caso na imprensa jornalística, na sondagem das autoridades policiais em caracterizar o furto desse tecido. Além disso, os próprios empregados reproduziam essas relações de trabalho, já que negociavam com retalhos de pano as roupas que encomendavam junto ao alfaiate.

Independente de Nascimento Moraes ter exercido qualquer outra atividade profissional, desde o ensino secundário ele manteve o interesse pela estética literária, já que no ano de 1900 fazia parte do grupo literário *Oficina dos Novos*, do qual foi o primeiro presidente. (MORAES, 1977).

A respeito disso, o jornal *Pacotilha*, edição nº. 245, de 15 de outubro de 1900 anunciou em “Homenagem a Gonçalves Dias” que José do Nascimento Moraes, representando o grupo literário “Os Novos”, era membro da comissão central “encarregada dos festejos que vão ser promovidos no dia 3 do futuro mez de novembro, em homenagem ao grande lyrico brasileiro Gonçalves Dias, verdadeira gloria da patria e orgulho do Maranhão” (PACOTILHA, 1900, p. 3). Além dele, faziam parte dessa comissão: Antonio da Costa Gomes, Firmina do Amaral Sobreira (Escola Normal), Henrique Fernandes (Grêmio Literário), Felipe Motta (Liceu Maranhense) e Luiz Carvalho (*A Actualidade*).

Pouco tempo depois, Nascimento Moraes rompeu com a *Oficina dos Novos* e fundou em 17 de março de 1901 o grupo literário *A Renascença*. Em 1902, aos vinte anos, exerceu o magistério particular, lecionando as disciplinas de português, história e geografia no Instituto Gomes de Souza, Ateneu Teixeira Mendes, Colégio Cisne e Colégio Viveiros (PACOTILHA - O GLOBO, 1958, p. 4).

Sobre isso, o jornal *A Pátria* (1908) ressaltou a escolha de Nascimento Moraes pela carreira docente, ou seja, na dedicação em ministrar aulas particulares, dentro da formação propedêutica recebida no Liceu Maranhense, pois, ainda que estivesse bastante inclinado à atividade literária, esta não lhe supria financeiramente.

Filho de paes pobres, porém, honrados, não via outra senão a commercial, e estávamos convictos que em breve perderíamos a sua companhia, porque a vida do comércio toda cheia de peripécias, que levam o homem, mão grado seu, a se tornar egoísta à

ponto de só tratar em sua conversação nos lucros de um bom negócio, ou nas perdas de uma partida entaholada ad-rem, quando elle nos disse que já estava resolvido a seguir o magistério público (A PÁTRIA, 1908, p. 1).

Recorrendo a Gondra e Schueler (2008, p.189-190) sobre a baixa remuneração do professor e pelo fato dessa profissão tornar-se mais uma alternativa para complementar a renda familiar, do que encará-la como carreira, a “docência passaria a ser, se não a única, a principal atividade desses professores que, em muitos casos, desenvolviam atividades complementares, devido aos seus baixos salários”.

Além de dar aulas particulares, Nascimento Moraes exerceu naquele mesmo ano o cargo de colaborador da Intendência Municipal. No caso, ele auxiliava o intendente municipal em vigência. O intendente representava a administração pública, correspondendo atualmente ao prefeito. Conforme Fausto (2006), o reforço ao poder executivo ganhou força no primeiro quartel da república, com a política dos governadores. O governador do Estado quem indicava o intendente que, por sua vez, estaria atrelado ao governo situacionista.

O jornal *Pacotilha*, a respeito disso, noticiou também em duas edições sobre sua demissão, expondo os supostos motivos serem de natureza política. Dessa maneira, foi publicado numa pequena nota, a edição nº. 109 de 8 de maio de 1902. “Consta-nos que, devido a uma vingança mesquinha dos situacionistas da terra foi hontem dispensado do logar de colaborador da intendência municipal o sr. José do Nascimento Moraes. O fato liga-se a escriptos para a imprensa local” (PACOTILHA, 1902, p. 2).

Nesse caminho das letras, Nascimento Moraes teve forte influência do seu professor e editorialista do jornal *A Campanha* Manuel de Béthencourt no contato com a literatura russa, inglesa e francesa, despertando-lhe o gosto pela leitura de diversos autores e pelo jornalismo. “Nessa labuta, manejava excepcionalmente o capital cultural constituído percucientemente ao cabo de penosas e sistemáticas sessões de leituras de autores regionais, nacionais e estrangeiros, cujas obras circulavam no insulado mercado da capital maranhense” (MARTINS, 2006, p. 160).

Na segunda nota acerca do afastamento do cargo de Nascimento Moraes, o jornal *Pacotilha* de 12 de maio de 1902, edição nº. 112, segunda-feira, sob o título “Política de mesquinhas” empenhou-se não somente em apurar as motivações para a dispensa do jovem jornalista, como também compreender as circunstâncias que concorreram para a demissão inesperada desse empregado de repartição pública.

De facto, logo que à nossa folha trouxeram a notícia a que aludimos, soubemos que tal resolução tivera o sr. Nuno Pinho, inspirado em moveis que, absolutamente, não o

lisongeariam, confessados. Não tolera a política dominante que pessoas que ocupem cargos publicos, ou se achem, por qualquer outro motivo, dependentes do governo do Estado, tenham uma opinião e a manifestem, se esta opinião vae de encontro a opiniões que sustente. Vale isto dizer que o partido de posse das posições officiaes não admite que um cidadão qualquer, investido de funções públicas, abrace uma ideia liberal, defenda uma causa justa. É curiosa, realmente, tal norma de proceder a que deram já os situacionistas o character de uma pratica immutavel, os rigores de um principio, principio que, aliás, não destóá, antes está em absoluta harmonia com os demais que constituem o programma da facção à frente da administração do Estado. Com a dispensa do sr. Nascimento Moraes não se fez mais do que applicar tal principio. Em dias destes mez fez elle publicar n' <<A Campanha>> um conto, em que phantasiou a chegada de um chefe político à terra natal e sobre ella escreveu, entre passagens comicas que se costumam observar em semelhantes occasiões, alguma cousa em que a perspicacia do sr. Intendente municipal descobriu uma alusão ao <<eminente estadista>> que do Rio nos communica, para serem obedecidos, as suas vontades e os seus caprichos. Depois, contra si, tinha o sr. Nascimento Moraes a agravante de ter dado publicidade ao producto de sua imaginação pelas columnas d'<<A Campanha>>, sobre a qual pesa, como se sabe, o anathema do governo, que a tem no seu indesejadas leituras prohibidas. Isto, partido de um funcionario do sr. Pinho, era uma affronta ao seu prestigio de chefe, e, logo, por um movimento de indignação incoercível, declarou o autor da provocação excommungado e lhe disse que não precisava mais a intendência dos seus serviços. Era, além d'isso necessário evitar o contagio, que podia ser prejudicial na casa de orantes, que o sr. Nuno Pinho dirige (PACOTILHA, 1902, p. 2).

Pelo visto, Nascimento Moraes havia sido demitido pelo que escreveu na imprensa, sendo uma represália do partido situacionista, no caso Federalista que se desagradou com o conteúdo do seu texto. O jornal *A Pátria* (1908, p. 1) também referendou esse episódio quando ele ocupava o cargo público, por causa de “uma novella que publicou n'um dos jornaes que, de tarde dão que fazer ao moleque despreocupado, incorreu no mau-humor dos títeres, ficando assim incompatibilizado, de maneira a deixar esse pomo”, assim destacando como sua primeira decepção.

O trecho descrito acima da *Pacotilha* apontou a indignação deste periódico pela demissão de Nascimento Moraes que expressou sua opinião sobre o governo situacionista, externando publicamente pelo jornal *A Campanha*. Os detentores do poder estatal não toleravam notícias veiculadas na imprensa que fossem ao encontro de seus interesses, nem sequer de funcionário público que manifestasse ideias contrárias aos seus propósitos. A providência tomada em relação ao jovem jornalista atendia aos interesses políticos, desencorajaria àqueles que tivessem o mesmo atrevimento de exprimir provocações ou insinuações contra o governo, bem como foi cômodo ao próprio chefe da repartição, no intento de evitar um problema maior com as autoridades competentes.

No campo educacional nesse período, ocorreu a implementação do grupo escolar no Maranhão, a exemplo de outros estados brasileiros, seguindo a mesma dinâmica: “com prédios e equipamentos específicos, seriação, direção e inspeção centralizadas” (VEIGA, 2007,

p. 243); de instauração a princípio na zona urbana e depois nos municípios mais afastados, cuja intenção seria disseminar um novo modelo de ensino racionalizado quanto à organização do espaço físico para ministrar as aulas, do tempo utilizado e de execução dos exames. Também conhecida como escola seriada, o grupo escolar funcionava conforme a lei estadual nº. 323 de 26 de março de 1903, sancionada pelo 1º vice-governador Alexandre Colares Moreira Junior, sendo que, consoante ao segundo artigo, um grupo escolar abrangeria três escolas, amparando-se no programa de ensino da Escola Modelo. Por sua vez, a lei nº. 363 de 31 de março de 1905, autorizava a criação dos grupos escolares no interior do Estado, modelando-se ao ensino já desenvolvido pelo grupo escolar da capital.

Nascimento Moraes fez oposição acirrada por meio da imprensa, ao governo de Benedito Leite e outros governadores até, mais ou menos, a gestão de Eugênio Barros. “Contra Benedito Leite, em 1902, tomou parte no corpo redacional de “A Campanha”, jornal de propriedade do dr. Jansen Matos, ao lado de Inácio Raposo, Inácio Xavier de Carvalho, Manuel George Gromwell, Manuel Caetano Vaz e Alexandre Raposo” (PACOTILHA - O GLOBO, 1958, p. 4). O jornal *A Campanha*, de cunho popular, desagradava ao governo estadual, em razão de suas publicações irem contra as pretensões da política vigente.

O governo de Benedito Leite insere-se no processo de formação dos grupos oligárquicos³⁹, tendo se configurado desde o século XIX, constituindo-se em um longo cadinho de dissensões partidárias e de intensas disputas pelas posições de mando. A habilidade de firmar acordos era crucial, por conta do momento de instabilidade inicial em relação ao poder central.

Como era de esperar, a República chegou com os mesmos vícios, os mesmos homens, as perseguições aos adversários e a farta distribuição de pingüins, empregos a parentes, amigos e correligionários. Um ano depois, os senadores e deputados eram escolhidos em listas feitas e aprovadas no Rio de Janeiro, num sistema eleitoral compulsivo, elegendo, por vezes, as províncias, cidadãos completamente desconhecidos nelas. Mais uma farsa, só que, agora, republicana (LIMA, 1981. p. 185-6).

Por causa de um conto publicado no jornal *A Campanha*, Nascimento Moraes foi dispensado de suas funções pelo chefe da intendência municipal Nuno Pinho. O texto fazia alusão indireta a Benedito Leite que se encontrava na capital do país, Rio de Janeiro. Este

³⁹ Segundo Reis (1992), os grupos oligárquicos se configuraram nas décadas de 1850 e 1860, no intuito de estabelecer a mediação da província com o governo central e na tentativa de organizar as disputas políticas entre os grupos existentes. Dessa maneira, eles canalizavam seu poder, seja com os coronéis, seja na esfera federal. A carreira política desses atores políticos geralmente iniciava no curso superior de Direito em Recife, e com o título de bacharel ocupavam os cargos da administração pública, o que não demoraria em ingressarem na política.

gozava de grande prestígio político, mandando e desmandando na administração pública dos governadores em exercício, mesmo estando fora do Estado.

Como grande articulador político e apaziguador dos conflitos intra-oligárquicos, Benedito Leite era o elo da província junto ao governo central. E também fora determinante na consolidação do domínio oligárquico, na medida em que influenciou na organização eleitoral, abolindo, por exemplo, o voto distrital; nas relações entre Estado e municípios e no fortalecimento do poder executivo frente aos demais poderes.

Logo depois, o jornal *A Campanha* foi fechado e Nascimento Moraes viajou para Manaus entre os anos de 1903 e 1904. Lá viveu provavelmente com seu irmão mais velho, Raimundo do Nascimento Moraes. “Fechada a Campanha, retirou-se Nascimento Moraes para o Amazonas, em cuja capital, nem só na imprensa, como no magistério prestou bons serviços à mocidade e ao povo” (*A PÁTRIA*, 1908, p. 1). Ele retornou ao Maranhão em 1905, segundo o jornal *Pacotilha*, edição nº. 162, de 10 de julho de 1905. Enquanto estivesse visitando São Luís por motivo de saúde, daria aulas particulares na sua própria residência ou em estabelecimentos privados.

Sucedendo ao governo de Lopes da Cunha, com uma grave crise financeira, Benedito Leite (1906-1910), no que diz respeito à educação, por exemplo, aprovou o decreto nº. 60 de 27 de abril de 1906 que regulava o funcionamento do curso anexo à Escola Modelo Benedito Leite, determinando no primeiro artigo a utilização provisória dos compartimentos da Escola Normal e da Escola Modelo para as aulas do curso anexo, enquanto não houvesse prédio próprio e com anuência do diretor destes estabelecimentos de ensino.

A morte de Benedito Leite em 1909 gerou mais uma crise no grupo oligárquico, provocando mudanças dentro do quadro político sem alterar a estrutura montada. As disputas internas prosseguiram, sem partir para a mobilização popular, justamente porque cada um dos atores políticos buscava manter sua posição. De um lado, Urbano Santos despontando como liderança política; de outro, como oposição Costa Rodrigues. A resolução do problema contou com a mediação do poder central, forçando uma maior incorporação da oposição no usufruto das posições de mando.

3.4 Presença na maçonaria

O jornal *O Imparcial*, datado de 25 de fevereiro de 1958, relatou que passava o cortejo fúnebre do professor Nascimento Moraes por uma das ruas da cidade de São Luís,

seguindo o ritual maçônico, direcionando-se ao Cemitério Municipal (O IMPARCIAL, 1958, p. 3). A nota não detalhou quais membros maçons estiveram presentes e como foi a despedida desse intelectual, mas indicou sua passagem pela maçonaria no Maranhão.

Sem dúvida, Nascimento Moraes vivenciou, em menor ou maior grau, a maçonaria não somente pela homenagem póstuma publicamente, mas também por sua atuação nesse tipo de sociedade entre os anos 1908 e 1920, que vai do processo de aceitação dentro do grupo até tornar-se membro filiando⁴⁰.

Têm-se poucos estudos acerca da maçonaria no Brasil, por mais que tenham participado personalidades ilustres na história política, de famílias abastadas como o Visconde de Rio Branco e de origem subalterna, como Luís Gama. E Nascimento Moraes insere-se nesse processo, na medida em que seu engajamento como maçom deu-se paulatinamente, podendo ser observado na sua participação em associações, festejos, sociedades filantrópicas e nas atividades desenvolvidas pela maçonaria maranhense, especialmente quando associada a eventos políticos e seus bastidores, até ser efetivamente incorporado.

Nessa perspectiva, o jornal *A Pátria*, de 26 de junho de 1908, edição nº. 100, anunciou uma reunião da maçonaria Rio Branco com o seguinte convocatória: “São convocados para hoje reunirem-se em sess. econ. às horas e no lugar de costume, os sócios da Aug. e Resp. Loj. Cap. Rio Branco 4” (*A PÁTRIA*, 1908, p. 1). Possivelmente, Nascimento Moraes tenha participado desse encontro e de outros anteriores, já se preparando para ser aceito no grupo. Assiduidade e pontualidade eram importantes nessa sociedade, os quais tornaram possível sua aceitação, estando ainda solteiro, mas independente financeiramente.

⁴⁰ De modo geral, para ser maçom devia cumprir as seguintes etapas: primeiro, a iniciação; com base no título I – Dos Maçons, capítulo I – Da admissão, Seção I – Do processamento da admissão, a aceitação do indivíduo era mediante à comprovação de ser maior de dezoito anos, ter bons costumes, reputação ilibada, se for casado, comunicar da proposta para esposa; caso seja solteiro, falar com os pais, se depender deles financeiramente, residir pelo menos um ano no município onde funciona a loja maçônica, dentre outros. Previamente, o candidato deverá preencher de próprio punho um formulário contendo informações sobre si, dados pessoais e profissionais. Ele será avaliado pelos membros da loja a qual se candidatou, sua vida estará sob investigação. Caso seja admitido, será publicado no quadro de aviso da própria loja, bem como das demais espalhadas pelo Estado. Se houver recusa ao pedido, seu nome será fixado no Livro Negro, por motivo de ordem moral ou Amarelo, pelo contrário deste. Até então, o iniciado é um aprendiz. Segundo, do grau de Companheiro, de acordo com a Seção VI - Das Colações de Graus, para que o aprendiz seja condecorado, ele deverá frequentar no mínimo cinquenta por cento das reuniões, durante um ano, ser assíduo e pontual, além de um trabalho escrito que será examinado pela comissão de admissão e grau, terá que responder um questionário de conhecimentos adquiridos, podendo haver arguição oral. Terceiro, da condição de filiado, segundo o Capítulo V – Da Filiação, Seção I – Da Filiação de Membros do GOB (Grande Oriente do Brasil), o candidato encaminhará um requerimento solicitando sua filiação, juntamente com a cópia do cadastro junto ao GOB e uma declaração da loja de que não foi submetido a nenhum processo disciplinar e está quite. Disponível em: http://www.aminternacional.org/projeto_RGF.pdf. Acesso em: 13 set. 2015.

As primeiras lojas maçônicas em solo brasileiro surgiram no início do século XIX no Rio de Janeiro e os critérios de aceitação de novos membros à maçonaria essencialmente eram: bom caráter, boa conduta, ser alfabetizado, aprimorar seus conhecimentos visando a um espírito esclarecido e comprometer-se com atividades religiosas e de natureza filantrópica.

Assim como em outras organizações de ofício, os traços especulativos das sociedades de franco-maçons mesclavam-se às suas bases operativas. As preocupações de ordem teórica e cultural como a solidariedade de culto, os deveres religiosos e filantrópicos, o papel educativo ou de transmissão de vastos saberes como a geometria, a arte, a filosofia e a teologia aos seus filiados estiveram sempre presentes entre as metas profissionais (AZEVEDO, 1996-7, p. 180).

A maçonaria, nesse sentido, apresentava a dimensão social e cultural, na medida em que essa forma de sociabilidade era difundida em vários lugares do mundo e tinha a fraternidade como uma das principais premissas para o convívio salutar entre seus membros, não obstante diferenças sociais de origem. A exemplo, Nascimento Moraes envolveu-se em atividades de cunho religioso, mais precisamente participando nos festejos marianos em São Luís, conforme dados da *Pacotilha* dos anos 1905 e 1910.

Na reportagem da *Pacotilha*, de 16 de outubro de 1905, edição nº. 246, expunha uma lista de pessoas escolhidas, dentre elas José do Nascimento Moraes como mordomo, “para fazer a festividade de Nossa Senhora da Saúde, que se venera na Igreja de S. José do Desterro, no presente anno” (PACOTILHA, 1905, p. 2-3). Em outro texto deste jornal, de 22 de novembro de 1910, edição nº. 277, noticiava o balanço geral da receita obtida na Festa dos Remédios, apresentando nove novenas, cada uma delas sob a responsabilidade de um setor da sociedade. A terceira novena, por exemplo, ficava a cargo da instrução pública, com a subscrição promovida por José do Nascimento Moraes no valor de Rs. 20.000 (PACOTILHA, 1910, p. 2).

Houve uma grande festa na ocasião da visita do senador Lauro Sodré, o grão-mestre da maçonaria brasileira, com uma recepção calorosa pela multidão que o aguardava, a presença do corpo militar estadual e a atuação da banda de música do 48º batalhão de caçadores. A sede da maçonaria maranhense, composta por quatro lojas e situada na Rua das Flores, estava ornamentada tanto na parte externa como na parte interna, marcando nas cores azul e vermelha, obedecendo aos atos maçônicos.

E o jornal *Pacotilha*, de 25 de agosto de 1911, edição nº. 199, intitulada “Dr. Lauro Sodré - A festa da Maçonaria”, descreveu detalhadamente sua curta passagem pela cidade, passo a passo do ritual de recepção do ilustre visitante, exemplificando alguns elementos

característicos da maçonaria, bem como da participação nesse evento de José do Nascimento Moraes, há dois anos aceito na loja maçônica Rio Branco.

Às 8 ½ da noite, uma comissão, composta do delegado do grão-mestre e dos veneráveis das quatro lojas desta cidade, foi buscar o dr. Lauro Sodré, que aguardava a comissão na residência do sr. Garibaldi Pinheiro de Brito, à rua do Sol. Da escada até a sala dos passos perdidos esteve formada uma ala de maçons, cada qual com as insígnias dos seus graus. O dr. Lauro Sodré entrou ao som de palmas cerradas e a orquestra, que se achava no interior do prédio, tocou o hino maçônico. A maçonaria maranhense estava reunida, na sua quase totalidade. (...) Abriu os trabalhos o dr. Herculano Parga, delegado do grão-mestre. Formou-se a grande comissão, para, da sala dos passos perdidos, trazer o dr. Lauro Sodré para o interior do templo. Construiu-se a dupla abobada de aço e o soberano grão-mestre entrou, com todo o ritual, ao som dos malhêtes. O delegado veio recebe-lo entre as colunas e entregou-lhe o malhête, para dirigir a sessão. E daí por diante foram os trabalhos dirigidos pelo ilustre visitante. Falou o dr. Godofredo Viana, produzindo um brilhantíssimo discurso, profundo em conceitos e cintilante na fôrma. Foram lidas e entregues as mensagens. O tronco de beneficência foi, pelo grão-mestre, oferecido á Assistência á infância. O dr. Lauro Sodré falou. O seu discurso foi longo, apreciando o papel da maçonaria no presente e o papel que ella tem a desempenhar no futuro. Apreciou a maçonaria brasileira, a ação que ela teve na história da nossa patria, as transformações benéficas e seguras que fez na vida política do Brazil. (...) Terminada a sessão, foi, na sala dos passos perdidos, inaugurado o retrato do dr. Lauro Sodré. (...) Á 1 ½, efetuou-se o embarque do dr. Lauro Sodré, que teve um grande acompanhamento. Entre muitas outras pessoas, conseguimos tomar nota das seguintes: Dr. Antonio Ferreira e família, José Couto Souza, a comissão maçônica, composta dos srs. Fran Barros, José Moreira de Almeida, Viriato Corrêa, farmaceutico Arthur Botelho, José Feliciano Moreira de Souza, Pedro Daltro, José Nascimento Moraes, Emiliano Braga, Antonio Soares da Silva, Alberto Bauerfeldt, Chrispim Antunes Martins, capitão-tenente Rogerio Siqueira, Luis dos Reis Figueiras, Humberto Fonseca, J.J. Fontes, Francisco Ramos Bastos, Alziro Rocha Santos e Antonio Faria (PACOTILHA, 1911, p. 1).

O texto mostrou como essa organização parcialmente secreta se estruturava, no que tange à recepção do grão-mestre da maçonaria brasileira, do protocolo a ser seguido, da pompa para receber os convidados da festa, dos elementos que faziam parte desta festa: do hino maçônico, da cadência da bateria, o banquete servido ao som da orquestra, regado à champanhe, da presença de personagens do meio político maranhense como Herculano Parga e Godofredo Viana, em clima aparentemente fraternal. Historicamente, entretanto, a relação da maçonaria com o poder estatal foi intercalada por momentos de tolerância e de vedações quanto ao funcionamento das lojas disseminadas pelo país, mesmo com a participação de altas autoridades nessa instituição, além dos seus conflitos internos.

Durante os últimos anos da colônia portuguesa, e depois já como país independente, alternaram-se fases de perseguições policiais e proibições oficiais à maçonaria e fases de tolerância, permissão e mesmo participação ativa de altas autoridades políticas em suas lojas, como foi o caso de d. Pedro I, José Bonifácio de Andrada e Silva e o visconde do Rio Branco. Ao mesmo tempo percebe-se uma história de rivalidades

internas na presença concomitante de lojas de obediência distinta, quer no plano internacional, quer no plano nacional (AZEVEDO, 1996-7, p. 181).

Em razão da presença do notável representante da maçonaria, a reportagem evidenciou também o prenúncio do ritual maçônico, a começar pelo deslocamento do homenageado Lauro Sodré da residência de Garibaldi Pinheiro de Brito, localizada na rua do Sol, depois para a sala dos passos perdidos e o templo para a realização da reunião. Ainda chamou bastante atenção na descrição dos membros da maçonaria paramentados que o receberam com palmas e honrarias.

O discurso do ilustre visitante rememorava que os acontecimentos referentes ao processo de transição para o regime republicano tiveram a participação da maçonaria, na luta por uma nação sem escravidão. “Nessa fase os maçons já não são revolucionários e nem contrários à religião. Pelo contrário, eles se incorporam às instituições de Estado, desempenhando papéis de relevo no cenário político e tornando-se tão somente “irreligiosos”” (AZEVEDO, 1996-7, p. 184). Depois da oratória de Lauro Sodré, foi exposto um retrato prestando-lhe homenagem.

Permanecendo na capital ludovicense por algumas horas, Lauro Sodré estava cercado de representantes da sociedade civil, o dito jornal tomou nota dos seguintes: Ignacio Xavier de Carvalho, um dos fundadores da Academia Maranhense de Letras, os coronéis Virgílio Domingues, Secretário Civil do Governo, Mariano Lisbôa, Intendente Municipal e Frederico Figueira, presidente do Congresso Estadual. Antes da sua partida, visitou o Liceu Maranhense onde foi recepcionado pelo corpo docente e discente. Deixaram à disposição da população presente os bondes para acompanhar o trajeto e os carros de aluguel foram cedidos aos familiares dos membros da maçonaria.

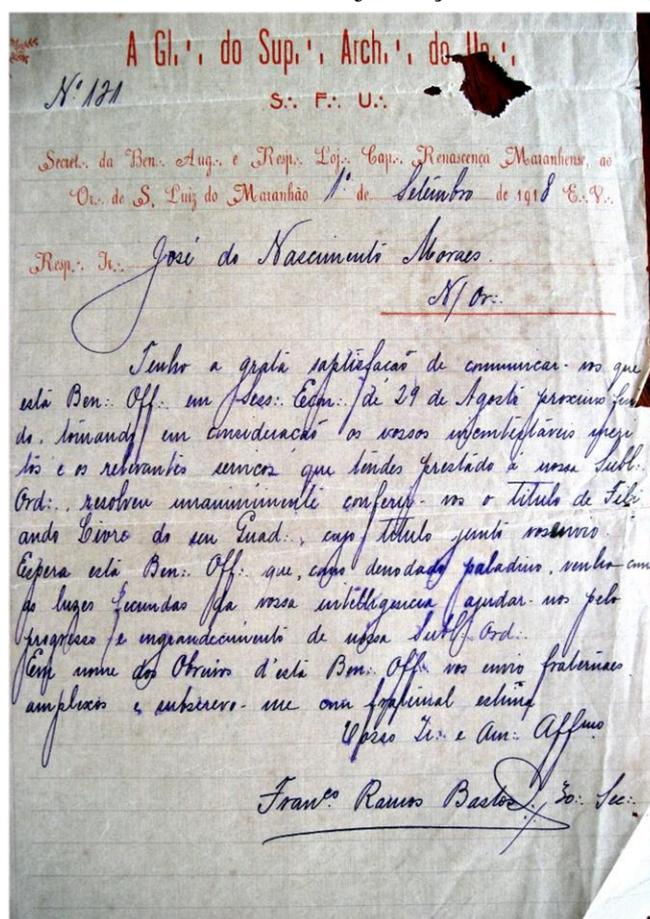
Embora não estivesse envolvido diretamente nas discussões juntamente com Lauro Sodré, Nascimento Moraes se fez presente enquanto membro da loja maçônica no acompanhamento da sua partida de São Luís. Essa experiência o introduziu de forma definitiva nessa organização, o que lhe era de interesse consumir culturalmente com os participantes, dado que era uma ocasião oportuna para ser notado, construir laços de solidariedade e interagir com os mais variados setores da sociedade, dentre políticos e jornalistas ali presentes, como exemplo: Herculano Parga, Godofredo Viana e Viriato Corrêa.

Definido como uma outra produção, o consumo cultural, por exemplo a leitura de um texto, pode assim escapar à passividade que tradicionalmente lhe é atribuída. Ler, olhar ou escutar são, efetivamente, uma série de atitudes intelectuais que – longe de

submeterem o consumidor à toda-poderosa mensagem e/ou estética que supostamente o deve modelar – permitem na verdade a reapropriação, o desvio, a confiança ou resistência (CHARTIER, 1988, p. 59-60).

O ofício nº. 121 da Loja Maçônica Renascença⁴², datado de 1º de setembro de 1918, comunicava a decisão acertada em assembleia na sessão de 29 de agosto dessa instituição de conferir a Nascimento Moraes, então com 37 anos, levando em consideração os relevantes serviços prestados à mesma, o título de “Filiando Livro”, assinado o presente documento pelo secretário Francisco Ramos Bastos. Sob o lema “À Glória do Supremo Arquiteto do Universo”, a loja maçônica reconhecia sua inteligência, acreditando ele que pudesse contribuir para o progresso e engrandecimento da instituição.

FIGURA 5: Filiando da Loja Maçônica Renascença



Fonte: Maranhão, 1918.

⁴² A Loja Maçônica Renascença, de São Luís, foi fundada em 15 de junho de 1898 e regularizada a 12 de novembro do mesmo ano. Disponível em: <http://www.lojarenascenca.org/historia.html>. Acesso em: 13 set. 2015.

Tendo ele se associado em duas lojas⁴³ maçônicas: Rio Branco e Renascença, sendo esta mais antiga que a primeira, demonstrou empenho no cumprimento às prerrogativas e deveres dessas sociedades, o que não foi empecilho em sua trajetória no exercício das atividades educativas ou mesmo escrevendo seus artigos na imprensa jornalística. Pelo contrário, essa vivência como maçom ampliou seus horizontes, dando-lhe maior visibilidade na imprensa, ao passo que divulgava as datas de reuniões da maçonaria para conhecimento geral.

3.5. Atividades cívicas e filantrópicas

Paralelamente a esse processo de inserção na maçonaria, Nascimento Moraes envolvia-se em atividades cívicas e filantrópicas, entre os anos de 1912 e 1920. Formar redes de sociabilidade não foi prerrogativa do século XIX, mas continuou sendo uma prática para aqueles que almejavam projeção social, sobretudo do meio jornalístico, ambiente estratégico para disseminação cultural.

Como espaços de sociabilidade formais podemos caracterizar as associações estabelecidas e institucionalizadas: as confrarias, as irmandades religiosas e leigas, as lojas maçônicas, os grêmios, as academias, as sociedades corporativas ou profissionais, científicas, literárias, filantrópicas, pedagógicas e científicas, os institutos de pesquisa, bem como os espaços e lugares de divulgação e circulação de ideias e projetos de civilização e educação que adquiriram significado crucial na sociedade oitocentista (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 64).

Nascimento Moraes também se dedicava a dar aulas particulares, bem como escrevia na imprensa periódica. Em 1908, dirigia o jornal *A Pátria*, com o subtítulo diário vespertino e numa nota de 26 de março, edição nº. 22, informava sobre Nascimento Moraes que estava doente por conta de um resfriado, assim justificando sua ausência e torcendo pelo seu rápido restabelecimento.

Devido a um ligeiro resfriamento tem estado accamado o director d' A Patria, Nascimento Moraes. Felizmente, porém, hoje tem passado melhor, o que cheios de satisfação communicamos aos nossos amigos e aos admiradores do jornalista emerito, que, sabiamente orienta A Patria. Pelo seu prompto restabelecimento fazemos votos ao Altissimo; crentes que, em poucos dias, o teremos aqui, na redacção, para dar-lhe o abraço, que lhe signifique a nossa alegria (A PÁTRIA, 1908, p. 1).

⁴³ Os documentos referentes às lojas maçônicas Rio Branco e Renascença acham-se disponíveis na seção de documentos avulsos do APEM – Arquivo Público do Estado do Maranhão.

Em 2 de dezembro do mesmo ano era publicado na *Pacotilha*, edição n.º 283, o resultado das eleições para nova diretoria da “Sociedade Beneficente 15 de novembro” assumir a gestão em 1912, eleição que ocorreu no dia 30 de novembro, conforme assinara o 1º secretário, João Martins Nunes. “Directoria - Dermano Dorotheu da Cruz, presidente eleito; Antonio Cantanhede, vice-presidente eleito; João Martins Nunes, 1º secretário reeleito; Hermenegildo Almeida, 2º eleito; Antonio Raymundo Galvão, thezoureiro reeleito; José do Nascimento Moraes, cobrador reeleito” (PACOTILHA, 1911, p. 2). Dessa maneira, Nascimento Moraes foi novamente eleito para desempenhar a mesma função de angariar recursos para a instituição, composta por 21 associados.

A convite do jornal *Pacotilha*, realizou-se uma assembleia da “Sociedade Beneficente 15 de novembro”, registrada em ata no dia 8 de junho de 1913, na qual foi presidida pelo 1º secretário, João Martins Nunes, já que o presidente Dermano Dorotheu da Cruz estava em atraso com suas mensalidades, estando dessa forma impossibilitado e em cumprimento do estatuto da instituição. Após a leitura da ata anterior a esta reunião pelo 2º secretário Hermenegildo Almeida, constatou-se que a despesa havia sido superior à receita orçada, renunciando prováveis problemas financeiros de manutenção por conta da insuficiência de recursos do fundo de reserva.

Pondo-se, então, em discussão a presente questão e depois em votação, decidiu-se pela dissolução do fundo de reserva, alegando o fato de não ter número de membros homens para dirigir a mesma corporação. Eram 18 os presentes da sessão, sendo 8 sócios, dentre eles José do Nascimento Moraes, e 10 sócias. A direção, nesse sentido, não permitia a governança de mulheres, como foi demonstrado na escolha da nova diretoria eleita ano passado excepcionalmente masculina. “Ficando autorizado por todos os sócios presentes, o thezoureiro e o 1º secretario a retirar da Caixa Economica todo o capital pertencente a mesma sociedade, para fazer o rateio entre todos os sócios que se acham no gozo dos seus direitos sociaes” (PACOTILHA, 1913, p. 3). A publicação desta reunião deu-se a 27 de outubro, na edição n.º 253, sob o título “Acta, n.º 18, da Sociedade Beneficente de 15 de novembro”.

Paralelamente, Nascimento Moraes, aos 31 anos, inscrevia-se como sócio da Empresa Predial do Norte juntamente com outras pessoas listadas, de acordo com nota publicada pela *Pacotilha*, edição n.º 35 de 12 de fevereiro de 1913. A empresa reunia cerca de 21 sócios, gerenciada pelo diretor Aldolfo Paraizo. A mesma edição registrava também que este havia “pago, hoje, ao sr. Marcos Guimarães Rios, a quantia de 9.450, valor de uma caza com

que foi sorteada a sua caderneta daquela empresa, no sorteio de 10 do corrente” (PACOTILHA, 1913, p. 1).

Em 10 de abril de 1917, Nascimento Moraes escreveu uma carta de agradecimento ao presidente da União Estudantil “Silvio Romero” por ter sido eleito sócio honorário dessa sociedade. A esse tempo, já redigia artigos para a *Pacotilha*; e sobre este assunto só foi publicado no dia 4 de julho, na edição nº. 155, sob o tema “As associações”. Aqui ressaltou o papel da mocidade em levar à frente o movimento literário, legado das gerações anteriores, bem como da missão da intelectualidade de promover a instrução para o povo, com vistas ao combate do analfabetismo.

“Sr. Presidente da União Estudantil “Silvio Romero”

De posse da comunicação que me fizestes de que fui eleito sócio honorário da sociedade de que dirijis, cumpre-me agradecer tamanha prova de apreço e distinção. Ao lado da mocidade estudiosa sempre me acho bem; e grande satisfação experimento quando lhe posso prestar meus serviços. Não é que eles se recomendem pelo que, por ventura, possam valer, mas a boa vontade com que os dou, faz que eu me sinta envaidecido e feliz. No momento atual, à mocidade está entregue a reconstrução do nosso monumento literario, de arquitetura mais elevada que a do primeiro, e de larga concepção social. O objeto principal da intelectualidade brasileira, presentemente, é a educação do povo. Assim, fica em segundo plano a fama individual. A obra é coletiva e cada um o que quer é contribuir para sua concepção com o esforço que puder. Aqui estou, pois, no firme propósito de trabalhar. E para me desempenhar da tarefa que me fôr distribuída, da grande parte que toca a “Silvio Romero”, espero somente que ordens determinantes me sejam dadas. Nestes termos, peço-vos expresseis a todos os membros da associação os meus protestos de estima e consideração” (PACOTILHA, 1917, p. 4).

Assim atuando como jornalista na *Pacotilha*, Nascimento Moraes convocava na nota “Associação de Imprensa – Edital” de 13 de março de 1920, edição nº. 61, com a anuência do presidente desta associação, todos os membros “a realizar-se a 16 do corrente, às 9 horas, no Centro Português, para prestações de contas e, em seguida, proceder-se às eleições à directoria que tem de gerir os destinos desta sociedade no triennio 1920 a 1923 de acordo com o art. XI dos estatutos” (PACOTILHA, 1920, p. 4). Nesta associação desempenhava a função de 1º Secretário. A mesma nota da edição anterior foi também publicada na edição nº. 62 de 15 de março desse ano.

Pelo visto, Nascimento Moraes procurava envolver-se em várias atividades cívicas e de cunho filantrópico, que direta ou indiretamente se relacionavam com os propósitos da maçonaria, destacando-se dessa maneira por sua versatilidade em transitar por diversos espaços que, não deixavam de ser educativos.

4 NO CAMINHO DAS LETRAS

Definia-se assim Nascimento Moraes: “Eu sou um lutador”, segundo Machado (1996), diante das dificuldades sociais existentes em seu tempo para exercício da escrita literária. Tal como a vida de professor, a profissão de escritor não era fácil, havendo somente dois caminhos: migrar para o Sul do Brasil ou permanecer no Maranhão, sobrevivendo do jornalismo. Os literatos maranhenses Coelho Neto, Hemetério José dos Santos e Aluísio Azevedo tiveram projeção nacional.

Grande parte da vida de Nascimento Moraes foi no Maranhão, onde conquistou reconhecimento intelectual de seus pares e adversários. Mas, teve a oportunidade de alçar voos ainda jovem no Amazonas, passando lá uma curta temporada, em razão do fechamento do jornal *A Campanha*, da demissão do cargo de colaborador da Intendência Municipal pelo que escreveu a um político no dito jornal, também diante da crise financeira e da restrição aos postos de mando, então ocupados por membros da elite, cujos requisitos aos cargos levavam menos em conta a competência técnica.

Pouco tempo depois, retornou ao Maranhão para atuar no ensino particular e no jornalismo. Recebendo uma educação positivista no Liceu Maranhense, sobretudo, a influência de escritores franceses, Nascimento Moraes transpôs esse conhecimento na escrita periódica, tanto que alguns de seus textos apresentavam expressões no idioma francês, dissertando na forma de crônica, poesia, prosa literária, dentre outros gêneros.

De modo geral, ele teve uma intensa atividade jornalística, trabalhando nos principais veículos de comunicação local, como exemplo: *Diário de São Luís* e *Tribuna*, os quais circularam por bastante tempo, em comparação com a maioria dos periódicos na primeira república que, segundo Martins (2006), tiveram curta duração.

Em termos concretos, toda a vida intelectual era dominada pela grande imprensa, que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais. Os escritores profissionais viam-se forçados a ajustar-se aos gêneros havia pouco importados da imprensa francesa: a reportagem, a entrevista, o inquérito literário e, em especial, a crônica (MICELI, 2001, p. 17).

Segundo Dosse (2009, p. 369), “é preciso tomá-lo tal qual ele se nos oferece, nessa fusão e confusão de existência e ideia”. A partir do percurso de Nascimento Moraes, detendo-se na sua produção intelectual na imprensa periódica, pode-se perceber esse sujeito no interior da sociedade maranhense, de que forma divulgou suas ideias, circularidade e recepção junto ao

público leitor, bem como, o contexto histórico pouco favorável para os afrodescendentes.

Esta terceira parte, então, será dedicada para a produção intelectual de Nascimento Moraes, destacando-se alguns artigos publicados nos jornais para o qual escrevera, sua produção literária desde 1910 e publicações póstumas, além do ingresso à Academia Maranhense de Letras e seus embates na imprensa periódica com Antônio Lobo.

4.1 O ingresso na Academia Maranhense de Letras

A geração de literatos anterior a de Nascimento Moraes, segundo Meireles (1955) e Moraes (1977), correspondente ao período de 1870 a 1898, caracterizada pela migração recorrente de intelectuais para Amazônia e, principalmente, para o Rio de Janeiro, deu suporte ideológico para estimular e garantir a reverência ao mito ateniense, diante da situação caótica que se configurava na transição de regime político e das implicações econômicas com a abolição da escravatura.

Seguindo o exemplo do professor e jornalista Manoel de Béthencourt que instigava os estudantes da época para a arte literária, Nascimento Moraes ingressou no jornalismo, firmando-se em pouco tempo como exímio crítico e polemista, discorrendo sobre vários assuntos em voga, tendo começado, então, sua carreira jornalística em *A Campanha*. Além disso, despertou-lhe o interesse na criação de uma entidade cultural que foi a “Oficina dos Novos”, com a missão de continuar rememorando saudosamente um passado glorioso. Nesse sentido, o advento desse grupo foi bastante significativo para a esmerada regeneração literária, contando também com a participação de outras personalidades: Otávio Galvão, Astolfo Marques, Leôncio Rodrigues e George Gromwell.

A 28 de julho de 1900 era fundada em São Luís a Oficina dos Novos, cujos objetivos assim podemos resumir: culto aos grandes vultos do passado; incentivo ao autor contemporâneo pela publicação de seus livros; promoção de solenidades cívico-literárias; organização de uma biblioteca do autor maranhense; manutenção de um período literário (MORAES, 1976, p. 168).

A *Oficina dos Novos* perdurou até meados de 1908, quando surgia uma outra entidade que fora extensão desta: a AML - Academia Maranhense de Letras. Nascimento Moraes liderou outra entidade literária, denominada a *Renascença Literária*, fazendo oposição ao grupo literário que anteriormente fazia parte, agora chefiado pelo jornalista Antônio Lobo.

Quanto ao aspecto burocrático, a AML prosseguiu estabelecendo estatutos que foram sofrendo modificações no decorrer dos anos, materializada nas ações da intelectualidade,

pautadas no estilo literário vigente e inspirando as gerações seguintes, como aqueles referentes aos anos de 1916, 1934, 1942, 1946 e 1957.

O estatuto de 1934, por exemplo, permitia o ingresso de intelectuais não-maranhenses na academia; o de 1942, elevava o número de cadeiras de 25 para 40. A AML deu impulso na instalação da Universidade do Maranhão, somando às antigas faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, fundada sob sua principal inspiração e tendo em muitos de seus membros boa soma de professores que ali, nos primeiros tempos, lecionaram gratuitamente (MORAES, 1976, p. 170).

E Nascimento Moraes ingressou na Academia Maranhense de Letras⁴⁴ - AML em maio de 1949, ocupando a cadeira nº. 11 pertencente a João Francisco Lisboa. A diretoria dessa instituição, nesse tempo, era assim composta: presidente, Clodoaldo Cardoso, 1º secretário, Nascimento Moraes, 2º secretário, Mário Meireles, tesoureiro, Manuel Sobrinho e bibliotecário, Côrrea da Silva. Naquela ocasião, o paraninfo Armando Vieira da Silva havia sido designado para recepcionar o mais novo membro com um longo discurso, ressaltando sua trajetória como jornalista e também como professor.

Estou a ver-te ainda, Nascimento Moraes, na visão retrospectiva do tempo, no relevo impressionante da palheta de claridade do dia do ano remoto de 1907. O teu perfil, de lutador spartano, aparecia aos meus olhos indagadores na afumadura do quadro glorioso de uma tarde soberba de verão engrandecida pelo prestígio da sombra e pelo triunfo da luz marcando passos lentos sobre o lagêdo branco das calçadas veneráveis da Revista do Norte.(...) Commigo, sob a tranquilidade da sombra de um *ficus* da Praça João Lisboa, o Mestre sempre lembrado da mocidade atheniense d'aquella época, alimentava, com palavras de amor e de carinho, a chama inapagável de ensinamentos e de entusiasmos na alma em formação do mais obscuro discípulo com a responsabilidade de amigo e de professor (MARANHÃO, 1949, p. 81).

De modo geral, havia a necessidade de reforçar a ideia de um passado glorioso por parte dos intelectuais neo-atenienses, com a diferença de que Antônio Lobo descrevia um ambiente tenebroso, reforçado por problemas econômicos e marcado pelo abatimento que só revitalizaria com a presença do ilustre literato maranhense Coelho Neto. Por outro lado, Nascimento Moraes retratava algumas produções de grande relevância nesse período de marasmo dito por seu adversário, dando visibilidade aos literatos Manuel de Béthencourt e Sousândrade como expoentes à altura desse período.

⁴⁴ O trecho da revista refere-se à recepção dada pela AML feita por Armando Vieira para Nascimento Moraes em 1949. No entanto, na dissertação: *Em nome da cidade vencida: a São Luís republicana na obra de José do Nascimento (1889-1920)*, de Adriana Gama de Araújo aponta que ele passou a fazer parte do quadro de intelectuais, apenas em 1935. De modo geral, seu ingresso nessa instituição foi tardio, considerando que sua data de fundação foi em 1908.

4.2. Sua produção intelectual na imprensa periódica

No que tange à produção intelectual, Nascimento Moraes produziu muitos artigos para vários periódicos, com diversos temas de cunho político, filosófico, cultural, histórico, literário e educacional, bem como algumas obras literárias que refletem suas reflexões frente aos problemas sociais de seu tempo.

Colaborou no jornal *A Campanha* (1902), no qual Manuel de Béthencourt era editorialista. Fundou *O Maranhão*, de orientação política, juntamente com Inácio Xavier de Carvalho em 1908 e, no mesmo ano, foi diretor de *A Pátria*, de sua propriedade, sendo que ambos os periódicos faziam oposição ao governo de Benedito Leite (PACOTILHA - O GLOBO, 1958, p. 4).

Também foi redator-chefe dos seguintes jornais: *Diário de São Luís* (1921), *O Jornal*, *A Tribuna* (1930), *Pacotilha* (1934), *A Hora* (1927), *Diário do Norte*, *Diário Oficial*, durante a interventoria de Paulo Ramos, *O Globo*, *Correio da Tarde*, *A Imprensa*, *Regeneração*, *Diário do Maranhão*, *O Imparcial* e, como atuou colaborador no jornal liceísta *Estudante* (1937) e também *Alvorada* (1946). A seguir, tem-se uma fotografia de Nascimento Moraes, retirada do jornal *Diário de São Luís* em 1921.

FIGURA 6: José do Nascimento Moraes



Fonte: MARANHÃO, 1921.

A respeito do jornal *A Pátria*, tem-se alguns artigos, boa parte sobre Antônio Lobo, na ocasião em que Nascimento Moraes dirigia o periódico e neste assinava usando seu próprio nome, como também utilizando os pseudônimos: Bento de Oliveira e Junius Victor.

QUADRO 1: Demonstrativo do Jornal *A Pátria* (de março a julho de 1908)

Tema	Edição n.º	Data de Publicação
Fascinadora	13	16 de março de 1908
Passional	55	4 de maio de 1908
O X da (Musa Gentil)	79	1 de junho de 1908
Ruínas	84	6 de junho de 1908
Embargos às ligeirezas literarias de Antonio Lobo	94	18 de junho de 1908
Embargos às ligeirezas literarias de Antonio Lobo	95	19 de junho de 1908
Antonio Lobo no seu elemento	96	20 de junho de 1908
Antonio Lobo, o caricato	97	22 de junho de 1908
Antonio Lobo, na queda	98	23 de junho de 1908
Antonio Lobo, o desfrutavel de asneira em asneira	99	25 de junho de 1908
Antonio Lobo na presidencia do nada	100	26 de junho de 1908
Antonio Lobo, o desorientado na vertigem do precipício	101	27 de junho de 1908
Antonio Lobo no descrédito de seu mérito	102	30 de junho de 1908
Antonio Lobo, futil e banal	103	1 de julho de 1908
Antonio Lobo, gabola e ridículo	104	2 de julho de 1908
Antonio Lobo, no ôco do pau d'arara	105	3 de julho de 1908
Antonio Lobo, no pau de sebo da gloria	106	4 de julho de 1908
Antonio Lobo, sem capa e ópa	107	6 de julho de 1908
Antonio Lobo, navegando sem leme	108	7 de julho de 1908
Antonio Lobo, corta o nó gordio da carta	109	8 de julho de 1908
Antonio Lobo, damnadinho de raiva	111	10 de julho de 1908

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Jornal *A Pátria* (1908).

Ainda sobre os artigos descritos acima do jornal *A Pátria*, por várias vezes Nascimento Moraes manifestou-se expondo suas opiniões sobre Antônio Lobo⁴⁵ não somente

⁴⁵ Filho do comerciante Policarpo José da Costa Lobo e de Maria Francisca Leal Lobo, Antônio Francisco Leal Lobo nasceu em 4 de julho de 1870 em São Luís do Maranhão e faleceu na mesma capital em 24 de junho de 1916. Estudou no colégio São Paulo do professor José Ribeiro do Amaral. Com o monsenhor João Tolentino Guedelha Mourão, estudou Filosofia e História e o curso de Humanidades no Liceu Maranhense. Em 1901, Antônio Lobo fundou a *Revista do Norte*, ao lado de Alfredo Teixeira. Conforme Moraes (1969), exerceu ainda outros cargos: professor do ensino primário, oficial da Secretaria do Estado e do gabinete dos governadores Casimiro Júnior, Belfort Vieira e Cunha Martins; diretor da Biblioteca Pública Benedito Leite, Inspetor Geral da Instrução Pública, catedrático de Lógica do Liceu Maranhense e diretor dessa instituição por quatro anos. Suas obras de maior

por meio deste periódico, para mencionar apenas um, o jornal *Correio da Tarde*, usando os pseudônimos Bento de Oliveira, João Paulo, Berredo, Brás Cubas e Junius Victor. Em contrapartida, Antônio Lobo respondia às suas provocações, assinando por Juquinha.

Esta contenda entre esses dois intelectuais, segundo Gaspar (2009), teve início quando Nascimento Moraes publicou no jornal *A Pátria*, de 18 de junho de 1908, o artigo “Embargos às ligeirezas de Antônio Lobo”, criticando Antônio Lobo por tê-lo excluído e outros intelectuais maranhenses da carta dirigida a Sebastião Sampaio sobre o movimento literário no Maranhão e seus protagonistas, então publicada no jornal *Pacotilha*. A citar: Oscar Galvão, Maranhão Sobrinho, Mendes Viana, Benedito Vasconcelos, Clodomir Cardoso, a poetisa de Itapecuru, Mariana Luz, Joaquim Alfredo Fernandes e tantos outros, supostamente seus desafetos,

No fragmento a seguir do jornal *A Pátria* onde começou a lide, Nascimento Moraes é Bento de Oliveira.

De modo que o Dr. Lobo, com sua carta, em lugar de dar uma lista farta do movimento intelectual de nossa terra, sem meter mesmo os odiados, procurou diminuir, e o que fez foi apresentar uma coisa ridícula que nada vale, porque o Xavier de Carvalho, que, de todos os poetas que vêm na lista, é um dos que têm maior mérito, é barbaramente achincalhado. Por aí se vê o critério com que aquilo foi escrito. Qual! Vocês não conhecem o Dr. Lobo! E o que não lhe perdôo é ter se esquecido de mim, Bento de Oliveira, seu velho e companheiro de lutas, seu confidente literário. Do que ele não se esqueceu foi da carteira. “E o meu romance, oh! O meu romance *A carteira de um neurastênico*. Não te esqueças dele, Sebastião Sampaio!”. Mas descansa, meu velho Dr. Lobo. Descansa. Quarenta anos te pezam às costas. A glória literária é tua. Descansa, que teu nome vale por uma geração e tanto, vale que até te esqueceste do Carlos Rego, para que não apareça como teu companheiro. (*A PÁTRIA*, 1908, p. 1).

Pelo visto, Nascimento Moraes sentiu-se magoado ou despeitado pela desfeita com ele e com outras figuras do cenário literário maranhense, ao não ser citado por Antônio Lobo na carta endereçada a Sebastião Sampaio, bem como ressaltando que este não sabia escrever romances e que já estava velho, com seus quarenta anos. “O relato da contenda que, de maneira sucinta é indicado, aponta quão hostil e contundente se portou Nascimento Moraes, conduta que nada acrescenta de positivo à sua biografia” (GASPAR, 2009, p. 211).

Se Antônio Lobo não fosse uma figura expressiva desse período, tanto pelo escrevia na imprensa periódica, como diretor da Biblioteca Pública Benedito Leite e como professor do Liceu Maranhense, Nascimento Moraes não se daria ao trabalho de escrever um artigo

destaque foram: *A Biblioteca do Maranhão em 1900* (1901), *Carteira de um Neurastênico* (1903) e *Os Novos atenienses* (1909).

provocativo sobre ele, tampouco Antônio Lobo não se prestaria a respondê-lo se também não visse nele representatividade no espaço literário, já que era diretor do jornal *A Pátria*, dava aulas particulares, tendo também a esse tempo seu próprio instituto de ensino.

Além disso, essa contenda foi fomentada pela visita de Sebastião Sampaio a São Luís, a despeito da Exposição Nacional de 1908, também ocasião da comemoração pelo Centenário da Abertura dos Portos (1808). “Nascimento e Antonio Lôbo eram os dois pólos para onde convergia a mentalidade da gente moça do Maranhão” (MARANHÃO, 1949, p. 82).

De certa forma, esses dois intelectuais com seus pontos de vista praticamente divergentes, pretendiam fazer-se lembrados oportunamente. Conforme Gaspar (2009, p. 218), “esse fato, em si, propiciou a que viesse à baila para elucidação dos pósteros, o quanto efervescia a intelectualidade local, bem como o ponto a que chegavam as disputas na busca de posições de relevância”.

Nascimento Moraes publicou várias reportagens pelo jornal *Tribuna*⁴⁶ na década de 1930, com temas diversificados que refletiam o contexto social, político e econômico do país, mostrando-se atento aos problemas mais urgentes dessa conjuntura histórica, para citar alguns: educação, ideias raciais, crise econômica mundial, comunismo e ciências naturais.

QUADRO 2: Demonstrativo do Jornal *Tribuna* (de abril a junho de 1930)

Tema	Edição nº.	Data de Publicação
Um caso curioso	78	01 de abril de 1930
E cahes, vaidade humana...	81	03 de abril de 1930
Mario Rodrigues	82	04 de abril de 1930
Cuidado com os vizinhos! ...	83	05 de abril de 1930
Numa aula de Cosmographia	84	06 de abril de 1930
Carta de outros tempos	85	08 de abril de 1930
O combate de Tavares	86	09 de abril de 1930
Sonia	87	10 de abril de 1930
Harmonias	88	11 de abril de 1930
Questão sem questão	89	12 de abril de 1930
Tribuna	90	13 de abril de 1930
A pensão Parisina	91	15 de abril de 1930

⁴⁶ O jornal *Tribuna*, matutino independente, de propriedade do dr. Agnello Costa, com endereço na Rua Desembargador Cunha Machado, nº. 284, lançava suas matérias geralmente de terça-feira a domingo, exceto às segundas-feiras. E Nascimento Moraes publicava sempre seus textos na terceira página do total de 8 páginas desse periódico. Conforme o quadro acima, reuniu-se 76 reportagens de sua autoria, entre abril e junho de 1930, as quais poderão ser encontradas ainda impressas, na seção de obras raras da Biblioteca Pública Benedito Leite.

A conferência de Londres	92	16 de abril de 1930
O caracter nacional	93	17 de abril de 1930
O mestre	94	18 de abril de 1930
Fausto do magisterio	95	20 de abril de 1930
A obra de Boris	96	22 de abril de 1930
O Sr. Mac. Donald	97	23 de abril de 1930
Entre dois coxilos...	98	24 de abril de 1930
Tinha que ser assim...	99	25 de abril de 1930
No dominio das traças	100	26 de abril de 1930
Valores	101	27 de abril de 1930
Sombra	102	29 de abril de 1930
Através da Arte	103	30 de abril de 1930
Novos barbaros	104	01 de maio de 1930
O Camelot	105	02 de maio de 1930
Amanhã...	106	03 de maio de 1930
A propósito...	107	04 de maio de 1930
Mystificação sensacional	108	06 de maio de 1930
Josephina Baker	109	07 de maio de 1930
Um traço de união	110	08 de maio de 1930
Philosophia de um bohemio	111	09 de maio de 1930
Simão Radowitzki	112	10 de maio de 1930
A Genética	113	11 de maio de 1930
Mentalidades...	114	13 de maio de 1930
Siqueira de Campos	115	14 de maio de 1930
Dunshee de Abranches	116	15 de maio de 1930
O idealismo	117	16 de maio de 1930
Alegria	118	17 de maio de 1930
Reminiscencias...	119	18 de maio de 1930
Reminiscencias...	120	20 de maio de 1930
O jogral	121	21 de maio de 1930
Unamuno	122	22 de maio de 1930
Praeira	123	23 de maio de 1930
Optimismo	124	24 de maio de 1930
Para o diante! ...	125	25 de maio de 1930
Jeane Eagles	126	27 de maio de 1930
Pandit	127	28 de maio de 1930
Cavaqueando...	128	29 de maio de 1930
Hercules	129	30 de maio de 1930
A Internacional Comunista	130	31 de maio de 1930

Carta de aprêço	131	01 de junho de 1930
Poemas immortaes	132	03 de junho de 1930
À luz dos factos	133	04 de junho de 1930
Justificando-se....	134	05 de junho de 1930
Al Capone	135	06 de junho de 1930
Profanus vulgus	136	07 de junho de 1930
Mussolini	137	08 de junho de 1930
Carta apressada	138	10 de junho de 1930
Expressões...	139	11 de junho de 1930
Intemeratos	140	12 de junho de 1930
Tibi Ignota	141	13 de junho de 1930
Valdemaras	142	14 de junho de 1930
Vícios de origem	143	15 de junho de 1930
Luar..	144	17 de junho de 1930
Sangue caldo	145	18 de junho de 1930
Humoradas...	146	19 de junho de 1930
Envelhecer...	147	20 de junho de 1930
Masochismo	148	21 de junho de 1930
Hinojosa	149	22 de junho de 1930
Papho	150	24 de junho de 1930
Parallelas	151	25 de junho de 1930
Conclusões barbaras	152	26 de junho de 1930
Loucos...	153	27 de junho de 1930
Brandão Sobrinho	154	28 de junho de 1930
Novas perspectivas	155	29 de junho de 1930

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Jornal *Tribuna* (1930).

Referindo-se ainda ao jornal *Tribuna*, foi recentemente catalogado um inventário sobre José do Nascimento Moraes pelo APEM - Arquivo Público do Estado do Maranhão com 78 publicações avulsas desse jornal, material datilografado, entre julho e dezembro de 1929, sendo duas edições de março de 1930, problematizando com temáticas sociais, usando do recurso da linguagem, da ironia e da irreverência.

Além disso, tem-se também artigos isolados, como exemplo: “Caminha! Caminha!...”, sem data definida e alguns recortes de jornais de 1918: “Carta íntima: meu ilustre confrade e brilhante poeta I. Xavier de Carvalho”, “Carta reservada”, “Carta que não é minha...”, “Carta de arrependimento”, “Carta retardada: meu ilustre amigo e considerado clínico dr. Oscar Galvão” “Carta de leigo” e “Carta filosófica”.

QUADRO 3: Demonstrativo do Jornal *Tribuna*
(De julho a dezembro de 1929 e duas edições avulsas de março de 1930)

Tema	Data de Publicação
Tu só, tu, puro amor...	13 de julho de 1929
Caramba	03 de agosto de 1929
Aspecto brunal...	04 de agosto de 1929
Eles se vão a perros...	04 de agosto de 1929
Honcha	14 de agosto de 1929
A vibração de João Pastinha	18 de agosto de 1929
Evohé! Sol de fogo...	01 de setembro de 1929
A energia nacional	05 de setembro de 1929
Numa espiral...	07 de setembro de 1929
A vacuidade de um tropo	07 de setembro de 1929
O fadário de João Fuinha	08 de setembro de 1929
Orgia de sanie	11 de setembro de 1929
No regaço da Pátria	12 de setembro de 1929
Barbusse	13 de setembro de 1929
Paralelos...	14 de setembro de 1929
O general Jekov	17 de setembro de 1929
O Espigão=mestre	18 de setembro de 1929
Uma arte infernal	19 de setembro de 1929
A América revolucionária	20 de setembro de 1929
Literatice política	21 de setembro de 1929
A força propulsora...	21 de setembro de 1929
Lucros e perdas	28 de setembro de 1929
Pedagogia capenga	29 de setembro de 1929
Civilização de fachada	01 de outubro de 1929
O bastardo	04 de outubro de 1929
Não creio...	11 de outubro de 1929
Subtil veneno	15 de outubro de 1929
Perifrase	17 de outubro de 1929
Ao fulgor da ideia nova	19 de outubro de 1929
Era uma vez	26 de outubro de 1929
Na selva selvagem...	26 de outubro de 1929
Novas energias?	27 de outubro de 1929
A ti, arvore bendita!	29 de setembro de 1929
O momento maranhense	30 de outubro de 1929
Saudade	02 de novembro de 1929

No altar da Pátria	03 de novembro de 1929
Uma página de crítica	05 de novembro de 1929
Dona Julieta Teles de Menezes	06 de novembro de 1929
Política nacional	07 de novembro de 1929
Camilo e Antônio Ayres	08 de novembro de 1929
Um filão vernáculo	09 de novembro de 1929
Símbolos...	12 de novembro de 1929
Stresemann	14 de novembro de 1929
Mahamed Hussin	15 de novembro de 1929
Regionalismo criador	16 de novembro de 1929
Vozes que acusam	17 de novembro de 1929
O culto da forma e a soberania do gozo	19 de novembro de 1929
Carta de um boêmio	20 de novembro de 1929
Questão sem questão	21 de novembro de 1929
Exemplificando...	22 de novembro de 1929
O que eu não sabia...	23 de novembro de 1929
A ortografia portuguesa	24 de novembro de 1929
A prata de casa	27 de novembro de 1929
O último livro de Severino Silva	28 de novembro de 1929
Um fator do vernáculo	29 de novembro de 1929
Viriato Correia, contador de histórias	30 de novembro de 1929
Clemenceau	01 de dezembro de 1929
Dona Lídia Salgado	04 de dezembro de 1929
Um poeta maranhense	04 de dezembro de 1929
Apostolado cívico	05 de dezembro de 1929
N. S. da Conceição	08 de dezembro de 1929
Nem todo o mal...	11 de dezembro de 1929
“O juiz do brejo”	13 de dezembro de 1929
Através da imagem	12 de dezembro de 1929
Uma clava	15 de dezembro de 1929
Prosa vadia	18 de dezembro de 1929
Irradiações	19 de dezembro de 1929
Nas brenhas...	20 de dezembro de 1929
Eta fundiga!	21 de dezembro de 1929
Tradição e saudade!	22 de dezembro de 1929
E as velas dormem...	24 de dezembro de 1929
O grande polemista	25 de dezembro de 1929
Bisalhos	26 de dezembro de 1929
O discoveri II	27 de dezembro de 1929

O ezsatzs Preussen	28 de dezembro de 1929
Elogio da dúvida	29 de dezembro de 1929
“Eia imaginação divina!”	11 de março de 1930
Orientação pedagógica	29 de março de 1930

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Jornal *Tribuna* (1929-1930).

Também foi inventariado no Arquivo Público do Estado do Maranhão, o jornal *Diário Oficial*, contendo 21 reportagens, sendo 18 produções intelectuais de julho a agosto de 1931 e mais duas edições avulsas de janeiro de 1941.

QUADRO 4: Demonstrativo do Jornal *Diário Oficial*

(De julho a agosto de 1931 e duas edições avulsas de janeiro de 1941)

Tema	Edição n.º	Data de Publicação
Depois da vitória...	146	02 de julho de 1931
Com que roupa?	147	03 de julho de 1931
5 de julho	148	04 de julho de 1931
Choro velho	153	10 de julho de 1931
Choro verde	154	11 de julho de 1931
Dentro da revolução	155	13 de julho de 1931
Choro amarelo	155	13 de julho de 1931
Choro branco	156	14 de julho de 1931
Com os fariseus	157	15 de julho de 1931
Prólogo...	157	15 de julho de 1931
Sem matéria	160	18 de julho de 1931
Visão revolucionária	161	20 de julho de 1931
João Pessoa	166	25 de julho de 1931
Prática salutar	167	27 de julho de 1931
Programa revolucionário	171	31 de julho de 1931
Escorralhar da civilização	175	05 de agosto de 1931
Um aspecto	178	08 de agosto de 1931
Tartarinadas	181	18 de agosto de 1931
Através dos fatos	182	13 de agosto de 1931
O “DIP” e o “DEIP”	9	11 de janeiro de 1941
Um magistério político	10	13 de janeiro de 1941

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Jornal *Diário Oficial* (1931-1941).

As listagens anteriores remetiam-se a produções intelectuais que levavam a assinatura de Nascimento Moraes. Mas também ele se utilizou de alguns pseudônimos para escrever suas reportagens: Junius Victor, o mais antigo, Brás Cubas, João Ninguém, João sem-terra, Sussuarana, Zé Maranhense, nome dado também a um personagem negro, marceneiro e abolicionista em *Vencidos e degenerados*, Berredo, João Ventura, Braz Sereno que escreveu crônicas em *O Globo* e Valério Santiago, o que mais predominou na maioria de suas publicações pelo jornal *Tribuna*.

QUADRO 5: Demonstrativo do Jornal *Diário Oficial*
(De julho a dezembro de 1929 e uma edição avulsa de abril de 1930)

Pseudônimo	Tema	Data de Publicação
Junius Victor	Sandino	19 de julho de 1929
João Ninguém	Bandeirante das letras	06 de setembro de 1929
João Ninguém	Borges	02 de novembro de 1929
João Ninguém	Mulheres	09 de novembro de 1929
João Ninguém	Odisseia de um prompto	20 de novembro de 1929
João Ninguém	O Quintela	08 de dezembro de 1929
Valério Santiago	Política nacional	05 de julho de 1929
Valério Santiago	Política nacional	09 de julho de 1929
Valério Santiago	Política nacional	09 de agosto de 1929
Valério Santiago	Política nacional	29 de agosto de 1929
Valério Santiago	Política nacional	01 de setembro de 1929
Valério Santiago	Política nacional	06 de setembro de 1929
Valério Santiago	Política nacional	10 de setembro de 1929
Valério Santiago	Política nacional	12 de setembro de 1929
Valério Santiago	Política nacional	13 de setembro de 1929
Valério Santiago	Política nacional	14 de setembro de 1929
Valério Santiago	Política nacional	18 de setembro de 1929
Valério Santiago	Política nacional	19 de setembro de 1929
Valério Santiago	Política nacional	22 de setembro de 1929
Valério Santiago	Política nacional	24 de setembro de 1929
Valério Santiago	Política nacional	26 de setembro de 1929
Valério Santiago	Política nacional	27 de setembro de 1929
Valério Santiago	Política nacional	28 de setembro de 1929
Valério Santiago	Política nacional	01 de outubro de 1929
Valério Santiago	Política nacional	05 de outubro de 1929
Valério Santiago	Política nacional	10 de outubro de 1929

Valério Santiago	Política nacional	16 de outubro de 1929
Valério Santiago	Política nacional	18 de outubro de 1929
Valério Santiago	Política nacional	22 de outubro de 1929
Valério Santiago	Política nacional	27 de outubro de 1929
Valério Santiago	Política nacional	31 de outubro de 1929
Valério Santiago	Política nacional	03 de novembro de 1929
Valério Santiago	Política nacional	16 de novembro de 1929
Valério Santiago	Política nacional	23 de novembro de 1929
Valério Santiago	Política nacional	05 de dezembro de 1929
Valério Santiago	Política nacional	17 de dezembro de 1929
Valério Santiago	A esterilidade legislativa	03 de abril de 1930

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do Jornal *Diário Oficial* (1929-1930).

Dos 37 pseudônimos encontrados de reportagens de Nascimento Moraes para o jornal *Tribuna* no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), 31 remetiam-se a Valério Santiago com o assunto “Política nacional, de julho a dezembro de 1929, seguidas de 5 textos com João Ninguém e apenas um com Junius Victor.

Outros artigos publicados na imprensa periódica foram reunidos em *Neurose do medo e 100 artigos de Nascimento Moraes* (1982), organizados por Nauro Machado, Chagas Val e Alberico Carneiro Filho, a partir dos jornais *Tribuna* e *Diário Oficial* que Nascimento Moraes escreveu com mais regularidade.

QUADRO 6: Temas Políticos, Filosóficos, Sociológicos e Históricos

Tema	Periódico	Data de Publicação
Através das classes	Diário Oficial	08 de julho de 1931
Política convulsionária	Diário Oficial	11 de julho de 1931
Mentalidade revolucionária	Diário Oficial	18 de julho de 1931
Mais amplos horizontes	Diário Oficial	21 de julho de 1931
Mentalidades revolucionárias	Diário Oficial	25 de julho de 1931
Aos infieis	Diário Oficial	Ano XVI, n°. 177
Literatura revolucionária	Diário Oficial	03 de agosto de 1931
Através da Sociologia	Diário Oficial	04 de agosto de 1931
O Interventor Federal	Diário Oficial	01 de agosto de 1931
O Interventor Maranhense	Diário Oficial	18 de agosto de 1931
Juarez Távora	Diário Oficial	14 de julho de 1931
Cuidado!	Diário Oficial	23 de julho de 1931

Alma criadora	Diário Oficial	06 de agosto de 1931
Qual o maior mal do Brasil?	Diário Oficial	25 de julho de 1929
O facciosismo	Diário Oficial	07 de julho de 1931
Política saneadora da morte	Tribuna	14 de julho de 1929
Depois procelosa tempestade	Diário Oficial	20 de maio de 1941
Se eu fosse partidário	Tribuna	04 de julho de 1929
Depois da batalha de Felipo	Tribuna	12 de julho de 1929
“Viva o nosso velho Ramsay”	Tribuna	09 de julho de 1929
Lord Dabernon	Tribuna	09 de outubro de 1929
Morrer... ressurgir	Tribuna	06 de julho de 1929
Solilóquio de cético	Tribuna	10 de outubro de 1929
Elos inquebrantáveis	Tribuna	08 de outubro de 1929
Escorregar não é cair	Tribuna	16 de julho de 1929
O carabineiro de Ofenbach	Tribuna	23 de outubro de 1929
Visão de estética	Tribuna	05 de outubro de 1929
O banditismo	Tribuna	23 de outubro de 1929
Mais uma lição	Diário Oficial	04 de agosto de 1941
Liberdade! Liberdade!	Tribuna	02 de outubro de 1929
O grande escárnio	Tribuna	26 de julho de 1929
O caminho da posteridade	Diário Oficial	12 de julho de 1941
Política nacional	Tribuna	21 de novembro de 1929
Dinâmica do pensamento	Tribuna	04 de setembro de 1929
Os anti-imperialistas	Tribuna	10 de setembro de 1929
Orgia de sânie*	Tribuna	11 de setembro de 1929
O fim de uma civilização	Diário Oficial	09 de abril de 1941
As grandes forças mentais	Diário Oficial	12 de abril de 1941
Papéis velhos	Tribuna	14 de dezembro de 1929
O bronze luminoso	Tribuna	03 de setembro de 1929
Diante de um túmulo	Tribuna	31 de outubro de 1929
Irradiação esotérica	Tribuna	22 de outubro de 1929
Laguado Jaime	Tribuna	16 de outubro de 1929
Colombo	Tribuna	13 de outubro de 1929
Entre dois mundos	Tribuna	12 de outubro de 1929
Camille Steffen	Tribuna	31 de dezembro de 1929
Sandino	Tribuna	24 de agosto de 1929
Barbusse*	Tribuna	13 de setembro de 1929
O general Jekov*	Tribuna	13 de setembro de 1929
Novos ideais	Tribuna	17 de dezembro de 1929
O maior mal	Tribuna	12 de novembro de 1929

Força incoercível	Tribuna	10 de dezembro de 1929
Elogio do silêncio	Tribuna	13 de novembro de 1929
O grande polemista	Tribuna	25 de dezembro de 1929

Fonte: Moraes, 1982.

*Os artigos destacados no quadro acima constam também no inventário catalogado do APEM.

QUADRO 7: Temas Educacionais

Tema	Periódico	Data de Publicação
No altar da árvore	Diário Oficial	20 de setembro de 1941
O Dia do Estudante	Diário Oficial	11 de agosto de 1941
O “standard of life”	Diário Oficial	09 de julho de 1931
Um aspecto pedagógico	Tribuna	18 de outubro de 1929
A festa do livro	Tribuna	26 de setembro de 1941
Uma crítica de René Benjamin	Diário Oficial	02 de outubro de 1941
Aspectos da pedagogia moderna	Diário Oficial	03 de outubro de 1941
Alfa e ômega	Diário Oficial	16 de janeiro de 1941
Educação positiva	Diário Oficial	10 de janeiro de 1941
Dentro do território humano	Diário Oficial	29 de janeiro de 1941
Mais uma vez criança	Diário Oficial	05 de abril de 1941
A mais gentil e formosa educadora	Tribuna	17 de julho de 1929
À margem do ensino	Diário Oficial	12 de agosto de 1929
Tradição e Saudade	Tribuna	22 de dezembro de 1929

Fonte: Moraes, 1982.

QUADRO 8: Temas Populares

Tema	Periódico	Data de Publicação
Por montes e vales	Tribuna	03 de agosto de 1929
S. Luís pitoresca	Tribuna	07 de julho de 1929
Página de ontem	Tribuna	12 de agosto de 1929
Elogio das feias	Tribuna	05 de outubro de 1929
A Ermida dos Remédios	Tribuna	07 de setembro de 1929
Dona Margarida	Tribuna	03 de agosto de 1929
O comendador	Tribuna	03 de agosto de 1929
Uma quarentona	Tribuna	13 de outubro de 1929
Dona Eugênia	Tribuna	13 de outubro de 1929
Martinha	Tribuna	25 de outubro de 1929

Fonte: Moraes, 1982.

QUADRO 9: Temas Literários

Tema	Periódico	Data de Publicação
Aspectos literários	Tribuna	06 de dezembro de 1929
Brasilidade	Tribuna	07 de novembro de 1929
Antônio José de Almeida	Tribuna	01 de novembro de 1929
Um poeta	Tribuna	22 de outubro de 1929
Não fui eu...foi o outro	Tribuna	10 de julho de 1929
Nos meandros da Pátria	Tribuna	20 de julho de 1929
Giliatt	Tribuna	23 de julho de 1929
Onde se prova entre um poeta e uma mulher...	Tribuna	11 de julho de 1929
A data	Diário Oficial	28 de julho de 1931
Romantismo e fetichismo	Diário Oficial	19 de janeiro de 1941
Bergson na literatura nacional	Diário Oficial	22 de fevereiro de 1941
Catulo, o maior poeta da raça!	Diário Oficial	06 de março de 1941
Um romance brasileiro	Diário Oficial	28 de maio de 1941
Pensamentos... pensamentos	Diário Oficial	29 de maio de 1941
O lirismo não morreu	Diário Oficial	24 de maio de 1941
Lúcio Cardoso, romancista e poeta	Diário Oficial	29 de abril de 1941
Um livro de João Luso	Diário Oficial	26 de abril de 1941
À margem da poesia nacional	Diário Oficial	26 de agosto de 1941
O fundador da literatura brasileira	Diário Oficial	28 de agosto de 1941
Um romance maranhense	Diário Oficial	08 de setembro de 1941
Página solta	Diário Oficial	17 de setembro de 1941
Um grande livro	Diário Oficial	11 de setembro de 1941

Fonte: Moraes, 1982.

Pela revista da Academia Maranhense de Letras (AML), Nascimento Moraes publicou nos anos de 1940: “O africanismo de Bruno de Menezes” (julho), “Armando Vieira da Silva” (novembro), “Gonçalves Dias e a crítica enfesada” (dezembro); e nos 1941: “Por que se dissolveu o clube familiar Valério Santiago” (janeiro), “Nascimento Moraes” (março), “Machado de Assis e a sua obra” (abril), “Um esquema de guerra” (maio) e “À margem da política nacional” (junho).

Enquanto professor, também seguia o legado de estimular a produção intelectual entre os estudantes liceístas, nos jornais estudantis da época, por exemplo: *O Estudante* (1916) e a União Estudantil “Sívio Romero” (1917), ambos o tendo convidado para ser membro honorário.

4.3 Produção literária

Foram de larga expressão as produções literárias de Nascimento Moraes: a polêmica literária *Puxos e Repuxos* (1910), o romance *Vencidos e degenerados* (1915) e o ensaio político *Neurose do medo* (1923). Além disso, produziu *Aluízio Azevedo, seus processos e sua arte* (1919), *Discurso* (1935) à diretora da Escola Normal Primária, D. Rosa Castro, no dia do seu natalício, em sessão solene no Casino Maranhense, publicado no jornal *Tribuna*; os artigos *Pátria Brasileira* e *Dr. Getúlio Vargas*, publicados no jornal *O Imparcial* e reunidos na obra *A contribuição do Maranhão para o Estado Novo* (1938); *Contos de Valério Santiago* (1972), obra póstuma reunindo contos lançados pela revista *Atenas*, além de diversos artigos publicados em *Neurose do medo e 100 artigos* (1982), abrangendo temas políticos, filosóficos, sociológicos e históricos, também “deixando inédito o livro de poemas *Ciclo*” (PACOTILHA - O GLOBO, 1958, p. 4).

As obras *Puxos e repuxos* (1910) e *Vencidos e degenerados* (1915) foram indicações de leitura para jovens, segundo o então diretor da Biblioteca Pública Benedito Leite, Domingos de Castro Perdigão em obra publicada em 1922, intitulada *O que se deve ler: Vade-Mecum Bibliographico*, constituindo-se de um catálogo que indicava várias obras de âmbito regional e também estrangeiras. No caso das obras supracitadas, o autor recomendou ambas as obras na seção de “Philologia”, crítica textual, e apontou somente a primeira obra na seção de “Contos e Phantasias” (PERDIGÃO, 1922, p. 199; 202; 211).

Sua produção intelectual, portanto, torna-se imprescindível na reconstrução da trajetória intelectual de Nascimento Moraes, buscando a interioridade da obra e oportunizando pensar múltiplas possibilidades na relação entre a obra e seu criador, o tempo em que foi produzida e no cruzamento com as informações disponíveis entre as diferentes obras da mesma época.

Recorrendo a Dosse (2009, p. 370), “isso implica (e é uma regra que deveria orientar toda biografia intelectual) penetrar a estrutura endógena da obra com tudo quanto ela ostenta de símbolos e ideias, mas também resgatar aquilo que o texto evoca a fim de magnificar ou combater o mundo social externo”. Cabe destacar nas páginas seguintes, como o professor Nascimento Moraes abordou o tema educacional em: *Puxos e Repuxos* (1910), *Vencidos e degenerados* (1915) e o *Discurso* (1935).

4.3.1. Um pretinho pernóstico quase analfabeto

A obra *Puxos e Repuxos* que remonta ao primeiro decênio do Maranhão República é um importante documento para a História da Educação, ancorada nos estudos culturais, pois é a réplica, a representação de Nascimento Moraes sobre a produção literária de Antônio Lobo e seus pares. Para Chartier (1988), essa desconstrução da apresentação por meio das representações estará sujeita às demandas políticas, sociais, econômicas e culturais da qual o indivíduo faz parte e do grau de relações que estabelece.

Nascimento Moraes e Antônio Lobo travaram embates ideológicos por meio da imprensa periódica, ambos atuando também no campo educacional. O primeiro representava as classes populares, dirigindo a *Renascença*; já o segundo, liderando a *Oficina dos Novos* juntamente com Fran Paxeco, a burguesia capitalista.

Em *Puxos e Repuxos*, o campo docente estava em debate, sobretudo dos temas abordados pelos professores do Liceu Maranhense, da forma como as aulas eram ministradas e das disciplinas de Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico, Aritmética e Geografia. Além disso, a obra faz referência ao governo de Luiz Domingues, suas realizações na área educacional e a atuação de Nascimento Moraes na instrução pública.

A obra *Puxos e Repuxos* foi publicada em 1910 pela tipografia do Jornal dos Artistas, compondo-se de vários artigos do jornal *Correio da Tarde*, sendo uma contestação de Nascimento Moraes ao que escreveram sobre ele nos editoriais dos jornais *Pacotilha* e *Diário do Maranhão*, especialmente, por parte de Antônio Lobo, sob o pseudônimo de Galliza.

Tal produção literária encontra-se, já em estado de deterioração, na seção maranhense de obras raras da Biblioteca Pública Benedito Leite, ainda assim conservando a ortografia e disposição textual da época. Estruturalmente, a obra inicia da folha de rosto com um subtítulo exprimindo a intenção da narrativa, dividindo-se em vinte artigos, além do prefácio *Dois palavras* e a nota final *Defenda-se!*, desafiando Antônio Lobo para a tréplica.

Logo na parte introdutória, assinala-se que esta publicação simbolizava a vitória de um negro contra muitos brancos. “Viraram-se dezenas de armas contra o negro analfabeto, mas o negro, sosinho, aparou corajosamente os golpes, rindo-se sem ligar a mínima importância à raiva dos brancos” (MORAES, 1910, p. 2). Os representantes da elite, brancos da raça caucásea como o autor se refere, teceram críticas ferrenhas aos artigos de Nascimento Moraes referindo-se a ele como moleque, negro ignorante e quase analfabeto.

Respondendo a isso, Nascimento Moraes selecionou alguns artigos e obras dos seus

adversários Luiz Vianna (Luiz Torto, Galliza II), Alfredo de Assis (Assis) e Antônio Lobo (Galliza, Antônio Bôbo e Corrêa de Araújo), apontando erros de sintaxe gramatical, equívocos de Geografia e de Matemática. Havia a preocupação de informar ao leitor do *Correio da Tarde* sobre a prática docente desses professores, como também mostrar quem tinha melhor erudição.

No primeiro artigo *A viagem de dr. Luiz Domingues ao Tury-assú* (Galliza), publicado no jornal *Pacotilha* de 8 de julho, Nascimento Moraes considerou equivocada a comparação atribuída por Antônio Lobo ao “salso” (salgado), conforme o trecho a seguir:

O salso elemento é de leite. Tem apenas ondulações ligeiras, como ESBOÇOS DE VAGAS, numa quietude de ovelhas apascentadas. Ensinem em primeiro lugar ao Galliza que ondulações ligeiras não podem ser esboços de vagas, porque vaga é – onda grande em mar agitado – ou bem que o pão é quente ou bem que é fresco, quem escreveu a coisa confunde onda e vaga, e é capaz de dizer que sapo é boi (MORAES, 1910, p. 3).

No artigo II, deu lições de Geografia ao normalista Luiz Vianna, “uma criaturazinha bem insignificante, de pouca instrução e pouco talento” (MORAES, 1910, p. 7), ao refutar os supostos erros que teria cometido em relação à localização geográfica de Portugal. “Luiz Vianna grita que erramos porque dissemos que Portugal é banhado de um lado pelo Atlântico! Entende o professor que, referindo-nos a lado, só poderia ser um dos lados do paralelogramo que constitue a forma geometrica de Portugal! ” (MORAES, 1910, p. 8).

Ainda sobre o ensino de Geografia ministrado pelo docente Luiz Vianna no artigo III, Nascimento Moraes, mais uma vez, suscitou outra questão que merecia maior esclarecimento, sobre qual seria o lugar da Rússia no continente europeu. “Ora, Luiz Torto afirmar que a Russia fica à beira da Europa! A Russia que ocupa na Europa, uma extensão immensa, a metade da Europa, enfim! ” (MORAES, 1910, p.13).

Nascimento Moraes criticou gramaticalmente Luiz Vianna por uma oração construída com o verbo “satisfazer” no gerúndio, por este acreditar no julgamento de Alfredo de Assis que assim considerava esta sentença sem sujeito. Entretanto, ele discordava dessa assertiva.

Ora, os leitores vejam o seguinte:

Não nos satisfazendo o espírito com exibições de falsos conhecimentos havemos por bem limitarmo-nos.

O Torto pergunta, a bater com os joelhos: - qual sujeito de satisfazendo?

A phrase acima dá – Porque não nos satisfaça o espirito etc. Es à claro que o sujeito de satisfazendo – é espirito.

Luiz Vianna declarou, hontem que foi o Assis quem he ensinou que satisfazendo não tinha sujeito! (MORAES, 1910, p. 12).

Já no artigo IV, Nascimento Moraes reprovou a colocação de Luiz Vianna sobre os homens selvagens e os macacos não serem tão diferentes. E dispensando a ideia evolutiva, da qual homem teria ao longo do tempo evoluído do macaco, podendo ser uma continuação deste, afirmava Luiz Torto que os homens seriam rivais dos macacos que indubitavelmente foram reduzidos ao cativeiro.

Os homens selvagens da América Central (com vistas ao doutor Assis!) EM CONTACTO PERMANENTE COM OS MACACOS não se lembraram nunca de os afastar do lugar que de direito lhes compete NO PRIMEIRO GRAU DA ESCALA HUMANA!!! Pois Luiz Torto além de caluniar os pobres africanos, avançando que elles fazem coisas que nem sabem se existem, diz que o macaco gosa do PRIMEIRO LUGAR NA VIDA HUMANA! Porque Luiz Torto se julga menor que macaco, entende que todos os homens fazem tão pouca conta de si! (MORAES, 1910, p. 19).

Objetivando abordar ao leitor o maior número de erros e contradições de Antônio Lobo e seus pares, Nascimento Moraes no artigo V salientou que seu desafeto não tinha raciocínio lógico, em razão da falta de conhecimentos de Matemática, visto que não foi uma experiência exitosa nessa disciplina quando estudou no Liceu Maranhense. “Todas as vezes que Lobo procura raciocinar sahe se simplesmente mal!” (MORAES, 1910, p. 23).

Antônio Lobo questionou Nascimento Moraes, onde ele havia estudado e quem foram seus mestres, diante das réplicas pelo periódico *Correio da Tarde* para o qual escrevia. Respondendo a isso, Nascimento Moraes listou as disciplinas estudadas por seu desafeto no Liceu Maranhense, admitindo que não tinha obtido aprovação plena em duas disciplinas, não deixando claro em quais teria sido reprovado, e aproveitou a situação para relatar que ele não fizera o exame de Aritmética, não podendo realizar seu sonho de formar-se em Direito.

No do Diario, Lobo pergunta tomado de raiva, ferido pelo despeito: Onde aprendeu? Quem lhe ensinou?

Aprendemos no Lyceu Maranhense, onde fizemos os seguintes exames: Portuguez, Francez, Inglez, Allemão, Latim, Arithmetica, Algebra, Geometria, Trigonometria, Geographia Geral, Geographia do Brazil e Cosmographia, Historia Geral e do Brazil, Physica, Chimica e História natural, obtendo em todos elles, com exceção de dois, aprovação plena!

O velho Lobo, porém, não poderá dizer o mesmo, porque o colosso nem conseguiu fazer o exame de arithmetica pelo que não se formou em direito como era desejo seu (MORAES, 1910, p. 40).

E mais adiante, no artigo XIX Nascimento Moraes reforçou essa mesma assertiva, da dificuldade que Antônio Lobo tinha na dita disciplina. Ele também o criticava por parecer subestimar o público leitor que acompanhava as notícias pela imprensa jornalística, em perceber

possíveis erros e contradições no que ele escrevia, colocando em dúvida a veracidade das informações publicadas.

As contradições em que tem cahido, provam perfeitamente que elle não sabe raciocinar, que não sabe concluir, nem deduzir, e como é assim, verdadeiro pobre de espirito, pensa que o público de nossa terra, que acompanha avidamente polemicas e controversias, também não raciocina, e que elle com suas razões de idiota está o caso de o illudir, como tem illudido a muita gente com as missagas do seu preparo, que elle diz ser grande, si bem que não conseguisse fazer exame de arithmetica no Lyceu Maranhense!... (MORAES, 1910, p. 99).

No artigo VI, Nascimento Moraes mostrou a representação do negro por Antônio Lobo como segmento social inferiorizado, fadado à condição subalterna, dentro da visão evolucionista. “Negro! Eis aí o insulto, a palavra com que elles pensam que nos esmagam, que nos reduzem a última expressão! Negro! É o grito de terror, de medo e de odio, é o grito do vencido, do nullo, do inhabilitado que não pode discutir e nem sabe fazer o que tudo mundo sabe – insultar!” (MORAES, 1910, p. 25).

Propositalmente, atestou Nascimento Moraes que o governador Luiz Domingues não fazia distinção de pessoas, ao transitar publicamente com um político afrodescendente, rendendo-lhe elogios por reconhecer o valor do intelectual. Por estar “passeando a carro aberto, por toda a cidade, com um deputado negro, dr. Monteiro Lopes – o dr. Luiz Domingues agora vê, como discutem pela imprensa moços que se apresentam como representantes das letras e que atiram ao professorado, e que se propõem a educar!!! (MORAES, 1910, p. 26).

No artigo IX, Antônio Lobo exprimia aos alunos as diferenças sociais marcadas pelos critérios de cor, o negro visto como incapaz, como um inimigo a combater, devendo ser tratado com desprezo. “Professor, ensina os discípulos brancos e despreza os negros, mulatos, carafuzes, etc. Diz mesmo aos discípulos que entre o branco e o negro há um abysmo intransponivel; affirma-lhes que o negro é um condemnado, a quem se deve tratar com desprezo!” (MORAES, 1910, p. 40).

Com a abolição da escravatura, pensava-se que as condições de emprego e exercício da cidadania aos recém-libertos fossem garantidas. Mas não foi o que aconteceu, pois foram criadas dificuldades de acesso, no que diz respeito às pessoas de cor, secundarizando a capacidade intelectual e levando-se mais em conta os laços de compadrio e de amizade entre os indivíduos pertencentes ao grupo dominante.

No capítulo XVI, Nascimento Moraes era visto como sujeito pretensioso. “Ainda mais, Lobo principia seu pasquim de sabbado com estas palavras: Nascimento Moraes, um

pretinho pernóstico e apresentado” (MORAES, 1910, p. 85). E no mesmo artigo, tencionou Antônio Lobo mostrar superioridade com esta comparação. “Junto de Antônio Lobo o Nascimento é como uma vela de carnaúba perto de um astro” (MORAES, 1910, p.87).

Embora não tendo sido institucionalizado, o preconceito principalmente relacionado à cor da pele tornou-se uma barreira quase que ininterrupta dos negros e seus descendentes de africanos aos postos de trabalho da esfera pública. Uma questão culturalmente construída, negro e escravo entendidos como similares. “O preconceito e a discriminação estão quotidianamente presentes nas relações sociais, embora sejam disfarçados por mecanismos sutis de evitação” (MÜLLER, 2008, p.36).

Sobre a visita de Coelho Neto ao Maranhão no artigo VII, Antônio Lobo, então diretor da Biblioteca Pública, defendia que a presença desse literato trouxe novo fôlego ao movimento literário, acreditando que o ambiente era de profundo abatimento, o qual discordava Nascimento Moraes, pois deixou injustamente de lado figuras intelectuais importantes como Sousândrade e Manuel de Bèthencourt que não se ausentaram do Estado.

Mas se os talentos influem de modo a levantar o meio literario do abatimento, não era preciso que o Coelho Netto nos visitasse. Tinhamos entre nós o Souzaandrade, e o próprio Bethencourt que, bazeando-nos mesmo nas palavras com que Lobo os cumprimenta, não podia ser inferior ao do Netto, acrescentando circunstancia de viver entre nós, e de exercer, pelo professorado, real influencia na mocidade maranhense, como Lobo attesta! (MORAES, 1910, p. 30).

Havia a necessidade de reforçar a ideia de um passado glorioso por parte dos intelectuais neo-atenienses, com a diferença de que Antônio Lobo descrevia um ambiente tenebroso e reforçado por problemas econômicos que se revitalizaria com a presença do literato maranhense Coelho Neto. Por outro lado, Nascimento Moraes retratava algumas produções de grande relevância nesse período de marasmo dito por seu adversário, dando visibilidade aos literatos Manuel de Bèthencourt e Sousândrade como expoentes desse período.

A geração anterior, incluindo-se Coelho Neto, caracterizada pela migração recorrente de intelectuais para Amazônia e, principalmente para a capital do país, deu suporte ideológico para estimular a reverência ao mito ateniense. “Foi essa geração a responsável pela iniciação intelectual dos neo-atenienses, incutindo neles a responsabilidade orgânica de trabalhar pela perpetuação do espólio comunitário objeto de diferenciação identitária” (MARTINS, 2002, p. 63).

Nascimento Moraes retificou pretensamente Antônio Lobo no artigo VIII, acerca da fundação da *Oficina dos Novos* em 28 de julho de 1900, que teria sido uma ideia de João

Quadros com apoio do seu irmão Costa Gomes que incentivaram alguns rapazes para escrever um jornalzinho literário, convidando assim Astolpho Marques e Francisco Serra para formarem uma sociedade das letras.

Perguntamos: que membros ficaram na Officina dos Novos? Tres, apenas: João Quadros, Astolpho Marques e Francisco Serra, porque todos, ao contato de um estragado que chegava, e que Lobo sem nada ser na Officina, simples amigo e collega de Francisco Serra, queria impor como a sabença das sabenças! (MORAES, 1910, p. 34)

Nos artigos X, XI e XIII, criticou-se trechos da obra *Os novos athenienses* de Antônio Lobo por apresentar muitos erros, equívocos, frases desconexas e problemas de sintaxe. Ao se referir à noite caliginosa que viveram por longo tempo as letras, Antônio Lobo desconsiderou os gramáticos contemporâneos Domingos Machado, José Augusto Corrêa e Candido de Figueiredo por entender que não empregavam bem a língua portuguesa, nomeando somente Sotero dos Reis. “Lobo declara que não cita esses grammaticos na sua obra, porque ainda não produziram documentos escriptos que lhes confirmam títulos à inclusão em semelhante ról, isto é, no rol dos athenienses” (MORAES, 1910, p. 52).

Nascimento Moraes também enfatizou no artigo XII o descaramento de Antônio Lobo para se fazer supremo e arauto do movimento literário maranhense. Até aqui ele tentou desconstruir ideias supostamente plantadas por Lobo sobre o movimento literário maranhense. “Com a Officina dos Novos fez Lobo o que poudes para se engrandecer, até que, não dando mais resultado nenhum agradável a abandonou!” (MORAES, 1910, p. 55).

Conforme Meireles (2008), o governador Luiz Domingues da Silva (1910-1914), promoveu a reorganização do Liceu Maranhense e reestruturou a Escola Normal, agora Escola Modelo Benedito Leite. Nesse tempo, Antônio Lobo integrou a comissão de reforma do Liceu Maranhense e da Escola Normal. “Mas quando o dr. Luiz Domingues fez a reforma do Lyceu, elle berrou pela Pacotilha num artigo de columna aberta que S. Exc. Dr. Luiz Domingues fôra o primeiro governador que pensara em dar aos maranhenses uma instrucção publica bem norteada!” (MORAES, 1910, p. 53).

Logo depois, Antônio Lobo propôs a criação de uma universidade, no caso a efêmera Universidade Popular do Maranhão (1909-1910), no intuito de propagar a instrução pública por meio de conferências “e, da qual elle seria o secretario perpetuo, e era este o fim real da lembrança, pois Lobo precisava crescer aos olhos de alguém, que, se bem que desejasse premiar-lhe os discursos laudatorios, contudo só o viu sempre pelo prisma da realidade”

(MORAES,1910, p. 56).

No dia 10 de agosto de 1908, Antônio Lobo teve a ideia de fundar a Academia Maranhense de Letras, “juntamente com Fran Paxeco, Ribeiro do Amaral, Barbosa de Godois, Corrêa de Araújo, Astolfo Marques, Godofredo Viana, Clodoaldo de Freitas, Inácio Xavier de Carvalho, Domingos Barbosa, Alfredo de Assis e Armando Vieira da Silva” (MORAES, 1969, p. 30).

Para esse propósito, promoveu reuniões na Biblioteca Pública, obtendo inicialmente apoio de Inácio de Carvalho e Maranhão Sobrinho. Para Nascimento Moraes, Antônio Lobo almejava estar à frente desse projeto, todavia, a liderança dependia da aprovação dos envolvidos. Assim, “o desejo de Lobo era ser presidente da Academia; como, porém, todos acompanhavam a encenação diziam isso mesmo, Lobo não teve remedio senão convidar o ilustrado professor José Ribeiro do Amaral para presidente da mesma” (MORAES,1910, p. 56).

Antônio Lobo era professor de lógica e também diretor do Liceu Maranhense, cujo cargo contava com a aprovação do governo estadual que escolhia entre os membros do corpo docente. E o ensino secundário oferecido “se destinava fundamentalmente aos filhos da elite, quer para ocuparem cargos político-administrativos, quer para ingressarem nos cursos superiores” (VEIGA, 2007, p. 188). O governador Luiz Domingues depositou nesse intelectual, a tarefa de conduzir ao soerguimento desta instituição de ensino aos patamares desejáveis de anos anteriores.

Ao Sr. Diretor do Lyceu Maranhense. Recebi o vosso officio de onze d'este mez e todo empenho faço em que logo transmittais à Congregação d'esse Estabelecimento as minhas mais vivas congratulações pelos dois alvitres, por ella unanimemente tomados no dia 9, sob proposta do professor Jeronymo de Viveiros, em ordem a melhor servir à causa do ensino secundario. E por igual, comvosco me congratulo pela segurança n'essa deliberação vos dá a Congregação de sua inteira solidariedade na obra em sois empenhado, como delegado do Governo e pelas responsabilidades de vosso próprio nome de restituir ao Lyceu Maranhense os créditos com que tanto glorificou o Estado, até no estrangeiro (MARANHÃO, 1911, p. 9).

O trecho da mensagem governamental acima, lida no Congresso Legislativo do Maranhão em 12 de fevereiro de 1911, evidenciou a preocupação com a reestruturação do ensino secundário, bem como a relação aparentemente amistosa entre o corpo docente do Liceu Maranhense e o Governo Estadual. Os professores deste estabelecimento de ensino tinham suas propostas que discutiam em reunião e eram encaminhadas depois pelo diretor por meio de officio para terem aprovação ou não do Estado.

Por outro lado, no artigo XV Nascimento Moraes revelou que Antônio Lobo queria ter notoriedade a todo custo, alcançando fama sem escrúpulos, alcunhado grosseiramente de vários nomes pelos seus opositores e com desvio de caráter. Dizendo-se pertencer à elite dominante, não era ovacionado por esta, situação bem diferente daquela descrita da mensagem de governo em que recebe o apoio da reorganização do ensino secundário do Liceu Maranhense.

Discursos que fazia nas sessões, insultando opposicionistas que lhe chamavam pela imprensa, cão pirento, cabide de empregos, cão passa bem, e outras bellezas de estylo de que não nos recordamos, eram sempre as mesmas bobagens, eram palavras sem echo, não eram sons, eram ruídos que ali mêsmo no recinto onde elle falava, morriam sem um applauso, sem uma palma de louvor, porque a sua figura é tão inexpressível, é tão repugnante que no próprio seio do grupo dominante a que elle por conveniência propalava que pertencia, a maioria não lhe tinha affecto, por causa de suas maneiras que traduziam a falsidade do caráter, a insinceridade, o artificio do elogio, requintada arte para enganar, para iludir, visando sempre alcançar propinas, sem as quaes nunca viveu! (MORAES, 1910, p. 70).

E completou no artigo XVI que Antônio Lobo era mentiroso, além de ser apelidado pelos seus inimigos que também recebiam insultos por parte dele, até seus alunos do Liceu Maranhense passaram a lhe atribuir palavras depreciativas, como se lê no seguinte trecho:

Assim a defêza que o mentiroso sr. Antonio Lobo escreveu hontem pelas ineditoriaes da Pacotilha não tem valor algum, e por causa de só escrever mentiras, dia a dia se desmoralisa, dando lugar a que os alumnos do Lyceu o chamem de Cutiuba ratuino! Não sabemos o que quer dizer chamar-se um homem Cutiuba ratuino, mas nos parece que deve ser uma coisa horrível! (MORAES, 1910, p. 79).

No artigo XVII, têm-se algumas declarações racistas de Antônio Lobo a Nascimento Moraes, da inferioridade dos descendentes de africanos e superioridade dos europeus, reforçada pelas teorias raciais. “Escreveu Lobo: E Antonio Lobo tem como raça caucasea a que pertence, as predisposições hereditarias que dão aos povos do occidente o papel superior que desempenham no mundo” (MORAES, 1910, p. 83). Estava em voga tais discursos hierarquizantes que dirimiam os negros desacreditando-os de sua capacidade intelectual. “Lobo literato, Lobo chefe de uma intelectualidade, diz pela imprensa que só o branco é capaz das grandes emprezas! Grita que só os brancos são superiores! ” (MORAES, 1910, p. 84).

E as provocações continuaram a cada publicação na imprensa. “Ainda mais, Lobo principia seu pasquim de sabbado com estas palavras: Nascimento Moraes, um pretinho pernóstico e apresentado” (MORAES, 1910, p. 85). Antônio Lobo apelou para a cor da pele e se incomodou pela audácia de Nascimento Moraes, pela pretensão de estar escrevendo na imprensa. “Como o hotentote, o sr. Moraes tem a barbaria que se revela em sua linguagem, o

instincto sanguinário que explode no seu ódio, a cobardia que grita nos seus olhos” (MORAES, 1910, p. 86).

As teorias raciais tão discutidas no século XIX continuariam assim tendo espaço no regime republicano, divulgadas principalmente na esfera educacional, sedimentando a ideia de uma sociedade branca caracterizada por valores europeizantes, com a negação sistemática dos valores que identificam índios, mestiços e negros. “A própria história do termo mais fortemente carregado e polêmico, o de “raça”, está estreitamente ligada às relações de poder que opõem o homem branco europeu às populações dos países por ele colonizados” (SILVA, 2000, p.100).

A visita do jornalista e poeta português Alcântara Carreira ao Maranhão para apresentar uma conferência sobre sua obra literária *Pecadora* movimentou a sociedade literária, então relatada no mesmo artigo. Antônio Lobo acompanhou-o nessa jornada, inclusive teceu-lhe muitos elogios, o que rendeu uma crônica sobre sua curta passagem na seção “Altos e Baixos” na imprensa por parte de Nascimento Moraes, a respeito da sua obra. Na ida a Pernambuco, como resposta à crônica, Alcântara Carreira mandou-lhe um exemplar, demonstrando satisfação pela crítica recebida.

Ao ilustre litterato Nascimento de Moraes (João Paulo). Meu amigo. Estes doze sonetos que breve aparecerão numa primorosa edição japonesa, acompanhados da tradução franceza (e talvez ingleza) tem sido como raro, comprehendidos e amados; toda a imprensa de Portugal e do Brazil os ergue no seu escudo. O último foi Henrique Cancio que sobre elle traçou uma longa e adorável chronica que me fez chorar. Este trabalho não se vende (mesmo por anthese ao seu título) não se venderá também a futura edição, não se offerece a qualquer, mas somente àqueles que o possam profundamente amar, comprehender profundamente. Você da imprensa maranhense foi o único na minha meteorica passagem por ahí que estimou e entendeu o meu intuito seja o único também que possua a Peccadora nesse meio literario. Diga de sua justiça.
- Abraços. Alcantara CARREIRA. Maison des Bains, 10 de março de 1907 (MORAES, 1910, p. 90).

No artigo XVIII, Nascimento Moraes afirmou que Antônio Lobo publicava seus escritos às custas de correções de outrem, que não tinha preparo e aparentava pobreza de inteligência. Que ele desconhecia a gramática de língua portuguesa, não sabendo construir uma oração com sentido. “Lobo metteu os pés pelas mãos e mais uma vez demonstrou que não sabe a grammatica de lingua portugueza. Appellamos especialmente para os professores Domingos Machado e José Augusto Corrêa” (MORAES, 1910, p. 94).

O *Evangelho* de Antônio Lobo (Corrêa de Araújo) no artigo XIX, Nascimento Moraes indicou problemas de Língua Portuguesa, especificamente, de transitividade verbal, de concordância nominal e verbal, recomendando-lhes que deveriam aprender gramática. Ele

considerava Antônio Lobo repetitivo em algumas frases, com falta de originalidade, sem criatividade, escrevendo as mesmas frases em artigos diferentes.

No tal *Evangelho* estão as seguintes belezas: Onde esbatem-se em vez de – se esbatem (Poes De Joelhos) “te ajoelha” - em vez de – ajoelha-te (Poes D. Bêbê) “TU NASÇA-ME” (horrorozíssimo!) (Poesia Evocação) “QUANTO PEZA-ME” em vez de – quanto me peza – (soneto Supplica) - “Que saccode me” em vez de – que me saccode – (poes Em uma noite estrellada), “Nunca esgotam-se” em vez de – nunca se esgotam – (poes A. uns namorados) “eu vejo se erguer” em vez de- eu vejo erguer-se – (na poes. Terra da Promissão). “Já não ergue-se” em vez de - já não se ergue – (na mesma poesia) “Eu vejo alguém se erguer” (ainda na mesma poesia) “eu concentro-me na altura” em vez de – me concentro – (na mesma poesia) – Vê-se apagar em vez de – vê apagar-se – (no soneto Amar) – Ora infuna-lhe...ora assalta-lhe em vez de – ora lhe infuna, ora lhe assalta (MORAES, 1910, p. 101-102).

Já no artigo XX, Nascimento Moraes foi acusado por Antônio Lobo de ter agredido fisicamente um aluno de sua escola, chamado Othon Abreu, sobrinho do sr. José Barbosa de Andrade. Era uma acusação que comprometia diretamente o Instituto Nascimento Moraes⁴⁷, de natureza particular que oferecia o ensino primário e secundário. Para apurar essa informação, dirigiu-se até a residência desse aluno para falar com a família, no intuito de esclarecer essa situação embaraçosa.

Lendo a declaração de Lobo, logo nos dirigimos à residencia daquelle senhor, à rua Affonso Penna.
Encontramo-lo em companhia de exma. Família. Lemos-lhe o trêcho do artigo de Antonio Lobo. Respondeu-nos o sr. José Andrade que podiamos declarar que o seu sobrinho Othon Abreu em algum tempo, se queixou de maltrato, ou ameaças de esbordoamento, feitas pelo seu professor.
E nós declaramos ao público: - o menino Othon continua a cursar as aulas do Instituto Nascimento Moraes onde há mais de sessenta alumnos primarios, alem do crescido número de alumnos secundarios; e adiantamos mais que tivemos ontem a prova eloquente de que a família Andrade está satisfeita com o ensino do nosso collegio (MORAES, 1910, p. 103).

Na última parte da obra *Puxos e Repuxos*, intitulada *Defenda-se*, Nascimento Moraes dedicou uma página para desafiar Antônio Lobo a responder às suas colocações, afirmando que seu adversário detestava negros. “Livre-se das risadas dos negros a quem você vota um ódio profundo! Livre-se das risadas dos homens brancos e educados que já vêm compadecidos da sua achatada figura intellectual! Defenda-se!” (MORAES, 1910, p. 107).

Para além da polêmica na obra *Puxos e Repuxos* entre os professores Nascimento Moraes e Antônio Lobo, fomentada na imprensa periódica, enquanto canal de comunicação

⁴⁷ Sobre o Instituto Nascimento Moraes, também faz menção dessa escola particular o jornal *Pacotilha* (1907). Será tratado com mais detalhes na última parte (O ofício docente) deste trabalho.

com a sociedade na propagação de ideias de ordem pública, aporta-se para o âmbito educativo, apresentando nos artigos escritos o ensino ministrado, os professores, o conteúdo difundido, seguindo as prerrogativas daquela época: a de instruir e de civilizar.

Seguia-se o método tradicional de ensino, pautado na difusão do saber acumulado culturalmente, cuja concepção educativa, no seu bojo humanista e elitista, pressupunha que o homem era formado pelo ambiente e pela educação. Essa forma de ensino objetivava “introduzir os estudantes ao repertório das grandes obras literárias e artísticas das heranças clássicas grega e latina, incluindo o domínio das respectivas línguas” (SILVA, 2000, p. 26).

As disciplinas mencionadas na obra literária eram lecionadas nessa perspectiva, de transmissão dos conteúdos historicamente constituídos aos alunos. O saber transmitido era de caráter enciclopédico e propedêutico. Exigia-se, então, o conhecimento das regras gramaticais para melhor desempenho da escrita; de geografia, a disposição espacial dos países no continente a que fazem parte; e de Aritmética, o pleno domínio do cálculo e de se pensar logicamente.

Luiz Vianna e Antônio Lobo eram professores do Liceu Maranhense. Enquanto isso, Nascimento Moraes lecionava na Escola Normal e na sua escola particular, além de escrever suas crônicas diárias na imprensa jornalística. Assumindo uma postura de enfrentamento, sobretudo no jornalismo, criticava seus adversários na forma de ministrar os temas propostos pelo ensino tradicional, pontuando que deveriam se preparar melhor no exercício do magistério.

Em *Puxos e Repuxos*, torna-se possível captar as representações que envolve o corpo docente de sua época, enquanto detentor do saber na sala de aula, o programa de ensino e a participação do Estado na garantia ou não das condições básicas para o funcionamento escolar. Segundo Chartier (1988, p. 42), “não existe, não pode existir uma pessoa-modelo, exterior ao curso da história humana, com as suas vicissitudes, as suas variedades conforme os lugares, as suas transformações conforme o tempo”. Cada civilização tem uma dinâmica própria no seu tempo, tanto no uso das técnicas quanto da produção científica. Em relação ao professorado maranhense, a obra aponta como era a situação desse grupo nas primeiras décadas da República, em comparação com os professores dos dias atuais.

A obra *Puxos e Repuxos* representou não somente a rivalidade entre duas figuras importantes, Nascimento Moraes e Antônio Lobo no cenário educacional e da imprensa periódica, mas também um outro olhar sob a História da Educação no Maranhão, no que tange aos assuntos ensinados nas escolas, do quadro docente vigente, da interferência estatal na instrução pública e de como eram ministradas as disciplinas existentes. E com a preocupação

de informar aos leitores do que acontecia, demonstrando quem tinha melhor erudição, sendo formadores de opinião e informadores da notícia.

4.3.2 O negro e a instrução pública maranhense pós-abolição

A crônica maranhense *Vencidos e degenerados*⁴⁸, cuja primeira edição foi em 1915, narra o anúncio do fim do regime escravocrata aos maranhenses nas palavras do jornalista e professor José do Nascimento Moraes que privilegiou descrever a repercussão da grande notícia entre as massas, das diversas reações dos libertos, da participação do grupo abolicionista na promulgação da Lei Áurea e do processo de aprendizagem e alfabetização desses grupos, atrelados às condições materiais existentes.

Com a abolição, alguns senhores de escravos, com certa relutância, se viram obrigados a conceder alforria aos cativos; os escravos velhos pela idade avançada continuaram na casa dos seus senhores. Prejuízos maiores tiveram os senhores pobres, pois juntaram suas economias com muito custo para adquirir uns poucos escravos e assistiram seu investimento saírem pelas ruas a festejar a liberdade.

Tal obra assemelha-se no aspecto descritivo e realista do romance naturalista de Aluísio Azevedo, *O mulato* (1881), no que se refere à descrição minuciosa das personagens, das ruas da cidade de São Luís, das intrigas e tramas dos sujeitos, buscando sobreviver e se impor num ambiente multifacetado em que o número de escravos era traduzido como sinônimo de poder e distinção. Essa mentalidade escravocrata, traduzida nos modos de ser, de aparentar ser que demonstrava a fidalguia desta terra ressoava nos outros segmentos da sociedade.

Além disso, é também uma denúncia social do quadro educacional do Maranhão nos primórdios do regime republicano, da nova configuração social após abolição da escravidão e dos seus efeitos presentes nas práticas dos sujeitos, dentro daquele espaço nas condições objetivas postas e cada qual à sua maneira, bem como denuncia a situação decadente tanto material como moral da sociedade maranhense, arraigada nos seus costumes e práticas coloniais.

Cabe, então, evidenciar alguns aspectos da obra que estão relacionados ao cotidiano das famílias pobres e do acesso à educação após a abolição, destacando-se: a repercussão da Lei Áurea nas ruas de São Luís, o papel dos abolicionistas, as dificuldades dos que outrora eram

⁴⁸ Tal obra encontra-se na seção maranhense de obras raras da Biblioteca Pública Benedito Leite, estando na sua quarta edição, cujo lançamento ocorreu em 2000.

escravos, agora libertos, em conciliar trabalho e estudo e a carreira docente para professores negros, a partir do movimento das personagens: José Maria Maranhense, João Olivier, Olímpio Santos, Domingos Aranha, João Machado, Andreza Vidal e Cláudio Olivier; entrecruzando-se com os registros históricos sobre esse período.

O dia 13 de maio de 1888 na residência do abolicionista José Maria Maranhense, que ficava na Rua São Pantaleão, reuniu pessoas de diversas classes sociais, entre funcionários públicos, artistas e operários livres. Lá, um dos centros de reuniões dos abolicionistas, aguardavam o telegrama com a grande notícia da liberdade dos escravos.

José Maria Maranhense era mulato, marceneiro de profissão e estudante nas horas vagas. Não era uma ocupação que denotava prestígio social, já que era um tipo de trabalho manual. Embora impossibilitado de cursar as disciplinas regulares, “fazia, contudo o que estava ainda à altura de suas forças; procurava relacionar-se com os literatos da terra, chegava-se àqueles de quem apregoavam um espírito esclarecido; e, como era inteligente, de uma assimilação fácil, deu força à sua loquacidade” (MORAES, 2000, p. 33).

Por volta das nove horas, adentrou na casa de José Maria Maranhense, o jornalista João Olivier, um homem carismático e bastante conhecido por suas crônicas no jornal e pela boa eloquência, sempre bem trajado. “Era um rapaz alto, magro, moreno, rosto largo, olhos negros e vivos, faiscando através das lentes do pince-nez. Era mestiço e fora com dificuldade que se colocava na imprensa e se fizera guarda-livros de importante casa comercial” (MORAES, 2000, p. 28).

A oratória de Olivier era reconhecida também fora da província. Por meio da imprensa, lutou pela liberdade dos escravos, ao denunciar o que acontecia no interior das fazendas contra os cativos, “descrevendo negras cenas de selvageria desconhecida na capital, cujas notícias lhe chegavam por intermédio de cartas que raríssimos amigos lhe escreviam de lá, ou que, escravos vendidos e que vinham para a capital, contavam a tremer e espavoridos” (MORAES, 2000, p. 32).

Discípulo de Carlos Bento, também jornalista e professor bastante respeitado, polemista que afastado da imprensa e por conta dos desafetos, vivia a lecionar particularmente para pagar as despesas do lar, mas o que ganhava não era suficiente, pois continuava em condições desfavoráveis. Assim como o personagem Carlos Bento foi mentor de João Olivier, conduzindo-o na carreira jornalística, igualmente Nascimento Moraes teve a orientação literária do professor Manuel de Bèthencourt, ingressando na imprensa como jornalista opositorista.

Nos jornais de maior circulação da época *Diário do Maranhão*, *O Paiz* e *Pacotilha*,

as ideias abolicionistas asseveravam a escravidão como um atraso para o progresso da sociedade. Nesse sentido, “os discursos apresentados nesses periódicos indicam que não diferiam entre si quanto à proposição de mudanças superficiais nas relações de dominação ainda vigentes” (PEREIRA, 2009, p. 252). Propunham mudanças que não prejudicassem os ricos proprietários, mas divergiam quanto à indenização após abolição aos senhores de escravos pelas despesas com os escravos sob tutela.

Havia uma grande expectativa com a notícia da abolição, deixando todos sem dormir de ansiedade, especialmente, escravos e senhores. Os primeiros porque livrando-se do cativo poderiam viver dignamente no convívio social como cidadãos; e os outros tinham a promessa do governo monárquico de que seriam ressarcidos dos gastos e despesas que tiveram com os escravos.

Dunshee de Abranches⁴⁹ descreve em *O cativo* (1941) a crise econômica que abalou as classes conservadoras, com a fuga crescente dos escravos, além da falta de recursos ou escassez destes às despesas imediatas das plantações e as esperanças malogradas dos agricultores de que com a abolição da escravatura, o governo imperial os indenizasse de forma compensadora, garantindo-lhes créditos rurais que pudessem salvá-los da falência. O Maranhão acompanhou de longe esse processo da aprovação da lei Áurea.

Foi assim em um ambiente de profunda depressão moral das classes produtoras e de salutar desafogo para os que até ali tinham vivido asfixiados pelas crueldades e perseguições da baixa política de campanário, que o Maranhão acompanhou de longe, mais ansioso, febricitante, e enlevado no mais puro e ardente patriotismo, o desenrolar dos portentosos sucessos que antecederam a decretação da lei Áurea de 13 de maio (ABRANCHES, 1992, p. 194).

Enquanto isso na casa de José Maria Maranhense, Olivier lá permanecia ao lado do anfitrião, tragando um charuto, conversando e observando os presentes que conversavam sobre os acontecimentos relativos à libertação dos escravos. A tensão das personagens se expressa nesse ambiente festivo, nos hábitos e costumes socialmente aceitos pelo grupo do qual fazem parte.

Dentre os senhores de escravos, destacava-se Coronel Lousada, alcunhado de Alma Negra, por conta das atrocidades e maus tratos que cometia constantemente contra seus escravos, utilizando-se de alguns instrumentos de suplício, tais como: cabos preparados com estilhaços de vidros, redes com lâminas lacerantes e pregos, martelinhos e espetos de ferro. Os

⁴⁹ João Dunshee de Abranches Moura (1867-1941) foi jornalista e escritor maranhense.

gemidos dos escravos pedindo por clemência eram ouvidos pela vizinhança, “rugidos de corações intumescidos pela cólera, brados, pragas e vingança e, frequentemente, uma frase cheia de terror, do terror nascido, repetida com precipitação e fervor, na agonia da dor e de martírio: ai, meu senhor! Ai, meu senhor!” (MORAES, 2000, p. 31).

Em 13 de maio, a princesa Isabel, filha de D. Pedro II, que governava interinamente o país na ocasião, promulgou a *Lei Áurea*, nº. 3.353 de 1888 que declarava oficialmente extinta a escravidão no Brasil a partir daquela data. O imperador, que estava afastado do governo por problemas de saúde, veio a tomar conhecimento do fato dias depois. Assim que o telegrama chegou às três horas, deflagraram-se os festejos em toda a cidade, com foguetes tocando em todos os bairros.

A casa de José Maria Maranhense foi invadida por populares que vinham da Rua do Passeio pela Travessa do Monteiro. Nesse momento, Olivier iniciou um discurso, exaltando a monarca que assinou a lei Áurea. “Foi neste ponto que Maranhense repuxando a gaze fez aparecer o retrato dela, feito a crayon por um talentoso artista patricio. Uma orquestra composta de conhecidos professores, dirigida pelo clarinetista Evaristo da Conceição, executou um Hino da Liberdade” (MORAES, 2000, p. 35).

De modo geral, a campanha abolicionista foi a maior crise do império, visto que suas prerrogativas estavam naquilo em que se alicerçava: o braço escravo e a monocultura cafeeira. A luta abolicionista culminou-se com a promulgação da lei de 13 de maio de 1888. A partir daí, seguiu-se uma fase de desestruturação interna que resultara, na “aniquilação de fortunas, desorganização do trabalho de um cálculo de 40 a 50% da colheita de 1888 que deixou de ser válidas” (MOTA, 1995, p. 143).

A abolição seria, então, um processo irreversível, pois a escravidão era um pesado obstáculo às novas condições dinâmicas do capitalismo internacional. Segundo Fernandes, “ao se findar o Império, com o advento da República, em 15 de novembro de 1889, o Maranhão iniciava a nova ordem de coisas com péssimas probabilidades financeiras e econômicas” (FERNANDES, 2003, p. 37).

Com base nas informações extraídas do *Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas* (1888), Artur Ramos relatou que pelo regulamento aprovado pelo decreto nº. 9.517 e da lei nº. 3.270, ambos de 1885, da estatística de escravos e libertos arrolados, o Maranhão totalizava 33.446 escravos e 452 libertos.

Antes mesmo da abolição da escravatura negra, já ocorria a redução do contingente de escravos para atender, sobretudo, as lavouras cafeeiras na região sudeste do Brasil, ainda que

continuasse sendo expressivo o número de braços existentes que desenvolviam diversas atividades, seja no campo, seja nos centros urbanos da província do Maranhão.

Grupos de escravos saíam pelas ruas da cidade eufóricos e empolgados com a grande notícia de não estarem mais sob o jugo do cativo, “outros berravam obscenidades que, como pedradas, iam bater nas janelas dos escravocratas: insultos soezes, ofensas terríveis, contra a família dos ex-senhores que, temendo violências físicas, fechavam as portas, apenas acabavam de sair os últimos libertos” (MORAES, 2000, p.35).

Ser proprietário de duas a três cabeças de negros era um critério de pertencimento à sociedade. Abolida à escravidão, aqueles que tinham poucos escravos não recuperaram o investimento feito, visto que havia uma aguda crise financeira não só no Maranhão, mas nos outros Estados. “Os escravos dos pobres sofriam as mais ridículas vexações porque o espírito pequenino dos seus senhores se deliciava em ocupá-los a todo instante com as coisas mais insignificantes, bagatelas, que tomavam aspectos bem deslavados e grotescos” (MORAES, 2000, p.37).

Outros impactos da abolição se fizeram nas atitudes de alguns escravos: como cozinheiras que abandonaram seus patrões, outras que faziam compras e não retornaram nem com o dinheiro que lhes fora dado, recém-libertos que quebraram objetos e móveis dentro das casas dos ex-senhores, agora pobres.

Por outro lado, alguns ex-senhores mantinham uma boa relação com alguns escravos, chegando até oferecer abrigo aos que quisessem continuar na sua companhia, no caso, escravos já velhos aceitaram o convite, como também moças, em geral filhas de escravas com senhores moços.

Olímpio Santos e Domingos Daniel Aranha festejavam a Lei Áurea com muita bebida no bairro do Desterro. Comemoravam retraídos, bebendo cachaça e presenciando a euforia dos demais sem se envolverem diretamente com a festança. “Levantavam os folgazões uma grita de ensurdecer; eram sons roucos e ásperos, gargalhadas escancaradas, imprecizações inexpressíveis, misturas de palavras que, fora, na rua estreita e descalçada do Desterro, e no beco, chegavam qual um alarido de rolo fechado” (MORAES, 2000, p.38).

Olímpio “era de um preto retinto, alto e magro, rosto redondo, de expressão carregada de tédio, cabeça seca, olhos grandes e amortecidos. Dava-se-lhe, aproximadamente, trinta e poucos anos de idade” (MORAES, 2000, p.39). Sapateiro, sua casa era seu local de trabalho, situada na Rua da Cruz. Quando bebia iniciava às sete horas da manhã, terminando por volta das doze horas, sem fazer escândalo ou chamar atenção da polícia. Seu melhor amigo

era o Aranha.

E foi em São Luís que Aranha conheceu Olímpio passando a conviverem juntos na mesma casa. Foram os últimos a saírem embriagados daquela folia. “Domingos Daniel Aranha era um mulato alto de meia idade, mais magro que gordo, pouca barba, bigode ralo, cabelos crespos. Era uma fisionomia simpática e essa simpatia lhe vinha do olhar claro e cheio de bondade” (MORAES, 2000, p.41). O quitandeiro português Paletó Queimado, cujo nome verdadeiro era João Machado, observava os dois cambaleando pela rua.

De repente, Aranha dirigiu-se a João Machado de maneira não amistosa e os dois travaram um diálogo, demonstrando que o convívio entre portugueses e libertos pós-abolição continuaria difícil, marcado por disputas de espaço e de poder, com elementos de subjugação e resistência, resquícios do passado colonial enraizados na cultura. “Este rebuliço tem soado mal aos ouvidos. Tua vida vai entrar noutra fase, galego! Estás a contar com as maduras, e eu cá te espero com as verdes. Verde já estás tu, só com esse laminé da vida nova. Prepara-te para o fiado, pagável quando for possível” (MORAES, 2000, p.43).

João Machado discordava da atitude do governo em conceder alforria aos escravos. O taverneiro residia no mesmo estabelecimento de trabalho. Ao fechar a taverna, deitado numa rede e tragando um cigarro, escutava lá fora muitas coisas, entre as quais, casos de loucura como do preto Sabino e da preta Florença, ao saberem da notícia da libertação dos negros. “Anos atrás, João Machado era um reles quitandeiro, com estabelecimento na Travessa do Precipício; agora é um capitalista, chefe de importante firma, na antiga Rua Formosa, e um dos diretores reeleitos do Banco Comercial” (MORAES, 2000, p. 60).

A mulata Andreza Vidal era amásia de Domingos Aranha. Uma mulher alta e magra, de aproximadamente quarenta anos. Eles tiveram um filho que foi criado pela família do jornalista Olivier, chamado Cláudio. Ela acompanhava de perto o crescimento do filho, dando assistência sempre que podia; Aranha, por sua vez, aparecia de vez em quando na casa de Olivier sempre na hora do jantar e permanecia lá quando este se ausentava.

Olímpio convidou Aranha para juntar-se a ele na passeata comemorativa, mas este não queria deixar Andreza embriagada sozinha em casa. O filho era um forte laço que os unia. Mas, a mágoa do passado envolvendo Andreza, pelo relacionamento que teve com coronel Magalhães, verdadeiro pai de Cláudio, e ligada ao trabalho de Aranha como capanga nas suas incursões pelo interior, os afastaram desse convívio.

Os tipos de trabalhadores estavam ligados aos critérios de necessidade, vaidade e fatuidade. Aqueles que trabalhavam por necessidade eram guarda-livros, empregados de

escritórios, gerentes de casas comerciais que procuravam habilitar-se nas aulas noturnas com vistas à melhoria das suas condições de vida e quase não tinham lazer. Por vaidade, entendiam o trabalho como recompensa e com as opções de emprego existentes, seja no comércio ou funcionalismo, desfrutavam materialmente do esforço empenhado, procurando adequar-se aos padrões estéticos e culturais transmitidos pela elite dominante. E por fatuidade, tinham grande prestígio e poder aquisitivo.

Os que trabalham por vaidade pertencem, na sua maioria, às antigas famílias do Estado, ou às que delas descendem. Os necessitados são, na maior parte, oriundos do povo, pertencem às famílias pobres e desprotegidas que não se misturam com as que representam a fina flor da sociedade. Os que trabalham por fatuidade são, como os portugueses, mandados buscar nas vilas de Portugal, os futuros patrões, os diretores de Banco, os proprietários e capitalistas (MORAES, 2000, p. 57).

Conversando com o português João Machado, João Olivier discursou acerca da ganância dos grupos de mando, que cerceiam os espaços dos indivíduos que almejam melhorar de vida e por esta pretensão sofrem as consequências, pois preferem uma massa de acomodados. Os homens instruídos não estão ocupando os altos postos do governo, que outros estariam por simples conveniência, sem o devido preparo para o exercício da função. “Fácil é concluir que, espíritos assim educados, não se curvam jamais ante um senador do Império que mal assina o nome, mas que a proteção política altamente colocou, como que querendo humilhar o preparo dos que estudam” (MORAES, 2000, p. 66).

Em carta à Garcia de Abranches, rememorada em *O cativo*, D. Martinha Maria da Glória de Castro Abranches indagou alguns pontos pertinentes já informados pelo personagem Olivier no diálogo com Machado, de como eram tratados os escravos e libertos pobres, direcionados pelas próprias condições estabelecidas para o trabalho manual. “Para mim, já te tenho dito e repetido, a liberdade não é sentimento, é instinto. Esse instinto fez nascer o ódio, que aqui está, não ao branco em si, mas ao antigo colono usurpador” (ABRANCHES, 1992, p. 45). E que a luta pela liberdade foi tão cara que se internalizou o preconceito de cor e despertou-se o ódio daqueles então privados da sua liberdade.

Em *Vencidos e degenerados*, o professor Nascimento Moraes faz uma abordagem da situação do ensino no Maranhão, sugerindo como deveria ser conduzida a educação das massas, numa perspectiva nacionalista. “Para educar um povo não conheço elemento mais poderoso para lhe desenvolver a afetividade, o respeito, o amor à pátria, à glória, ao triunfo, etc. Também para estragar uma sociedade, para a aniquilar, com o desrespeito, a vaidade, não conheço elemento mais poderoso” (MORAES, 2000, p. 196).

Com a república instaurada, a situação do ensino público seguindo-se os anos continuaria deficitária. Conforme Motta (2011), a partir da fala do governador Urbano Santos, o Maranhão apresentava um sistema de ensino precário que se exprimia na estrutura física inadequada das escolas, das dificuldades de acesso ao ensino pelas camadas populares, na falta de recursos pedagógicos e nas aptidões exigidas para aqueles que exerciam a carreira docente.

Mal cuidaste, bem compreendo. Só se poderia dar semelhante transformação se os escravos e seus filhos depressa aprendessem a ler e a escrever e muito cedo percebessem que coisa é essa que se chama direito público. Mas é que não abriram escolas ao povo, não procuraram matar o analfabetismo, não foram verdadeiros republicanos os que se apossaram do poder... (MORAES, 2000, p. 77).

Entendia-se a educação como instrumento de homogeneização cultural da nação, atingindo parte das camadas populares. A ideia de reordenar a população integrou a mentalidade da época, com a tarefa de adaptar os pobres aos valores burgueses: trabalho, lar e escola. Não era fácil ser professor, sobretudo para quem tinha família, pois o salário oriundo do ensino público não era suficiente para seu sustento, tendo que recorrer a outras atividades para complementar a renda familiar.

Como exemplo na narrativa literária em destaque, o personagem Cláudio, criado por João Olivier, filho de Andreza e Domingos Aranha, se revezava entre a docência e o jornalismo para garantir o sustento, passando por dificuldades e enfrentando aqueles que se sentiam incomodados com o grêmio literário Gonçalves Dias em oposição ao grêmio literário Odorico Mendes “Cláudio por este tempo tinha completado os estudos no Liceu. Para subsistir com a família abriu um curso secundário, particular. O Machado, para auxiliá-lo, arranjou-lhe algumas escritas de tavernas, o que ainda não dava para as despesas, pois o professorado pouco lhe rendia” (MORAES, 2000, p. 100).

Segundo Arroyo (2011, p. 74), a “docência primária não foi uma profissão de disputa das elites”. Pensava-se que com a abolição da escravatura, as condições de emprego e exercício da cidadania aos recém-libertos fossem garantidas. Mas não foi o que aconteceu, pois foram criadas dificuldades de acesso, principalmente, às pessoas de cor, secundarizando a capacidade intelectual e levando-se mais em conta os laços de compadrio e de amizade entre os indivíduos pertencentes ao grupo dominante.

Depois do 13 de maio o Estado precisava de um serviço de instrução pública de primeira ordem. Mas os concursos sendo abolidos, os lentes deixaram de ingressar nos estabelecimentos de instruções pelas portas abertas, como dantes: passaram a saltar janelas, pela interinidade. O preconceito, o estúpido preconceito afastou os

negros das escolas. Maltratados, ridicularizados, insultados, foram a pouco e pouco se retraindo, até se ausentarem quase de tudo (MORAES, 2000, p. 210).

Além disso, o exercício do magistério era desvalorizado e o espaço escolar não era visto como território em disputa, em que fossem explicitadas as experiências e pontos de vista do docente e dos alunos. Tampouco, mostrou-se um espaço que projetasse os indivíduos para assumir os postos de mando na sociedade. “Porque a própria instrução pública, o ensino, a educação e a escola pública não foram reconhecidos como experiência nobre, séria. Nem como uma instituição concentradora de poder” (ARROYO, 2011, p.74).

Aludindo-se a essa relação entre professor e aluno, Nascimento Moraes descreveu semelhante situação entre os personagens Carlos Bento e João Olivier no romance *Vencidos e degenerados* (1915). Carlos Bento foi jornalista e professor bastante respeitado, polemista que afastado da imprensa e por conta dos desafetos, vivia a lecionar particularmente para pagar as despesas do lar, mas o que ganhava não era suficiente, pois continuava em condições desfavoráveis.

João Olivier viajou para Belém, por conta da crise econômica no Maranhão, graças a um empréstimo financeiro junto ao português Machado. Depois de um ano, Olivier retornou à terra natal. E, pouco tempo depois, morreu deixando a família na pobreza. “De Belém sustentava ele a família, mandando-lhe mesada. Escrevia longas cartas conselheiras ao Cláudio, que passou a estudar com o velho Carlos Bento” (MORAES, 2000, p. 99).

Pode-se inferir que, assim como o personagem Carlos Bento foi mentor de João Olivier, conduzindo-o na carreira jornalística, igualmente Nascimento Moraes teve a orientação literária do professor Manuel de Béthencourt, ingressando na imprensa como jornalista oposicionista. Segundo Machado (1996, p. 37), “Nascimento deve a Béthencourt, não há como negá-lo, a orientação segura que teve para entrar em contato com o que de melhor havia na vida literária de seu tempo”.

O acesso à educação pelas camadas populares era complicado, já que não havia escolas gratuitas para ensino profissionalizante. Alguns tinham pouca instrução, mas boa parte não sabia ler nem escrever. Além disso, faltava professor e o número de analfabetos crescia consideravelmente. No geral, a situação era caótica e preocupante no sistema de ensino do Maranhão. “Não há escolas para os filhos dos artistas, não há mesmo um estabelecimento de ensino gratuito para os desvalidos aprenderem artes e ofícios! O analfabetismo cresce. Contam-se os felizardos que sabem ler e escrever em certas localidades” (MORAES, 2000, p. 210).

Embora não tendo sido institucionalizado, o preconceito principalmente

relacionado à cor da pele tornou-se uma barreira quase que ininterrupta dos negros e seus descendentes aos postos de trabalho da esfera pública. Uma questão culturalmente construída, negro e escravo entendido como similares. “O preconceito e a discriminação estão quotidianamente presentes nas relações sociais, embora sejam disfarçados por mecanismos sutis de evitação” (MÜLLER, 2008, p.36).

O estigma da cor é outro resquício do sistema escravista outrora vigente. Do ponto de vista jurídico, o negro foi transformado em escravo, tratado como mercadoria. Mas, com o discurso racista da elite política brasileira em fins do século XIX, negro e escravo tomaram o mesmo efeito, o que, de um lado, contribuiu para manter a hierarquia social, e de outro, gerou formas desiguais de acesso a emprego, escola, saúde, enfim, ao próprio exercício pleno de cidadania.

Vencidos e degenerados, cujo tema central é a abolição que refletiu de maneira significativa na economia maranhense latifundiária e instável, descreveu o agravamento da situação social, sobretudo para os libertos, bem como a consequente desvalorização das propriedades rurais. Pormenorizando ruas, praças, becos e sobrados de São Luís, mostrou também o cotidiano das personagens e sua derrota frente às mudanças políticas, sociais e econômicas com o regime republicano.

Na mesma linha naturalista de Aluísio Azevedo, em que o personagem Raimundo de *O mulato* é assassinado no final da trama literária, em *Vencidos e degenerados* de Nascimento Moraes, seus personagens terminam frustrados, pois tinham esperança de renovação social com a abolição; alguns se lamuriando, usando a bebida como refúgio, com pouca perspectiva de almejar o funcionalismo, em virtude das desigualdades de oportunidades e da mentalidade escravocrata ainda presente nas atitudes e comportamento da sociedade.

Além disso, faz repensar a importância do professor no sistema educacional do Maranhão na primeira república, os critérios de admissão de docentes e das possibilidades de instrução pública para os segmentos economicamente pobres, no caso os afrodescendentes.

4.3.3. Um tribuno condutor de homens

Em 6 de outubro de 1935, o professor Nascimento Moraes proferiu o *Discurso* para Rosa Castro⁵⁰, então diretora da Escola Normal Primária, por ocasião de seu aniversário, no

⁵⁰ Rosa Castro nasceu em 1891 na cidade de São Bento, Maranhão. Foi professora normalista, egressa da Escola Normal do Estado. Considerando a fragilidade da educação daquele período, sobretudo para as camadas populares,

Casino Maranhense. O texto *Discurso* foi publicado no jornal *Tribuna*, palavras breves e significativas em 12 páginas, mostrando acima de tudo a importância da mulher professora do ensino primário no desenvolvimento educacional de crianças e jovens.

Nascimento Moraes iniciou seu discurso, destacando ter aceitado humildemente e sem declinar da incumbência que lhe foi dada por seus colegas professores para prestar essa homenagem a Rosa Castro, “vossa elevada personalidade nesta terra com que a mocidade maranhense vos rende o mais sincero preito de estima e admiração” (MORAES, 1935, p. 1) e na presença do corpo docente.

Ao longo do discurso, as palavras *tribuna* e *tribuno* apareceram com mais frequência, referindo-se esta como emissor da mensagem, “um semi-deus”, o que nos remete à mitologia grega e aquela “um tremendo carro de fogo”, aludindo ao profeta bíblico Elias (MORAES, 1935, p. 2). Nesta mesma página, ele fez menção indiretamente aos aspectos inerentes à maçonaria, ao citar palavras e conceitos que exprimem valores religiosos, de natureza filantrópica, de ordem e equilíbrio social.

Eu não me animaria também, a me collocar diante dos furacões que escavam o terreno em que se levantam as soberbas edificações do Direito e da Justiça, do Amor que é synthese do Trabalho, da Bondade que é a lei suprema da Vida Universal, do Amor que é o vínculo das classes que progridem e dos homens que se desdobram, pela vontade nas messes bemditas do progresso; da Bondade que é o altiplano de todas as vibrações mentaes e o ponto de applicação de todas as pulcritudes terrenas, sendo ella mesma a transubstanciação do trabalho, que é ordem e que é evolução (MORAES, 1935, p. 2).

No decorrer de sua fala, Nascimento Moraes referiu a si mesmo como tribuno. “O tribuno dessa oratória não se pertence, mas ao povo que o criou” (MORAES, 1935, p. 5). Com um vocabulário rebuscado, explicitando sua erudição, utilizou-se de metáforas diversas relacionadas à prática da oratória e da responsabilidade do que se enuncia ao povo, denunciando certos oradores que não defendiam a coletividade na garantia dos seus direitos, ao colocarem em primeiro plano os interesses pessoais.

Ele recordou partes da História Ocidental e do Brasil: Jesus na multiplicação dos

em 1916, ela estabeleceu uma segunda Escola Normal Primária, que foi equiparada ao Curso Normal do Estado, por meio da Lei nº. 714, de 31 de março do corrente ano. Em 1924, ela publicou o *Livro de Lúcia*, destinado aos estudantes do curso primário. Foi editora e diretora da revista *A Escola*. Durante o período getulista, ela posicionou-se a favor do voto feminino, em entrevista para o jornal *O Tempo*. Em 1949, a escola que levou seu nome passou a ser denominada de Ginásio Rosa Castro, funcionando no período diurno. Paralelo à direção escolar, ela dava aulas de Filosofia da Educação na Escola Normal do Estado e no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Entre os anos de 1963 e 1970, ela foi vice-presidente do Conselho Estadual de Educação. Faleceu em 1976.

Disponível em: <http://www.educacao.ma.gov.br/conselho/frmSiteNoticia.aspx?id=36>. Acesso em: 19 set. 2015.

pães, Império Romano, batalha francesa e na invocação de oradores famosos como José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e Luiz da Gama, demarcando também sua missão como docente no ato de ensinar, de transmitir o conhecimento historicamente acumulado aos estudantes. “O tribuno dessa oratoria é um conductor de homens” (MORAES, 1935, p. 6).

Eu fujo da rebrilhante tribuna que se afestôa com os mais bellos sentimentos nacionaes, a tribuna de Patrocínio, de Nabuco, de Luiz da Gama, a tribuna que durante trinta annos apostolizou a educação popular rugiu impetuosa com os mais bellos tropos, contra a escravidão da raça negra no Brasil, a tribuna que affrontou os escravocratas grandes do imperio, a tribuna que em favor da nobre causa conseguiu com a belleza de sua physionomia moral, o apoio de todas as classes em todos os cantos de nossa terra immensa, a tribuna que apaixonou homens e mulheres, moços e velhos, famílias de afortunados e gente simples do povo, a tribuna que arrancou do indifferentismo os temperamentos mais esquivos, os espíritos mais timoratos, a tribuna que fez pelo bem da raça sofredora devotamentos e dedicações inexcedíveis e que por fim commoveu a alma do exército nacional que desfechou o golpe mortal, o derradeiro golpe que abateu de vez a execranda instituição em que sarcasticamente se apoiava a economia nacional (MORAES, 1935, p. 4).

O tribuno foi percorrendo panoramicamente, seguindo o estilo clássico, sobre aspectos pertinentes da transição do Império para República, dos atores envolvidos no processo de abolição da escravatura, da mobilização social em torno dessa causa, dos embates contra os senhores de escravos, do apoio do exército nesse propósito em prol da libertação dos negros escravizados que constituíam a força motriz da economia brasileira, na tentativa de apagar de uma vez por todas a mancha do cativo.

Reservou-se também a refletir sobre a importância da palavra, sua utilização e para quem era direcionada com o passar do tempo numa determinada sociedade, citando Maquiavel em *O príncipe* que escreveu nesse livro que a função da palavra era de esconder o pensamento, ao invés de revelá-lo.

Bem vêdes o quanto se distancia a palavra de hoje que só tem attributos para as classes cultas e quase nada pode no seio das classes illetradas, daquela palavra de hontem mais apropriada para os rusticos do que para os doutos, porque falava mais ao coração do que ao espírito, sendo mais eloquencia do que razão, mais virtude e mais vicio, do que indumentaria e artificio com que hoje se escondem deformações de plasticas e graves anomalias de esthetica” (MORAES, 1935, p.7).

Falar do uso da palavra tão desvalorizada foi o ponto de partida para invocar o nome de Rosa Castro perante o corpo docente da Escola Normal Primária. Ele apontou como possível justificativa para essa desvalorização da palavra o avanço dos métodos pedagógicos na educação. No seguinte trecho, expôs qual era o papel do professor enquanto facilitador no desenvolvimento do aluno, ao elaborar situações ou problemas com seus recursos didáticos,

visando a busca do conhecimento pelo próprio aluno.

Mede-se a intelligencia do alumno, mede-se-lhe a vontade, mede-se-lhe a memória, mede-se-lhe a capacidade de trabalho, mede-se-lhe a capacidade visual e auditiva, e com habilidade se consegue que elle va por si mesmo desbravando o caminho a percorrer. O professor apenas lhe vai collocando os quadros, os mappas e os aparelhos diante dos olhos, ferindo-lhe opportunamente a intelligencia, a imaginação, o raciocinio, com as peças bem preparadas de seu vasto cabedal a mais e mais crescente (MORAES, 1935, p. 8).

Prosseguiu Nascimento Moraes em seu discurso, mais uma vez, reforçando que a palavra foi relegada para segundo lugar, criticando que a palavra do professor não tinha mais o mesmo valor de outrora. Os pressupostos da Escola Nova se contrapunham a essa cultura enciclopédica, humanista e clássica, caracterizada pela transmissão sistemática do conhecimento ao aluno e centrado no professor.

O professor tem pressa em chegar ao termo de sua jornada e essa pressa é natural se communique ao alumno quando a sua idade lhe facilita a projecção de perspectivas. E enquanto o machinismo escolar desanda em jogo harmonioso, aproveitando a argucia e a resistencia dos alumnos mais aptos, das intelligencias privilegiadas, dentro da forma aphoristica da escola nova, ensinar o util e não o essencial – a palavra que era a arma predilecta do professor, que lhe dava superioridade na sua arte vai ficando, e, agora positivamente foi relegada a um segundo plano e até certo ponto accusada de praticar um condemnavel ensino verboso (MORAES, 1935, p. 9).

Em lugar do ensino tradicionalista, a Escola Nova apresentava uma educação alicerçada nas investigações acerca da maneira de pensar do aluno e de como construía seu próprio conhecimento. Através da observação constante, o professor deveria perceber onde e quando intervir e como despertar a vontade de aprender do aluno. “É esse o fim da escola, a esse respeito: ajudar os nossos jovens, em um meio social liberal, a resolver os seus problemas morais e humanos” (TEIXEIRA, 2000, p. 42).

Segundo Nascimento Moraes, Rosa Castro era referência no magistério maranhense. Mesmo implementando os princípios da Escola Nova no ensino primário e acompanhando as ideias e sugestões publicadas sobre educação, não perdera de vista os fundamentos da educação tradicional, dos quais ele também partilhava, como se lê no seguinte trecho:

D. Rosa Castro: Representaes no magisterio maranhense dentro dos canones da escola nova, o elemento reaccionario que se perfila ao lado de numerosos pedagogos que neste momento se insurjem contra essa codificação economica na escola primaria. Acompanhaes o desenvolvimento da escola progressista montastes a architectura da escola moderna, experimentaes os methodos que a miude são publicados com as mais

brilhantes recomendações e que impõem mesmo sem o merecimento de paranymphos, mas não vos esqueceste dos grandes principios educacionaes, das grandes linhas civilisadoras da pratica daquelles preceitos que teem sido até hoje o substratum de todas as civilizações, e da grandeza dos povos mais cultos que teem florescido na terra (MORAES, 1935, p. 10).

Retomando a questão da palavra, Nascimento Moraes ainda declarou que Rosa Castro conservou o uso da palavra em seu estabelecimento de ensino, entendendo seu valor na voz do docente na verificação da aprendizagem dos alunos, na formação de valores morais e cívicos dos alunos, no preparo desses educandos, ensinando-lhes a ter disciplina, respeito e determinação.

A palavra é ainda no vosso acreditado estabelecimento de um valor apreciável. Entendestes, em boa hora, que não a devieis desprezar, e é com ella que edificaes a educação moral e civica de vossos educandos é com ella que aferis dos valores de vossas classes. É com ella que medis a projecção intellectual de vossos alumnos a maneira de ser de cada um delles a personalidade que em cada um vai rebentando como fructos sápidos nas arvores (MORAES, 1935, p. 10).

Já no término do seu discurso, Nascimento Moraes parabenizou Rosa Castro pelo seu aniversário, tecendo-lhe elogios pelo seu trabalho no exercício do magistério e na direção da Escola Normal Primária.

Hoje em dia do vosso anniversario natalino eu vos lembro em nome do Corpo Docente do vosso estabelecimento que, pelas vossas attitudes no magisterio maranhense, pela eficiencia do vosso labor pela direcção indeclinavel de vossa operosidade, pelo acertado de vossa orientação de educadora, é grande a vossa responsabilidade e immensuravel será se fôr aferida pelos aspectos sombrios da vida contemporânea (MORAES, 1935, p. 11).

Ainda Nascimento Moraes recomendou a Rosa Castro de que não deixasse de usar a palavra, que se conservasse essa educadora exemplar, “preceptora da mocidade”, “vossa esplendida e seductora grandeza moral” (MORAES, 1935, p. 12), mulher professora que se destacou no uso do bom senso e da razão, comprometida com a educação. Percebe-se, então, a preocupação em evidenciar o papel do professor e o valor da sua oratória na preparação dos alunos, de não se distanciar totalmente do ensino tradicional, apresentando certa desconfiança quanto aos métodos pedagógicos da Escola Nova.

Pode-se dizer que o discurso de Nascimento Moraes sobre educação oscilava entre o ensino tradicional e sua moderada relutância aos métodos escolanovistas. Dessa maneira, estava atrelado às demandas sociais, políticas e econômicas do seu tempo, considerando que recebera uma educação positivista, dentro dos moldes tradicionais, ao mesmo tempo que se

reconhecendo como afrodescendente, por meio da imprensa e da escola também aproveitava para chamar atenção das camadas pobres, os negros, encorajando-os para buscar novas perspectivas, de instruir-se, a exemplo de Hemetério José dos Santos.

Puxos e Repuxos (1910), *Vencidos e degenerados* (1915) e *Discurso* (1935) não foram evidenciadas aleatoriamente. Isso porque constituem produções literárias que, a meu ver, simbolizam três momentos significativos do percurso docente de Nascimento Moraes, nessa ordem: uma visibilidade restrita à imprensa periódica, onde sua voz ecoava ora escrevendo suas reflexões sobre a sociedade, ora digladiando com Antônio Lobo; depois, grande visibilidade como catedrático de Geografia do Liceu Maranhense e, conseqüentemente, sua crônica e negritude postas em relevo; e, por último, a consagração e estabilidade no magistério e no jornalismo.

Nesse sentido, recorrendo a Dosse (2009, p. 388), “seja qual for o caso considerado de adequação ou entre a obra e a vida, o biógrafo deve pensá-las juntas sem reducionismo, pondo-as em tensão”. Pensar a vida de Nascimento Moraes articulada com seus registros literários, suas aspirações e inquietações, pensar a docência e o jornalismo imbricados, exercidas quase que ininterruptamente ao longo de meio século. Pois, ele foi uma figura singular que venceu, “pela instrução formal, as barreiras sociais interpostas ao fato de ser ele originário de pais analfabetos, pobres e negros” (MARTINS, 2006, p. 159).

Na última parte, será abordado a atuação de Nascimento Moraes na instrução pública maranhense.

5. O OFÍCIO DOCENTE

Professor Nascimento Moraes, era assim que geralmente o chamavam, como também o mestre e o decano dos jornalistas maranhenses, o que vem demonstrar o respeito e prestígio galgado ao longo do tempo. Em se tratando desse sujeito histórico, a palavra *professor* está intimamente relacionada, por mais que ele tenha circulado por diversos espaços da sociedade maranhense e exercido outras atividades profissionais.

Paralelo à profissão docente, foi jornalista por muitos anos no Maranhão, escrevendo suas crônicas e poesias na imprensa periódica. Quando não usava pseudônimos, assinava apenas seu nome. Ao ser citado nos jornais em participação de festividades, palestras de grupos literários e eventos sociais, ligados à instrução pública, era referendado como integrante do magistério.

Embora Nascimento Moraes seja secundarizado como docente pelos biógrafos e memorialistas, dando mais vazão ao jornalista, ficou conhecido como professor em ambas as profissões. Daí que esses dois campos profissionais que ele transitou estão imbricados, pois contribuíram certamente para sua projeção intelectual, sendo o espaço escolar e a imprensa periódica, lugares estratégicos onde podia construir redes de sociabilidade, fazer-se notado entre os alunos, seus pares jornalistas e do professorado, além de sua produção literária.

Nesse sentido, faz-se necessário adentrar nesses ambientes que fizeram de Nascimento Moraes seu interlocutor e, ao mesmo tempo, que lhe permitiram reelaborações discursivas. Pois, conforme Certeau (1982, p. 77), “levar a sério o seu lugar não é ainda explicar a história. Mas é a condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser nem legendária (ou “edificante”), nem a-tópica (sem pertinência)”, e do contrário, tornar-se-ia sem sentido traçar o percurso desse professor e sua contribuição histórica.

Quanto ao intelectual, com base em Sirinelli (2003, p. 242), pode-se inferir que Nascimento Moraes contemplava os dois sentidos desse termo. Primeiro, por estar entre “os criadores e os mediadores culturais”, como professor secundário e jornalista; segundo, pela “noção de engajamento”, por uma atitude engajada, compromissada, frente às circunstâncias históricas, sociais, políticas e econômicas em que viveu, seja ministrando suas aulas aos estudantes “receptores” da cultura por ele passada, seja escrevendo suas crônicas na imprensa periódica.

Na perspectiva biográfica, o significado da vida de Nascimento Moraes não é unívoco, mas circunscreve-se no plural. Propondo-se a esclarecer a vida de um estranho e a

função de sua escrita no intento de informar uma visão autorizada de si e do outro, tem-se “a biografia como um meio de avaliação desse tipo de engajamento” (DOSSE, 2009, p. 373). O gênero biográfico, diante disso, insere-se na categoria de escrita histórica, ocupando uma posição intermediária entre literatura e ciências humanas, entre o ficcional e o científico.

O professor Nascimento Moraes enquanto afrodescendente mostrava seu engajamento na educação e no jornalismo através da escrita, a qual o consolidou como uma figura importante no cenário republicano, fazendo seguidores, dentro e fora do seio familiar.

No que tange ao literato e sua negritude no cotidiano ludovicense, Machado (1996, p. 58) salienta que:

A assumir sua condição de negro, conforme tantas vezes repetido ao longo deste trabalho numa sociedade de fundo racista, que lhe admirava e temia a cultura e o talento, sem poder, por preconceitos enraizados, aceitá-lo por igual enquanto exemplo de uma etnia para eles feita sob medida para servir e obedecer, e nem tê-lo por superior no campo para eles tido, porque o é de fato, além de quaisquer fronteiras de cunho ideológico ou fundamentação étnica, o mais elevado e final de todos na fundação humanizada do animal: o das letras, o da criatividade intelectual, o da inteligência, enfim.

Existem poucas referências históricas a Nascimento Moraes, evidenciando sua origem étnica que ficou assim subtendida, a não ser, por exemplo, de forma pejorativa e preconceituosa na polêmica com Antônio Lobo na ocasião da publicação de *Puxos e Repuxos*. Isso porque o Maranhão no decorrer da primeira república, além de marcado pelo movimento literário saudosista da geração do Oitocentos que contou com a participação desses intelectuais em lados opostos, a questão educacional e as ideias racistas estavam em debate na imprensa periódica.

Esta quarta parte, neste sentido, abordará o percurso do professor José do Nascimento Moraes na instrução pública maranhense, considerando numa relação de interdependência as táticas, enquanto “a arte do fraco”, que concorreram para se tornar um intelectual notável e estratégias como “lugar do poder e do querer próprios” (Certeau, 2014), no que diz respeito à sua atuação e posição estratégica no ensino secundário republicano. Ele foi egresso do Liceu Maranhense e anos mais tarde retornou como professor desta instituição.

Não era fácil ser professor nessa conjuntura, mais desafiador ainda para Nascimento Moraes, que através da educação recebida na Escola Normal e principalmente no Liceu Maranhense, pleiteou espaços do poder estatal e conseguiu ocupá-los, à custa de enfrentar algumas dificuldades e barreiras sociais no decurso de sua trajetória. Conforme Gondra e Schueler,

A visibilidade adquirida pelos homens de letras e os espaços de sociabilidades formais e informais nos quais circulavam (a imprensa, as sociedades, as relações pessoais e/ou familiares etc.) implicavam na tessitura de laços complexos com as elites dirigentes do Estado e a contribuição de carreiras políticas (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 67).

E foi o Liceu Maranhense quem potencializou a carreira profissional de Nascimento Moraes, um espaço decisivo na sua projeção intelectual. Para além da sua condição social, das amizades construídas e das estratégias elaboradas pelos entes de poder para subjugar os grupos subalternos, isto é, adequar os fracos a seu bel prazer, o reconhecimento galgado, deve-se pelo fato de ter sido professor desta escola estadual.

5.1. Tentando achar seu lugar próprio (1900-1911)

Uma jornada imprevisível para qualquer indivíduo quando começa sua vida profissional até alcançar a tão sonhada estabilidade, o lugar próprio. Pois, nessa trilha incerta vai tentando encontrar seu espaço no mundo, transpondo às intempéries da ordem imposta, às estratégias estabelecidas, que se traduz na escolha da profissão, ao inserir-se em redes de sociabilidade, nos sonhos de projeção social e de conquistas materiais.

Segundo Certeau (2014, p. 44), “as táticas do consumo, engenhosidades do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas”. O itinerário de Nascimento Moraes, nesse sentido, foi por ele construído, a partir do momento em que passou a consumir da cultura letrada, desenvolvendo suas práticas cotidianas: ler sobre os mais variados assuntos, escrever suas crônicas diárias no jornal, falar e discursar em público, ensinar seus alunos, as quais soube sobreviver e atuar em vários espaços sociais.

De uma infância pobre com poucos recursos, Nascimento Moraes estudou com professores renomados que viram nele um estudante com um futuro promissor. Um aluno receptor da cultura tradicional, posteriormente, mediador e transformador desse conhecimento, um intelectual engajado. Os professores Domingos Afonso Machado e Manuel de Bèthencourt foram suas principais referências no Liceu Maranhense, sendo este uma inspiração no jornalismo e aquele lado a lado no exercício da docência e no fomento à formação de grupos literários junto aos estudantes liceístas.

Após a conclusão do ensino secundário, entre os anos de 1900 e 1911, teve experiências exitosas e outras não. Pode-se dizer que foi praticamente uma década instável na

carreira docente de Nascimento Moraes, na medida em que foi obtendo experiência para concorrer a uma vaga nas escolas da capital.

Como já foi dito, trabalhou temporariamente como colaborador da Intendência Municipal e supostamente como empregado na fábrica de tecidos do Rio Anil, ao mesmo tempo em que participava do grupo literário *Oficina dos Novos*, envolvido na perpetuação da Atenas Brasileira, no sentido de continuar exaltando figuras ilustres maranhenses como Gonçalves Dias. Nesse tempo, ele já dava aulas particulares.

Paralelo a isso, com a demissão do cargo público municipal por dissensão política e por uma publicação pelo que escreveu no jornal oposicionista *A Campanha*, Nascimento Moraes resolveu recomeçar, exercendo as mesmas atividades de docente e jornalista, em Manaus onde residia seu irmão Raimundo do Nascimento Moraes. Sair do Maranhão, mais do que um recuo, foi uma tática não somente pela busca de novos ares em outro lugar, mas talvez visando preservar sua imagem. A tática, de acordo com Certeau (2014, p. 46), “tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões””. Retornou ao Maranhão em 1905 para prosseguir na carreira docente, sempre envolvido na confraria, nas festas locais, como a que participou como mordomo na festividade de Nossa Senhora da Saúde.

Em 1907, Nascimento Moraes já tinha seu próprio Instituto⁵¹, voltado para o ensino primário e secundário, dirigindo uma equipe de professores, alguns bem próximos a ele como Inácio Xavier de Carvalho, seu companheiro do movimento literário e de Antônio Jansen de Matos Pereira, um de seus professores do Liceu Maranhense. Nesta instituição particular foi diretor e também ensinava as disciplinas de português, matemática elementar, geografia e história, conforme dados do jornal *Pacotilha*, edição n.º. 17, de 19 de janeiro de 1907, sob o título “Instituto Nascimento Moraes” que assim descrevia:

⁵¹ A mesma nota “Instituto Nascimento Moraes” se repetiu nas quatro edições seguintes do jornal *Pacotilha* (1907): n.º. 18, n.º. 19, n.º. 20 e n.º. 21, nessa ordem, dias 21, 22, 23 e 24 de janeiro do corrente ano. A respeito do ensino particular, o decreto n.º. 94 de 1º de setembro de 1891, que reorganiza o ensino público do Estado, capítulo IX – Do ensino particular, discorre sobre os deveres de diretores e professores do ensino privado para com a Inspeção Geral de Instrução Pública. “Art. 36º. Os directores de qualquer estabelecimento de instrução e professores que lecionarem quaesquer disciplinas do ensino primario e secundario, são obrigados: §1º. A communicar ao Inspector Geral, antes da abertura do estabelecimento, o seu regimen de internato ou externato, as condições de matricula, e os programmas de ensino. §2º. A franquear o estabelecimento à visita das autoridades da Instrução Publica. §3º. A ministrar as informações que lhes forem exigidas pelo Inspector Geral” (MARANHÃO, 1896, p. 11). Possivelmente, Nascimento Moraes deve ter informado sobre seu próprio estabelecimento de ensino para apreciação e fiscalização do inspetor geral, podendo sofrer sanções, caso não cumprisse com o regulamento que autoriza o funcionamento.

Reabriram-se a 10 do corrente as aulas deste estabelecimento de instrução primaria e secundaria, com séde à rua da Cruz, n. 61. O director, à vista da frequencia do ano passado, resolveu dar maior desenvolvimento ao curso primario que se completou com as disciplinas de música e desenho, ficando aquella a cargo do conhecido professor de música, sr. José Alipio de Moraes, e, para proporcionar à mocidade maranhense, um estudo regular e methodico de materias do curso secundario, fez aquisição de professores especialistas, de reconhecida competencia em nosso meio. Assim, para ensinar História Geral e do Brasil, e particularmente a do Maranhão, conseguiu o dr. Antonio Jansen de Mattos Pereira; para ensinar sciencias naturaes, o dr. Oscar Galvão, para o ensino theorico e práctico de francez e inglez, o professor Eduardo José de Albuquerque Mello; para o ensino de litteratura patria, e seu estudo comparatico, o dr. Ignacio Xavier de Carvalho. Ficam as aulas de portuguez, geographia geral e mathematica elementar a cargo do Director. Aberta a aula de História, respectivo professor, aos sabbados, em hora que fôr designada preleccionará, com assistencia de todos os alumnos do Instituto e das pessoas que lhe quiserem ouvir a palavra auctorizada, que há muitos annos já, deixou de dirigir-se à mocidade estudiosa. Breve será publicado o programma geral do Instituto (PACOTILHA, 1907, p. 2).

Não se pode afirmar a data exata de criação e de extinção do “Instituto Nascimento Moraes”, tampouco detalhes da estrutura física do prédio, público-alvo, programa de ensino, se havia ou não alvará de funcionamento, por quanto tempo subsistiu esta escola e de que forma Nascimento Moraes angariou fundos financeiros para ter sua instituição particular. Inclusive ele fez referência na sua obra *Puxos e Repuxos* (1910), para se defender da acusação feita por Antônio Lobo, de que um aluno teria sido maltratado nesta escola particular.

O periódico *Pacotilha* faz menção a esse empreendimento somente em 1907, apontando que a escola já funcionava no ano anterior, o que nos leva a supor que a mesma tenha sido inaugurada em 1906, mesmo porque em 1905 estava retornando de Manaus. Diante disso, ele resolveu expandir seu negócio no ano seguinte, isto é, em 1907. Os biógrafos ou memorialistas não citam esse fato na vida desse professor, a não ser George Gromwell quando o homenageia pelo seu aniversário no jornal *A Pátria* (1908).

Assim, Nascimento Moraes conquistou sua própria escola particular, tendo a seu dispor, a imprensa escrita para divulgação dessa empreitada. Segundo Certeau (2014, p. 46), “o “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar no voo” possibilidades de ganho”. Beneficiando-se do saber científico e domínio em campos do conhecimento distintos, educação e jornalismo, soube adequar-se, de forma estratégica, às circunstâncias do momento em proveito próprio.

De igual modo, recapitulando mais uma vez, o jornal *A Pátria* (1908), cujo redator-chefe era Nascimento Moraes, George Gromwell fez menção à sua empreitada profissional no ensino privado, justificando a escolha pelo magistério particular por requerer mais tempo e por questões financeiras. Nesse período, tornou-se membro da loja maçônica Rio Branco. Além

disso, havia se envolvido na primeira polêmica com Antônio Lobo, na ocasião da visita de Sebastião Sampaio, ao mesmo tempo que escrevia para o jornal *O Maranhão*, em parceria com seu amigo Inácio Xavier de Carvalho.

Não demoraria muito para se envolver numa segunda polêmica com Antônio Lobo quando Coelho Neto visitava o Maranhão, o que resultou na publicação de sua obra *Puxos e Repuxos* (1910). A esse tempo, já havia formado uma família, já que sua vida no campo profissional estava relativamente definida. Foi atuante nas atividades religiosas, mais uma vez, participando da terceira novena da instrução pública na festa dos Remédios⁵².

Até então, Nascimento Moraes já havia construído amizades e inimizades, a partir dos “espaços de sociabilidade formais”, utilizando a expressão de Gondra e Schueler (2008): a Intendência Municipal, a imprensa periódica, a confraria, a loja maçônica, o grupo literário, as escolas particulares.

Sem ainda firmar-se como funcionário público, sua visibilidade como docente e jornalista era um pouco restrita à imprensa periódica, mesmo esforçando-se em aproveitar as oportunidades quando surgiam, no uso de estratégias e táticas ao tentar conciliar tais profissões. Nos anos seguintes a 1911, mudaria esse período de instabilidade profissional.

Tanto que no governo de Luiz Domingues da Silva, ele foi nomeado para reger interinamente a cadeira de Álgebra, Aritmética e Geometria da Escola Normal no dia 28 de abril de 1911, de acordo com a portaria nº. 344. Com a experiência acumulada no ensino particular, seguia na tarefa de ensinar, dentro do currículo clássico tradicional. “Eram comuns as escolas de cunho humanístico e que se aplicavam ainda ao ensino de múltiplas matérias, do empirismo dos sistemas geométricos nucleadores da lógica e das matemáticas às abstrações metafísicas dos conceitos filosóficos” (MACHADO, 1996, p. 48).

Conforme mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 12 de janeiro de 1911, no mandato de Luiz Dominguez (1910-1914) apontou-se carência de instrução primária no interior do Estado, mais precisamente, da necessidade de escolarização das massas, proporcionando seu acesso à educação, por conseguinte reduzir o analfabetismo, além de uma discrepância do ensino ministrado pelos professores dessa localidade em relação aos docentes da capital.

⁵² Essa informação consta no jornal *Pacotilha*, de 23 de agosto de 1911, edição nº. 197, em que apresenta uma tabela das comissões nomeadas para auxiliarem na organização da festividade de Nossa Senhora dos Remédios, onde cada grupo ficaria responsável por uma cada uma das nove novenas, abrangendo algumas autoridades e representantes da sociedade civil.

O Governador do Estado, advertido pelas reclamações que de contínuo recebe de quase todos os municípios contra a falta de instrução primária no interior, procurou indagar a causa do mal, que assim pelo testemunho, pode-se dizer unânime, do povo se afirmava incontrolável. E, n'essa tarefa, logo lhe impressionou o espírito, o demasiado preparo dos alunos na Capital, em desolador contraste com a incompetência da grande maioria dos professores no interior, agravada pela condescendência ou pelo desleixo das Comissões Escolares. E, tocado pela anomalia dos professores menos idôneos e de exercer uma inspeção mais vigilante e menos disforme sobre as escolas em geral (MARANHÃO, 1911).

Ao mesmo tempo em que dava aulas na Escola Normal, Nascimento Moraes exerceu outro cargo no funcionalismo público: foi escriturário do Porto de São Luís do Maranhão, permanecendo nessa função por pouco tempo.

Pois, na reportagem “A Delegacia Fiscal” do jornal *Pacotilha*, datado de 27 de janeiro de 1912, edição nº. 24, discorria-se a decisão da junta da Fazenda Federal, em sessão do dia 25 do corrente mês, sobre a questão de Nascimento Moraes está ocupando simultaneamente os cargos de escriturário da Subcomissão de Melhoramentos do Porto e professor de matemática da Escola Normal.

Na consulta do escriturário Luiz Vianna sobre incompatibilidade do cargo de escriturário da subcomissão de melhoramentos do porto e de professor da Escola Normal, exercido por José do Nascimento Moraes, deu o seguinte despacho: - O decreto n.º 7.503, de 12 de agosto de 1912, abrange apenas as acumulações de cargos federais, exercidos por um só indivíduo e pagas pela fazenda nacional, e não as de cargos ou funções federais com estaduais ou municipais, conforme a doutrina firmada pelo sr. ministro da fazenda, na ordem n.º 183, expedida a delegacia de Minas Gerais, publicada no Diário Oficial n.º 275, de 20 de novembro de 1909, confirmada pelo acórdão n.º 1344 de 2 de novembro do ano findo. Em vista das disposições citadas julgo que o sr. José do Nascimento Moraes, lente de mathematica da Escola Normal, pode receber os vencimentos de escriturário da subcomissão das obras do porto, desta capital, competindo, entretanto, ao chefe dessa repartição providenciar a respeito do exercício do mesmo naquella repartição estadual, uma vez que não possa funcionar nas horas dos respectivos expedientes (PACOTILHA, 1912, p. 1).

Conforme o trecho acima, quanto aos horários, seria incompatível para Nascimento Moraes exercer simultaneamente os dois cargos, bem como de ter um emprego federal e outro estadual, além do que a doutrina vigente contemplava somente a acumulação de mais de um cargo federal.

Sem prejuízo do vencimento e das atividades, com base na deliberação do escriturário Luiz Vianna, ele continuaria exercendo a função federal, ficando pendente acertar com o chefe da repartição estadual, em rever o expediente do ofício docente na Escola Normal para cumprimento da jornada de trabalho.

5.2. De volta ao Liceu (1913-1921)

Ser professor do Liceu Maranhense trazia prestígio, pois encerrava fazer parte de um espaço de poder institucionalizado, profícuo de produzir discursos e gerenciar práticas em conexão com a exterioridade. Em fins de 1913, Nascimento Moraes concorreu à vaga de docente com outros candidatos, realizando as etapas exigidas para esta instituição de ensino secundário.

Com base no *Regulamento do Lyceu Maranhense*⁵³ (1896), as regras para fazer o concurso de docentes abrangiam prova escrita, oral e prática nas matérias que assim exigissem e os documentos que os candidatos deveriam apresentar ao Inspetor Geral para efetuar a inscrição eram: ter a cidadania brasileira, documento de comprovação da idade acima de 21 anos, atestado de boa conduta e de avaliação médica, indicando o candidato não ter sofrido de alguma doença contagiosa ou defeito físico que o impedisse de lecionar a matéria.

5.2.1. O concurso

A respeito do concurso para a vaga de professor de Geografia e Corografia no Liceu Maranhense, concorreu o bacharel em Ciências e Letras Raimundo Lopes da Cunha junto com Nascimento Moraes. No jornal *Pacotilha* de 22 de dezembro de 1913, edição n°. 301, em nota intitulada “O Liceu Maranhense”, o diretor desta instituição de ensino anunciou que havia sido deferida a petição dos concorrentes já citados para preenchimento vitalício da cadeira em questão.

Quanto à titulação dos candidatos, Nascimento Moraes tinha certa experiência acumulada no ensino particular e na Escola Normal, tendo sido aluno do Liceu Maranhense, mesmo não prosseguindo os estudos no Ensino Superior.

Art. 79. Entre os motivos de preferência para a escolha acima, a congregação deverá ponderar os seguintes: 1°. Possuir o candidato o grau de bacharel em sciencias e letras pelo Lyceu Maranhense; 2. ° Ter feito o curso integral deste mesmo estabelecimento; 3°. Ter publicado obras sobre a matéria do concurso; 4°. Haver com vantagem e dedicação servido de professor interino do mesmo Lyceu (MARANHÃO, 1896, p. 21).

⁵³ Essas informações constam no presente regulamento, capítulo VII – Dos concursos, nos artigos 62° e 63° que se remetem, respectivamente, aos documentos para inscrição e as provas que serão realizadas.

Quem fosse o primeiro colocado pelo somatório de pontos das etapas da seleção, seria nomeado para reger a preterida função. Assim sendo, Nascimento Moraes prestou concurso público para professor de Geografia Geral no Liceu Maranhense, obtendo êxito com a primeira classificação. Ele desbancou os irmãos Antônio e Raimundo Lopes (PACOTILHA - O GLOBO, 1958). O ingresso nesta importante escola estadual foi um momento significativo na sua carreira docente.

A essa altura, Nascimento Moraes havia conquistado uma boa reputação no cenário jornalístico. Sua experiência ministrando aulas particulares na esfera privada e pública lhe deram suporte no concurso prestado, além de sua competência e capacidade intelectual. As táticas de ensinar, escrever textos, discursar, as quais outrora utilizou para sobreviver às adversidades como parte integrante de sua labuta e, de forma estratégica, protestar nos jornais e expor suas convicções, agora lhe serviram de auxílio para conquistar o espaço desejado. Segundo Certeau (2014, p.46),

Muitas práticas cotidianas (falar, ler, circular, fazer compras ou preparar as refeições etc.) são do tipo tática. E também, de modo mais geral, uma grande parte das “maneiras de fazer”: vitórias do “fraco” sobre o mais “forte” (os poderosos, a doença, a violência das coisas ou de uma ordem etc.), pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias de “caçadores”, mobilidades da mão de obra, simulações polimorfãs, achados que provocam euforia, tanto poéticos quanto bélicos.

Assim sendo, o governador do Estado Luiz Domingues da Silva, “usando da faculdade que lhe confere o § 8º do art. 2º do decreto n. 93 - de 12 de julho de 1910”, assinou o decreto nº. 210, de 27 de janeiro de 1914 que “provê, vitaliciamente, na cadeira de Geografia do Liceu Maranhense, o cidadão José Nascimento Moraes” (MARANHÃO, 1914). Dessa maneira, Nascimento Moraes tornou-se professor efetivo do Liceu Maranhense.

A partir daí, Nascimento Moraes ganhou maior visibilidade na imprensa periódica e em outros setores da sociedade, tais como: na maçonaria, na confraria, no mercado editorial, nos institutos de ensino e no próprio Liceu Maranhense, ao adentrar como docente nesta instituição de ensino secundário.

5.2.2. O corpo docente

No Liceu Maranhense, as oportunidades se multiplicaram para Nascimento Moraes, com participação em congresso, publicação de sua produção literária mais conhecida *Vencidos e Degenerados* (1915), tendo mais flexibilidade para exercer outro cargo público, além de ter

sido convocado diversas vezes para presidir mesas examinadoras dentro e fora desse ambiente educacional.

Além disso, essa instituição escolar foi o lugar basilar de Nascimento Moraes, sendo também uma ramificação do poder do Estado. Como concursado de lá, teria que assumir os compromissos que lhe foram impostos, o que não lhe impedia de transitar em outros lugares sociais (a imprensa periódica, as obras do Porto, a maçonaria, a Academia Maranhense de Letras, etc.) que, de certa maneira, concorriam para a mesma órbita, a ordem estatal. De acordo com Certeau (2014, p. 98):

Cada vez mais as táticas vão saindo de órbita. Desancoradas das comunidades tradicionais que lhes circunscreviam o funcionamento, elas põem a vagar por toda a parte num espaço que se homogeneiza e amplia. Os consumidores se tornam migrantes. O sistema onde circulam é demasiadamente regulamentado para que possam escapar dele e exilar-se alhures.

Sucedendo ao governo do Estado, Herculano Nina Parga (1914-1918) foi empossado em 26 de abril de 1914. Do ponto de vista econômico, era um momento próspero no setor agroexportador. Segundo Meireles (2008), sua gestão desdobrou a Secretaria Geral do Estado em duas: Secretaria do Interior, Justiça e Segurança e Secretaria da Fazenda. Tudo referente à instrução pública era tratado na primeira secretaria, ao passo que na segunda, as questões financeiras.

No campo educacional, esse governo baixou o decreto n.º. 27, de 25 de julho de 1916, o qual o Liceu Maranhense se sujeitaria à fiscalização federal para equiparar-se ao colégio Pedro II (FERNANDES, 2003). E decretou a lei n.º. 666 de 28 de abril do corrente ano de reforma da instrução pública do Estado, oferecendo pelo primeiro artigo, um ensino público leigo e gratuito para todos. Quanto ao ensino secundário, o diretor do Liceu Maranhense seria indicado pelo governador do Estado, dentre os membros do corpo docente, com atribuições regulamentadas, dentre as quais de fiscalizar o funcionamento institucional.

No que se refere ao pagamento do corpo docente e de funcionários do ensino público, passava necessariamente pelas instâncias: Secretaria do Interior, Imprensa Oficial, Secretaria da Fazenda e direção do Liceu Maranhense. A comunicação entre esses espaços de poder dava-se por meio de ofícios, sendo que a Secretaria do Interior funcionava como articuladora entre eles. Como exemplo a seguir, o procedimento desses órgãos públicos em providenciar a remuneração do mês de maio de 1914 dos funcionários do Liceu Maranhense, onde trabalhava Nascimento Moraes.

Primeiramente, o diretor do Liceu Maranhense requisitou as folhas em branco por meio de ofício⁵⁴ no dia 27 de maio para o pagamento do professorado, junto ao Secretário do Interior Raymundo Leôncio Rodrigues que, por sua vez, efetuou o encaminhamento do pedido ao diretor da Imprensa Oficial do Estado. Em seguida, a instituição de ensino recebia a resposta de que havia sido autorizada a solicitação feita. Em 2 de junho, a escola estadual e a Secretaria de Fazenda eram comunicadas de que havia sido conferida a folha de pagamento dos funcionários e lentes, na importância total de 7.000\$478⁵⁵ (sete mil, quatrocentos e setenta e oito reis), referente ao mês de maio findo. Praticamente, uma semana para que fosse efetuada a remuneração salarial.

Em relação ao corpo docente⁵⁶ do Liceu Maranhense, o representante da Secretaria do Interior Raul Machado comunicou no dia 17 de junho de 1914 ao diretor desse estabelecimento de ensino que o governador do Estado, por portaria desta data e de acordo com a lei de reforma da instrução pública do corrente ano, resolveu designar as seguintes cadeiras da referida instituição, bem como os professores para nelas terem exercício, incluso na lista Nascimento Moraes ministrando Geografia.

Portuguez - Domingos Affonso Machado, Literatura – Dr. Antonio Lopes da Cunha, Latin – Conego João dos Santos Chaves, Inglês – José Feliciano Moreira de Souza, Mathematica – Drs. Juvencio Odorico de Mattos e Oscar Duarte de Barros, Chimica – Dr. José de Almeida Nunes, Physica – Dr. Luis Serra de Moraes Rego, Geographia – José do Nascimento Moraes, Logica – Antonio Francisco Leal Lobo, Desenho – Luiz Ory, Gymnastica – João da Matta Lopes; e nomear para exercerem effectivamente os cargos de professores de História Natural, Historia Universal, Chorographia e História do Brazil, respectivamente, os professores do referido estabelecimento, dr. Oscar Lamagnere Leal Galvão, Jeronimo José de Viveiros e Raymundo Lopes da Cunha (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, 1914).

⁵⁴ Os ofícios n.º. 71 e n.º. 72 do Secretário do Interior em São Luís, Raymundo Leôncio Rodrigues, de 27 de maio de 1914 tratavam do fornecimento das cinquenta folhas em branco para o pagamento do professorado do Liceu Maranhense, destinadas respectivamente ao diretor da Imprensa Oficial do Estado e diretor do Liceu Maranhense, em resposta ao ofício previamente encaminhado por este do dia 23 do corrente mês. Já os ofícios n.º. 112 e n.º. 118 do Secretário do Interior em São Luís, Raymundo Leôncio Rodrigues, em 2 de junho de 1914 informavam que a folha de pagamento do mês de maio foi devidamente conferida, nesta ordem, ao diretor do Liceu Maranhense, que recebeu em anexo o ofício n.º. 84 que ele havia enviado datado do dia anterior (1 de junho), e ao Secretário da Fazenda. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. (Documento n.º. 3331: cópias de telegramas enviados pelo secretário do interior a diversas autoridades).

⁵⁵ O valor por extenso está conforme o documento original, embora o correto seja 7 contos e 478 réis.

⁵⁶ O ofício n.º. 165, de 17 de junho de 1914, do Secretário do Interior em São Luís, Raul Machado, era destinado ao diretor do Liceu Maranhense comunicando sobre o corpo docente por determinação do governador do Estado. Havia também o ofício n.º. 166, com a mesma data e conteúdo do anterior, mas endereçado ao Secretário da Fazenda. Esse último documento seria para dar ciência das nomeações proferidas no Liceu Maranhense, cuja equipe de professores obedecia aos critérios postos na lei n.º. 666 de 28 de abril de 1914. “Art. 12.º. Para constituir o corpo docente do Liceu, aproveitará o governo, tanto quanto possível, os atuais professores do Liceu e da Escola Normal, de preferência os vitalícios”. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. (Documento n.º. 3331: cópias de telegramas enviados pelo secretário do interior a diversas autoridades).

O jornal *Pacotilha*, de 18 de junho de 1914, edição n.º. 142, intitulada “O Governo do Estado”, também publicou a mesma lista de professores e suas respectivas cadeiras dessa instituição. Além disso, na presente nota designava interinamente Antônio Lobo, então professor de lógica para diretor desse estabelecimento de ensino, em lugar do professor de desenho Luiz Ory. “Foi designado o sr. Antonio Lobo, para servir de diretor do Liceu (...), durante o impedimento do efetivo, o sr. Luiz Ory” (PACOTILHA, 1914, p. 1). Reencontraram-se, então, Nascimento Moraes e seu adversário da imprensa periódica, agora como colegas de trabalho.

Enquanto estava como diretor do Liceu Maranhense, Antônio Lobo⁵⁷ tentou uma mediação com o Estado em benefício da instituição, através do Secretário do Interior Raul Machado, ao encaminhar duas medidas propostas pela congregação dos lentes desta instituição, por detectarem falhas no regulamento escolar: de revogação dos artigos 49º e 79º, respectivamente, sobre alunos e professores, e de alterações no programa de ensino de algumas disciplinas. Em resposta, provisoriamente seria possível revogar apenas o artigo 49º que permitia ao aluno entrar em sala de aula até quinze minutos depois de começada.

Sobre o programa de ensino, Raul Machado aprovou a proposta do estudo de Geografia, Corografia e História do Brasil no primeiro ano; de Corografia e História do Maranhão no segundo, e de História Natural no terceiro. Ressaltou também a possibilidade de se alargar o tempo marcado para o estudo das disciplinas de Geografia, ministrada pelo professor Nascimento Moraes, e de História Universal, ainda dentro dos cinco anos de duração do curso neste estabelecimento de ensino.

5.2.3. Das faltas

O controle do Estado sobre o Liceu Maranhense tornou-se mais perceptível na relação com outros espaços de poder, então ramificações do governo: Secretaria do Interior e Secretaria de Fazenda, quando aquela informava as deliberações do governador à segunda

⁵⁷ O ofício n.º. 165, de 17 de junho de 1914, do Secretário do Interior em São Luís, Raul Machado, era destinado ao diretor do Liceu Maranhense comunicando sobre o corpo docente por determinação do governador do Estado. Havia também o ofício n.º. 166, com a mesma data e conteúdo do anterior, mas endereçado ao Secretário da Fazenda. Esse último documento seria para dar ciência das nomeações proferidas no Liceu Maranhense, cuja equipe de professores obedecia aos critérios postos na lei n.º. 666 de 28 de abril de 1914. “Art. 12º. Para constituir o corpo docente do Liceu, aproveitará o governo, tanto quanto possível, os atuais professores do Liceu e da Escola Normal, de preferência os vitalícios”. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. (Documento n.º. 3331: cópias de telegramas enviados pelo secretário do interior a diversas autoridades).

instância, sobre convocação para compor ou presidir mesas examinadoras, autorização de pagamento de funcionários ou mesmo justificção ou não das faltas ao trabalho nessa instituição de ensino secundário.

Por exemplo, a lista de professores liceístas foi enviada com a proximidade dos exames finais no dia 6 de novembro de 1914 pela direção da escola estadual. Nesta relação apresentava as disciplinas e os professores que formariam a banca examinadora, onde Nascimento Moraes se encarregaria pelo parecer das matérias de: Geografia, Álgebra, Geometria, Trigonometria e Inglês. O novo Secretário do Interior Bento Moreira Lima respondeu ao documento enviado, informando as alterações feitas na composição das mesas examinadoras⁵⁸.

Concomitantemente, Nascimento Moraes continuava lecionando no Liceu Maranhense como efetivo desde o ano de 1914 e trabalhando no órgão federal desde o ano de 1911. Nesse sentido, havia uma certa flexibilidade para ocupar ambas as profissões. Isso pela relação direta que construiu com a Imprensa Oficial⁵⁹, no que tange à divulgação de denúncias, irregularidades e atividades realizadas, e com a Secretaria do Interior⁶⁰ quando ocupava o cargo de Encarregado do Expediente da Subcomissão de Estudos e Melhoramentos do Porto. É importante salientar que essa comunicação para fins educacionais era comum entre a direção da escola e depois ele era informado, caso fosse de seu interesse.

No que tange às faltas ao trabalho, Nascimento Moraes deixou de comparecer algumas vezes no Liceu Maranhense, entre os anos de 1915 e 1920, conforme informações de ofícios entre as Secretarias do Interior e de Fazenda. Essas ocorrências se deram nos governos de Herculano Parga e Urbano Santos, sendo que o conteúdo de cada documento não

⁵⁸ O ofício n.º. 815, de 10 de novembro de 1914, do Secretário do Interior Bento Moreira Lima ao diretor do Liceu Maranhense, composto de três laudas, sendo a primeira folha datilografada e as demais manuscritas, informava das alterações feitas na lista das mesas examinadoras, até então anexadas ao ofício n.º. 153, de 6 de novembro corrente enviado pela direção desse estabelecimento. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. (Documento n.º. 3332: cópias de telegramas enviados pelo secretário do interior a diversas autoridades).

⁵⁹ O documento n.º. 142, de 27 de janeiro de 1915, do Secretário do Interior Bento Moreira Lima era destinado a Nascimento Moraes, que ocupava o cargo de Encarregado do Expediente da Subcomissão de Estudos e Melhoramentos do Porto. O presente conteúdo acusava o recebimento do ofício, datado de 22 do corrente mês, comunicando a instalação dos escritórios do referido órgão federal, localizado à Rua do Sol, n.º. 55. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. (Documento n.º. 3335: cópias de telegramas enviados pelo secretário do interior a diversas autoridades).

⁶⁰ Revezando-se entre o ofício docente e a atividade de 2º escriturário da subcomissão de Estudos e Melhoramentos do Porto, Nascimento Moraes prestou queixa na polícia contra “o sr. Joaquim Couto de Souza, funcionário da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias, por haver mandado retirar do material flutuante da referida subcomissão, várias vigas da carreira para concertos de pequenas embarcações” (PACOTILHA, 1914, p. 4). Com isso, abriu-se o inquérito, segundo o jornal *Pacotilha* de 31 de outubro de 1914, edição n.º. 257 com o título “Pela Polícia”, envolvendo esta e outras notas não relacionadas a essa questão.

especificava o motivo pelo qual o professor tenha faltado e também houve faltas justificadas sem remuneração.

QUADRO 10 - Demonstrativo de Faltas Justificadas de Nascimento Moraes

Ano	1915	1917	1920
Tipo de Documento	Ofício nº. 757	Documento nº. 38	Ofício nº. 1991
Data	14 de junho	11 de janeiro	30 de agosto
Remetente	Secretário do Interior Bento Moreira Lima	Secretário do Interior Demosthenes Macedo	Secretário do Interior Domingos Barbosa
Destinatário	Secretário da Fazenda	Secretário da Fazenda	Secretário da Fazenda
Número de Faltas Justificadas	4	1	4
Descrição das Faltas	2 com ordenado e 2 sem vencimento, referente a maio de 1915	Dezembro de 1916	2 com ordenado e 2 sem vencimento do final de julho de 1920

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do APEM - Arquivo Público do Estado do Maranhão.

De modo geral, podem-se considerar essas faltas normais, não excessivas dentro do regulamento⁶¹ vigente. Provavelmente, Nascimento Moraes tenha feito nesse tempo um requerimento prévio destinado ao Secretário do Interior, comprovando suas ausências com atestado médico ou outro documento aceitável, antes do fechamento da folha de pagamento, para que não tivesse prejuízo ou desconto salarial.

No caso do professor liceísta ausentar-se do trabalho, a justificção de sua falta caberia ao governo do Estado, havendo a comunicação entre as Secretarias do Interior e de Fazenda. Se a nomeação de professor do Liceu Maranhense feita pelo próprio governador denotava uma relação de dependência e domínio do Estado sobre essa escola estadual, o poder de colocar, retirar ou justificar faltas trabalhistas encerrava uma dimensão complexa nessa relação. Não poderia, portanto, o diretor do Liceu Maranhense, mesmo sendo chefe imediato, justificar as faltas dos funcionários, uma vez que suas funções descritas no próprio regulamento se limitavam a fiscalizar o funcionamento escolar.

⁶¹ Tomando como parâmetros os regulamentos do ensino público de 1896 e 1923, mesmo distantes temporalmente apresentam o mesmo sentido. Capítulo XVI – Das licenças e faltas. Art. 207°. As faltas serão justificadas até ao último dia do mez, a requerimento dos interessados dirigido ao Secretário do Interior. (MARANHÃO, 1923, p. 45). Capítulo VI – Dos prazos e faltas. Art. 30°. O professor público que, por espaço de tempo menos de trinta dias, faltar sem licença, à escola, incorrerá, além das outras especificadas neste Reg., nas seguintes penas: a) Desconto, nos vencimentos, da gratificação correspondente ao número de faltas, que houver dado, si determinadas por motivo justo, comprovado com documento; b) Perda de todos os vencimentos correspondentes aos dias em que se derem as faltas, si não houver motivo justo. (MARANHÃO, 1896, p. 39). Em relação às faltas ao trabalho seguia-se a tónica de haver desconto no vencimento, caso o docente não comprovasse por documento o motivo de ter faltado às aulas ou não fizesse um requerimento dentro do mês do referido pagamento.

5.2.4. Convocação para mesas examinadoras

Ainda no governo de Herculano Parga, em mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão na 1ª sessão da 9ª legislatura em 5 de fevereiro de 1916, discutiu-se também sobre o ensino público, particularmente, da reforma do ensino secundário decretada pela instância federal, “mas sujeito à aprovação do Congresso”, que tem sido um impedimento na regulamentação do Liceu Maranhense, em adequar suas condições de equiparação ao Colégio Pedro II, chamando atenção também para sucessivas reformas não colocadas em prática (MARANHÃO, 1916, p. 15).

Nessa época também despontava o movimento de estudantes na capital, partindo do Liceu Maranhense, como destaque a *União Estudantil Sylvio Romero*, “influenciando a criação de outros grêmios por São Luís, como a Sociedade Estudantil Machado de Assis, a Liga do Livre Pensamento e outras que a União apoia”, conforme Castro e Castellanos (2008, p. 7). Se outrora esse grêmio estudantil tinha convidado o professor Nascimento Moraes como sócio honorário, era a vez da *Sociedade Estudantil Machado de Assis* seguir o exemplo do dito grêmio, talvez reconhecendo o mérito desse docente na formação dos alunos.

Assim, na reportagem “Sociedade Estudantil Machado de Assis”, o jornal *O Estudante*, produzido pela Sociedade Estudantil Machado de Assis, de 5 de fevereiro de 1916, fez uma descrição da fundação desse grêmio em julho de 1915, com inauguração em outubro daquele ano, cujo presidente e redator foi José de Pádua Fortuna e vice-presidente Hilnete Costa. Em seguida, apresentou os integrantes, não só alunos, contando também com a participação dos professores, dentre eles: Nascimento Moraes e Domingos Afonso Machado, antes seu professor do ensino primário e agora colega de trabalho.

Esta sociedade de letras foi fundada em 14 de julho do ano pp. e inaugurada solenemente em 17 de outubro do mesmo ano. O seu quadro social, é atualmente, o seguinte: *honorarios*, Dr. Antonio Batista Barbosa de Godois, Profs. Domingos Afonso Machado e José Nascimento de Moraes, *benemerito*, Hercules Caldas; *fundadores* Lauro Lima, Raul Viana, Oscar Carvalho, João Palacio, José Ribamar de Padua Fortuna, Pedro Belo, Antonio Sodré, João Rodrigues, Clodomir Pinheiro Costa, Clovis Raiol, Luz Torres Rapozo, José João Monteiro, Henrique Guimarães e Joaquim Silva; *efetivas*, Maria do Rozario Moraes, Nizal Prado, Joana do Prado Pereira, Nair Pinheiro, Leontina Cunha Melo, Zenaide Nascimento, Hilnete Naura Costa, Francisca Pereira, Henriqueta Cunha, Ana Cunha, Yolanda Paraizo, Leovigilda Ribeiro, Maria Carreira e Roza Machado; *efetivos*, Julio Aurelio da Silva, Nelson Rodrigues, Jacinto Machado, Luiz Silvam José Andrade de Souza, Evandro Valente Rocha, Antonio Aranha, Roberto de Medeiros, Fulgencio Pinto, Hilton Pinheiro Costa, Mario Rocha de Souza, Antonio Saldanha, Benedito Muniz Fileto, Djalma Rodrigues, Clovis

Santos, Raimundo Vilela de Abreu, Erico Jansen (...), Antonio Louzeiro, Jonatas e (...) Antonio Napoleão, Antonio (...), Amantino Pereira, (...) Manoel Pinto da Costa e (...) Rodrigues (O ESTUDANTE, 1916, p. 2).

Mais uma vez, percebe-se a influência do Estado, em articulação com a Secretaria do Interior, o Liceu Maranhense e a Imprensa Oficial, para organização de concurso público na capital, envolvendo Nascimento Moraes, conforme o quadro a seguir.

QUADRO 11 – Mesas examinadoras com a participação de Nascimento Moraes

Ano	1916				1921	
Mesas Examinadoras	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª
Tipo de Documento	Ofício nº. 1516	Ofício nº. 1519	Jornal <i>Pacotilha</i> nº. 282	Jornal <i>Pacotilha</i> nº. 282	Jornal <i>Diário de São Luís</i> nº. 274	Jornal <i>Diário de São Luís</i> nº. 275
Data do Documento	13 de novembro	13 de novembro	30 de novembro	30 de novembro	19 de novembro	21 de novembro
Remetente	Secretaria do Interior Demosthenes Macedo	Secretaria do Interior Demosthenes Macedo	Liceu Maranhense	Liceu Maranhense	Liceu Maranhense	Liceu Maranhense
Destinatário	Escola Almir Nina Professora Neomenia Cruz	Escola Bequimão Professora Zila Angela Paes	Alunos Liceístas	Alunos Liceístas	Alunos do Curso Profissional	Alunos do Curso Profissional
Data da Prova	16 de novembro	20 de novembro	1º de dezembro	2 de dezembro	20 de novembro	22 de novembro
Presidente	Nascimento Moraes	Nascimento Moraes	-	-	Nascimento Moraes	Nascimento Moraes
Professores	José do Nascimento Moraes e Anna Rocha de Silveira Barroso	José do Nascimento Moraes e Maria dos Remedios Fonseca	Jerônimo de Viveiros, José do Nascimento Moraes e Carlos A. de Araujo Costa	Luiz Serra de Moraes Rego, Jerônimo de Viveiros e José do Nascimento Moraes	José do Nascimento Moraes, Odila dos Santos Pinho e Apollonia Ferreira	José do Nascimento Moraes, Palmeiro M. Campos e Padre Dionisio Algarvio

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do APEM - Arquivo Público do Estado do Maranhão e BPBL – Biblioteca Pública Benedito Leite.

Competia à Secretaria do Interior e ao Liceu Maranhense estabelecer as datas para exames finais dos alunos das escolas da capital, partindo da composição da mesa examinadora, a qual era constituída de membros do próprio estabelecimento de ensino em questão, sob a presidência de professores do Liceu Maranhense, consolidando assim esta instituição como referência educacional da época.

Eram datas próximas, a de convocação e realização dos exames finais. No caso dos ofícios encaminhados às escolas Almir Nina e Bequimão, Nascimento Moraes também recebeu

o convite com antecedência para comparecimento, por meio de ofício⁶², para presidir as provas das referidas instituições desta capital, então realizadas, respectivamente, a 16 e 20 de novembro de 1916.

Quando a divulgação de provas do Liceu Maranhense era feita pela imprensa periódica⁶³, listava-se quais seriam os professores convocados para as mesas examinadoras futuras, bem como de outras provas já realizadas no mesmo dia dessa convocatória.

5.2.5. Servindo de fiscal

Segundo Meireles (2008), no dia 20 de março de 1917, em lugar de Herculano Nina Parga que entregou o cargo de governador do Maranhão para concorrer às eleições para deputado, assumiu o governo o 1º vice-governador, coronel Antonio Bricio de Araujo que posteriormente passou o cargo para Urbano Santos.

No relatório apresentado ao governador do Estado Coronel Antonio Bricio de Araujo em 12 de janeiro de 1917, o Secretário do Interior Demosthenes Macedo, na seção de portarias baixadas, designava na portaria nº. 42 que “o professor do Lyceu Maranhense, José do Nascimento Moraes, para, sem prejuízo da cadeira que rege, fiscalizar o Instituto Fernandes, dirigido por d. Lucilia Amelia Fernandes, que requereu equiparação (31 de maio) ” (MARANHÃO, 1918).

Nessa perspectiva, Nascimento Moraes já com uma considerável experiência na instrução pública era frequentemente indicado não somente para presidir mesas examinadoras, como também servir de fiscal de determinados estabelecimentos de ensino, com a missão de equiparar estudo ministrado, tomando como parâmetro o do Liceu Maranhense.

⁶² O ofício nº. 1521, de 13 de novembro de 1916 foi enviado a Nascimento Moraes para servir de examinador, ao mesmo tempo que os outros documentos destinados às escolas Almir Nina e Bequimão, em que se realizaria os exames finais. Ainda nesse documento tem uma nota de agradecimento por mais esse serviço prestado por esse professor ao Estado. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. (Documento nº. 3342: cópias de telegramas enviados pelo secretário do interior a diversas autoridades).

⁶³ Detalhando mais dos jornais citados no quadro sobre as mesas examinadoras, o jornal *Pacotilha*, de 30 de novembro de 1916, sob o título “As Escolas: Liceu Maranhense” anunciou os resultados dos exames finais das disciplinas de Português, Francês, Aritmética, Desenho, Música, Ginástica, Corografia e Geografia, as notas de cada aluno nessas cadeiras, reportando também a quantidade de alunos promovidos e reprovados. Nessa ocasião, Nascimento Moraes foi examinador no primeiro dia, das matérias de Geografia, Corografia e Cosmografia e do segundo, História Universal e do Brasil. A publicação do *Diário de São Luís*, “Lyceu Maranhense - Curso Profissional”, de 19 de novembro de 1921, convocou os alunos da 1ª turma de francês do 3º ano, para estarem presentes no dia seguinte às 8 horas. Outra nota pública do mesmo jornal, a 21 de novembro do corrente, intitulada “Lyceu Maranhense”, prosseguia anunciando os exames de Geografia do 1º ano e de Aritmética do 2º ano, ambas primeira e segunda turmas. A mesma convocatória foi também anunciada na *Pacotilha*, de 21 de novembro de 1921, edição nº. 273, com o título “Lyceu Maranhense - Curso Profissional”.

QUADRO 12 – Demonstrativo da função de fiscal

Ano	1917	1919		
Tipo do Documento	Ofício nº. 440, referente à portaria nº. 42	Documento nº. 22	Documento nº. 49	Ofício nº. 2173
Data do Documento	3 de abril	23 de janeiro	8 de fevereiro	20 de outubro
Remetente	Secretário do Interior Demosthenes Macedo	Secretário do Interior Henrique José Couto	Secretário do Interior Henrique José Couto	Secretário do Interior Juviliano de Souza Barreto
Destinatário	Nascimento Moraes	Nascimento Moraes	Nascimento Moraes	Diretora do Grupo Escolar
Onde fiscalizar	Instituto Fernandes	Instituto Rosa Nina	Instituto Fernandes	Grupo Escolar Nina Rodrigues
Fiscal	Nascimento Moraes	Nascimento Moraes	Nascimento Moraes	Nascimento Moraes
Quando	-	-	-	11 de novembro
Objetivo	Equiparar ao Curso Profissional	Equiparar ao Curso Profissional	Equiparar ao Curso Profissional	Fiscalizar os exames finais

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do APEM - Arquivo Público do Estado do Maranhão.

De acordo com o quadro acima, nos anos 1917 e 1918, Nascimento Moraes fiscalizou os estabelecimentos de ensino: Instituto Fernandes, este por duas vezes, Instituto Rosa Nina e o grupo escolar Nina Rodrigues, sem que houvesse interferência no exercício da docência no Liceu Maranhense. Os documentos citados não apontam a data de realização dessa atividade, com exceção do grupo escolar que seria no dia 11 de novembro, a fim de examinar as provas finais.

Além disso, não foram encontrados documentos⁶⁴ da Secretaria do Interior para as escolas, comunicando acerca da fiscalização desse professor, como também do ofício endereçado a ele, avisando de sua ida ao grupo escolar Nina Rodrigues.

⁶⁴ O documento nº. 440, de 3 de abril de 1917, do Secretário do Interior Demosthenes Macedo para a diretora do Instituto Fernandes comunicava que, por portaria nº. 42, de 31 do mês findo, foi designado o professor do Liceu Maranhense, José do Nascimento Moraes para de conformidade com a lei nº. 714, de 31 de março de 1916, fiscalizar o Instituto sob vossa direção e em virtude de vossa petição requerendo equiparação (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, 1917). O documento nº. 22 do Secretário do Interior Henrique José Couto, de 23 de janeiro de 1919, nomeou o lente do Liceu Maranhense José do Nascimento Moraes para exercer o cargo de fiscal do Instituto Rosa Nina. Cerca de duas semanas depois, ele era novamente requisitado para ser fiscal em outro estabelecimento, sem prejudicar seu cargo na escola que trabalhava. No caso, o documento nº. 49 do Secretário do Interior Henrique José Couto, de 8 de fevereiro de 1919, nomeava o lente do Liceu Maranhense José do Nascimento Moraes para exercer o cargo de fiscal do Instituto Fernandes. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Documento nº. 3933: portarias de nomeações (1919-1924)). Já o ofício nº. 2173, de 20 de outubro de 1919, enviado pelo Secretário do Interior Juviliano de Souza Barreto à diretora do Grupo Escolar Nina Rodrigues, em resposta ao ofício enviado em 18 do corrente mês, designava os exames desse grupo para o dia 11 de novembro, às 8 horas da manhã, tendo sido nomeado para fiscalizar o professor do Liceu Maranhense

Com base no serviço de fiscalização executado por Nascimento Moraes, o Governador do Maranhão Raul da Cunha Machado, em se tratando do Instituto Fernandes para equiparação ao curso profissional do Liceu Maranhense, assinou o seguinte decreto:

O presidente do Estado, considerando que o estabelecimento de ensino denominado Instituto Fernandes se acha em condições de ser equiparado ao curso profissional do Liceu Maranhense, nos termos da lei nº. 714, de 31 de março de 1916, à vista da informação prestada, em 16 do corrente, pelo fiscal do Governo junto ao citado estabelecimento, professor José do Nascimento Moraes, DECRETA: Art. 1º Fica equiparado ao curso profissional do Liceu Maranhense, gozando de todas as vantagens da lei nº. 714, de 31 de março de 1916, o estabelecimento de ensino desta Capital denominado Instituto Fernandes (MARANHÃO, 1919).

Quanto ao pagamento pelos serviços de fiscalização⁶⁵ prestados, o dito governador assinou outro decreto nº. 129, de 11 de março de 1919, conforme o parecer nº. 27, aprovado em sessão do Congresso do Estado, do dia 5 do corrente mês, em artigo único, determinando “aberto o credito de 3.600\$000 (três contos e seiscentos mil réis), para pagamento da diferença de vencimentos a que tem direito o lente do Liceu Maranhense, José Nascimento Moraes; revogadas as disposições em contrário” (MARANHÃO, 1919).

Em relação à função de fiscal desempenhada por Nascimento Moraes, pode-se perceber dois aspectos pertinentes: primeiro, de ser bastante requisitado para esse serviço; e segundo, da dependência do Grupo Escolar em promover seu processo avaliativo interno, atrelado à uma fiscalização externa. Esses elementos fazem repensar o grau de controle do Estado na instrução pública e de que as escolas não tinham muita autonomia para realizar suas avaliações, tendo em vista que o Liceu Maranhense servia de parâmetro na educação maranhense, tal como o colégio Pedro II era modelo educacional no Brasil.

Nessa perspectiva, o governo estadual valeu-se do talento e competência de Nascimento Moraes, sem prejudicar seu cargo no Liceu Maranhense, para fiscalizar outros estabelecimentos de ensino e abonar suas faltas quando fosse necessário. Segundo Certeau (2014, p. 91), “trata-se de combates ou de jogos entre o fraco e o forte, e das “ações” que o

José do Nascimento Moraes. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Documento nº. 3358: cópias de telegramas enviados pelo secretário do interior a diversas autoridades).

⁶⁵ O ofício nº. 634, de 11 de março de 1919, do Secretário do Interior Henrique José Couto ao Secretário da Fazenda comunicava que, por decreto da data citada foi aberto o crédito de 3:600\$000 (três contos e seiscentos mil réis) para o pagamento da diferença de vencimentos a que tem direito o lente do Liceu Maranhense, José do Nascimento Moraes, conforme parecer nº. 27 do congresso do Estado, cuja cópia estaria lhes sendo enviada. A ele foi garantida, nesse sentido, a remuneração pela fiscalização feita nos institutos de ensino recomendados pelo Estado. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. (Documento nº. 3354: cópias de telegramas enviados pelo secretário do interior a diversas autoridades). Nascimento Moraes recebeu uma cópia desse ofício encaminhado pelo Secretário do Interior ao Secretário da Fazenda, a respeito do pagamento já deliberado.

fraco pode empreender”. E Nascimento Moraes parecia mostrar-se disposto em atender às convocatórias que lhe foram impostas, sabendo tirar proveito de cada situação proposta, no uso de estratégias e táticas, e dos possíveis benefícios dessa relação complexa com a ordem posta.

5.2.6. Organização de material didático e participação em congresso

Após a breve gestão do coronel Antonio Bricio de Araujo, o governador Urbano Santos da Costa Araújo que tinha fortes ligações políticas com o Governo Federal, mesmo sendo eleito por três vezes para assumir o Governo do Estado, acabava optando por ocupar cargos a nível nacional. Por exemplo, entre os anos de 1918 e 1922, foi vice-presidente da República (Mireles, 2008). Nesse percurso conturbado, entregaria seu cargo ao 2º vice-governador Raul Machado em 25 de fevereiro de 1922.

Conforme relatório do Secretário do Interior Henrique José Couto em 10 de janeiro de 1919, referente ao ano anterior, no governo de Raul Machado mostrou-se o atraso do ensino público em comparação aos demais Estados quanto à descontinuidade ou recuo na implantação dos grupos escolares, o que seria uma tentativa malograda de inovar o ensino tradicional. “Presentemente, não temos grupos escolares, nem mesmo escolas reunidas, cujas vantagens têm sido patenteadas nos mais adiantados Estados da República. No entanto, já ensaiamos em anos anteriores, os grupos escolares nesta capital e em alguns municípios do interior” (MARANHÃO, 1919).

A esse tempo, Nascimento Moraes também foi convocado para organização de material didático⁶⁶, relacionado à disciplina de Geografia, em 26 de março de 1919. Dessa forma, fez parte da comissão que reunia os professores liceístas Justo Jansen Ferreira, Raimundo Lopes da Cunha, José Ribeiro do Amaral e Fran Paxeco, segundo informações do Secretário do Interior Henrique José Couto, para se incumbirem da aquisição e organização da 2ª edição do “Atlas do Brasil”, relativamente a este Estado, de acordo com solicitação feita pelos editores F. Briguet & Cia, do Rio de Janeiro.

⁶⁶ Essa informação encontra-se no documento nº. 108 que consta no inventário sobre Nascimento Moraes (APEM). O mesmo texto apresenta-se também no ofício nº. 758, mesma data que o anterior, que descrevia o comunicado da Secretaria do Interior sobre a inclusão de Nascimento Moraes na comissão coletora e organizadora dos dados relativos ao Maranhão para a 2ª edição do “Atlas do Brasil”. Seu conteúdo estava datilografado e assinado por Henrique José Couto, citando também os demais convocados: dr. Justo Jansen Ferreira, Raymundo Lopes da Cunha, José Ribeiro do Amaral e Fran Paxeco. Anexado a este documento, uma cópia da nota enviada ao governo estadual pelos editores F. Briguet & Cia, contendo indicações a respeito do assunto. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. (Documento nº. 3933: portarias de nomeações (1919-1924)).

Poucos dias depois, Nascimento Moraes participou de outra comissão, no dia 17 de abril, cuja menção foi feita pelo Secretário do Interior Domingos Barbosa, composta pelos professores liceístas Raimundo Lopes da Cunha e presidida por Justo Jansen Ferreira para julgar e dar parecer sobre o valor e utilidade da Carta Corográfica⁶⁷ do Estado, uma descrição geográfica, então organizada pelo cidadão José Alexandre Rodrigues.

A indicação de Nascimento Moraes para execução das atividades descritas anteriormente demonstra que a dedicação como professor de Geografia e ocupando o cargo vitalício no Liceu Maranhense, lhe possibilitava mais interação com diversas instâncias governativas. Além das estratégias e táticas que esse docente tinha para continuar sendo requisitado, o lugar de sua fala, a instituição de ensino, espaço de poder e lugar de disputa, funcionava como alicerce para sempre ser lembrado.

A estratégia postula um lugar suscetível de seu circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.) (CERTEAU, 2014, p. 93).

Um telegrama sobre o Congresso de Geografia⁶⁸, a ser sediado em Belo Horizonte, datado de 21 de julho de 1919, foi enviado pelo Secretário do Interior Domingos Barbosa ao doutor Rodolpho Jacob, Secretário Geral do referido evento. O conteúdo abordava por solicitação deste uma lista de intelectuais, inclusive o de Domingos Barbosa, com seus respectivos trabalhos para serem apresentados: Nascimento Moraes, dr. Carlos Reis, dr. Oscar Galvão, dr. Achilles Lisbôa, Fabricio Caldas, dr. Godofredo Vianna e Fran Paxeco.

Secretário Geral do Congresso de Geographia. Bello Horisonte. Tenho honra de comunicar-vos que, attendendo vosso appello, reuni Palacio Governo varios intellectuaes cujo concurso solicitei no sentido de escreverem monographias sobre o Maranhão, para serem presentes congresso geographia ahi. Ponto. Foi esta a escolha por elles feita dos themas a abordar: Domingos Barbosa, O ensino; Nascimento Moraes, Geographia physica, orographia, hydrographia, quedas dagua e littoral, Dr. Carlos Reis, o rio Mearim; Dr. Oscar Galvão, Produções Naturais e o rio Gurupy, Dr. Achilles Lisbôa, O algodão e o rio Itapecurú; Fabricio Caldas, A canna de assucar e o rio Pindaré, Dr. Godofredo Vianna, Organização Politica, Judiciaria e Administrativa; Fran Paxeco, Agricultura, Industrias, Meios transporte, Navegação,

⁶⁷ Essa informação consta no ofício n.º 783, de 17 de abril de 1920, o qual faz uma referência indireta a Nascimento Moraes, pois estava endereçado ao dr. Justo Jansen Ferreira, enviado pelo Secretário do Interior Domingos Barbosa.

⁶⁸ Outro telegrama sobre o Congresso de Geografia, em 19 de setembro de 1919, enviado pelo Governador do Estado Raul Machado para o General Thaumaturgo de Azevedo, então presidente do Congresso de Geografia em Belo Horizonte, era uma correspondência de agradecimento entre autoridades, o que vem reforçar a importância e repercussão que este evento poderia trazer para o Maranhão, ao convocar intelectuais de prestígio do Estado para socializarem suas produções intelectuais.

Portos, Comercio, Exportação, Finanças e Serviços Publicos; Raymundo Lopes, A cidade de São Luiz. Cordiaes Saudações. Domingos Barbosa. Em 21 de julho de 1919 (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, 1919).

Percebe-se, então, que Nascimento Moraes era reconhecido como intelectual, não somente por sua atuação na imprensa periódica escrevendo seus textos, mas também e com maior peso, pelo ofício docente no Liceu Maranhense, figurando com outros nomes expressivos da intelectualidade da época supracitados no telegrama. Segundo Sirinelli (2003, p. 254-255), “um intelectual se define sempre por referência a uma herança como legatário ou como filho pródigo”. Dessa forma, a importância do professor Nascimento Moraes estaria no reconhecimento pelo Estado e aprovação de sua produção intelectual a ser transmitida para a posteridade, dado que este foi indicado, dentre tantos, para participar desse evento nacional.

Para trabalhar em atividades diferentes, Nascimento Moraes soube aproveitar de seu arcabouço teórico estrategicamente na imprensa periódica, já que escrevia quase que diariamente seus textos, valendo-se também de ser concursado como docente da escola estadual, além da rede de sociabilidade construída nesses ambientes, a partir de suas táticas. A tática, recorrendo a Certeau (2014, p. 46), “não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias”. Dessa maneira, esse intelectual conforme às situações que se lhe apresentavam tinha suas táticas para fazer-se lembrado e reconhecido por esses espaços de poder na sociedade maranhense.

Pelo visto, a partir do momento em que Nascimento Moraes tornou-se professor vitalício do Liceu Maranhense, passou a ter mais destaque não somente no jornalismo, como no campo educacional, ganhando maior visibilidade perante o governo do Estado. Profissionalmente, nesse sentido, as mudanças tiveram mais saldo positivo, visto que surgiram vários trabalhos relacionados ao magistério, como presidente de mesa examinadora, na formulação de documentos oficiais em parceria com outros professores.

5.3. A consagração de um intelectual negro (1921-1953)

A fase de projeção profissional de Nascimento Moraes, após sua entrada no Liceu Maranhense, prolongou-se por vários anos. Ele ganhou simultaneamente mais visibilidade, reconhecimento de alunos, professores, jornalistas e outras figuras, dentre homenagens, críticas e desafetos que não arrefeceram seu gosto pela escrita jornalística e pelo ofício docente. Recorrendo a Certeau (2014, p. 46), “do fundo dos oceanos até as ruas das megalópoles, as

táticas apresentam continuidades e permanências”, ele prosseguiu mais experiente com as mesmas táticas no cenário educacional e na imprensa periódica, tendo como base a escola estadual.

Seguiram-se décadas de estabilidade profissional, de intensa atividade para Nascimento Moraes no ensino público, bem como na imprensa periódica maranhense.

5.3.1 Vozes dos alunos

Um de seus alunos, Josué Montello, o célebre escritor maranhense de obras como: *Cais da Sagração* (1971) e *Os tambores de São Luís* (1975), assim descreveu como seu professor Nascimento Moraes ministrava aula de Geografia.

Como professor, tinha também métodos próprios. Lembro-me bem de que, durante todo o seu curso, só deu duas aulas – uma, sobre o Egito; outra, sobre a Índia. E tão belas foram essas duas lições, que ainda hoje, quando me falam no Cairo ou no Ganges, é sempre de Nascimento Moraes que me recordo, a dar fluentemente a aula, em cima do estrado de sua mesa de professor, numa das salas do Liceu Maranhense. Era um preto gordo, alto, ombros largos, sempre com um livro debaixo do braço, um chapéu de feltro surrado na cabeça chata (MONTELLO, 1969, p. 152).

Por esta descrição física e comportamental, Nascimento Moraes era devotado à leitura, dedicado ao ofício docente, tanto que se destacou no cenário político e literário maranhense pela intensa atividade literária, pois escrevia diariamente na imprensa ludovicense. Como educador, também lutava para que os estudantes despertassem uma consciência política desde cedo, isto é, na infância, visando serem adultos ativos na garantia de seus direitos e por uma sociedade mais justa. Segundo Machado (1996, p. 49):

Tinha com a formação colegial, imposta pelo Estado, através de uma pedagogia política – o sentido do tirocínio político para os educandos e educados a ser imposta no início quase embrionário das capacidades receptoras da criança: terreno pronto para o plantio da verdadeira semente.

Na ocasião do lançamento pela quarta vez da obra *Vencidos e Degenerados* (1915) foi registrado outro depoimento de Josué Montello, a respeito do professor Nascimento Moraes, um fragmento retirado do *Jornal do Brasil*, sob o título “Areia do tempo”, que poderia ser resumido em três vocábulos: mestre, guia e amigo.

Tive-o entre os meus mestres do Liceu Maranhense. Tive-o entre os guias de algumas de minhas leituras essenciais. E contei-o sempre entre os meus amigos. Pude sentir, assim, numa convivência, demorada, a grandeza de sua inteligência e de sua cultura. E posso avaliar o que ele teria sido, se houvesse deslocado dos horizontes da província o cenário de suas ilusões (MORAES, 2000, p. 17).

A função do mestre não se resumia apenas em ensinar as disciplinas escolares. Segundo Gondra e Schueler (2008, p. 194):

Tal função também incluía a tarefa de integrar os discípulos nas tradições sociais e culturais, transmitindo não apenas os saberes e as habilidades específicas às técnicas da escrita e da leitura, mas também valores morais, normas de conduta e comportamento corporais, regras entendidas como necessárias à inserção na convivência social (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 194).

O jornal estudantil *O Lábaro*, de 30 de agosto de 1921, cujo lema era “A luz do mundo é o sol. O sol do pensamento é a instrução”, discorria sobre o Liceu Maranhense na reportagem de primeira página “Á borda do Abysmo”, abordando uma representação bem diferente de Nascimento Moraes, até esse momento exposta.

Approxima-se o fim do anno. E com elle o envolto numa densa nuvem de dúvidas e receios, os terríveis exames. Já ninguém vê um sorriso franco nos lábios dos estudantes. Aquela garridice espumante e provocadora fugiu-lhes. Os namoros romperam-se, devolveram-se os bilhetes perfumados. A vida agora é muito outra. Os pobres estudantes passam, dia e noite, debruçados sobre a banca, a ler, a estudar, ora revendo teoremas mal sabidos. Ora descrevendo naufrágios, passeios marítimos, caçadas, futebol, etc., ora procurando a Ursa maior. O cão menor, telescopiando os anéis de Saturno; ora visitando cidades, medindo a foz do Amazonas; agora recordando o que fizeram Moyses e Bonaparte; daqui a pouco traduzindo Byron e Chateaubriand. E os que fazem isso, com a ajuda de Deus, vão vivendo. Os que engolem o pão que o diabo amassou são os desinfelizes preparatorianos avulsos de química e física! Esses coitados! Torcem as orelhas, e, dela não pinga sangue! Em aparelhos por mais que façam, nunca chegam a fazer nada. Nem a própria missa dominical assistem mais! E, à noite, que pesadelos medonhos! Os sonhos róseos, azuis, verdes, dourados esvaeceram-se. As visões que lhes apresentam e perseguem; durante o mal dormido sono, são as esfinges dos professores Nascimento Moraes, Raymundo e Antonio Lopes, Oscar Galvão e outros. E, uma agitação horrível. Ante estas figuras temerosas, dão graças aos céus, quando apparece a Paula com a bandeja de café. É um alivio.... Dirão: que fracos! Mas qual o estudante, por mais preparado que não tenha medo de uma reprovação. E qual a coisa mais 'pau' que um 'pau' no fim do anno... a não ser o veto do Dr. Bona?! (O LÁBARO, 1921, p. 1).

A partir do trecho acima, a imagem construída de Nascimento Moraes pelos estudantes do Liceu Maranhense dos anos 20 era de uma figura temerosa, de grande rigor avaliativo e que deixava seus alunos amedrontados com ansiedade e insônia, ao pensarem na possibilidade de reprovação na disciplina desse professor, quando se aproximava o período dos

exames finais. Sendo assim, uma representação bem diferente do professor em comparação à do outro egresso liceísta Josué Montello.

Sobre as representações, afirma Chartier (1988, p. 17) que “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio”. Os alunos tinham representações diversas, nesse sentido, dependendo do grau de proximidade, da empatia que comungavam entre si e legitimavam consensualmente em forma de adjetivos positivos ou negativos acerca dos docentes dentro do convívio escolar.

5.3.2 Atuação em reuniões e concursos

De 22 a 29 de fevereiro de 1920, realizou-se o Congresso Pedagógico. Antes disso, teriam sessões preparatórias nos dias 8, 28 e 31 de janeiro. A abertura do evento contou com a presença de autoridades municipais e do Governo de Estado, conforme relatório do professor Fran Paxeco. Durante a cerimônia de abertura, as crianças de toda rede pública de ensino cantaram o hino maranhense. O canto orfeônico, nesse sentido, incentivava essa geração a ser patriota. Verificou-se, então, que nas 115 adesões ao evento não constava o nome do professor Nascimento Moraes. Entretanto, seu nome foi citado no mapa dos professores do Liceu Maranhense, nos anos de 1919 e 1920, lecionando a cadeira de Geografia (PAXECO, 1922).

O Congresso Pedagógico significou, acima de tudo, um protesto contra o analfabetismo e um intenso esforço, para cooperar na campanha em prol do aniquilamento daquela chaga. A 24 de março, o dr. Godofredo Viana transmitiu ao dr. Urbano Santos da Costa Araújo as conclusões votadas pela assembléa a que nos referimos. O primeiro efeito de tamanho labor experimentou-se logo, na lei n.º 918 de 1º abril do mesmo ano, que autorizou o governo a refundir a instrução pública. Aos 15 de maio, o exm.º presidente do estado cometeu aos srs. dr. Godofredo Viana, professores Joaquim de Oliveira Santos, Osorio Anquiéta e dr. Cesário Vêras a missão de prepararem as bases necessárias àquela providência (PAXECO, 1922, p. 259).

O presente congresso visava debater a questão do analfabetismo no Maranhão, um entrave para o avanço da educação. Ainda sobre a lei de reforma da instrução pública do Estado sancionada pelo governador Urbano Santos, em relação ao professorado, estabelecia que os professores admitidos no ensino primário deveriam ser submetidos a exames e exercícios práticos e possuir titulação pelo curso profissional do Liceu Maranhense ou de estabelecimentos equiparados.

Nascimento Moraes foi convocado para examinador em outro concurso, mas fora do âmbito educacional. Possivelmente, sua experiência como escriturário da subcomissão de Estudos e Melhoramentos do Porto tenha sido um critério para sua indicação. Pois, o Secretário do Interior Domingos Barbosa designou para o dia 23 de agosto de 1920, às 13 horas, a realização das provas para provimento do cargo de 3.º escriturário⁶⁹ do presente órgão, convocando também para examinadores, sob sua presidência, os professores José Ribeiro do Amaral, Alfredo de Assis Castro e o diretor desta Secretaria Juviliano de Souza Barreto.

Tão importante e de interesse público, quanto à publicação na imprensa periódica sobre o desempenho dos alunos do Liceu Maranhense, era saber das atividades realizadas pelo professorado desta instituição e o que se discutia nas reuniões.

Assim, uma cópia da Ata de Congregação dos professores do Curso Ginásial foi publicada na *Pacotilha*, de 26 de junho de 1922, edição n.º 148, intitulada “Lyceu Maranhense”. Contudo, realizou-se esta reunião no dia 25 de março e sua ata aprovada no dia 30 do mesmo mês. Contou com a participação do professor Nascimento Moraes, do cônego João dos Santos Chaves, diretor e presidente, e servindo de secretário o professor Adelman Brasil Correia. Discutiram na ocasião sobre o corpo discente, citando dois alunos aprovados plenamente com distinção: Odorico Amaral de Mattos, filho do professor dr. Juvencio Odorico de Mattos e Rosa Emilcia de Freitas Machado, então filha do professor Domingos Affonso Machado; o programa de ensino do Colégio Pedro II continuaria como modelo de referência no Estado, mantendo-se o mesmo horário do ano passado. Como o documento tem mais ou menos três laudas, considerou-se alguns trechos mais pertinentes:

(Copia). Lyceu Maranhense – Cópia autentica da acta da reunião dos professores do curso gymnasial, realisada a vinte e cinco de março do corrente anno e approvada a trinta do mesmo mez: Acta da reunião da congregação do curso gymnasial – Aos vinte e cinco dias do mez de março do anno de mil novecentos e vinte e dois, na sala das congregações do Lyceu Maranhense, ás nove horas da manhã, presentes os professores conego João dos Santos Chaves, Domingos Affonso Machado, Raimundo Lopes da Cunha, doutor Alarico Nunes Pacheco, doutor Juvencio Odorico de Mattos, doutor Carlos Augusto de Araujo Costa, pharmaceutico Luiz Gonzaga dos Reis, Jeronymo José de Viveiros, José Nascimento Moraes, Frederico William Miners, Luiz Ory e Adelman Brasil Correia, sendo o primeiro director e presidente do acto e o ultimo convidado por este para servir de secretario *ad-hor*, no impedimento do secretario effectivo, o presidente convidando o professor Domingos Affonso Machado para se assentar à sua direita, como professor mais antigo do estabelecimento, já o tendo feito à sua esquerda o secretario, abriu a sessão. Em seguida o professor Jeronymo José de Viveiros pede a palavra, e, sendo-lhe concedida,

⁶⁹ A chamada para o concurso de 3º escriturário da Secretaria do Interior foi feita por meio do ofício n.º 64 de 20 de agosto de 1920. O mesmo texto dessa convocatória havia sido publicado, através do ofício n.º 1900, com idêntica data e fazendo menção aos mesmos professores.

diz que, por uma deferencia merecida, pretende referir-se, embora o estabelecimento haja dado excellentes alumnos, a dois que se diplomaram com distincção no ultimo anno: dona Rosa Emilcia de Freitas Machado e Odorico Amaral de Mattos. Todos os lentes se manifestam favoraveis ás palavras do professor Jeronymo José de Viveiros. (...) Depois de lhe haver sido concedida a palavra, manifesta-se o professor Domingos Affonso Machado em termos de agradecimento ás palavras elogiosas à sua filha, ex-alumna do estabelecimento, dona Rosa Emilcia de Freitas Machado. No uso da palavra por lha concedido o presidente, o doutor Alarico Nunes Pacheco declara que tem a satisfação de achar-se de accordo com os collegas, pois, como fiscal que foi do estabelecimento, teve occasião de apreciar as qualidades intellectuaes do alumno Odorico Amaral de Mattos. (...) Depois de ocorrido o presidente pede que os professores se manifestem a respeito dos programas de ensino das diversas cadeiras, sendo então unanimemente acceitos os do Collegio Dom Pedro Segundo. Pronuncia-se tambem sobre o horario, o que todos concordam em adoptar o do anno anterior. (...) É certo que nestes ultimos tempos se vem fallando na fiscalisação das medias, como uma das atribuições do cargo de fiscal federal. Reputa falsa e erronea tal idea. Outros são os deveres do senhor doutor fiscal do Conselho Superior de Ensino e todos elles se acham taxativamente exarados em regulamentos e avisos. Não podia, portanto, com fundamento o doutor fiscal federal declarar como o fez no seu relatório do anno transacto, ao Conselho Superior de Ensino, irregular esta ou aquella media, nem mesmo que sua senhoria fosse mais zeloso, no desempenho de uma das suas mais importantes atribuições, qual a de assistir ás sabbatinas de agosto no estabelecimento que fiscaliza. No caso particular da cadeira de história universal, affirma o doutor fiscal federal, no seu citado relatório, que dois alumnos com as medias dez e oito, apenas obtiveram zero no exame escripto e oral. Pretende, está claro, sua senhoria, avaliar do criterio com que a cadeira de história universal deu as mencionadas medias pelos exames dos alumnos. Mas, positivamente, o fiscal federal cochilava, quando fez essa illação. Os exames nada provando, como proclama o pedagogista espanhol Alcantara Garcia, constituem um pessimo meio de julgamento. São frequentes os cisos alumnos distinctos, victimas de nervosismo ou de outra perturbação mental qualquer, fazerem máos exames como também não é desconhecida a felicidade com que certos vadios *filam* os seus preparatorios. (...) Desse modo, não procedem accusações a elle feitas, aliás formuladas jogando unicamente com dois casos, dentre dezesseis alumnos, com que houve por bem na sua examinomaria, illustrar o seu relatório o fiscal do Conselho Superior de Ensino. E não procedendo taes alegações, a cadeira de história universal aguarda, calma e respeitosa, a solução que se venha dar ao caso. Concedida a palavra ao professor Domingos Affonso Machado, acha que, absolutamente, causara o não antigo. Velho no magistério, o seu proceder tem, para exemplo, a infinidade de alunos que até o presente, não desmentiram, sequer, o nome glorioso da nossa terra. E, quanto aos seus pares, tem orgulho de estar nesse seio mesmo, onde se há preparado centenas de aspirantes a exames vestibulares, e que lá, nas academias, conquistaram brilhantemente lugares de destaque. Com censuras extemporâneas, como as do inspector federal, que por inverídicas assumem um caracter de intrigas, é que ele nunca supôs. (...) O professor Nascimento Moraes é de parecer que, emquanto forem chamados examinadores extranhos ao estabelecimento, havendo no mesmo competentes, há de surgir sempre surpresa no seio da congregação. É sabido que por fora há competentes conhecedores da materias que constituem o curso gymnasial; o que não é sabido, é que esses estranhos sejam profissionais ezaminadores. Não é pelo engenheiro saber mathematicas, nem aquele que viaja a um paiz estrangeiro, que saiba ezxaminar mathematicas ou qualquer idioma estrangeiro. Falta-lhe a arte, falta-lhe o verdadeiro tique do verdadeiro examinador; do examinador que descobre no examinando ou o saber o a ignorancia. Conclue dizendo que é uma ofensa à casa, dizer o doutor inspector federal que no estabelecimento não há especialistas em chimica, inglez e alemão, julgando-a inapta. Chimicos há e competentissimos, como os doutores Oscar Lamagnère Leal Galvão e Juvencio Odorico de Mattos. Interrompe-o em a parte o professor Araujo Costa salientando que quanto ao inglez há o professor Frederico W. Miners e ao alemão o professor Adelman Correia. (...) E por nada, mais haver-se a tratar, encerrou se a sessão, e lavrou-se esta acta que, depois de lida, achada conforme e aprovada, vae por

todos assignada. Eu, Adelman Brasil Correia, lente interino de alemão, servindo de secretario ad hoc, no impedimento do effectivo, a escrevi e assignae. Declaro, eu secretário, que a presente acta foi approvada unanimemente, na sessão de trinta de março de mil novecentos e vinte e dois. Eu, Adelman Brasil Correia, secretario ad hoc, escrevi e assignae. Maranhão, Liceu Maranhense e sala das congregações, trinta de março de mil novecentos e vinte e dois. Director conego João dos Santos Chaves, Domingos Affonso Machado, Doutor Oscar Lamagnère Leal Galvão, José Nascimento Moraes, Doutor Juvencio Odorico de Mattos, Jeronymo José de Viveiros, Raimundo Lopes da Cunha, Luiz Ory, Frederico William Miners, Luiz Gonzaga dos Reis. O secretario Adelman Brasil Correia. Está conforme ao original. Secretaria do Lyceu Maranhense, sete de abril de 1922. Em, Luiz Augusto Rodrigues, secretario-conferi, subscrevi e assignae (a) Luiz Augusto Rodrigues. Visto. Conego João dos Santos Chaves, Director do Lyceu. Secretaria de Estado do Interior, em São Luiz do Maranhão, 16 de junho de 1922. João Rodrigues da Cunha, Escripturnario (PACOTILHA, 1922, p. 2).

Esta ata de reunião foi publicada para a sociedade tomar conhecimento das deliberações e decisões tomadas pelo corpo docente do Liceu Maranhense. A partir dela, pode-se perceber o que se discutia sobre o ensino público maranhense na década de 1920, como exemplo: o programa de ensino equiparado ao do Colégio Dom Pedro II, o horário das aulas, o debate em torno da fiscalização das médias por parte de um fiscal federal e o desempenho do corpo discente durante o ano letivo, apontando quais alunos mais se destacaram como foi o caso de Rosa Emilcia de Freitas Machado, filha do professor Domingos Afonso Machado, o qual iniciou Nascimento Moraes nas primeiras letras e o mais antigo da instituição, que continuava atuante naquela ocasião.

Colocou-se em pauta também nesta reunião o mau desempenho, salientado pelo fiscal federal em seu relatório de dois estudantes na cadeira de História Universal, atribuindo o resultado à adoção da média, referindo-se indiretamente aos critérios avaliativos dos professores desta instituição. Todos discordavam dessa postura, especialmente, os professores que lecionavam a disciplina, ressaltando pontos positivos da média e considerando pessimista a postura desse fiscal, que tomava por parâmetro dois alunos numa turma de dezesseis.

Os presentes manifestaram seus pontos de vista, com destaque Nascimento Moraes que tomou a palavra por último e proferiu um discurso que defendia o corpo docente do Liceu Maranhense, reafirmando o valor e a competência desses profissionais que nada perdem para fiscais externos. Sua ideia de examinador estava no ato de perceber se o examinado dominava ou não o assunto ou matéria estudada.

Até a década de 1930, Nascimento Moraes continuava sendo solicitado para servir de fiscal e compor mesas examinadoras das provas finais do Liceu Maranhense, assim como de outros estabelecimentos de ensino da capital, conforme o quadro a seguir:

QUADRO 13 – Atuação como fiscal e examinador entre os anos 20 e 30

Ano	1921	1923	1924	1929	1930	
Tipo de Documento	Jornal <i>Diário de São Luís</i>	Ofício nº. 573	Jornal <i>Diário de São Luís</i>	Jornal <i>Pacotilha</i>	Jornal <i>Pacotilha</i>	Jornal <i>Pacotilha</i>
Data	28 de novembro	23 de março	20 de novembro	2 de dezembro	29 de novembro	6 de março
Remetente	Liceu Maranhense	Secretário do Interior Juliano Barretto	Instituto Viveiros	Liceu Maranhense	Instituto Viveiros	Instituto Viveiros
Destinatário	Alunos Liceístas	Nascimento Moraes	Alunos do Instituto Viveiros	Nascimento Moraes	-	Alunos do Instituto Viveiros
Função	Examinador	Fiscal	Examinador	Examinador	Fiscal	Examinador
Descrição	<u>Mesa Examinadora:</u> José do Nascimento Moraes, Adelman Brazil Correa e Francisco Neves dos Santos Junior.	Escola Normal Primária, Colégio Santa Teresa, Instituto Fernandes e Educandário Maria Auxiliadora	<u>Mesa Examinadora:</u> José do Nascimento Moraes, Osorio Anchieta e Odila Pinho	<u>Mesa Examinadora:</u> Português e História do Brasil e Universal - José do Nascimento Moraes, José Ribeiro de Amaral e Dr. Francisco Lisbôa Filho; Geografia - José do Nascimento Moraes, Dr. José de Ribamar Pereira e Dr. Abranches de Moura	<u>Mesa Examinadora:</u> José Matta Roma, José do Nascimento Moraes e Lafayete Mendonça	<u>Mesa Examinadora:</u> José Matta Roma, José do Nascimento Moraes e Lafayete Mendonça

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do APEM - Arquivo Público do Estado do Maranhão e BPBL – Biblioteca Pública Benedito Leite.

A partir dos documentos listados, percebe-se uma comunicação mais direta entre os jornais e os estabelecimentos de ensino, por conseguinte, com os estudantes para que tomassem conhecimento acerca da data das avaliações finais. Em outras palavras, a imprensa periódica⁷⁰ funcionava como elo de ligação entre povo e escola. Não se pode especificar quem estaria presidindo a comissão avaliativa.

⁷⁰ O jornal *Diário de São Luís*, de 28 de novembro de 1921, edição nº. 281 publicou a nota “Lyceu Maranhense – Curso Gymnasial”, convocando os alunos para os exames de Corografia do 2º ano às 8 horas do dia seguinte. Outra reportagem do jornal *Diário de São Luís*, de 20 de novembro de 1923, edição nº. 261, sob o tema “Instituto Viveiros convocava os alunos do primeiro ano do curso secundário para os exames finais do Instituto Viveiros, a serem realizados no período de 21 a 24 de novembro, a partir das 13 horas. Nesse período, teriam a aplicação das provas de Português, Francês, Aritmética e Geografia. No jornal *Pacotilha*, de 2 de dezembro de 1924, edição nº. 285, sob o título “Mesa examinadora do Curso Ginásial”, Nascimento Moraes recebeu a convocação para compor

Com relação ao ofício do Secretário do Interior Juviliano Barretto, as instituições escolares, listadas no quadro acima, seriam fiscalizadas por Nascimento Moraes para equiparar seu ensino ao curso profissional do Liceu Maranhense, conforme a mensagem do governador Godofredo Viana (MARANHÃO, 1924).

Nessa mesma mensagem apresentada ao Congresso em 5 de fevereiro de 1924, Godofredo Viana (1922-1926), pôs em execução a reforma da instrução pública que contou com a colaboração dos professores Joaquim de Oliveira Santos, Osório Anchieta e dr. Cesário Veras. Ele, juiz federal, foi candidato indicado por Urbano Santos ao governo estadual desse período (REIS, 1992). Sobre o ensino secundário, a cargo do Liceu Maranhense, mantinha-se dupla estrutura de oferecer o curso ginásial e o profissional. Na sua gestão, apontou-se o aumento do número de matriculados no curso profissional, contudo, não foram ampliadas as instalações do local de funcionamento. Sem prejuízo das atividades letivas dos dois cursos nesta instituição, optou-se pelo não fechamento, ocorrendo as aulas em turnos alternados.

É o Lyceu Maranhense o estabelecimento onde se ministra a instrução secundaria do Estado. (...). Fechar, contudo, um desses estabelecimentos, ou negar matricula aos que a requeressem, seria grande entrave para a instrução publica. Com o intuito de remediar taes inconvenientes, resolveu o governo que esses cursos funcionassem cada anno, alternativamente, um pela manhã e outro à tarde. Esta medida, comquanto de alguma efficacia como solução provisória, não é recomendada pela pedagogia, nem está de accordo com os regulamentos desses cursos, os quaes estabelecem que as aulas que exijam maior esforço mental funcionem nas primeiras horas do dia (MARANHÃO, 1924, p. 66-67).

Ainda sobre as mesas examinadoras para avaliar e fiscalizar os institutos equiparados ao Liceu Maranhense, mesmo com a direção da Inspeção Federal deste estabelecimento, estas permaneceram inalteradas no que se refere às disciplinas de cada docente. No caso do Instituto Viveiros⁷¹, a comissão eleita se repetiu nos anos 1929 e 1930, sendo que Nascimento Moraes marcou presença em ambas, exercendo diferentes funções.

a mesa examinadora das matérias: Português e História do Brasil e Universal, ambas juntamente com “José Ribeiro de Amaral e Dr. Francisco Lisboa Filho”; Geografia, ao lado de “Dr. José de Ribamar Pereira, Dr. Abranches de Moura” (PACOTILHA, 1924, p. 2).

⁷¹ O jornal *Pacotilha*, de 29 de novembro de 1929, edição n.º 224, intitulada “Os exames no Instituto Viveiros”, mostrava que a disciplina de Geografia e Corografia continuariam sob a responsabilidade dos professores: “José Matta Roma, José Nascimento de Moraes e Lafayette Mendonça” (PACOTILHA, 1929, p. 8). O jornal *Pacotilha*, de 6 de março de 1930, edição n.º 53, intitulada “Instituto Viveiros”, fez outra convocatória dos alunos para submeterem-se aos exames do Curso Preparatório, com a anuência do Delegado Geral do Ensino, para o dia 7 do corrente mês às sete e meia da manhã, repetindo-se a mesma mesa examinadora do ano passado, para as disciplinas de “Geographia e Corographia - José Matta Roma, José Nascimento de Moraes e Lafayette Mendonça” (PACOTILHA, 1930, p. 2).

Paralelo a essas atividades, encontrou-se mais uma documentação sobre a atuação de Nascimento Moraes como docente. Primeiro, sobre uma mesa examinadora que não participou por estar à frente como redator-chefe do *Diário de São Luís* e as opiniões quanto à sua postura como avaliador. Segundo, do pagamento dele e de outros professores envolvidos na avaliação de instituições de ensino.

Nessa perspectiva, o jornal *Diário de São Luís*, de 27 de novembro de 1923, edição nº. 267, intitulada “Os exames do tirocínio”, discorreu sobre a não participação de Nascimento Moraes na mesa examinadora do corrente ano na Escola Modelo como acontecia nos últimos anos, em virtude de estar como redator-chefe do referido jornal. Presidia quase sempre a mesa, ora acompanhado dos seus companheiros do Liceu Maranhense: o cônego João dos Santos Chaves e Genésio de Moraes Rego, ora das professoras Appolonia Ferreira e Odyla dos Santos Pinho.

Nos dois últimos annos foram examinadoras as distinctas e competentes professoras normalistas d. Appolonia Ferreira e Odyla dos Santos Pinho. Lavraram-se reprovações. Da odiosidade a grande porção sempre recahiu sobre o professor Nascimento Moraes, que na qualidade de presidente da mesa, ao fim de cada prova, fazia a professoranda as observações necessárias e precisas sobre os erros commetidos por ellas, não só quanto ao methodo, com também quanto à matéria. Choveram cartas anonymas, denúncias covardes, dadas à surdina, mas a fiscalisação dos exames de tirocínio, rigorosa como era, e entregues a professores de reconhecida imputabilidade moral, nunca poudes apurar o que as cartas e as denúncias affirmavam. Dizia-se então que as alumnas que frequentavam o curso de tirocínio do Instituto Raymundo Cerveira, eram as que tiravam as melhores notas nesses exames, porque o professor Nascimento Moraes dominava a mesa! (...). Por isso essa campanha de desmoralisação passou sem deixar um traço. Morreu, por si mesma! Morreu de pôdre, como fructo nocivo que era de um mal sentido despeito, de mal disfarçada inveja! Este anno o professor Nascimento Moraes, fiscalisando institutos equiparados, e à frente da redacção do Diário de S. Luiz não poudes tomar parte na mesa examinadora de tirocínio. (...) O professor Nascimento Moraes não fez parte da mesa examinadora este anno! Mas as alumnas do Instituto Cerveira, ao contrário do que disse o critiquêlho, foram bem approvadas! A melhor nota foi 8. Pois essa nota foi conferida e 6 das alumnas que frequentaram o curso do Instituto Cerveira. O presidente da mesa foi o professor Joaquim Santos com quem o professor Nascimento Moraes não tem relações (DIÁRIO DE SÃO LUÍS, 1923).

Pelo visto, Nascimento Moraes mostrava-se rígido e metódico nas suas avaliações, observando os erros das normalistas avaliadas quanto à matéria ministrada e o método aplicado na transmissão do conteúdo. Ao mesmo tempo, envolvia-se em polêmicas, era alvo de calúnias que procurava contorná-las através da escrita, acusado de favoritismo para com as estudantes do Instituto Cerveira. Sua atitude de ausentar-se dessa mesa examinadora, desbaratou os comentários equivocados e levianos, confirmando a qualidade do ensino desta instituição.

O parecer geral era de sua responsabilidade, como presidente da mesa examinadora, o que nem sempre repercutia satisfatoriamente para aqueles que não conseguiam aprovação. A esse tempo, tornou-se um examinador respeitado, despertando ódio e admiração. Na reportagem não constava o nome do jornalista assinado, mas possivelmente tenha sido redigido por um dos seus pares em sua defesa, ou quem sabe o próprio Nascimento Moraes.

Sobre o pagamento pelos serviços de fiscalização das provas do Instituto Viveiros, conforme apontou o jornal *Pacotilha*, de 17 de maio de 1928, edição n.º. 116, intitulada “Instituto Viveiros”, o diretor desta escola convocou Nascimento Moraes e os demais professores para receberem no dia 19 de maio a quota dos exames realizados em dezembro de 1927. Os valores de cada professor seriam em conformidade com a folha de pagamento enviada pelo Departamento Nacional do Ensino.

Prof. José Nascimento Moraes - 191\$590
 Ten.Tasso Rego Serra - 169\$932
 Prof. Jeronimo José de Viveiros - 169\$932
 Padre Arias Cruz - 164\$934
 Dr. R. Crepory Barrozo Franco - 131\$614
 Prof. Ozorio Anchieta - 119\$952
 Dr. Adail V. Couto - 93\$296
 Prof.ª d. Rita Vieira, da Silva - 78\$302
 Prof. Armando Lima - 76\$636
 Prof. Luiz Ory - 74\$970
 Prof. Arthur Marinho - 74\$970
 Prof. Urbano de Araujo Franco - 74\$970
 Dr. João Vianna Fonsêca - 64\$974
 Prof. Raimundo P. Nobre - 59\$976
 Dr. José Mata Roma - 59\$976
 Dr. Luís Gonzaga dos Reis - 51\$646
 Dr. Carlos A. Araujo Costa - 43\$316
 Cônego João dos Santos Chaves - 41\$650
 Dr. Bellino Bettencourt - 36\$652
 Padre Osmar P.de Jesus - 29\$988
 Dr. João Victor Ribeiro - 29\$988
 Prof. Lafayette Mendonça - 29\$988
 Padre Antonio van Pol - 21\$658
 Dez. Leopoldino Lisbôa - 16\$660
 Dr. Antonio J. Cordeiro - 13\$328
 Dr. Raimundo C. Santiago - 9\$996
 Observações – Sobre cada uma destas importâncias há o desconto de 2\$700, sendo 1\$500 de reconhecimento de firma na procuração e 1\$200 de sellos em recibos passados ao thezoureiro do Departamento de Ensino. (PACOTILHA, 1928, p. 4).

O nome do professor Nascimento Moraes aparecia no topo da lista, recebendo maior valor que os demais, dentre os quais professores liceístas, como: Jerônimo José de Viveiros, Luiz Ory, José Mata Roma e o cônego João dos Santos Chaves. Possivelmente, ele era mais requisitado que os demais para servir de examinador.

Sobre o Instituto Viveiros, Fernandes (2003, p. 281) salienta que esse estabelecimento de ensino primário e secundário foi fundado pelo professor José Jerônimo de Viveiros do Liceu Maranhense em 1923, justamente o ano que Nascimento Moraes serviu de examinador dessa instituição, o que confirma seu papel ativo na educação maranhense. Em 1927, o colégio ganhou reconhecimento nacional pelo desempenho obtido por parte dos alunos nos exames prestados, “prerrogativa esta que lhe foi concedida pelo Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino, Dr. Aloísio de Castro”.

5.3.3 Participação em palestras e eventos sociais

Sucedendo a Godofredo Viana no governo estadual, Magalhães de Almeida (1926-1930) seria, segundo Meireles (2008, p. 289), “o primeiro governante que exerceria o seu mandato pelo tempo integral, sem as constantes interrupções preenchidas pelos substitutos eventuais”, como acontecia dos três vice-governadores assumir o governo estadual a qualquer momento que o governador efetivo precisasse se ausentar seja para concorrer a um cargo federal ou mesmo por motivo de doença, por exemplo, no caso do governador Belfort Vieira.

Houve um esforço no governo de Magalhães de Almeida, conforme mensagem apresentada ao Congresso do Estado em 5 de fevereiro de 1929, de ampliar o ensino público, com a construção e reestruturação de escolas em várias localidades do Estado, dentro do que foi estabelecido pela instância federal, a partir dos recursos financeiros oriundos do cultivo de produtos agrícolas, ressaltando que tais investimentos aplicados na educação dependiam das flutuações do mercado.

Sinceramente empenhado em intensificar, tanto quanto possível, a instrução por todas as classes e no maior número de localidades creei várias escolas urbanas e ruraes, remodelei outras e subvencionei algumas, nos moldes da autorização que me foi concedida. Se maior expansão não foi dada ao ensino, levemos o fato à conta da exiguidade das nossas rendas, instáveis pela oscilação dos valores dos nossos productos (MARANHÃO, 1929).

Cada vez mais, Nascimento Moraes estava em evidência política, pela sua trajetória docente e sua atuação no jornalismo, como redator-chefe dos jornais *A Hora* (1927) e *Tribuna* (1930). Para Dosse (2009, p. 384), “problema delicado de qualquer biografia intelectual que é a relação a instituir entre a atividade principal do sujeito biografado e seus engajamentos políticos”. O Liceu Maranhense e a imprensa periódica, nesse sentido, foram lugares estratégicos, ao mesmo tempo que espaços prechos de divulgação sobre suas ideias de

educação, que o tornavam mais notado entre políticos e outros setores da sociedade, sendo também inevitável seu envolvimento em querelas diversas.

A exemplo disso, o professor Nascimento Moraes foi citado entre os amigos do senador Godofredo Viana, que antecedeu esta gestão governativa, no convite para participar de uma missa em ação de graças pelo aniversário desse político, o qual ocorreria no dia 14 de junho na Catedral Metropolitana, conforme dados do jornal *Pacotilha*, edição nº. 136, de 10 de junho de 1927, sob o título “Senador Godofredo Vianna”.

A comissão abaixo assignada, tem a honra de convidar os amigos, correligionários e admiradores do exmo. sr. Senador Godofredo Mendes Vianna, para assistirem à missa em acção de graças que na Cathedral Metropolitana, será celebrada no dia 14 do corrente mez, ás 8 horas, pelo exmo. revmo. sr. Arcebispo em regosijo da passagem do anniversario natalício do eminente político, acatado jurista e grande intellectual maranhense. Dr. Genésio Rego, destes Reis Lisbôa Filho, Barros Vasconcellos, João Vieira Filho, Leopoldino Lisbôa, Tavares de Hollanda, Raymundo Vinhaes, drs. José Pires Sexto e Armando Vieira da Silva, deputados Arthur Magalhães de Almeida, Georgiano Gonçalves, Raymundo Vale Sobrinho, Raul Pereira, Alarico Pacheco, Herbert Jansen, Carlos Neves, Augusto Flavio de Almeida, Fabiano Vieira, Alberico Silva, cônego João dos Santos Chaves, cel. Antonio Chaves, Joaquim Ignacio de Almeida, Arthur Leão e Silva, Semeão Pereira da Costa, Manoel Jansen Pereira, Juviliano Barretto, Manoel Villanova Guimarães, Manoel Moraes Rêgo, José Balthazar Pereira, Abelardo Ribeiro, Anthero Mattos, João Marques da Fonseca e Silva, major João Procopio Azevedo Ramos, dr. Henrique Alvares Pereira, dr. Cassio Miranda, dr. Carlos Nunes, dr. Paulo Carvalho, dr. Justo Jansen, dr. Annibal Padua, dr. Mario de Carvalho, srs. Jacintho Aguiar, Aracaty Campos, dr. Edilson Brandão, Alberto Corrêa Lima, drs. Joaquim Pinto Franco de Sá, Enéas Netto, Ignacio Pinheiro, Soares de Quadros, Gabriel Rebello, Alcide Pereira, Romualdo Crepory; Franco, Adail Couto, Oscar Carvalho, Zildo Maciel, Nicolau Dino, Cunha Junior, Aldebaro Albuquerque, Raymundo Mendes, cel. Antonio Bricio de Araujo. J. F. de Araujo, Abel Torreão, dr. José Domingues da Silva, dr. Rosmino Araujo, ce. Raymundo Costa Fernandes Filho, José Nascimento de Moraes, José Ribamar Pinheiro, Joaquim Augusto Ribeiro Filho, Aggrippino Goiabeira, cel. Raymundo Carneiro Maia, cel. Raymundo da Costa Menezes, major Amilcar Bessa, cap. José Augusto Mochel e capitão Henrique José Dias, major Fernando Guapindaia S. Brejense, dr. Antonio Barreto Vinhas, dr. Publio de Mello, dr. Henrique Costa Fernandes (PACOTILHA, 1927, p. 4).

Na lista de convidados para este evento social e religioso, pode-se destacar ainda outros professores liceístas como Nascimento Moraes: dr. Justo Jansen, cônego João dos Santos Chaves e Alarico Pacheco; e outras figuras como Armando Vieira da Silva que, anos depois foi paraninfo o recepcionando na AML. Ainda sobre a reportagem acima, vale ressaltar que embora seu nome esteja escrito errado, trata-se dele mesmo, pelo envolvimento que teve, em maior ou menor grau, com tais pessoas citadas.

Entretanto, Nascimento Moraes não compareceu a um evento de cunho judicial, datado de 1º de outubro de 1927, então publicado no jornal *Pacotilha*, sob o título “Pela Justiça: Tribunal do Jury”. Ele havia sido intimado para servir de jurado, juntamente com outras 21

peessoas por meio de sorteio. A reportagem fez a convocação geral, sem discriminar qual seria o teor do julgamento em questão. Inclusive, citou pessoas conhecidas por ele, como os professores Antônio Lopes da Cunha e Juvêncio Odorico de Mattos.

Sob a presidencia do dr. juiz de direito da 4ª vara, presente o dr. 2º promotor público, realizou-se ante-hontem o sorteio dos 22 jurados que deverão servir na última reunião do juiz da capital, no corrente anno, tendo sido sorteados os seguintes cidadãos: Abdias Valente Figueirêdo, Herculano Amphiloquio Parga, Carlos Corrêa Rodrigues, dr. Juvencio Odorico Mattos, Alberico Dias da Silva, dr. Ignacio José Pinheiro, dr. Filogonio Lisbôa, Joaquim José Ribeiro Junior, Emilio Parga Rodrigues, dr. Antonio Lopes da Cunha, dr. Heitor Pinto, Edmundo José Fernandes, José Nascimento Moraes, dr. Alfredo de Assis Castro, Ulysses Nina Parga, Satyro Santos Martins, dr. Raul Soares Pereira, Julio Fortuna Mena Barreto, dr. Hamleto Godois, Almir Augusto Valente, José Carlos Cabral Teive, e o dr. Genesio Euwaldo de Moraes Rego (PACOTILHA, 1927, p. 2).

Pouco mais de um mês após ter sido convocado para compor o júri, Nascimento Moraes sofreu retaliação⁷² pelo não comparecimento, estando entre os nove jurados faltosos, dentre os quais os professores já citados. Estas informações constam no jornal *Pacotilha*, de 19 de novembro de 1927, edição nº. 272, sob o título “Pela Justiça: Tribunal do Jury”. Todos foram multados, com valor estabelecido por lei, sendo que o dinheiro arrecadado do pagamento das multas seria convertido para o hospital Santa Casa de Misericórdia.

No campo econômico, o Maranhão da década de 1930 tentava equilibrar suas finanças, com a comercialização de produtos agrícolas, por conta da crise internacional de 1929. Enquanto isso, no plano intelectual, Nascimento Moraes se empenhava em estimular a mocidade ludovicense na escrita literária, estando no ofício docente e ocupando o cargo de redator-chefe do jornal *Tribuna*⁷³. Nesse sentido, ele ministrou três palestras durante o mês de abril de 1930, reunindo não somente os estudantes do Liceu Maranhense como outras personalidades do meio jornalístico e do professorado.

De início, o jornal *Tribuna*, de 1º de abril de 1930, edição nº. 78, intitulada “Academia dos Novos: homenagem ao professor Nascimento Moraes”, informou que Nascimento Moraes havia sido convidado para reunião da Academia dos Novos, uma nova

⁷² Foram multados, de accordo com a lei, em 20\$000, cada um, os jurados que, sorteados e notificados, não compareceram à última reunião deste Tribunal, que são os cidadãos seguintes: Dr. Juvêncio Odorico Mattos, dr. Ignacio José Pinheiro, dr. Filogonio Lisbôa, dr. Antonio Lopes da Cunha, dr. Heitor Pinto, Edmundo José Fernandes, Julio Fortuna Mena Barreto, José Carlos Cabral Teive e José Nascimento de Moraes. Destas multas o dr. presidente do referido Tribunal e o respectivo escrivão desistiram dos que lhe é servido, em beneficio da Santa Casa de Misericórdia (PACOTILHA, 1927, p. 2).

⁷³ O jornal *Tribuna*, matutino independente, de publicação semanal, tinha como proprietário dr. Agnello Costa e o endereço era na Rua Desembargador Cunha Machado, 284, tendo Nascimento Moraes como seu redator-chefe.

sociedade literária que acolheu o homenageado desde sua residência até o local da recepção geral, visto como ilustre intelectual, sendo recebido com honras e elogios pelos presentes nesse evento, conforme alguns trechos a seguir:

Como ficara previamente combinado, a comissão composta dos acadêmicos Vicente Maya, Manoel Sobrinho, Virgílio Domingues e Felix Ayres, foi expedida, afim de ir para a residência do professor Nascimento Moraes, convida-lo a abrilhantar, com sua presença, a reunião do dia. Este illustre intellectual não se fez esperar, dando entrada no edifício dos novos, acompanhado pela comissão e demais pessoas, às 16 horas. Depois de lida a acta da sessão passada, que foi conforme a todos os presentes, o presidente, dr. Abdegard Brasil Corrêa, usando da palavra, fez, em nome da Academia, a saudação ao eminente professor, convidando-o, depois, a presidir a reunião. Acquiescido pelo digno homenageado, a quem a agremiação, solenemente rendia preito, este, assumindo a presidência, fez um longo e substancioso discurso, abordando assumptos de real importância aos intellectuaes incipientes; ensinando-lhes as directrizes, os caminhos a seguir, e diversos pontos de vista dignos de acatamento, terminando por lhe offerer os seus préstimos de professor, lembrando que se deve criar cursos de literatura, para o que elle se propunha a prestar o seu concurso em dias determinados, previamente marcados pela Academia. O discurso do decano dos jornalistas maranhenses, foi cortado de prolongados abraços. (...). O professor Moraes, encerrando a sessão, ainda dissertou longamente sobre os intellectuaes de outrora e encorajando os moços que ora se adunam para a vida intellectual, convidando-os a acompanhá-lo até o Maranhão-Hotel, onde offereceu-lhes um profuso copo de cerveja. Nesse prolongamento de fraternidade, ainda usa da palavra o digno jornalista, mais uma vez agradecendo a homenagem que a mocidade lhe rendia, lembrando o Maranhão intellectual de hontem e dezejando felicidades ao Maranhão intellectual de hoje. (...). Na sessão achavam-se presentes as seguintes pessoas: Brasil Corrêa, José Sá Valle, Benedicto Pereira, Virgílio Domingues Filho, Vicente Maya, Manoel Sobrinho, Feliz Ayres, Assis Garrido, Manoel Reis, Lauro Pastor de Almeida, Arthur Marinho, Ricardo Fróes, Lucano Reia, Alves Cardoso, Villela de Abreu, Washington Villa, Travasso Furtado, Souza Bispo, Ribamar Pinheiro e outros cujos nomes nos escaparam à reportagem. Assignaram o livro de visitas os senhores: Raymundo Parga, dr. Oscar Carvalho, Paulo Augusto de Moraes, Miguel Silva, Américo Pinto e Antônio Jansen Mattos (TRIBUNA, 1930, p. 5).

Conforme o trecho acima, depois da leitura da ata e da saudação a Nascimento Moraes, o presidente Abdegard Brasil Corrêa passou-lhe a palavra. Discursou para os presentes sobre a importância do fomento e incentivo aos intellectuais na escrita literária, se colocando à disposição para ministrar cursos de literatura aos participantes, desde que previamente agendados. Nessa ocasião, recebeu a incumbência de empossar novos membros ao grupo, os intellectuais Arthur Marinho, Villela de Abreu e Alves Cardoso.

Depois da recepção aos novos sócios, Nascimento Moraes fez outro discurso saudosista da geração anterior e aproveitou para felicitar a intellectualidade incipiente, bem como agradecer pelas homenagens rendidas a ele, também convidando a todos para que o acompanhassem para beber cerveja em outro lugar.

A primeira palestra literária do professor Nascimento Moraes na Academia dos Novos aconteceu no Instituto de História e Geografia no dia 13 de abril pela tarde, conforme o jornal *Tribuna*, edição n.º. 92, de 16 de abril de 1930, intitulada “Academia dos Novos: Palestra do professor Nascimento Moraes”. O tema da palestra girava em torno da literatura nacional, fazendo um retrospecto da influência estrangeira na literatura brasileira até que esta desenvolvesse uma literatura genuinamente nacional, citando figuras do romantismo nativista, tais como José de Alencar e Gonçalves Dias.

Domingo passado, conforme estava anunciado, o professor Nascimento Moraes, redactor-chefe de *Tribuna* e Cathedrático de Geographia Geral no Lyceu Maranhense, realisou, no local onde funciona na Academia dos Novos, que é a sede do Instituto de História e Geographia, a sua primeira palestra literária. A palestra teve começo às 17 horas. Versou esta sobre generalidades literárias rudimentos necessários aos plunitivos que se ensaiam no conhecimento das letras pátrias. O professor Nascimento Moraes começou mostrando que o Brasil, de começo, teve por circunstancias próprias de sua colonisação portuguesa, uma língua de empréstimo. Dahi a cópia do pensamento alheio. Dahi não ter criado seus processos de arte, não ter apresentado ao seu início páginas originaes. (...). Assim discorrendo parou um momento diante de figura inconfundível de José de Alencar, que apontou como um dos homens de letras que conheceram mais profundamente a figura portuguesa. Mostrou como além de sustentar brilhantemente que o português que se fala no Brasil é um dialecto do que se fala em Portugal, muito contribuiu para a emancipação das letras nacionaes. Parou também diante de figura extraordinária de Gonçalves Dias, que como Alencar rompeu com o classicismo português e deu largas à construcção grammatical, fugindo aos cânones do systema latino. (...) A palestra do professor Nascimento Moraes terminou às 19 horas. No próximo domingo, às mesmas horas, occupar-se-á exclusivamente do *Romantismo* (PACOTILHA, 1930, p. 8).

A segunda palestra do professor Nascimento Moraes na Academia dos Novos foi realizada no dia 20, de acordo com a edição n.º. 96 do jornal *Tribuna*, de 22 de abril de 1930, sob o título “Academia dos Novos”. Na ocasião de sua palestra sobre “Romantismo”, estavam presentes figuras da política, como o deputado Valle Sobrinho. A nota ainda registrou que o professor Rubem Almeida nessa sociedade literária havia sido eleito sócio-honorário.

Domingo, à tarde, o nosso companheiro de trabalho, prof. Nascimento Moraes, realizou na sede desta florescente sociedade de letras, a sua segunda palestra que versou sobre o *Romantismo*. Compareceram, como visitantes, o deputado Valle Sobrinho e o advogado dr. José Euclides de Miranda, que foram saudados pelo prof. Nascimento Moraes, respondendo num improvisado brilhante deputado Valle Sobrinho. Hontem, o illustrado prof. Rubem Almeida abriu uma série de palestras sobre motivos históricos. A hora de costume o conceituado prof. occupou a presidência e falou durante uma hora, sobre o mytho da Santa Sophia, ou de Santa Sabedoria. Foi uma syntese preliminar, em que o prof. Rubem Almeida mostrou um traço forte da evolução histórico-sentimental dos povos antigos. Saudou-o, ao início, o presidente da Academia o nosso confrade Abdegard Brasil Correia, e ao terminar o acadêmico Sá Valle. O prof. Rubem Almeida foi eleito por unanimidade sócio honorário da Academia dos Novos. As palestras continuarão na séde dessa associação literária, em

dias determinados, de modo que possam ser aproveitadas por todos os associados, que se manifestam tomados de real interesse por ellas. Como se vê, a orientação da Academia dos Novos é digna dos applausos de todos. Procurando elementos que se possam dar vitalidade intellectual, muito se pode esperar de seus superiores intuitos (PACOTILHA, 1930, p. 8).

Mais uma palestra sobre “Romantismo” aconteceu na semana seguinte e no mesmo lugar de costume pelo professor Nascimento Moraes, de acordo com a nota “A Academia dos Novos”, do jornal *Tribuna*, edição n.º. 102, de 29 de abril de 1930. Esse momento contou com a presença de representantes do jornal *Pacotilha* e do professor Rubem Almeida. Nesta reunião, comentou-se a realização vindoura da comemoração do Dia do Trabalho, com a pretensão de reunir o corpo docente da rede pública e privada, o que evidencia claramente a aproximação entre educação e literatura.

Realizou-se, ante-hontem, na sede desta florescente sociedade de letras a 3ª palestra do prof. Nascimento Moraes, sobre o *Romantismo*. Compareceram quase todos os associados. Foram presentes os nossos confrades da Pacotilha dr. Raymundo Mendes e Nicanor Azevedo, que foram saudados pelo presidente da Academia Abdegard Correa e pelo prof. Nascimento Moraes. Usou da palavra o dr. Raymundo Mendes, que num bello improviso enalteceu a Academia dos Novos, palteando em linguagem escorreita seus objectivos, e mostrando o quanto o Maranhão intellectual terá a lucrar com o seu progresso e desenvolvimento. Ficou determinado que a Academia dos Novos em a sua sede, commemorará o 1º de maio, com uma conferência, que será realisada pelo professor Rubem Almeida, que, presente à reunião, acceitou a incumbência. Para assistir a esse festival literário serão convidados todas as auctoridades, as classes em geral e especialmente o magistério primário desta capital, quer pública, quer particular. Foram tomadas na reunião ante-ontem medidas plausíveis, que dizem respeito a organização integral da Academia. Entre muitas pudemos de já referir-nos à eleição de dois bibliothecarios, que focarão incorporados à directoria, reformando-se, para isto, nesta parte, o regulamento (PACOTILHA, 1930, p. 6).

Esse contato da Academia dos Novos com Nascimento Moraes foi o encontro do presente com o passado, da sociedade das letras atual com o remanescente da Oficina dos Novos e seus embates fervorosos com Antônio Lobo. Era um novo momento de revitalização literária, em que os estudantes se inspiravam no professor e no literato, ao assistirem suas palestras.

Contextos distintos que revelam os mesmos problemas socioeconômicos, de instabilidade no comércio agroexportador, descontentamento da população maranhense pela precariedade no setor de serviços, além da capital São Luís encontrar-se “suja, escura, a mercê das constantes epidemias”, segundo Reis (1992, p. 75). A partir de 1930, Nascimento Moraes inclinou-se mais para o jornalismo e atividades de cunho burocrático, sem deixar de lado o ofício docente.

5.3.4 O exercício da docência no governo getulista

Desde o início dos anos 30, os intelectuais passaram a ter mais espaço na esfera governamental, com a missão de sistematizar e organizar a cultura brasileira, a partir da educação, ligado à construção de um projeto nacional. Segundo Veiga (2007, p. 185),

Tendo em vista a organização burocrática do incipiente Estado-nação, o destino da maioria dos letrados era ocupar cargos públicos ou postos políticos: ministros, senadores, deputados, conselheiros. Dado seu reduzido número, eles também exerciam várias atividades combinadas – eram ao mesmo tempo políticos, jornalistas, professores e profissionais liberais, e muitos ainda se revezavam em cargos nas províncias.

Grande parte dos intelectuais da época eram burocratas: engenheiros, médicos, advogados, comerciantes que tinham a profissão como fonte de renda e exerciam a atividade de escritor em segundo plano. A partir do Estado Novo, buscou-se ampliar esses grupos de mando, com formação acadêmica e mais bem preparados.

No campo educacional, de acordo com Fausto (2006, p. 188), o “Estado tratou de organizar a educação de cima para baixo, sem envolver uma grande mobilização da sociedade”. A questão educacional estava na agenda de debates, tanto que nessa conjuntura foi criado o Ministério da Educação e Saúde.

Para conter os conflitos partidários no Maranhão, que mais buscavam satisfazer interesses próprios do que solucionar os problemas do povo, o presidente da República Getúlio Vargas indicou Paulos Ramos (1937-1945), que até então ocupava um cargo do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro para assumir o governo maranhense. Segundo Reis (1992), ele não tinha vínculos partidários e sua chegada objetivava conter essa crise interna e negociar com o governo central o fim da intervenção.

A esse tempo, Nascimento Moraes dedicou-se mais em atividades burocráticas, pela experiência comprovada e acumulada ao longo dos anos, assim executando tarefas fora do âmbito de sala de aula, mas que tinham relação com a educação: produção e revisão de material didático, parecer sobre obra literária ou biografar maranhenses ilustres. Pelos fragmentos achados, ele não se envolveu como examinador de provas finais em estabelecimentos da capital como fazia de costume, uma fase menos intensa como docente no ensino secundário.

Em 1937, Nascimento Moraes foi convocado para emitir parecer da obra *Anthologia Maranhense*⁷⁴ do professor José Ribeiro de Sá Valle, a pedido do próprio autor para ser adotado nos cursos ginásial e normal do Estado. Para tanto, uma comissão da qual ele fazia parte foi formada: o diretor do Liceu Maranhense Antônio Cordeiro e a diretora da Escola Normal Maria do Carmo Teixeira.

Nesse período também, ele havia sido designado pelo Diretor Geral da Instrução Pública João de Matos, para elaboração do novo programa de ensino primário⁷⁵, em regime de colaboração com os professores: “Jose Silvestre Fernandes, Maria do Carmo Neves Teixeira, Maria Helena de Castro Rocha, Maria do Patrocínio da Silveira Leite, Guiomar Franco de Sá, Mary Santos e Laura Rosa” (PACOTILHA, 1937, p. 3).

Em 1938, continuava ainda como catedrático de geografia do Liceu Maranhense, assumindo mais outra responsabilidade: passaria a reger a mesma cadeira no Curso Complementar⁷⁶ do referido estabelecimento de ensino, a partir de 23 de maio, por determinação da Diretoria Geral da Instrução Pública. Da mesma forma, aconteceu com os professores interinos: Tácito da Silveira Caldas, de matemática, José Abranches de Moura, de física e Rubens Damasceno Ferreira, de desenho.

A despeito do Curso Complementar, a gestão de Paulo Ramos em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1937, ressaltou a importância a implementação dessa etapa de formação para o ingresso dos estudantes secundaristas ao Ensino Superior.

Tenho procurado difundir a instrução no Estado, como me cumpre. A instituição do Curso Complementar, entre nós, na conformidade do disposto no decreto federal nº. 21.241, de 4 de abril de 1932, vinha sendo reclamado com insistência pela sociedade. O estudante maranhense, sem aquelle curso, não poderia ingressarem curso superior. Vários paes, através de consideráveis sacrifícios, fizeram transportar seus filhos para o sul da Republica afim de completarem o estudo propedêutico iniciado nos nossos gymnasios, de vez que no extremo-Norte do paiz ainda não havia o Curso Complementar (MARANHÃO, 1937, p. 37).

No âmbito nacional, com a reforma liderada por Francisco Campos de estruturação do ensino secundário em 1931, o Curso Complementar seria oferecido anexo ao Curso Superior,

⁷⁴ Sobre a adoção da obra *Anthologia Maranhense*, essa informação consta no jornal *Pacotilha*, de 24 de dezembro de 1937, edição nº. 1009, intitulada “Instrução Publica”.

⁷⁵ Conforme jornal *Pacotilha*, de 28 de dezembro de 1937, edição nº. 1011, intitulada “Administração Estadual”. Essa convocatória foi na mesma semana, considerando a informação da reportagem anterior.

⁷⁶ A nota sobre o Curso Complementar do Liceu Maranhense foi publicada no jornal *Pacotilha*, de 25 de maio de 1938, edição nº. 1121, sob o título “Administração Estadual: Actos do Poder Executivo”.

para que o aluno concorresse às áreas de Direito, Odontologia, Medicina, Farmácia, Engenharia e Arquitetura, com disciplinas voltadas para o ingresso nessa etapa de formação. Veiga (2007) destaca o caráter propedêutico e a permanência do enciclopedismo no rol de matérias desse curso.

Segundo o jornal *Pacotilha*, de 8 de setembro de 1938, edição nº. 1215, intitulada “O Pantheon Maranhense”, o Interventor Federal Paulo Ramos, com base no decreto-lei nº. 115 de 6 do corrente autorizava a reedição da obra “Pantheon Maranhense”, de Antônio Henriques Leal, com a incumbência do professor Nascimento Moraes de continuar a dita obra, que deveria ser produzida em quatro volumes, bem como este teria de biografar vinte e cinco maranhenses ilustres já falecidos, como exemplo: Antônio Henriques Leal, Celso Magalhães, Aluísio e Arthur Azevedo, Antônio Lobo, Graça Aranha, Coelho Neto e Humberto de Campos.

O dr. Paulo Ramos autorizou, pelo decreto-lei n. 115 de 6 do corrente, a reedição do “Pantheon Maranhense”, de Antônio Henriques Leal, e determinou o prosseguimento dos ensaios biographicos de maranhenses illustres já falecidos, designando o provector cathedratico do Lyceu Maranhense, prof. Nascimento Moraes, para continuar a obra de Henriques Leal. Os maranhenses a serem biographados são: Antônio Henriques Leal, Regente Braulio Muniz, Silva Maya, Pedro Nunes Leal, Joaquim Serra, Celso Magalhães, Antônio Coqueiro, Jose Eulalio, Fellipe Franco de Sá, Gentil Homem de Almeida Braga, Garcia de Abranches (O censor), Themistocles Aranha, Nina Rodrigues, Teixeira Mendes, Souzafrade, Cezar Marques, Dias Careniro, Dom Luiz de Britto, Aluizio e Arthur Azevedo, Adelino Fontoura, Raymundo Corrêa, Antônio Lobo, Graça Aranha, Coelho Neto e Humberto de Campo. O texto do decreto n. 115 é o seguinte, sem os “considerando”: “Art. 1º - Fica autorizada a reedição da obra denominada “Pantheon Maranhense”, da autoria do dr. Antônio Henriques Leal, em quatro volumes. Art. 2º- Fica designado o prof. José Nascimento Moraes, cathedratico do Lyceu Maranhense, para continuar a obra do dr. Antônio Henriques Leal, com mesmo título, devendo escrever, pelo menos, vinte e cinco ensaios biographicos de maranhenses illustres já falecidos. Art. 3º - Tanto a nova edição do “Pantheon Maranhense” como a sua continuação, deverão ser compostas na Imprensa Official do Estado, em edição popular, de modo a tornar a sua aquisição ao alcance de todos. Art. 4.º - As despesas com a execução do presente decreto-lei correrão à conta de credito especial que o Governo abrirá em tempo opportuno. Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário”. O acto do sr. Interventor Federal é desses que se gravam para sempre na história de um povo. (...) (PACOTILHA, 1938, p. 6).

Diante do exposto, a obra de Antônio Henriques Leal manteria suas características originais, no que se refere ao título e à exposição da intelectualidade literária e sua contribuição cultural para o Maranhão. Provavelmente, deram mais flexibilidade a Nascimento Moraes, no que tange à sua rotina de professor no ambiente escolar para se dedicar com acuidade e tempo nessa reedição que contaria com o apoio do governo estadual.

A respeito de produções biográficas de maranhenses célebres, a reportagem do jornal *Pacotilha*, “Reverberos... Raul de Oliveira”, edição nº. 1218, de 11 de setembro de 1938,

expôs alguns motivos pelos quais o interventor Paulo Ramos haveria designado Nascimento Moraes para dar continuidade à obra de Antônio Henriques Leal, dentre elas: para homenagear o Liceu Maranhense, escolhendo um professor da mesma instituição, bem como de revitalizar a sociedade literária maranhense.

Nesse decreto-lei que autorizou o prosseguimento dos ensaios biographicos relativos a maranhenses illustres, há um aspecto ainda focalizado pela imprensa local. O Interventor Paulo Ramos designou José Nascimento Moraes para continuar a extraordinaria obra de Antonio Henriques Leal. (...). Eis porque não achamos inoportuna a idéa externada por muitos lentes e alumnos do Lyceu, em conversas nos intervalos das aulas. Entendem elles que o prof. Nascimento Moraes deve se sentir desvanecido com a escolha, justíssima, alias. Ao Lyceu, porém, é que compete agradecer a designação do seu cathedratico pois toda a gloria reverte em favor do renome do estabelecimento. Trata-se, portanto, de objectivar essa idéa com significativa manifestação ao dr. Paulo Ramos, que não se pode recusar a tão espontânea prova de estima e gratidão. É da indole estrutural do Estado Novo o máximo amparo ao ensino e à cultura do magnanimo povo brasileiro. O “Pantheon Maranhense”, evocado nestes dias pela intelligencia cultivada do Interventor Paulo Ramos, provocou um impressionante despertar das energias adormecidas da elite mental do Maranhão. Foi como que um grito de alerta lançado a todos os sectores do Estado, conclamando-nos à lucta pela restauração do luminoso passado que tanto nos orgulhece (PACOTILHA, 1938, p. 6).

Segundo Machado (1996), o governo getulista foi o “período negro” de Nascimento Moraes, no sentido de que ele chefiando a imprensa oficial, o *Diário Oficial do Maranhão*, inclinou-se a exaltar a gestão do interventor Paulo Ramos. Esse apoio supostamente deveu-se, pelo fato de ambos terem trajetórias de vida pouco parecidas: a origem étnica e ocupar um alto posto, sem apadrinhamento político.

Meireles (2008) considera os nove anos de interventoria no Maranhão, sob o comando de Paulo Ramos, de relativa paz e desenvolvimento, mais técnico, o que não impediu dos grupos partidários se articularem, com novas alianças, pleiteando reconquistar o poder nas próximas eleições. Esse interventor tencionava formar um novo grupo político, contando com ajuda do governo Vargas. Conforme Reis (1992, p. 88), “buscou construir uma base social de sustentação ao governo, procurando, de um lado, atrair o empresariado, de outro, implementar a política de subordinação dos sindicatos ao Estado”.

Em 1945, Paulo Ramos sem o apoio do governo federal e não tendo mais o mesmo prestígio, terminou renunciando ao cargo. Segundo Cabral (2001), o fracasso político desse político, atrelado à queda do Estado Novo foi preponderante para um novo momento da oligarquia maranhense, já que este não conseguiu desenvolver uma engrenagem política consistente.

5.3.5. A aposentadoria nos anos 50

Independente das escolhas que Nascimento Moraes teve de fazer, acredita-se que a profissão docente, a princípio, não foi uma escolha, mas serviu do ponto de vista financeiro para suprir uma necessidade. Além disso, Martins (2006) ressalta que a escrita literária, o mercado editorial não lhe era favorável e os diversos periódicos tinham pouco tempo de duração.

Com o passar do tempo, o ofício docente permaneceu como parte integrante de seu percurso, mas não se verificou o exercício dessa atividade na década de 1950, a não ser requerendo sua aposentadoria. Sobrevinha um período de tensões e conflitos em São Luís.

Nessa perspectiva, a gestão de Eugênio Barros (1951-1956) foi bastante conturbada, sobretudo, no começo do mandato que necessitou da intervenção do governo central para dirimir a insatisfação popular e o inconformismo da oposição pela derrota de Saturnino Belo na eleição estadual. Isso deflagrou na greve de 1951⁷⁷, ocorrida nos meses de fevereiro, março, outubro e setembro na capital ludovicense. Segundo Cabral (2001, p. 271),

O desenrolar do movimento se deu com a notícia da posse de Eugênio Barros. Houve um “quebra-quebra” promovido pela multidão, atingindo residências do TRE, destruindo o jornal Diário de São Luís e depredando a rádio Timbira, gerando feridos e um morto (José Ribamar Prado).

Esse acontecimento ganhou notoriedade nacional, sendo bastante debatido nos jornais locais, de outros Estados e até no exterior. A intervenção do governo Vargas na greve maranhense era um tanto delicada, justamente pelo fato de ser uma conjuntura de “democratização nacional”, com a preocupação de não suscitar a pretensão de se instaurar uma ditadura.

Por isso, optou-se na greve de 1951 por uma operação militar. Para tanto, foi “enviado a São Luís o “observador” Negrão de Lima do governo federal para avaliar uma possível intervenção. Retornando o ministro ao Rio de Janeiro, esperava-se uma decisão do presidente Vargas que permaneceu indeciso” (CABRAL, 2001, p. 281).

⁷⁷ Ainda segundo Cabral (2001), os argumentos apontados pela oposição era de que houve fraude na apuração dos votos, pois foram suprimidos cerca de 16 mil votos a favor de Eugênio Barros, que disparou na frente de Saturnino Bello na contagem dos votos, como também muitos civis feridos e alguns mortos. Por um momento, Eugênio Barros afastou-se para amainar os ânimos, até que o problema fosse elucidado pelo TSE, com o julgamento dos recursos dos opositoristas. Enquanto isso, o deputado César Aboud assumia o governo estadual. A decisão judicial reconheceu a legitimidade da diplomação de Eugênio Barros, vindo intensificar mais ainda este impasse com confrontos da polícia com a população, nada amistosos e com requintes de violência.

A desarticulação da greve se deu com a busca de entendimento do governador diplomado e as Oposições Coligadas, propondo um governo de coalizão, através da oferta de cargos e outros benefícios (CABRAL, 2001). Com a retirada da guarnição federal, o conflito terminou, restaurando a normalidade em 8 de outubro de 1951 o cotidiano da capital.

Já na velhice, Nascimento Moraes apreciava caminhar pelo centro da cidade de São Luís com sua esposa e também costumava frequentar o teatro Artur Azevedo. Às vezes, ele dormia lá, acometido de hérnia e trajando roupas modestas. Sobre o vestuário e seus traços físicos, Machado (1996, p. 41) assim o descreveu:

Nascimento Moraes: recordamo-lo ainda, quase ao fim de sua longa vida, paletó surrado e chapéu caído sobre um rosto profundamente fincado em ritos de um amargo ceticismo, grossos lábios característicos de sua negritude orgulhosa, veraz e autêntica, andar cambaleante dificultado pela hérnia que lhe avolumava as calças, perambulando dificultosamente pelas ruas íngremes de São Luís ou dormitando pachorrentamente numa das poltronas do centenário Teatro Artur Azevedo, ao lado da companheira que o conduziu nos últimos anos de existência.

Por tanto tempo dedicado à docência no Liceu Maranhense, o Governador Eugênio Barros concedeu pensão ao professor Nascimento Moraes, por meio da lei nº. 962 de 15 de setembro de 1953. Sua pensão aos 71 anos vigoraria enquanto existisse, de acordo com os artigos da presente lei, sem direito a repassar esse vencimento para esposa ou demais familiares.

O Governador do Estado do Maranhão. Faço saber a todos seus habitantes que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte lei: Art. 1º - É concedida ao professor José Nascimento Moraes Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros), que lhe será paga à razão de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) por mês. Art. 2º - A pensão de que trata a presente lei, vito Moraes, a pensão anual de Cr\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil cruzeiros) que vigorará até deixar de existir o professor José Nascimento Moraes. Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), para fazer face à execução da presente lei no corrente exercício. Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencerem que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Produção a faça publicar, imprimir e correr. Palácio do Governo do Estado do Maranhão, em São Luís, 15 de setembro de 1953, 132º da Independência e 65º da República. Eugênio Barros. José Dias Vieira (MARANHÃO, 1953, p. 95).

Enquanto aposentado do ensino secundário, Nascimento Moraes já consolidado como docente e reconhecido por outros intelectuais, políticos, egressos liceístas e de outras instituições escolares, continuou escrevendo suas crônicas e sendo requisitado no meio jornalístico.

5.4 Notícias de seu necrológio (1958)

É indiscutível o papel desempenhado por Nascimento Moraes no campo do jornalismo e sua contribuição social, entendendo que sua trajetória foi trilhada paralelo à sua atividade de professor na principal instituição de ensino secundário, bem como refletiu as condições sociais, econômicas, políticas e culturais de seu tempo. Por meio do ofício docente, ele ampliou seus horizontes, conquistando o respeito e o reconhecimento de vários setores da sociedade, tais como: da sociedade literária, dos egressos do Liceu Maranhense, dos colegas dos jornais em que foi redator-chefe e escritor.

Nascimento Moraes faleceu em 21 de fevereiro de 1958. “O após-morte do biografado torna-se tão significativo quanto seu período de vida, pelos traços que deixa e pelas múltiplas flutuações na consciência coletiva sob todas as suas formas de expressão” (DOSSE, 2009, p. 405). Vem à tona, o legado deixado por ele, sua contribuição para a imprensa periódica, para a educação maranhense e os laços de sociabilidade construídos.

5.4.1. Os últimos dias na versão dos periódicos

Os principais jornais da capital ludovicense *Pacotilha-O Globo* e *O Imparcial* acompanharam os dias agonizantes, entre 14 e 19 de fevereiro de 1958, que antecederam ao falecimento do professor Nascimento Moraes na sua residência.

A respeito disso, o jornal *Pacotilha-O Globo* acompanhou os últimos dias desse professor, sendo bastante visitado, como noticiou no dia 14 de fevereiro de 1958, na nota “Agrava-se o estado de saúde do prof. José do Nascimento Moraes”, discorrendo que ele estava acometido de uremia, apresentando os seguintes sintomas: náusea, vômito, convulsões, resultante da retenção no sangue de produtos de metabolismo proteico, com dificuldades para eliminar por via urinária.

Vem se agravando nestes últimos dias o estado de saúde do nosso confrade Nascimento Moraes, que até pouco tempo empregou suas atividades jornalísticas nos Diários Associados. O grande mestre de várias gerações acha-se acometido de uremia, em sua residência, à travessa Virgílio Domingues, logradouro que tem hoje seu nome. O prof. Nascimento Moraes, decano dos jornalistas maranhenses, tem sido muito visitado por amigos, colegas e ex-alunos (PACOTILHA – O GLOBO, 1958, p. 4).

No dia 15 de fevereiro de 1958, o jornal *Pacotilha-O Globo* noticiou em “Melhora o professor José do Nascimento Moraes” que Nascimento Moraes havia reagido positivamente

em relação a seu estado de saúde anterior, informando ainda das visitas constantes de amigos, colegas e ex-alunos.

Apresentou sensíveis melhoras, no decorrer do dia de ontem, o estado de saúde do professor Nascimento Moraes. O grande mestre de várias gerações, que até pouco tempo empregou suas atividades jornalísticas nos “Diários Associados”, está atacado de uremia, recolhido à sua residência, à Travessa da Passagem, artéria que tem até hoje seu nome. Ali vem o decano dos jornalistas maranhenses sendo muito visitado por amigos, colegas e ex-alunos (PACOTILHA-O GLOBO, 1958, p. 4).

Dias depois, as notícias sobre o professor Nascimento Moraes não eram mais animadoras, agravando seu estado pelo problema da uremia. Conforme o jornal *Pacotilha-O Globo*, de 19 de fevereiro de 1958, “Passa mal o decano dos jornalistas maranhenses”, o médico Djalma Marques que o assistia informou aos familiares que havia poucas chances de reverter essa situação, de sua recuperação.

Continua a inspirar cuidados o estado de saúde do nosso brilhante confrade prof. Nascimento Moraes, membro da Academia Maranhense de Letras, da qual foi presidente durante vários anos. O decano dos jornalistas maranhenses que há tempo se encontra enfermo, teve, nestes últimos dias, seu estado agravado por violento ataque de uremia. Seu médico assistente dr. Djalma Marques, já declarou à família do consagrado intelectual conterrâneo as poucas possibilidades de reação por parte do ilustre enfermo. O professor Nascimento Moraes tem sido muito visitado por amigos, colegas e ex-alunos, em sua residência, à Travessa da Passagem (PACOTILHA-O GLOBO, 1958, p. 2).

O jornal *O Imparcial*, com o subtítulo de “Órgão dos Diários Associados” e o mais antigo do Maranhão, no qual Nascimento Moraes ultimamente escrevia suas crônicas também publicou uma nota “Em estado gravíssimo o prof. Nascimento Moraes” no dia 22 de fevereiro, ressaltando sua importância no jornalismo maranhense e seu destaque na AML e também registrou que sua residência estava repleta de pessoas que foram vê-lo, mostrando o prestígio, o respeito e a boa reputação conquistados.

Continua em estado gravíssimo o prof. Nascimento Moraes, decano dos jornalistas maranhenses. A residência do venerando mestre tem estado cheia, dia e noite, de amigos, colegas e ex-alunos. O prof. Nascimento Moraes é membro dos mais destacados da Academia Maranhense de Letras, cuja presidência exerceu durante vários anos (O IMPARCIAL, 1958, p. 1).

Por sua vez, o jornal *Pacotilha-O Globo*, de 22 de fevereiro de 1958, na reportagem “Maranhão de luto, chora a morte do professor Nascimento Moraes” noticiou a morte do professor e decano dos jornalistas maranhenses. E aproveitou também para fazer uma síntese

biográfica de alguns aspectos de sua vida docente, seu ingresso no Liceu Maranhense, sobre seus familiares, sua carreira no jornalismo e sua atuação como literato. O texto reafirmou sua importância no fomento aos jovens que pleiteavam seguir seus passos. Além de *Puxos e Repuxos*, publicou o romance *Vencidos e Degenerados*, *Neurose do Medo* (ensaio político), deixando inédito o livro de poemas *Ciclo*. Foi fundador da Academia dos Novos que teve pouca duração (PACOTILHA-O GLOBO, 1958).

O jornal *O Imparcial* de 23 de fevereiro de 1958 apresentava em “Últimas homenagens tributadas ao intelectual conterrâneo: Discursos na Academia de Letras e no Cemitério Municipal – Biografia – Sepultamento – Outras Notas” mais informações sobre o falecimento de Nascimento Moraes que teria se sucedido em casa, por volta das 2 horas da manhã e o velório aconteceria na AML. A mesma nota ressaltou da intensa atividade desse professor na imprensa periódica, escrevendo suas crônicas nos jornais *O Imparcial* e *Pacotilha-O Globo*, antes de ser acometido por essa doença.

O Maranhão perdeu, ontem, um dos seus mais ilustres filhos, o professor José Nascimento Moraes, catedrático aposentado do colégio Estadual e mestre de várias gerações. Faleceu o inolvidável maranhense às 2 horas da manhã, em sua residência, à rua Virgílio Domingues, antiga Travessa da Passagem, onde padecia há vários dias, tendo o seu desaparecimento causado a mais profunda consternação em todas as camadas sociais de São Luís pois era o velho mestre estimado por todos. Decano dos jornalistas maranhenses, membro da Academia Maranhense de Letras, cuja presidência ocupou durante vários anos, era o professor Nascimento Moraes figura das mais expressivas no jornalismo e nos meios culturais do nosso Estado. Suas últimas atividades jornalísticas foram exercidas nos “Diários Associados” do Maranhão, onde integrou o corpo redacional do Vespertino “Pacotilha – O Globo”, em cujas colunas publicava diariamente, sob o pseudônimo de Braz Sereno, sua crônica intitulada “Por Trás da Cortina”. Em “O Imparcial” e outros órgãos de imprensa em que colaborou, usava também o iminente mestre os pseudônimos de Sussuarana (crítica de arte), João Ninguém e Valério Santiago. Logo após o falecimento do professor Nascimento Moraes foi seu corpo trasladado para a Academia Maranhense de Letras, onde ficou em câmara ardente, velado por amigos, parentes, colegas, ex-alunos e admiradores, até às 16 horas quando foi conduzido ao cemitério com grande acompanhamento. Desde às primeiras horas da manhã, quando circulou a notícia do desaparecimento do ilustre filho do Maranhão (O IMPARCIAL, 1958, p. 14).

Não foi por acaso que *Pacotilha-O Globo* e *O Imparcial* publicaram sobre a enfermidade de Nascimento Moraes. Ele foi jornalista desses periódicos e nos últimos anos de vida continuava nessa atividade de escrever suas crônicas. As notas divulgadas anteriormente repetem-se nos seguintes aspectos: a residência do intelectual receber amigos e colegas de profissão, situada na rua Virgílio Domingues; sempre exaltando suas qualidades, referindo-se a ele como mestre, decano dos jornalistas maranhenses; além da situação grave que se encontrava.

Às vésperas do falecimento do professor Nascimento Moraes, houve apelação ao prefeito de São Luís Emiliano Macieira por parte dos amigos jornalistas do ilustre intelectual, para que fosse encaminhada a mensagem juntamente com o projeto de lei para a Câmara Municipal, fazendo a doação perpétua da sepultura e gratuita do local, no cemitério de São Pantaleão, onde jazeria seus restos mortais (O IMPARCIAL, 1958).

Com a confirmação da sua morte, prosseguiu-se para organização do velório na sede da Academia Maranhense de Letras e das providências para o sepultamento no cemitério municipal.

5.4.2 Repercussão e homenagens no funeral

Durante o funeral de Nascimento Moraes, jornalistas, literatos e membros da Academia Maranhense de Letras (AML) prestaram-lhe as últimas homenagens. Isso ocorreu, através da imprensa periódica, entre os dias 23 e 27 de fevereiro, com destaque para: os discursos de Mário Meireles, de Clodoaldo Cardoso na AML e do vereador Sálvio Dino na Câmara Municipal, todos em *O Imparcial* e Vital Freitas, do jornal *Pequeno*.

A notícia da morte de Nascimento Moraes também repercutiu fora do Estado, sobretudo, no Rio de Janeiro, então capital federal. O jornal *Pequeno*, de 23 de fevereiro de 1958 publicou novamente o artigo “Retrato do Professor”, cuja primeira publicação foi a 17 de agosto de 1951, escrito pelo jornalista maranhense Vital Freitas, que segue na íntegra:

Em 1951 surgiu a ideia de colocar numa das praças de S. Luís, o busto do prof. Nascimento Moraes, antes mesmo de sua morte. A divulgação de tal nota, no Rio, fez com que muita gente ficasse convencida de que o velho mestre havia morrido. O jornalista maranhense Vital Freitas, que se encontrava na capital da República, tomando conhecimento da notícia da “morte” do professor Moraes, escreveu uma crônica sob o título “Retrato do Professor”, que publicamos na nossa edição do dia 17 de agosto de 1951, a título de curiosidade e que hoje estamos reproduzindo, por haver chegado a oportunidade para sua divulgação. Ei-la: “Que falta grave! Somente agora tive conhecimento que deixou o mundo dos vivos o insigne professor Nascimento de Moraes. Ainda deve estar de luto a alma do povo do Maranhão diante da dolorosa perda desse seu eminente filho. Mais uma pena que se quebra. Um minuto de silencio. Porque trabalhei com ele e participamos, juntos, de momentos ditosos de tertulias e recreios que jamais sairão da minha retentiva, sinto-me impulsionado e no dever de gravar, nesta página os meus sentimentos, atinentes ao seu espirito, tal como se eu pudesse efetivamente, lhe traçar o perfil com todas as deliciosas tintas. Professor Nascimento de Moraes homem de uma vitalidade singular, demonstrando o aspecto de vigor e a solidez intrepida dos caboclos rígidos do Maranhão, impressiona logo à primeira vista, ao primeiro contato. Sua côr de bronze recalcada pelos cabelos brancos; seus passos lentos perfazendo uma marcha firme; sua fisionomia energica com muita coisa de mansidão e serenidade; seu olhar vivo, franco e perscrutador, tudo indicava nele a tenacidade cavalheiresca e a vontade criadora dos homens sapientes

de combate e de ação. Tendo o temperamento fragueiro e quente do homem nordestino; a consciência de uma personalidade predestinada, por vocação, ao mister de doutrinar pela palavra escrita e a vontade de afirmar-se e o sentimento de educador leal, fizeram do professor Nascimento Moraes, um guardião do patrimônio intelectual do Maranhão. Esse educador a que a maturidade acrescentou a reflexão e a prudência, sem lhe tirar a malícia e a vivacidade, discutia com uma finura armada. Era preciso vê-lo quando estava no momento de explicar ou defender o seu pensamento. Seu rosto cintilava e ria um pouco. Seus olhos, sobretudo, a boca, indicavam prontidão a resposta. A inteligência se mobilizava para a réplica; as ideias e a sua expressão acodiam, e disciplinadas e polidas, e, na sua impaciência para se pronunciar abertamente, ele, apenas opunha com acenos de cabeça, resistências às ideias divergentes ou aos erros que os assediavam, para depois expor suas objeções - aí é que a sua pena tinha trabalho miraculoso - com tal lucidez que parecia menos transmitir o seu pensamento aos nossos ouvidos do que fazê-lo ver aos nossos olhos. Sem a menor parcela de lisonja, compreende-se que uma inteligência e um temperamento desse jaez, o tenham resguardado contra o nivelamento, a rotina e a esterelidade a que a burocracia costumava condenar, absorvendo-os e anulando-os, a maior parte do gabinete... Era modesto. Não gostava de aparecer, detestava as exibições fictícias e toda as vezes que saía de isolamento espiritual em que se trancava, era para combater por uma causa justa, por um ideal sublimado, destacando-se, então, pela nitidez das atitudes, pela coragem das afirmações e pela destreza os movimentos. Seus alunos lhe chamavam de mestre com um respeito intrinsecamente filial; os maiores jornalistas e homens de letras do Brasil inteiro lhe chamavam com reverência de mestre e a posteridade lhe chamará inolvidável mestre. Paz ao teu espírito Professor Nascimento de Moraes e deixa que mesmo de longe, e, pensamento, eu beije as bordas do teu mausoléu. RIO, 1951 (JORNAL PEQUENO, 1958, p. 1).

O artigo “Retrato de professor” que homenageou Nascimento Moraes, prenunciou erroneamente na sua primeira publicação a morte desse intelectual. Naquela época, o jornalista Vital Freitas escreveu um texto futurista, tecendo-lhe elogios, descrevendo-o como um indivíduo: sereno, ativo, de andar devagar, com forte temperamento, o educador, o mestre, grande orador, modesto, que evitava aparecer em público. Essa reportagem foi oportunamente reproduzida nessa ocasião, visto que agora essa informação já não era fictícia.

O jornal *O Imparcial* de 25 de fevereiro de 1958, em “Homenagem da Academia de letras ao professor Nascimento Moraes: Como falou o acadêmico Mário Meireles ao officiar a cerimônia da saudade”, abordou o discurso de Mário Meireles na abertura da cerimônia de corpo presente do professor Nascimento Moraes, recordando que ele foi o último titular da cadeira de João Lisboa na AML.

O acadêmico Mário Meireles, oficiando a cerimônia de corpo presente, homenagem da Academia de Letras ao professor Nascimento Moraes, produziu o seguinte discurso: Silêncio; muito silêncio; um minuto só de silêncio..., de prece e de contrição... Aqui me tendes e ora me escutais, vós todos que aqui viestes comungar conosco a lutuosa passagem dêste dia e dêste instante, para, em nome da Academia Maranhense de Letras, officiar, de corpo presente e no recinto dêste templo de que foi ele sumo sacerdote, a cerimônia derradeira em que, embora o corpo já sem vida, assistirá conosco, em espírito, o último titular da poltrona de João Lisboa. E eu, oficiante apenas no simbolismo desta solenidade, vos transmito o que ele, o poeta dos poetas, me comunica, nas palavras de seus próprios versos: *Ó guerreiros, da taba*

sagrada, Ó guerreiros, da tribo tupi; Falam deuses nos cantos do piaga; Ó guerreiros, meus cantos ouvi. Falam os deuses – os manitôs da tribo Timbira, os numes tutelares desta Atenas do Brasil, que todos vieram, em corte, buscar à terra, para levá-lo aos céus, a alma do velho piaga que religiosamente aqui velais a tantas horas. Timbiras, ouvi; escutai em silêncio. Ouvi-lhe os passos, aos manités e aos numes, que já de volta se fazem como vieram, sem que ninguém os visse, e que arrastam consigo, em assunção de gloria, para os braços de Tupã, para o seio de Jupiter Olimpico, a alma daquele que em vida foi requestado das musas e enamorado das iaras. O seu corpo aqui fica, conosco, para que o restituamos à terra que no-lo deu; o seu nome, tambem aqui restará, conôscos, para que a sua memória se eternize como um fanal para as gerações vindoiras; a sua alma, porém, lá ficará, por sobre as nuvens, na imortalidade dos eleitos, como um novo manitê desta taba sagrada, como um outro nume (...) desta acrópole privilegiada. Ó guerreiros, da taba sagrada, Ó guerreiros, da tribo tupi; Manitôs já fugiram da taba, Ó desgraça, ó ruína, ó Tupã (O IMPARCIAL, 1958, p. 3).

Durante a cerimônia fúnebre, o orador Mário Meireles expressou-se de forma poética acerca de Nascimento Moraes, demonstrando sua importância não somente para a AML, de que fez parte como presidente e contribuiu com sua produção literária por muito tempo, como para a sociedade maranhense das próximas gerações.

Além disso, Clodoaldo Cardoso, outro membro da AML, fez também sua despedida no funeral do professor Nascimento Moraes, em “Discurso proferido pelo dr. Clodoaldo Cardoso diante do ataúde do prof. Nascimento Moraes: Comovente oração do presidente da Academia Maranhense de Letras”, tecendo-lhe elogios, de seu legado para a intelectualidade maranhense, como jornalista polemista que escreveu sobre os diversos problemas do Maranhão.

Clodoaldo Cardoso proferiu o seguinte discurso: Aqui está reduzido, para sempre à imobilidade ao silêncio, aquele que foi um dos espíritos mais ágeis, uma das inteligências mais lúcidas da intelectualidade maranhense nestes últimos anos. Conheci Nascimento Moraes no mais alto esplendor de sua notoriedade. Vi-o a fremir ao calor de suas vitórias, naqueles dias memoráveis da segunda década do século, em que os nossos intelectuais, cindidos em dois grupos, cerravam fileira em torno dele e de Antônio Lobo. Era o tempo em que o Maranhão, emergindo de prolongada letargia espiritual tentava arregimentava-se para empreender a reconquista do título de Atenas do Brasil. Testemunhei-lhe, depois a perigosa atuação no setor do jornalismo político, onde bravamente combateu os erros do governo e defendeu, de peito aberto, as liberdades públicas. Vim, mais tarde, encontrá-lo nesta Casa, cercado de admiração da estima e do respeito dos seus pares. Já não era, então, o estrênuo lutador de antanho. Por fim, aqui estou, para em nome da Academia, dizer-lhe o derradeiro adeus. Adeus à forma material e transitória que vai, dentro em pouco, desintegrar-se no túmulo; e não à sua personalidade literária, por que esta viverá, ad-perpetuam, na (...) das páginas que escreveu, na lembrança das campanhas cívicas que dirigiu, na história da nossa literatura. Nascimento Moraes: Para imortalidade! (O IMPARCIAL, 1958, p. 5).

No discurso de Clodoaldo Cardoso, ressaltou-se o papel desempenhado no primeiro quartel do século XX por Nascimento Moraes e Antônio Lobo, figuras ilustres em lados opostos, mas sendo protagonistas do movimento de efervescência literária, em meio a um

período de instabilidade política, de crise oligárquica e econômica, por conta das oscilações do mercado externo. Mais adiante, recordou-se de sua atuação como jornalista crítico na imprensa periódica, ao denunciar a situação do Estado e o descaso dos sucessivos governos.

O jornal *O Imparcial*, de 26 de fevereiro de 1958, no artigo “A mesa de Nascimento” discorreu mais uma vez de forma elogiosa a Nascimento Moraes como docente, de sua vida de luta, personalidade literária e de exemplo aos seus discípulos e colegas de longa data.

A tua Vida, Nascimento foi tão gloriosamente nossa – teus discípulos e Amigos – que a tua Morte representa para nós, apenas, um novo marco. Nascente num bêco. Viveste num bêco. Morreste num bêco. Mas, o bêco que foi o teu mundo tinha uma saída enorme para todos os horizontes: da renúncia, do estoicismo, da ternura, da compreensão, do amor, da liberdade e do trabalho. E foi dêsse bêco, de mil saídas para os deslumbramentos do Saber, que nos transmitiste as luzes fecundas de tua grandêsa espiritual. As gerações vindouras lerão, comovidas, como uma das datas mais caras do Maranhão. Foi no teu glorioso crepúsculo o divino incêndio de uma Catedral! Ainda morto irradias luz e fé nos destinos humanos. Fôste múltiplo: Braz Sereno, Valério Santiago, Sussuarana, João Sem Terra, Zé Maranhense, Nascimento Moraes (O IMPARCIAL, 1958, p. 1).

A prefeitura de São Luís, através do prefeito Emiliano Macieira, decretou luto oficial pelo falecimento do professor Nascimento Moraes, já que a comoção por esse acontecimento se estendeu em todo o Maranhão, como também foi notícia em outros Estados da Federação. No velório, fizeram-se presentes: familiares, sindicato dos professores, representantes da maçonaria, da qual participou como membro das lojas maçônicas: Rio Branco e Renascença, literatos e jornalistas locais (O IMPARCIAL, 1958).

A Câmara Municipal também prestou homenagem ao professor Nascimento Moraes. Também o jornal *O Imparcial*, de 27 de fevereiro de 1958, na nota “Nascimento Moraes na palavra de Sálvio Dino”, o vereador Sálvio Dino se pronunciou no dia 23 do corrente sobre o ilustre intelectual maranhense nessa mesma instituição. Segue-se, então, alguns trechos desse discurso.

Ao se referir, no dia 23 do corrente, na sessão da Câmara Municipal, sobre a morte do professor Nascimento Moraes, decano dos jornalistas maranhenses, pronunciou o vereador Sálvio Dino de improviso, o discurso que segue: (...) Sr. Presidente, êste inoxidável varão, sepultado anteontem à tarde, com justas, merecedoras honrarias e entre lágrimas de uma plêiade de personagens do mais alto relevo nos meios culturais e sociais de S. Luís, assim também como do povo em geral – foi o grande professor Nascimento Moraes, até então, considerado o decano dos jornalistas timbiras. Sr. presidente, srs. Vereadores, este velho ateniense, desaparecido corporalmente do nosso convívio, deixando um nome que há de pairar como um espírito invulgar de nossa raça, como um dos representantes máximo de nossa cultura em todos os tempos,

foi um exemplo de virtude, de honradez e de abnegações; foi um bem acabado modelo de homem predestinado a imortalizar-se pelos feitos, pelas obras, pelas realizações, pelos magníficos, pelos magistrais tentos conquistados no campo do pensamento. Sr. presidente, morreu Nascimento Moraes. (...) Sr. presidente, srs. Vereadores, é com uma grande saudade que, eu, discípulo do prof. Nascimento Moraes, falo à Câmara Municipal; - com profundo pesar que, eu maranhense, refiro-me ao seu glorioso nome; é com grande gratidão que, eu, humilde repórter, agradeço aos provectos ensinamentos do saudoso e festejado colunista Braz Sereno; é com eterna gratidão do estudante sanluisense, que rendo, neste momento, a minha última homenagem ao grande mestre desaparecido (O IMPARCIAL, 1958).

O vereador Sálvio Dino salientou a comoção geral no sepultamento de Nascimento Moraes que aconteceu no dia 25 de fevereiro, o mérito do professor e jornalista, cuja trajetória jamais poderá ser esquecida na sociedade maranhense. Além disso, ele ressaltou a importância dele no seu desenvolvimento como estudante, servindo-lhe de inspiração no ingresso ao jornalismo.

Sobre o percurso de vida de Nascimento Moraes na docência, vale ressaltar seu caráter fragmentário, dado ser impossível escrever a trajetória dele na sua totalidade, pela incompletude da documentação, entre fontes perdidas e extraviadas pelos sinais do tempo. “O que nos interessa é acompanhar os passos de uma trajetória singular que suscite inquietações, dúvidas e incertezas que também possam interessar a todos aqueles preocupados com os problemas e a relevância da pesquisa e da escrita histórica” (AVELAR, 2012, p. 77).

Nascimento Moraes foi um intelectual engajado politicamente, a exemplo de seus embates na imprensa jornalística contra governo ou de literatos adversários. Era também comprometido com uma educação popular que promovesse a melhoria nas condições de vida, combatendo o analfabetismo que solapava o Estado. Ele marcou de forma visível a existência de um grupo, produzindo e reproduzindo discursos de seu tempo, do espaço escolar e na sua relação com outros professores do Liceu Maranhense, contribuindo com sua erudição de maneira significativa para a História da Educação no Maranhão, sobretudo na formação de docentes.

Aqui foram apresentados alguns fragmentos do seu percurso no ensino público do Maranhão, o que não lhe impediu de transitar por outros espaços, articulado à uma rede de solidariedade construída ao longo de tempo. Assim, foi conquistando reconhecimento e prestígio com sua erudição, reafirmando sua negritude, sua fama de polemista na imprensa periódica, permanecendo na história como o decano dos jornalistas maranhenses e mestre de várias gerações.

6. CONCLUSÃO

O professor Nascimento Moraes foi um dos intelectuais mais influentes na sociedade maranhense do século XX. Em se tratando do campo da História Cultural, sua história no ensino público jamais poderá ser escrita em linhas retas, pois encerra um movimento, no qual ele foi simultaneamente protagonista do seu destino e submeteu-se às circunstâncias do momento.

Nascimento Moraes construiu seu itinerário, utilizando-se das estratégias e táticas, ministrando aulas particulares e no Liceu Maranhense, também dispoendo de uma leitura diversificada e boa retórica para escrever nos jornais e expor suas convicções publicamente. Isso tornou-se possível por meio do consumo da cultura letrada, enfrentando barreiras sociais, aproveitando a chance de ser liceísta numa instituição de ensino secundário tradicionalmente elitista e retornando anos depois como catedrático de Geografia via concurso público.

O Liceu Maranhense, principal escola estadual, deu mais visibilidade a Nascimento Moraes, enquanto lugar estratégico para divulgação de sua produção intelectual, a exemplo do lançamento da primeira edição de *Vencidos e Degenerados* (1915), além de convocatórias para trabalhos em outros estabelecimentos de ensino e lhe permitindo também transitar em outros espaços fora do universo educacional.

Nesse processo de reconstituição da vida docente desse intelectual, mediante os fragmentos anteriormente apresentados, dentre jornais, ofícios e registros memorialísticos, não deixou de ser também uma jornada oportunizadora para destacar outros aspectos secundários ao objeto deste trabalho, tais como: a instrução pública e ações governamentais em articulação ou não com a instância federal e (des)articuladas dos anseios das camadas populares; o combate ao analfabetismo que solapava o Estado, sobretudo, na imprensa periódica como condição essencial para elevação dos indicadores socioeconômicos do Maranhão, o qual não padecia isoladamente desse problema em comparação aos outros Estados.

Aliando-se a isso, mesclava-se ao discurso saudosista da intelectualidade local em nome de um passado glorioso dos literatos do Oitocentos, da singularidade desta terra que brotava homens ilustres das Letras. Sem deixar de mencionar também, o controle do Estado sobre o Liceu Maranhense na articulação entre os espaços de poder, então ramificações do governo: Secretaria do Interior, Imprensa Oficial, Secretaria da Fazenda e direção do Liceu Maranhense. Foi importante evidenciar esses elementos que serviram de pano de fundo para a

projeção intelectual de Nascimento Moraes, cercada de embates com a elite letrada, ao mesmo tempo que frequentou espaços desse grupo por seus méritos e pela sagacidade de articulista.

Praticamente na maioria dos achados sobre Nascimento Moraes, a palavra *professor* está intrinsecamente relacionada, seja para convites, convocações oficiais ou mesmo quando lhe faziam referências na imprensa. Quando ele mesmo assinava suas crônicas geralmente se utilizava de pseudônimos, mas não usava sua posição no magistério, possivelmente porque quisesse separar docência e jornalismo.

A sala de aula foi o espaço onde Nascimento Moraes mais exerceu sua autoridade sobre os alunos, despertando neles diferentes sentimentos: de admiração, temor pelas suas avaliações, uma inspiração para ingressar na carreira literária e formar grêmios estudantis e de estímulo aos estudos, tendo sido uma referência para a juventude da época. Sua personalidade foi descrita por um desses alunos, o escritor Josué Montello, representando-o como mestre dedicado ao ofício docente e inclinado à leitura, por sempre portar um livro consigo. E, contrariamente, como uma figura temerosa por alguns alunos liceístas quando se aproximava o período dos exames finais.

Neste trabalho, a trajetória docente de Nascimento Moraes pode ser classificada em três momentos significativos, levando-se em conta a documentação aqui reunida. A primeira fase foi de instabilidade na carreira de professor, entre os anos de 1900 e 1911, começando pela busca de emprego, após o término do ensino secundário; lecionando em casas particulares, paralelo às atividades de jornalista; na tentativa de administrar seu próprio estabelecimento de ensino, até quando conseguiu ingressar como professor da Escola Normal. Era necessário acumular experiência no magistério, especialmente para pleitear vaga no Liceu Maranhense.

A segunda fase foi de maior visibilidade, de estabilidade profissional, momento áureo para Nascimento Moraes, visto que corresponde à sua entrada, de forma meritocrática, como lente do Liceu Maranhense em 1913. Além de sua competência e capacidade intelectual, sua experiência obtida nas escolas onde lecionou foi crucial para o êxito no concurso prestado nesta instituição. Ele presidiu mesas examinadoras, onde mostrava-se rígido e metódico nas suas avaliações, percebendo as falhas dos alunos submetidos às provas, conforme à matéria ministrada e o método aplicado na transmissão do conteúdo, como também serviu de fiscal em determinados estabelecimentos de ensino da capital, com a missão de equiparar o estudo neles ministrado, tomando como parâmetro o do Liceu Maranhense.

Faz-se necessário salientar que se prolongou por vários anos esse período de projeção profissional, prosseguindo Nascimento Moraes mais experiente com as mesmas

estratégias e táticas no cenário educacional e na imprensa periódica, tendo como base a escola estadual.

Pode-se afirmar também que Nascimento Moraes era ativo nas questões do Liceu Maranhense, expondo seu ponto de vista nas reuniões do corpo docente, como foi a que ocorreu na década de 1920 e publicada uma ata com a síntese dos seus pontos abordados, através do jornal *Pacotilha*. Na década de 1930, ministrou três palestras de estímulo à nova geração de literatos, no caso o grupo Academia dos Novos, partilhando seu conhecimento sobre literatura, conforme o jornal *Tribuna*. Era um momento singular de renascimento literário, em que a juventude o prestigiava, assistindo suas palestras.

Os anos seguintes, Nascimento Moraes voltou-se mais para atividades burocráticas, fora do ambiente de sala de aula, mas que tinham relação com o magistério. A terceira fase, então, seria de consagração pelo tempo devotado à instrução pública, com trabalhos que exigiam mais da sua capacidade intelectual.

Além disso, Nascimento Moraes foi indicado algumas vezes para organização de material didático e na formulação de documentos oficiais, em colaboração com outros docentes, elaboração de programa do ensino primário e participação em congresso. Essa notoriedade permitiu-lhe frequentar outros espaços de poder, exercer outras atividades não educativas sem prejuízo do seu cargo de professor. Outro momento marcante foi na interventoria de Paulo Ramos, quando ele assumia a chefia da imprensa oficial, estando à serviço daquele governo, como se verificou nas produções intelectuais em que se envolveu, como exemplo na reedição do *Pantheon Maranhense*, de Antônio Henriques Leal.

Diante do exposto, o ofício docente não foi uma escolha, a princípio, independentemente das opções que Nascimento Moraes teve de fazer no começo de sua vida profissional. Mas, serviu do ponto de vista financeiro para suprir uma carência, em virtude da efemeridade dos jornais no mercado editorial, o que desfavorecia a escrita literária. O jornalismo, por conseguinte, ressoava com mais força no seu percurso, tanto que nos anos 1950, já aposentado do Estado e doente, foram escrevendo crônicas para imprensa periódica.

Contudo, a carreira de magistério deu suporte a Nascimento Moraes, no que diz respeito em ser concursado do Liceu Maranhense, lugar estratégico, profícuo de diálogo com a sociedade. Além disso, salienta-se o caráter fragmentário do seu percurso, visto ser impossível reconstitui-lo na sua totalidade, diante da redução de documentos, fontes extraviadas e desgastadas pelo tempo.

Portanto, este trabalho sobre a atuação de Nascimento Moraes no magistério vem contribuir, de forma diferenciada, para o campo historiográfico e da História da Educação Maranhense, visto que as abordagens sobre ele, até então, se detinham mais em questões ligadas ao jornalismo e à literatura.

REFERÊNCIAS

✓ Fontes

A academia dos Novos. **Pacotilha**. São Luís, 29 abr. 1930. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Á borda do Abysmo. **O Lábaro**. São Luís, 30 ago. 1921. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

A Delegacia Fiscal. **Pacotilha**. São Luís, 27 jan. 1920. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

A educação do povo. **O Tempo**. São Luís, 24 jun. 1878. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

A Empreza Predial do Norte. **Pacotilha**. São Luís, 12 fev. 1913. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

A escrava. **Estudante**. São Luís, 19 dez. 1937. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

A Eugenia e o Alcoolismo no Estado Novo. O Imparcial. São Luís, 19 fev. 1938. In: **A Contribuição Maranhense para o Estado Novo**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1938. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Á procura de professor. **Labaro**. São Luís, 9 jul. 1921. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Academia dos Novos. **Pacotilha**. São Luís, 22 abr. 1930. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Academia dos Novos: homenagem ao professor Nascimento Moraes. **Pacotilha**. São Luís, 01 abr. 1930. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Academia dos Novos: Palestra do professor Nascimento Moraes. **Pacotilha**. São Luís, 16 abr. 1930. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Acta, nº.18, da Sociedade Beneficente 15 de novembro. **Pacotilha**. São Luís, 27 out. 1913. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Administração Estadual. **Pacotilha**. São Luís, 28 dez. 1937. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Administração Estadual: Actos do Poder Executivo. **Pacotilha**. São Luís, 25 mai. 1938. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Analfabetismo no Maranhão. **A Mocidade**. São Luís, 8 out. 1935. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Anniversarios. **Pacotilha**. São Luís, 17 mar. 1935. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Ao som da Inubia. **A Inubia**. São Luís, 3 nov. 1914. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

As associações. **Pacotilha**. São Luís, 4 jul. 1917. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

As Escolas: Liceu Maranhense. **Pacotilha**. São Luís, 30 nov. 1916. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Associação de Imprensa. Edital. **Pacotilha**. São Luís, 13 mar. 1920. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Associação de Imprensa. Edital. **Pacotilha**. São Luís, 15 mar. 1920. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

BRASIL. Administração dos Correios do Estado do Amazonas. Ato de nomeação de Raimundo do Nascimento Moraes. Manaus, 1 fev. 1904.

BRASIL. Ministério da Guerra. Certificado de Reservista de 3ª categoria de Ápio Cláudio do Nascimento Moraes. Maranhão, 28 nov. 1929.

Dia Familiar. **Pacotilha**. São Luís, 19 mar. 1910. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Domingos Machado. **Correio da Tarde**. São Luís, 5 jul. 1910. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Dr. Lauro Sodré: A festa da Maçonaria. **Pacotilha**. São Luís, 25 ago. 1911. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Exames Geraes de Preparatorios. **Pacotilha**. São Luís, 14 dez. 1899. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Exames Geraes Francez. **Pacotilha**. São Luís, 23 nov. 1897. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Exames Geraes. **Pacotilha**. São Luís, 23 jan. 1899. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Exames Geraes. **Pacotilha**. São Luís, 27 dez. 1898. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Exames Geraes. **Pacotilha**. São Luís, 29 nov. 1897. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Festa dos Remedios: Balanço Geral. **Pacotilha**. São Luís, 22 nov. 1910. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Furto de fazendas. **Pacotilha**. São Luís, 15 ago. 1900. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Homenagem a Gonçalves Dias. **Pacotilha**. São Luís, 15 out. 1900. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Instituto Nascimento Moraes. **Pacotilha**. São Luís, 19 jan. 1907. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Instituto Nascimento Moraes. **Pacotilha**. São Luís, 21 jan. 1907. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Instituto Nascimento Moraes. **Pacotilha**. São Luís, 22 jan. 1907. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Instituto Nascimento Moraes. **Pacotilha**. São Luís, 23 jan. 1907. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Instituto Nascimento Moraes. **Pacotilha**. São Luís, 24 jan. 1907. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Instituto Viveiros. **Diário de São Luís**. São Luís, 20 nov. 1923. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Instituto Viveiros. **Pacotilha**. São Luís, 17 mai. 1928. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Instituto Viveiros. **Pacotilha**. São Luís, 6 mar. 1930. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Instrução Publica. **Pacotilha**. São Luís, 24 dez. 1937. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Juiz de Direito da 1ª Vara. **Pacotilha**. São Luís, 14 dez. 1927. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Liceu Maranhense. **Pacotilha**. São Luís, 12 mar. 1935. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Liceu Maranhense: Curso Profissional. **Pacotilha**. São Luís, 21 nov. 1921. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Lista. **Pacotilha**. São Luís, 16 out. 1905. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Lyceu Maranhense – Curso Gymnasial. **Diário de São Luís**. São Luís, 28 nov. 1921. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Lyceu Maranhense – Curso Gymnasial. **Pacotilha**. São Luís, 30 dez. 1926. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Lyceu Maranhense. **Diário de São Luís**. São Luís, 21 nov. 1921. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Lyceu Maranhense. **O Combate**. São Luís, 01 set. 1906. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Lyceu Maranhense. **Pacotilha**. São Luís, 26 nov. 1922. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Lyceu Maranhense: Curso Profissional. **Diário de São Luís**. São Luís, 19 nov. 1921. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

MARANHÃO, Governador, 1910-1914. (Luiz A. Domingues da Silva). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo de Maranhão na abertura solene da 2ª sessão da 7ª Legislatura em 12-01-11**. São Luiz, Imprensa Oficial, 1911.

MARANHÃO, Governador, 1914-1918. (Herculano Nina Parga). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo de Maranhão na abertura solene da 1ª sessão da 9ª Legislatura em 05-02-16**. São Luiz, Imprensa Oficial, 1916.

MARANHÃO, Governador, 1918-1922. (Urbano Santos da Costa Araujo). **Mensagem apresentada ao Congresso do Estado, pelo Exmº Sr. Dr. Urbano Santos da Costa Araujo, Presidente do Estado, em sessão de 5 de fevereiro de 1920**. São Luiz, Imprensa Oficial, 1920.

MARANHÃO, Governador, 1922-1926. (Godofredo Mendes Viana). **Mensagem apresentada ao Congresso, pelo Exmº Sr. Dr. Godofredo Mendes Viana, Presidente do Estado, em sessão de 5 de fevereiro de 1924**. São Luiz, Imprensa Oficial, 1924.

MARANHÃO, Governador, 1937-1945. (Paulo Martins de Souza Ramos). **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1937, pelo governador do Estado, Dr. Paulo Martins de Souza Ramos**. Maranhão, Imprensa Oficial, 1937.

MARANHÃO, Secretário do Interior, 1918 (Demosthenes Macedo). **Relatório apresentado ao Exm. o Sr. Coronel Antonio Bricio de Araujo, Governador do Estado, referente ao ano de 1917, em 12-01-1917**. São Luiz, Imprensa Oficial, 1918.

MARANHÃO, Secretário do Interior, 1919 (Henrique José Couto). **Relatório apresentado ao Exm. o Sr. Dr. Raul da Cunha Machado, Governador do Estado, referente ao ano de 1918, em 10-01-1919**. São Luiz, Imprensa Oficial, 1919.

MARANHÃO. Academia Maranhense de Letras. Discurso do paraninfo designado pela Academia para recepcionar o prof. Nascimento Moraes, a cargo do acadêmico Armando Vieira da Silva. **Revista da Academia Maranhense de Letras**. São Luís, v. VI, mai. 1949. p. 81-88.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Telegrama do Governador do Estado Raul Machado para o General Thaumaturgo de Azevedo, presidente do Congresso de Geografia em Belo Horizonte em 18 de setembro de 1919.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Telegrama do Secretário do Interior Domingos Barbosa ao Secretário Geral do Congresso de Geografia, Dr. Rodolpho Jacob em 21 de julho de 1919.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Ofício nº. 112, de 2 de junho de 1914, do Secretário do Interior Raymundo Leôncio Rodrigues ao diretor da Liceu Maranhense.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Ofício nº. 118, de 2 de junho de 1914, do Secretário do Interior Raymundo Leôncio Rodrigues ao Secretário da Fazenda.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Ofício nº. 165, de 17 de junho de 1914, do Secretário do Interior Raul Machado ao diretor da Liceu Maranhense.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Ofício nº. 166, de 17 de junho de 1914, do Secretário do Interior Raul Machado ao diretor da Liceu Maranhense.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Ofício nº. 219, de 26 de junho de 1914, do Secretário do Interior Raul Machado ao diretor da Liceu Maranhense.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Ofício nº. 71, de 27 de maio de 1914, do Secretário do Interior Raymundo Leôncio Rodrigues ao diretor da Imprensa Oficial do Estado.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Ofício nº. 72, de 2 de junho de 1914, do Secretário do Interior Raymundo Leôncio Rodrigues ao diretor da Liceu Maranhense.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Ofício nº. 815, de 10 de novembro de 1914, do Secretário do Interior, Bento Moreira Lima, ao diretor do Liceu Maranhense.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Documento nº. 142, de 27 de janeiro de 1915, do Secretário do Interior Bento

Moreira Lima a José do Nascimento Moraes, Encarregado do Expediente da Subcomissão de Estudos e Melhoramentos do Porto.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Ofício nº. 757, de 14 de junho de 1915, do Secretário do Interior Bento Moreira Lima para o secretário da Fazenda.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Ofício nº. 1516, de 13 de novembro 1916, do Secretário do Interior Demosthenes Macedo à sra. Professora D. Neomenia Cruz, da Escola Almir Nina.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Ofício nº. 1519, de 13 de novembro 1916, do Secretário do Interior Demosthenes Macedo à sra. Professora da Escola Bequimão, D. Zila Angela Paes.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Ofício nº. 1521, de 13 de novembro 1916, do Secretário do Interior Demosthenes Macedo ao sr. José do Nascimento Moraes.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Ofício nº. 38, de 11 de janeiro de 1917, do Secretário do Interior Demosthenes Macedo ao Secretário da Fazenda.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Ofício nº. 440, de 3 de abril de 1917, do Secretário do Interior Demosthenes Macedo à sra. Diretora do Instituto Fernandes.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Ofício nº. 634, de 11 de março de 1919, do Secretário do Interior Henrique José Couto ao Secretário da Fazenda.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Ofício nº. 2173, de 20 de outubro de 1919, do Secretário do Interior Juviliano de Souza Barretto à diretora do Grupo Escolar Nina Rodrigues.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Ofício nº. 22, de 23 de janeiro de 1919, do Secretário do Interior Henrique José Couto nomeando José do Nascimento Moraes para o cargo de fiscal do Instituto Rosa Nina.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Ofício nº. 49, de 8 de fevereiro de 1919, do Secretário do Interior Henrique José Couto nomeando José do Nascimento Moraes para o cargo de fiscal do Instituto Fernandes.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Ofício nº.108, de 8 de fevereiro de 1919, do Secretário do Interior Henrique José Couto comissionando os senhores Dr. Justo Jansen Ferreira e Professores José do Nascimento Moraes, Raymundo Lopes da Cunha, José Ribeiro do Amaral e Fran Pacheco para se incumbirem da aquisição e organização do “Atlas do Brazil”.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Ofício nº. 758 da Secretaria do Interior comunicando a inclusão do professor José do Nascimento Moraes na comissão coletora e organizadora dos dados relativos ao Maranhão para a 2ª edição do “Atlas do Brasil”. Maranhão, 26 mar. 1919.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Ofício nº. 573, de 23 de março de 1923, do Secretário do Interior Juliano Barretto ao professor José do Nascimento Moraes.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Ofício nº. 1991, de 30 de agosto de 1920, do Secretário do Interior Domingos Barbosa ao Secretário da Fazenda.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Ofício nº. 783, de 17 de abril de 1920, do Secretário do Interior Domingos Barbosa ao Dr. Justo Jansen Ferreira.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Ofício nº. 64, de 20 de agosto de 1920, do Secretário do Interior Domingos Barbosa sobre concurso para escriturário da Secretaria do Interior.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. Ofício nº. 1900, de 20 de agosto de 1920, do Secretário do Interior Domingos Barbosa ao professor José do Nascimento Moraes.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Documento. José do Nascimento Moraes. Portaria de Nomeação para reger interinamente a cadeira de Aritmética, Álgebra e Geometria da Escola Normal em 28 de abril de 1911.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Atestado de Proficiência do Ensino Primário. São Luís, 8 mar. 1895.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Certidão de Batismo de Raimundo Nascimento Moraes. São Luís, 9 out. 1896.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Diploma conferido pela Loja Maçônica Rio Branco. São Luís, 30 jun. 1908.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Diploma conferido pela Loja Maçônica Renascença. São Luís, 1º set. 1918.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Subdelegacia de Polícia do Anil. São Luís, 16 ago. 1900.

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Seção de Documentos Avulsos. Irmandade do Senhor Bom Jesus da Canna Verde. Título de irmão a Raimundo do Nascimento Moraes. São Luís, 6 mar. 1903.

MARANHÃO. Biblioteca Pública Benedito Leite. Seção de Obras Raras. Agrava-se o estado de saúde do prof. José do Nascimento Moraes. **Pacotilha-O Globo**. São Luís, 14 fev. 1958.

MARANHÃO. Biblioteca Pública Benedito Leite. Seção de Obras Raras. Melhora o professor José do Nascimento Moraes. **Pacotilha-O Globo**. São Luís, 15 fev. 1958.

MARANHÃO. Biblioteca Pública Benedito Leite. Seção de Obras Raras. Passa mal o decano dos jornalistas maranhenses: Agrava-se o estado de saúde do prof. Nascimento Moraes. **Pacotilha-O Globo**. São Luís, 19 fev. 1958.

MARANHÃO. Biblioteca Pública Benedito Leite. Seção de Obras Raras. Em estado gravíssimo o prof. Nascimento Moraes. **Pacotilha-O Globo**. São Luís, 22 fev. 1958.

MARANHÃO. Biblioteca Pública Benedito Leite. Seção de Obras Raras. Homenagem da Academia de letras ao professor Nascimento Moraes: Como falou o acadêmico Mário Meireles ao officiar a cerimônia da saudade. **O Imparcial**. São Luís, 25 fev. 1958.

MARANHÃO. Biblioteca Pública Benedito Leite. Seção de Obras Raras. Nascimento Moraes na palavra de Salvio Dino: Como se manifestou, na Câmara, o vereador pedecista, sobre a figura do grande mestre desaparecido. **O Imparcial**. São Luís, 27 fev. 1958.

MARANHÃO. Biblioteca Pública Benedito Leite. Seção de Obras Raras. Câmara Municipal homenageou a memória de Nascimento Moraes: Continua repercutindo dolorosamente em todo país a morte do renomado mestre. **O Imparcial**. São Luís, 25 fev. 1958.

MARANHÃO. Biblioteca Pública Benedito Leite. Seção de Obras Raras. Discurso proferido pelo dr. Clodoaldo Cardoso diante do ataúde do prof. Nascimento Moraes. **O Imparcial**. São Luís, 25 fev. 1958.

MARANHÃO. Biblioteca Pública Benedito Leite. Seção de Obras Raras. A mêmisa de Nascimento. **O Imparcial**. São Luís, 26 fev. 1958.

MARANHÃO. Biblioteca Pública Benedito Leite. Seção de Obras Raras. Nascimento honrou, como poucos, a tradição intelectual do Maranhão. **O Imparcial**. São Luís, 26 fev. 1958.

MARANHÃO. Biblioteca Pública Benedito Leite. Seção de Obras Raras. Últimas homenagens tributadas ao intelectual conterrâneo: Discursos na Academia de Letras e no Cemitério Municipal – Biografia – Sepultamento – Outras Notas. **Pacotilha-O Globo**. São Luís, 23 fev. 1958.

MARANHÃO. Biblioteca Pública Benedito Leite. Seção de Obras Raras. Retrato do Professor. **Jornal Pequeno**. São Luís, 23 fev. 1958.

MARANHÃO. Biblioteca Pública Benedito Leite. Seção de Obras Raras. Homenagem da Academia de Letras ao professor Nascimento Moraes. **O Imparcial**. São Luís, 25 fev. 1958.

MARANHÃO. Biblioteca Pública Benedito Leite. Seção de Obras Raras. Maranhão de luto, chora a morte do professor Nascimento Moraes: Biografia. **Pacotilha - O Globo**, São Luís, 22 fev. 1958.

MARANHÃO. Biblioteca Pública Benedito Leite. Seção de Obras Raras. Prosseguindo... **Diário de São Luís**. São Luís, 16 out. 1921.

MARANHÃO. Biblioteca Pública Benedito Leite. Seção de Obras Raras. Homenagem da Pátria ao seu director José Nascimento Moraes. **A Pátria**. São Luís, 19 mar. 1908.

MARANHÃO. Decreto nº. 129 de 11 de março de 1919. Abre o credito de 3.600\$000, para pagamento de diferença de vencimentos do professor José Nascimento Moraes.

MARANHÃO. Decreto nº. 159 de 22 de maio de 1919. Equipara ao curso profissional do Liceu Maranhense o estabelecimento de ensino desta capital denominado Instituto Fernandes.

MARANHÃO. Decreto nº. 210, de 27 de janeiro de 1914. Provê, vitaliciamente, na cadeira de Geografia do Liceu Maranhense, o cidadão José Nascimento Moraes.

MARANHÃO. Decreto nº. 689, de 29 de junho de 1923. Aprova o Regulamento para o Curso Normal do Liceu Maranhense. Maranhão: Imprensa Oficial, 1923.

MARANHÃO. Interventoria Federal no Estado do Maranhão. Departamento do Serviço Público. Portaria nº. 127-46 de Ápio Cláudio do Nascimento Moraes. São Luís, 13 fev. 1946.

MARANHÃO. Interventoria Federal no Estado do Maranhão. Secretaria Geral. Portaria nº. 188-46 de Ápio Cláudio do Nascimento Moraes. São Luís, 15 mar. 1946.

MARANHÃO. Lei nº. 207 de 28 de abril de 1898. Autoriza o Governo a reorganizar a Escola Normal.

MARANHÃO. Lei nº. 226 de 15 de abril de 1899. Estabelece a reforma do Liceu Maranhense.

MARANHÃO. Lei nº. 232 de 5 de março de 1900. Separa do Liceu a Secretaria da Instrução Pública.

MARANHÃO. Lei nº. 248 de 20 de março de 1900. Cria diversas cadeiras de instrução primária.

MARANHÃO. Lei nº. 323 de 26 de março de 1903. Autoriza a conversão em grupos escolares das escolas existentes no perímetro desta cidade.

MARANHÃO. Lei nº. 363 de 31 de março de 1905. Autoriza o Governo a criar Grupos Escolares no interior do Estado e dá outras providências sobre instrução pública.

MARANHÃO. Lei nº. 666 de 28 de abril de 1914. Reforma a Instrução Pública do Estado.

MARANHÃO. Lei nº. 918 de 1º de abril de 1920. Autoriza o Governo a reformar a instrução pública do Estado.

MARANHÃO. Lei nº. 962 de 15 de setembro de 1953. Concede pensão ao professor José Nascimento Moraes e dá outras providências.

MARANHÃO. Polícia Civil. Pagamento de vencimentos de Ápio Cláudio do Nascimento Moraes, licenciado para tratamento de saúde. São Luís, 19 mar. 1946.

MARANHÃO. Presidente, 1914-1918 (Herculano Nina Parga). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão na 1ª sessão da 9ª legislatura, lida em 05-02-1916.** São Luiz, Imprensa Official, 1916.

MARANHÃO. Presidente, 1918-1922 (Urbano Santos da Costa Araujo). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão na 2ª sessão da 10ª legislatura, lida em 05-02-1920.** São Luiz, Imprensa Official, 1920.

MARANHÃO. Presidente, 1926-1930 (Magalhães de Almeida). **Mensagem apresentada ao Congresso do Estado, lida em 05-02-1929.** São Luiz, Imprensa Official, 1929.

MARANHÃO. Presidente, 1937-1945 (Paulo Martins de Souza Ramos). **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, me 7 de setembro de 1937, pelo Governador do Estado, dr. Paulo Martins de Souza Ramos.** São Luiz, Imprensa Official, 1937.

MARANHÃO. **Regulamento da Instrução Publica.** 23 fev. 1931.

MARANHÃO. **Regulamento do Ensino Primário.** 24 nov. 1894.

MARANHÃO. **Regulamento do Lyceu Maranhense.** 8 fev. 1896.

MARANHÃO. **Regulamento Geral da Instrução Publica do Maranhão.** Leis nº. 56 de 15 de maio de 1893 e nº. 119 de 2 de maio de 1895.

MARANHÃO. **Regulamento para o Ensino Secundário.** 9 mar. 1932.

MARANHÃO. **Regulamento porque se deve reger o ensino público do Estado do Maranhão.** Decreto nº. 94 de 1º de setembro de 1891. Reorganiza o ensino público do Estado.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007.** São Luís: Edições SECMA, 2007.

Mesa examinadora do Curso Ginásial. **Pacotilha.** São Luís, 2 dez. 1924. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Mizeria! **A Tocha.** São Luís, 01 out. 1911. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

MORAES, José do Nascimento. **DISCURSO:** à insigne Diretora da Escola Normal primária, D. Rosa Castro, no dia do seu natalício, em a sessão solemne realizada no Casino Maranhense. Tribuna, 1935.

MORAES, José do Nascimento. **Neurose do medo e 100 artigos de Nascimento Moraes.** São Luís, SECMA/CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1982.

MORAES, José do Nascimento. **Puxos e repuxos**. Maranhão: Tipografia do Jornal dos Artistas, 1910.

MORAES, José do Nascimento. **Vencidos e degenerados**. São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000.

Mulheres e doce. **O Combate**. São Luís, 17 out. 1906. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Nascimento Moraes Filho. **Pacotilha**. São Luís, 1 dez. 1934. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

No bairro S. Pantaleão. **A Tocha**. São Luís, 1911. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

O Colejial. São Luís, 13 set. 1916. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

O Dia Familiar. **Pacotilha**. São Luís, 17 dez. 1910. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

O Dia Familiar. **Pacotilha**. São Luís, 28 out. 1910. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

O Governo do Estado. **Pacotilha**. São Luís, 18 jun. 1914. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

O Liceu Maranhense. **Pacotilha**. São Luís, 22 dez. 1913. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

O Pantheon Maranhense. **Pacotilha**. São Luís, 8 set. 1938. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Os exames do tirocínio. **Diário de São Luís**. São Luís, 27 nov. 1923. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Os exames no Instituto Viveiros. **Pacotilha**. São Luís, 29 nov. 1929. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

PAXECO, Fran. **O Congresso Pedagógico**. São Luiz: Imprensa Oficial, 1922.

Pela Justiça: Justiça Federal. **Pacotilha**. São Luís, 1 out. 1927. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Pela Justiça: Tribunal do Jury. **Pacotilha**. São Luís, 16 set. 1927. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Pela Justiça: Tribunal do Jury. **Pacotilha**. São Luís, 19 nov. 1927. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Pela Polícia. **Pacotilha**. São Luís, 31 out. 1914. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Pelo Lyceu Maranhense. **Estudante**. São Luís, 19 dez. 1937. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

PERDIGÃO, Domingos de Castro. **O que se deve ler**: Vade-Mecum Bibliographico. São Luiz: Imprensa Official, 1922.

Política de mesquinaria. **Pacotilha**. São Luís, 8 mai. 1902. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Raimundo do Nascimento Moraes. **Pacotilha**. São Luís, 6 ago. 1915. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Raimundo do Nascimento Moraes. **Pacotilha**. São Luís, 7 ago. 1915. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Registro Civil. **Pacotilha**. São Luís, 30 jul. 1909. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Reverberos... Raul de Oliveira. **Pacotilha**. São Luís, 11 set. 1938. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Roubo de Fazenda. **Pacotilha**. São Luís, 14 ago. 1900. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Sem título. **Pacotilha**. São Luís, 10 jul. 1905. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Sem título. **Pacotilha**. São Luís, 12 mai. 1902. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Sem título. **Pacotilha**. São Luís, 23 ago. 1911. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Senador Godofredo Vianna. **Pacotilha**. São Luís, 10 jun. 1927. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Sociedade Beneficente 15 de novembro. **Pacotilha**. São Luís, 2 dez. 1911. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Sociedade Beneficente 15 de novembro. **Pacotilha**. São Luís, 8 jun. 1913. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Sociedade Estudantil Machado de Assis. **O Estudante**. São Luís, 5 fev.1916. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

Vida Social – Aniversários. **Pacotilha**. São Luís, 18 mar. 1936. Disponível em: <http://www.bn.br/acervo-digital/>. Acesso em: 14 jul. 2014.

✓ Referências Bibliográficas

ABRANCHES, Dunshee de. **O cativo**. São Luís: ALUMAR, 1992.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. São Paulo: EDUSC, 2007.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada**: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v.2.

ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina (1800-2000)**. São Paulo: EDUSFCAR, 2007.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

AVELAR, Alexandre de Sá. “Escrita da história, escrita biográfica: Das possibilidades de sentido”. SCHMIDT, Benito Bisso; AVELAR, Alexandre (Org.). **Grafia da vida**: Reflexões e experiências com a escrita biográfica. São Paulo: Letra e Voz, 2012. p. 63-80.

AZEVEDO, Celiam M. Marinho de. **Maçonaria**: história e historiografia. Revista USP. São Paulo (32): p. 178-189, dez/fev. 1996-7.

BARROS, José D’Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BRASIL, Assis (org.). **A poesia maranhense no século XX**: antologia. São Luís: SIOGE,1994.

BURKE, Peter. **Variedades da história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**: ensaios da teoria e metodologia. Rio de Janeiro, 1997.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. “A configuração da historiografia educacional brasileira”. In: FREITAS, Marcos César. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2003.

CASTRO, César Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luís Velásquez. **A Imprensa Educacional Liceístas do Maranhão na Primeira República**. 24 mar. 2008, 14p. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/287.pdf>. Acesso em 31 jan. 2015.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 295-315.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 21. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão**. Campinas, 2001. IFCH/UNICAMP. (Dissertação de mestrado em História).

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

DIWAN, Pietra. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2014.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: escrever uma Vida**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FARIA, Regina Helena Martins de. “Escravos, livres pobres, índios e imigrantes estrangeiros nas representações das elites do Maranhão oitocentista”. In: COSTA, Wagner Cabral de (org.). **História do Maranhão: novos estudos**. São Luís: EDUFMA, 2004, pp. 81-112.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERNANDES, Henrique Costa. **Administrações Maranhenses (1822-1922)**. São Paulo: Instituto Geia, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro: ANPED, v. 16, n. 46, jan. /abr. 2011. p. 235-254.

GASPAR, Carlos. **O senhor Antônio Lobo: a fogueira da agonia**. São Luís: Edições AML, 2009.

Gênero e Diversidade na Escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009 – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

LAHUERTA, Milton. “Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização”. In: LORENZO, Helena Carvalho de & COSTA, Wilma Peres da (org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno**. São Paulo: UNESP, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. Brasília, DF: Senado Federal, 1981.

MACHADO, Nauro. **As esferas lineares**. São Luís: Edições SECMA, 1996.

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. **Operários da saudade: os novos atenienses e a invenção do Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2006.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

_____. **Panorama da literatura maranhense**. São Luís: Imprensa Oficial, 1955.

MELO, Maria Cristina Pereira de. **O bater dos panos: um estudo de trabalho na indústria têxtil do Maranhão (1940-1960)**. São Luís: SIOGE, 1990.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONTELLO, Josué. **Uma palavra depois de outra: notas e estudos de literatura**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

MORAES, Jomar. **Apontamentos de literatura maranhense**. São Luís: SIOGE, 1977.

_____. **Vida e Obra de Antônio Lobo: ensaio**. São Luís: Legenda, 1969.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

MOTTA, Diomar das Graças. “Os reflexos da Escola Nova no Maranhão”. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blank; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAUJO, José Carlos Souza (orgs.). **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. “Pretidão de amor”. In: OLIVEIRA, Iolanda de (org.). **Cor e Magistério**. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói, RJ: EDUFF, 2006.

ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagem e Oliveira Viana**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1994.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEREIRA, Josenildo de J. “Vão se os anéis e ficam os dedos: escravidão, cotidiano e ideias abolicionistas no Maranhão do século XIX”. In: GALVES, Marcelo C. & COSTA, Yuri. (Org.). **O Maranhão Oitocentista**. São Luís: Ética / EdUEMA, 2009. pp. 227-262.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PORTO, Walter Costa. **1937: constituições brasileiras**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137571/Constituicoes_Brasileiras_v4_1937.pdf?sequence=9>. Acesso em: 13mar.2015.

RAMOS, Artur. **As culturas negras no novo mundo: o negro brasileiro**. São Paulo: Ed. Nacional, 1946.

REIS, Flávio Antônio Moura. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão (1850-1930)**. Campinas, 1992. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas. IFGH/UNICAMP.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.

_____. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

ROSEMBERG, Fulvia; PIZA, Edith. **Analfabetismo, gênero e raça no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n. 28, p. 110-121, dez. /jan. /fev. 1995-6.

SCHMIDT, Benito Bisso. “História e Biografia”. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 187-205.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, Réne. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TEIXEIRA, Anísio. **Pequena introdução à Filosofia da Educação: Escola Progressiva ou a transformação da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VIANA, Francisco José de Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. São Paulo: Edições da Revista do Brasil – Monteiro Lobato e Cia., 1920.

ZANOTTO, Gizele. **História dos Intelectuais e História Intelectual: contribuições da historiografia francesa**. Biblos, Rio Grande, 22 (1): 31-45, 2008.